

MARIA ALEXANDRA DA SILVA MONTEIRO

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA

Fé e Luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil

RECIFE
1992

MARIA ALEXANDRA DA SILVA MONTEIRO

ACÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA : Fé e Luta
em tempos difíceis no Nordeste do
Brasil

Dissertação apresentada
como exigência parcial
para obtenção do título
de Mestre em Serviço
Social junto à
Universidade Federal de
Pernambuco, sob a
orientação da Profª.
Evany Gomes de Matos
Mendonça.

1992

normatização, incluindo catalogação e classificação, desta
ertação foi elaborada pela Bibliotecária Maria Cecília Melo da
na CRB 1066/89, da Empresa ACERVUS :

Dezessete de Agosto, 1176 C.I.
61 - Casa Forte - Recife - PE
e (081)268-0697

ficha catalográfica

M775a

Monteiro, Maria Alexandra da Silva
Ação católica operária : fé e
luta em tempos difíceis no nor-
deste do Brasil. Maria Alexandra
da Silva Monteiro. --- Recife : a
autora, 1992.

--- folhas : il.

Dissertação(Mestrado)- Univer -
sidade Federal de Pernambuco.
Serviço Social, 1992.
Bibliografia

CDD 305.560 813
CDU 316.343.63

1. AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA-BRASIL-NOR-
DESTE 2. CLASSE OPERÁRIA-BRASIL-NORDESTE-
PÓS 1964 3. CONSCIÊNCIA DE CLASSE-BRASIL-
NORDESTE I. Título.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA - FÉ E LUTA EM TEMPOS DIFÍCEIS NO NORDESTE
DO BRASIL

MARIA ALEXANDRA DA SILVA MONTEIRO

BANCA EXAMINADORA

RECIFE - 1992

RESUMO

O presente trabalho constitui uma abordagem sobre a atuação do movimento de Ação Católica Operária - ACO - no Nordeste do Brasil, a partir da década de 60. Busca-se investigar sua possível contribuição no processo de constituição do novo pensamento teológico na Igreja na América Latina e no desenvolvimento da consciência de classe. O estudo tenta, inicialmente, recuperar os fundamentos filosóficos e teológicos da Ação Católica, enquanto prática pastoral da "Nova Cristandade" (década de 30), que inicia a aproximação de setores do clero com a classe operária, assim como resgatar a evolução desse pensamento, a partir da contribuição das ciências sociais. Para uma apreensão do significado da ACO junto à classe operária, procura-se contextualizar os condicionamentos da proposta de industrialização implementada na região, via SUDENE e suas implicações na configuração da classe operária. Utiliza-se, na construção do trabalho, elementos originários da leitura de Lukács e Gramsci. Entende-se que as categorias Totalidade, Organização e Intelectual Orgânico contribuirão para uma aproximação do conhecimento da concepção e práxis da consciência de classe. Ressalta-se a atualidade da ACO em sua reflexão sobre o homem e o trabalho, seja do ponto de vista ético, econômico, político, social e religioso, aspecto que conduz à ação concreta no fortalecimento de organizações de classe. No processo de formação estão presentes fé e luta.

O presente trabalho constitui uma abordagem sobre a atuação do movimento de Ação Católica Operária - ACO - no Nordeste do Brasil, a partir da década de 60. Busca-se investigar sua possível contribuição no processo de constituição do novo pensamento teológico na Igreja na América Latina e no desenvolvimento da consciência de classe. O estudo tenta, inicialmente, recuperar os fundamentos filosóficos e teológicos da Ação Católica, enquanto prática pastoral da "Nova Cristandade" (década de 30), que inicia a aproximação de setores do clero com a classe operária, assim como resgatar a evolução desse pensamento, a partir da contribuição das ciências sociais. Para uma apreensão do significado da ACO junto à classe operária, procura-se contextualizar os condicionamentos da proposta de industrialização implementada na região, via SUDENE e suas implicações na configuração da classe operária. Utiliza-se, na construção do trabalho, elementos originários da leitura de Lukács e Gramsci. Entende-se que as categorias Totalidade, Organização e Intelectual Orgânico contribuirão para uma aproximação do conhecimento da concepção e práxis da consciência de classe. Ressalta-se a atualidade da ACO em sua reflexão sobre o homem e o trabalho, seja do ponto de vista ético, econômico, político, social e religioso, aspecto que conduz à ação concreta no fortalecimento de organizações de classe. No processo de formação estão presentes fé e luta.

A meus pais Diozênio e Edite

A Lúcio Mustafá

"Achavam que éramos subversivos, mas quem procura justiça não é subversivo, não está subvertendo nada. O que fazemos é uma construção, um esforço para o homem mesmo se construir, para a classe operária tomar consciência de classe e passar a participar da vida do país."

Pe. Romano Zufferey

AGRADECIMENTOS

A inserção no Mestrado em Serviço Social possibilitou-nos a familiaridade com a produção mais recente em Serviço Social, assim como aproximou-nos da interpretação de complexas questões relacionadas aos problemas de produção e método científicos. Entendemos, que a produção de conhecimentos é, antes de tudo, um processo dialógico que, para além das limitações de tempo e espaço, insere, no debate atual, a colaboração dos pensadores do passado e do presente, na perspectiva do debate futuro.

Por isso a dissertação, enquanto processo reflexivo é essencialmente uma elaboração dialógica e se constitui um produto-reflexo de uma época e do que pensam sobre ela os que se envolveram em sua tecitura. Neste sentido, há muitos a quem queremos agradecer :

Inicialmente aos professores do Mestrado em Serviço Social, cuja influência pode ser percebida no conjunto deste trabalho, por concordarem com um campo de indagação que excede, de certa forma, as fronteiras da especificidade do Serviço Social, para penetrar no estudo de uma temática afim com as Ciências Sociais

Em especial, à Profa. Evany Mendonça, por ter permanecido na orientação deste trabalho, tendo já extrapolado os limites de seu compromisso com a Universidade. Agradecemos a atenção com que acompanhou, passo a passo, o encaminhamento da pesquisa e a redação da dissertação. Sua dedicação oportunizou-nos o aprofundamento teórico e, muitas vezes, criou condições para viabilidade da pesquisa, através da intermediação no contato com pessoas cuja contribuição enriqueceria o estudo, através da seleção e disponibilidade de material bibliográfico. Para quem é

reconhecida como "baluarte" do Serviço Social em Pernambuco, rendemos, aqui, nossa homenagem.

Ao Pe. Reginaldo Veloso, que não mediu tempo nem esforço para trocar idéias, esclarecer dúvidas, conceder entrevistas e material bibliográfico e até ler conosco parte dos manuscritos da dissertação. Pelo testemunho de fé em momentos tão difíceis para a Igreja no Nordeste hoje e pela amizade que se fortaleceu na realização deste trabalho.

Aos amigos da ACO - Assistentes e militantes- que fazem do seu cotidiano um exercício permanente de reafirmação de sua fé e de sua luta na defesa dos interesses de classe, sobretudo a Lorena Araújo, João Francisco da Silva e Josefa Fernandes (Nena), pela preciosa contribuição na interlocução de informações; e a todos que, através de entrevistas, confiaram depoimentos extraídos de suas próprias vidas, tais como Terezinha Farias, João Paulo, José Francisco, Vicente, Raimundo Barreto, Luís Barros, Ivanildo, Emetéria (Téa), Cilena, Kelly, Euller, Carmem, Geraldo, Soares e Santinha. Aos padres Maurício, Gildo Gelly e Ramos - Assistentes de ACO e aos ex-Assistentes de JOC e JUC : Adrianus, Marcelo Santos, Almey Bezerra, pelos depoimentos valiosos que nos ofereceram, através das entrevistas e de documentos que colocaram à nossa disposição.

Aqueles que não hesitaram em discutir conosco, enriquecendo o estudo com informações novas e alargando o horizonte ao alertar para aspectos ainda não identificados : Vandevaldo (Vando - Coordenador Geral do Centro Josué de Castro), Severino Vicente (ex-professor do ITER), João Francisco de Souza

- prof. da UFPE, Mauro Koury - prof. da UFPB, Pe. Humberto Plumem
- sociólogo e teólogo, Roberto da Silva - prof. do Instituto de
Cultura - Brasil - Itália, às Profas. Maria José Baltar e Maria
de Lourdes Moraes, membros fundadores da Ação Católica em
Pernambuco, ao jornalista e colaborador das publicações da ACO -
Marcelo Mello.

Aos professores e alunas do Departamento de Serviço
Social da UFPB, pelo acolhimento caloroso quando de nossa
iniciação ali na atividade docente, oportunizando, inclusive, o
debate sobre a temática em estudo e aos professores do
Departamento de Serviço Social da UFPE, hoje companheiros de
trabalho, que tão oportunamente souberam criar condições que
viabilizassem a conclusão da dissertação, em especial à
Professora Herlinda Borges Oliva, pelo apoio e amizade que
enriqueceram a reflexão em momentos difíceis.

À colega Dominique, pela amizade compartilhada no período
de Mestrado, nas horas certas e incertas que acompanharam o
desenvolvimento da pesquisa, e pela tradução do "Resumo"; a
Oribe, pela disponibilidade e atenção cordial nos momentos de
digitação dos gráficos.

Aos que se detiveram no trabalho de normalização,
especialmente pelo atendimento à urgência em que foi solicitado -
Cecilia Melo da Rocha.

A Tereza Cristina que, concluindo os trabalhos de
digitação, foi consolidando o caráter final e definitivo em sua
apresentação.

Finalmente, a nossos pais, cujo estímulo à investigação
se fez sentir já nos primeiros anos escolares, ao companheiro

Lúcio Mustafá - artista incansável na tarefa de duvidar da certeza e assim contribuir significativamente para nosso amadurecimento intelectual e espiritual, imprimindo confiança nos momentos de intensa produção e sendo presença carinhosa nos momentos de exaustão. De forma material, seu traço está presente em composições gráficas do trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico nº1 - Organização das Diretorias Nacional, Diocesana e Paroquial da Ação Católica. p.060
- Quadro nº1 - Participação(%) dos Setores Econômicos, no PIB do Nordeste. p.130
- Tabela nº1 - Natureza das Indústrias Beneficiadas pelo 34/18 de 1960 a 1977 no Nordeste. p.133
- Quadro nº2 - Participação da Indústria Têxtil Regional na Indústria têxtil do País. p.136
- Gráfico nº2 - Produtividade no Brasil e no Nordeste em relação ao Padrão Latino - Americano. p.137
- Tabela nº2 - Nordeste e Brasil - Evolução do Emprego na Indústria têxtil 1950. p.139
- Quadro nº3 - índices do valor Agregado Bruto e da Inversão Industrial para o Nordeste. p.146
- Quadro nº4 - Distribuição Geográfica, no Estado de Pernambuco, dos Distritos Industriais e dos seus Ramos de Atividade, 1989. p.147
- Gráfico nº3 - Distribuição (%) dos Militantes da ACO no Estado de Pernambuco e Paraíba. p.149
- Gráfico nº4 - Distribuição dos trabalhadores em Pernambuco nos Setores da Economia. p.152
- Quadro nº5 - Síntese dos Principais Conflitos Ocorridos entre a Igreja e o Estado antes do AI 5. p.172
- Gráfico nº5 - Participação(%) dos Militantes da ACO nos diferentes setores a economia. p.152
- Gráfico nº6 - Participação (%) dos Militantes de ACO nas

Organizações de Classe. p.211

Quadro nº6 - Atuação dos Militantes de ACO no Interior de Pernambuco: Cidades e Categorias Profissionais. p.236

Quadro nº7 - Síntese das Reuniões que antecederam à Conferência de Medellin. p.260

Gráfico nº7 - Gráfico Cronológico de Publicações da ACO - 1962 a 1992. p.287

SUMÁRIO

	Págs
RESUMO	01
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 2	
A AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL : Origens e Fundamentos....	48
2.1. AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA : Prática Pastoral da Nova Cristandade	49
2.2. AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA : Indícios de uma Nova Fase	67
2.2.1. A Juventude Operária Católica - JOC : Aproximação de um Movimento de Igreja com a Classe Operária	76
2.3. AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA - ACO	95
2.3.1. Evidências de um Novo Modelo de Ser Igreja	95
2.3.2. Ação Católica Operária - a Busca da Totalidade na Constituição do Movimento	99
CAPÍTULO 3	
CONTEXTUALIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO NORDESTE E A ACO	113
3.1. ELEMENTOS SOCIO-POLÍTICO-ECONÔMICOS na CONFIGURAÇÃO da CLASSE OPERÁRIA da REGIÃO	114
3.1.1. Implicações do Plano Desenvolvimentista da SUDENE na Configuração do Perfil da Indústria da Região	130
3.1.2. A Tradicional Indústria Têxtil	134
3.1.3. O Setor Dinâmico : A moderna Indústria	145
3.2. AS FORÇAS POPULARES EM PERNAMBUCO, NO PERÍODO PRÉ-64	154
CAPÍTULO 4	
AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA NO NORDESTE : Rebatimentos de sua Práxis no Processo de Formação da Consciência de	

Classe	167
4.1. 1964/1974 - INSERÇÃO NA PERSPECTIVA DA TOTALIDADE HISTÓRICA - Denúncia e Resistência	171
4.1.1. Vigência do Regime Militar e sua Repercussão na Classe Operária	171
4.1.2. A Igreja no Nordeste e o Acirramento das contradições	175
4.1.2.1. Conflitos Igreja-Estado e a presença da ACO	180
4.1.3. Os Documentos-Denúncia Produzidos pela ACO/ Nordeste	186
4.1.3.1. Repercussão no Interior da Igreja e na Sociedade Civil	186
4.1.3.2. A Dimensão ética do Engajamento	193
4.1.4. Resistência e Continuidade do Movimento	199
4.2. 1974/1982 - A RECUPERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE	206
4.2.1. A ACO, as Oposições Sindicais e o Novo Sindicalismo	212
4.2.1.1. A ACO e o Sindicato de Tecelões de Paulista em dois Momentos Diferentes	212
4.2.1.2. Os Militantes da ACO no Sindicato dos Metalúrgicos	225
4.2.1.3. Assessoria da ACO ao Movimento Sindical Urbano no Interior de Pernambuco	234
4.2.2. O Engajamento nas Organizações de Bairro e nos Partidos Políticos	238
4.3. 1982/1992 - OS AGENTES DA FORMAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DA SUA ORGANICIDADE COM A CLASSE OPERÁRIA	247
4.3.1. A Teologia da Libertação e a ACO	252
4.3.1.1. O Assistente de ACO	263
4.3.1.2. Padre Romano Zufferey	268
4.3.2. ACO e Igreja no Nordeste nos Últimos Dez Anos ..	285
4.3.2.1. As Publicações	285

4.3.2.2. O Refluxo da Igreja no Nordeste	291
--	-----

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
RÉSUMÉ	312
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	314

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se num contexto bem mais amplo de preocupações que permeiam o exercício profissional e a produção de conhecimentos em Serviço Social e nas Ciências Sociais, como um todo, especialmente a partir da década de oitenta.

Com efeito, em sua trajetória de renovação profissional, iniciada nos anos sessenta, o Serviço Social tem desenvolvido um debate teórico-metodológico que vem assegurando a conquista de um espaço na interlocução com os problemas e as disciplinas das ciências sociais, modificando sua condição histórica de subalternidade. A direção política adotada, nesta perspectiva, contrária ao autoritarismo pós-64, conduz a uma aproximação com a classe operária que, pouco a pouco, vai reinserindo-se na cena política brasileira, estabelecendo uma nova dinâmica na resistência democrática. Tais elementos favorecem um salto qualitativo no debate profissional tornando-o "contemporâneo das polêmicas e alternativas do universo cultural mais avançado da área das ciências sociais" (NETTO, 1991, p.302). E assim, pela incorporação da tradição marxista, a profissão passa a problematizar sobre questões como a produção social, as classes e suas estratégias, a natureza do poder político, as representações sociais e a vislumbrar novas alternativas de intervenção, seja no bojo das políticas sociais ou junto a movimentos sociais.

A abordagem sobre os movimentos sociais, em última instância, parece-nos responder à necessidade de compreensão do significado histórico do comportamento assumido pela classe operária, no embate contraditório da relação capital-trabalho.

De forma similar, alguns setores da Igreja Católica tem

desenvolvido trajetória semelhante, o que lhes tem conferido papel preponderante no processo sócio-político de enfraquecimento do autoritarismo e reorganização da classe operária.

O vínculo que, em alguns momentos, caracterizou a relação Serviço Social - Igreja Católica reestabelece-se numa roupagem diferenciada, na perspectiva de contribuir no processo em curso.

O presente trabalho trata de um aspecto particular no interior da Igreja Católica: do movimento de Ação Católica Operária - ACO e não pode concebê-lo desvinculado da Igreja nem da classe operária. Nota-se que, por sua própria natureza e pelos objetivos a que se propõe no processo de formação da consciência de classe, a ACO traz à tona antiga polêmica elucidada por Marx, ao considerar a religião como "ópio do povo". É evidente que tal afirmativa sustentava-se numa análise de outra época e de outra conjuntura. Entretanto, não pretendemos aqui teorizar sobre a questão da religião ser ou não ópio do povo, mas partindo do princípio de que a ACO teve uma contribuição no processo, em curso, de formação dessa consciência de classe, tencionamos apontar alguns aspectos em que esta colaboração parece ter se dado. Pretendemos ainda situar a evolução do novo pensamento teológico, forjado no contexto da América Latina, especialmente pela interlocução com as ciências sociais e o envolvimento da ACO neste processo.

A discussão sobre a "consciência" e sobre a evolução do pensamento teológico nas últimas décadas, elege a consideração da temática filosófica sobre o sujeito da gênese e da história, temática sempre presente nas mais variadas concepções de homem e de mundo.

Se na Idade Média a concepção de mundo, dominante, preconizava atitude contemplativa diante da natureza e da história, por concebê-la como produção do sujeito cognoscente (Deus), a filosofia moderna sob a áurea da ciência, busca, a partir de seus métodos e de seus conhecimentos, as respostas para tais questões. O teocentrismo abalado pelas inovações da "Revolução Copernicana" e pelas novas concepções de tempo e espaço da teoria Heliocêntrica, vai ceder lugar a uma nova visão sobre a história.

Nesta perspectiva, mais tarde, o racionalismo de Descartes põe em dúvida as "certezas" da filosofia grega, e da escolástica tomística. E, assim, "da dúvida metódica e do 'cogito ergo sum' de Descartes, passando por Hobbes, Spinoza, Leibniz, a evolução segue uma linha reta que tem por fio diretor, rico de variação, a idéia de que só podemos conhecer o objeto do conhecimento porque e na medida em que somos nós próprios a criá-lo" (LUKÁCS, 1989, p.127)

Compreende-se, assim, a influência exercida pelo racionalismo matemático e científico exato na formação do pensamento moderno. Entretanto, o racionalismo proposto por Marx, como crítica à filosofia idealista, estende sua crítica àquele racionalismo, por entender que a natureza de ambas as concepções não consegue alcançar a conexão entre gênese e história. No seu entender, tais posturas não chegaram a "ultrapassar a dualidade do pensamento e do ser, da teoria e da práxis, do sujeito e do objeto; ele reprovava a dialética hegeliana, enquanto dialética interior real do processo histórico, o ser uma simples aparência

(...) por ser um conhecimento acerca de uma matéria (...) e não um auto conhecimento desta matéria que é a sociedade humana" (LUKÁCS, 1989, p.77).

Em época mais recente, já no século XX, os temas da razão e da cultura passaram a ser discutidos numa perspectiva de crítica à modernidade, ou à "racionalidade instrumental", especialmente a partir da escola de Frankfurt, entretanto, a focalização deste debate foge aos objetivos de nossa análise.

Para uma aproximação do conhecimento da concepção e práxis da consciência de classe recorreremos a elementos originários da literatura de Lukács e Gramsci, intérpretes e continuadores do pensamento marxista, por entender que as categorias Totalidade, Organização e Intelectual Orgânico, inseridas em sua análise, contribuem significativamente no entender da temática em estudo.

George Lukács, pensador húngaro (1885-1971) realiza uma análise exaustiva das obras de Marx, a quem atribui a autoria de uma "ontologia do ser social", com base materialista, cuja originalidade inovadora na história da filosofia, está na utilização da "produção" e "reprodução da vida humana", como categorias econômicas. Pensar o homem como ser social, com suas determinações próprias desse "ser social" e que produz os meios para a sua reprodução, através do trabalho é, no entender de Lukács, o fio condutor do pensamento de Marx.

É com essa visão do marxismo que Lukács trabalha o conceito de consciência de classe, com tamanha profundidade e originalidade que torna praticamente impossível a abordagem dessa temática sem uma referência aos seus estudos, especialmente se

considerarmos a preocupação constante de atualização dos pressupostos marxistas à realidade e às exigências da classe operária.

Em sua construção teórica sobre consciência de classe, na qual elege como categoria a totalidade, Lukács recupera as categorias fundamentais do materialismo histórico-dialético.

Se é o Materialismo Histórico que, recorrendo ao método dialético, vai nos oferecer as categorias básicas para análise do modo de produção capitalista temos que, em suas maiores obras, consideradas "da maturidade", Marx desenvolve extensa análise sobre a "mercadoria", colocada como problema central, estrutural, da sociedade capitalista e que vai fornecer a chave para a discussão sobre a consciência de classe.

Na teoria Marxista, o trabalho materializa a diferença básica entre o homem e os outros animais, pelo fato de ser idealizado, planejado, antes de executado. É o trabalho que dá origem à vida em sociedade, pela necessidade de intercâmbio que suscita. Nesta perspectiva, o homem é visto como produtor, sujeito da gênese (vida) e, portanto, o autor da história que se constrói na dinâmica assumida nas relações sociais. Esta é a nova visão de homem inerente à dialética marxista.

Entretanto, a análise do modo de produção capitalista revela que apenas uma classe realiza plenamente esta característica : o Proletariado. É ela que está na produção (criação); é ela, portanto, o sujeito que, em potencial, constitui a essência das forças motrizes que modificam a história. No entanto, a sua existência está permeada pela

alienação, o que dificulta a apreensão da sua situação histórica, sua condição de impotência e a realidade de uma existência desumana.

Para realizar sua vocação histórica, a classe operária precisa romper com a imediatidade, superar a falsa consciência e alcançar a consciência de classe. Isto significa sair da consciência real : empírica, individual - para uma consciência possível que implica "uma percepção verdadeira da totalidade concreta, uma captação do processo histórico em sua dimensão dialética e ontológica, o que obriga a superação do fenomênico epidérmico, e coloca a categoria da 'possibilidade objetiva' do conhecimento como momento necessário para desmascaramento do ilusório e a captação verdadeira do real" (ANTUNES, 1988, p.22).

Em sua elaboração teórica, o materialismo-histórico concebe a "consciência" como produto da práxis humana, ela vai se constituindo na medida mesma das experiências veiculadas nas relações que o homem estabelece com a natureza e com os outros homens, através da atividade produtiva e da linguagem... Como a linguagem, ela nasce da necessidade de troca, de comunicação, de intercâmbio entre os homens. É, portanto, um produto social.

Neste sentido, Marx nos afirma que "a consciência é, naturalmente, antes de mais nada, mera consciência do meio sensível mais próximo, é consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente (...) esta consciência (...) desenvolve-se e aperfeiçoa-se ulteriormente em razão do crescimento da produtividade, do aumento das necessidades e do aumento da população (MARX, 1987, p.43-44).

Em sua abordagem sobre a consciência de classe Lukács, recupera a análise de Marx especialmente no que se refere ao caráter fetichista da mercadoria. A esse respeito, os fundamentos da teoria do valor demonstram-nos claramente que "o caráter fetichista do mundo das mercadorias provém do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias" (MARX, 1988, p.71).

Em outras palavras, a divisão do trabalho realiza o distanciamento produtor - produto na medida em que a cada um compete uma parcela da atividade exclusiva e determinada, atividade que lhe é imposta e da qual não pode sair. Em decorrência disto, o resultado final da produção converte-se em algo estranho e oposto ao próprio homem. No momento da troca, o produto do trabalho agora transformado em "coisa", é separado do seu criador e, pelo próprio processo de produção, assume a forma de mercadoria cujo valor é avaliado não pelo tempo gasto na sua confecção, mas por características objetivas, como se fossem propriedades inatas. Por outro lado, a relação que se estabelece entre os produtores é mediada objetivamente pelas "coisas" a serem permutadas.

"o poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos pela divisão de trabalho, aparece a estes indivíduos, (...) não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e agir (MARX, 1987, p.49-50)".

Dentro deste enfoque, um outro aspecto a considerar é o fato de, no modo de produção capitalista, o trabalhador ser, ele

mesmo, mercadoria

Desprovido dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho, ao trabalhador resta a força de trabalho a ser "vendida" no mercado. Mais uma vez, o processo de divisão do trabalho, ao implementar o desprezo pela essência qualitativa das "coisas" e ao intensificar a especialização unilateral, violadora da essência humana, realiza uma ruptura entre força de trabalho e personalidade do homem: a força de trabalho, transformada em mercadoria é agora "coisa", objetivada, exterior ao homem, reificada.

Para Lukács, o fenômeno da reificação "assenta no fato de uma ligação, uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa, e ser, por isso, de uma 'objetividade ilusória' que, pelo seu sistema de leis próprias aparentemente rigoroso, inteiramente fechado e racional, dissimula todo e qualquer traço da sua essência fundamental: a relação entre homens" (LUKÁCS, 1989, p. 97).

A esse respeito, muito se avançou nas teorias econômicas, sobressaindo, dentre elas, o Taylorismo, cujo princípio fundamental é a separação das funções de concepção e de execução, com vistas a uma otimização da produção. Assim, a relação que se estabelece entre o parcelamento do trabalho em tarefas cada vez mais simples e a delimitação do tempo necessário para a sua execução traz implicações como o distanciamento cada vez maior entre o trabalhador e o processo de idealização/concepção do trabalho e, por conseguinte, uma subordinação do trabalhador à máquina.

A evolução desse processo vem delineando novas normas de

Em Lukacs, a categoria da totalidade remete-nos, necessariamente, ao processo histórico, processo este que recebeu da sociedade burguesa um tratamento de negação e/ou deturpação, devido à estrutura reificada da consciência. Em suas palavras, percebe-se, claramente, a importância atribuída à referência à totalidade no processo de formação da consciência de classe:

"É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, a dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel, e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova" (LUKÁCS, 1989, p.41).

Em síntese, o objetivo do método dialético em Marx é o conhecimento da sociedade como totalidade. Entretanto, ao considerar a totalidade ele não desconhece e não suprime a particularidade, entendida como imediatidade; ao contrário, toma-a como ponto de partida e tenta superá-la, pela sua inclusão na totalidade.

A esse respeito, parece-nos oportuna a seguinte referência:

"A obra de Lukács se notabiliza porque submete os objetos de que se ocupa a um tratamento crítico no âmbito da universalidade(...) O processo analítico característico do Lukács na maturidade consiste em investigar de que modo um determinado fenômeno se originou, desenvolveu-se e tornou-se significativo enquanto complexo fenomênico próprio de um momento histórico preciso. (...) A universalidade em tela deve ser entendida como consequência de um discurso científico-filosófico articulado sobre a exploração intensiva das mediações num complexo dominado pela totalidade como princípio retor da realidade"(NETTO, 1981, p.45).

Sendo assim, a mediação, entendida como momento do método dialético, adotando como sistema conceitual a totalidade, permite a apreensão dos fatos históricos particulares em sua realidade e

facticidade, como momento da totalidade histórica

Superada a imediatidade, rompe-se o processo de reificação:

"Ao estabelecer-se a referência com a totalidade concreta de que resultam as determinações dialéticas, supera-se a simples descrição e atinge-se a categoria da possibilidade objetiva" (LUKÁCS, 1989, p.64)

Em outras palavras, impõe-se a referência à totalidade na análise concreta das relações de classe dentro da organização da produção, pois só nessa referência é que a consciência que os homens têm a cada momento de sua existência se revela nas suas determinações essenciais e produz uma ação historicamente decisiva. Aliás, com a introdução da categoria da possibilidade-objetiva, referindo-se ao socialismo, Lukács oferece efetiva contribuição à tradição marxista, do ponto de vista político-ideológico, pois como nos afirma Netto :

"restaura, na ideologia do socialismo, a síntese de realismo anti-ulópico e esperança prometêica que caracterizou o projeto marxiano" (NETTO, 1981, p.50)

Partindo deste raciocínio, Lukács define "consciência de classe" como :

"reação racional adequada que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção" (LUKÁCS, 1989, p.64)

É aqui que se estabelece a unidade teoria-práxis. A "reação racional" implica conhecimento teórico da sociedade e da situação de classe em um momento dado, conhecimento que fundamenta a ação/reação desta classe, revestida de caráter de intencionalidade. E, neste sentido, a consciência de classe não se confunde, em hipótese alguma, com a consciência psicológica de proletários individuais ou a consciência psicológica (de massa) de seu conjunto, mas é entendida como "sentido tornado

consciente, da situação histórica da classe" (LUKACS, 1989, p. 88).

Se o proletariado é visto, por um lado, como sujeito, como produtor da vida e da história e, por outro lado, objeto de conhecimento de si mesmo. Note-se que aqui está implícita a noção de classe "para si" referida por Marx; é esse conhecimento de si que lhe possibilita, ao mesmo tempo, o conhecimento objetivo da essência da sociedade e o encaminhamento para a supressão da sociedade de classes, consumando, assim, unidade cada vez mais íntima entre teoria e práxis.

Essa trajetória, no entanto, não acontece de forma linear: "deve ser concebida como um processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira" (ANTUNES, 1988, p. 22).

Entendemos, portanto, que a dualidade entre o particular e o geral, o momento isolado, imediato ou objetivo parcial e o objetivo final, faz parte da estrutura da consciência do proletariado. Isto significa que a luta econômica que se expressa na situação concreta, com exigências concretas, próprias à sociedade capitalista, pode ser um passo na direção do objetivo final, que se realiza pela luta política, ou também ocultar esse objetivo. A direção tomada depende da consciência de classe do proletariado e não do resultado palpável dessa luta particular, da sua vitória ou derrota.

A esse respeito, Antunes assinala que:

"Se enquanto classe 'em si' a situação objetiva de subordinação real do trabalho ao capital persiste, enquanto 'classe para si'

há a formulação de um projeto político hegemônico alternativo à sociedade de classes, numa incumbência histórica que implica a destruição das contradições antagônicas dessa sociedade e a própria universalização do proletariado enquanto classe que, ao extinguir o seu polo contrário, busca também a sua "auto-abolição" (ANTUNES, 1988, P.23)

Para Marx não tem fundamento a separação entre luta econômica e luta política, mas é próprio da essência de qualquer luta econômica o transformar-se em luta política e inversamente. Aqui importa ir além da experiência imediata, apreender e compreender os objetivos da própria experiência como momentos da totalidade, isto é, como momentos do conjunto da sociedade em plena evolução histórica. Do ponto de vista do proletariado, é a apreensão do presente, de sua própria situação social que lhe permite o conhecimento da história. Essa objetividade que revela o mundo, que por sua vez se coloca ao homem na teoria e na práxis, pode ser captada como elemento mediador entre o passado e o futuro

Para Lukács, a burguesia se detém teoricamente na imediatidade, ao passo que o proletariado vai além. Isto se explica pela dinâmica dos interesses de classe, considerando-se que

"O ser social é igual para o proletariado e para a burguesia" (...) mas (...) "esse mesmo ser conserva os laços que prendem a burguesia a esta imediatidade. No tocante ao ser social do proletariado aparece mais imperiosamente o caráter mediatizado de cada momento, que só na totalidade mediatizada adquire a sua verdade, a sua autêntica objetividade" (LUKÁCS, 1989, p.184)

A esse respeito, Michael Lowy nos indica que :

"O ponto de vista da classe revolucionária é, em cada período histórico, superior ao das classes conservadoras, porque é o único capaz de reconhecer e de proclamar o processo de mudança social - a burguesia revolucionária até o século XVIII, o proletariado, a partir do século XIX" (LOWY, 1978, p.30)

Com isso, fica evidente que à classe política e

economicamente dominante não interessa o desvendamento, o conhecimento da totalidade já que a mistificação faz parte de seu sustentáculo.

Cabe, portanto, ao proletariado realizar sua missão histórica, perseguir e utilizar o conhecimento de si e da realidade como arma indispensável na luta pela transformação.

Para os fins a que nos propomos nesta análise, extrairemos da contribuição de Lukács na temática ora abordada, a noção de totalidade como elemento básico no processo de formação da consciência de classe, constituindo-se uma das categorias a partir da qual iremos considerar o significado do movimento de Ação Católica Operária na formação histórica da classe operária nordestina.

Dentre os pensadores do tema em questão, destaque especial deve ser dado ao italiano Antonio Gramsci (1891-1937) cuja contribuição teórica fundamenta-se basicamente na crítica às deformações fatalistas e mecanicistas do materialismo histórico. Neste sentido a análise gramsciana está centrada na influência da superestrutura e do mundo das idéias, na importância do poder político e da sua conquista e na importância da frente de trabalho cultural, necessária às frentes econômica e política.

Partindo do ponto de vista de Cogniot, podemos afirmar que já em suas primeiras obras, Gramsci preocupa-se com o "problema de uma concepção do mundo radicalmente nova que rompe com todas as metafísicas e identifica a realidade com o 'Fazer Humano', não o fazer abstrato e desencarnado dos idealistas, mas um 'fazer' concreto, econômico, produtivo (a práxis), no seio da

qual se resolve a relação orgânica entre a natureza e os homens e entre os próprios homens" (GRAMSCI, 1978, p.16).

Não se trata, portanto, de considerar a supremacia da superestrutura sobre a estrutura, mas tão somente de assinalar o vínculo orgânico entre estrutura-superestrutura que constitui o foco do "Bloco Histórico", entendido como "articulação interna de uma situação histórica precisa" ... situação que ... "se edifica, essencialmente, em torno do sistema hegemônico da classe fundamental" (PORTELLI, 1977, p.103).

Assim, o problema do bloco histórico é realmente o da natureza do vínculo orgânico que estabelece a relação entre estrutura e superestrutura e, no seio desta, entre sociedade civil e sociedade política.

Para elaborar sua análise da superestrutura, Gramsci retoma os estudos de Lênin, especialmente no que se refere a abordagem sobre sociedade política, partido e hegemonia, mas "avança em relação a Lênin, por suas reflexões concernentes à cultura popular e à ideologia orgânica na dialética intelectual-massa, concebidas como momentos fundamentais na estratégia política revolucionária" (SCHERER-WARREN, 1987, p.61).

Para Gramsci, sociedade civil e sociedade política constituem esferas de momento superestrutural, havendo entre elas unidade dialética.

"Por enquanto, pode-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamando de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos chamados de 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no Governo 'Jurídico'" (GRAMSCI, 1985, p.10-11).

No entender de Bobbio, Gramsci modifica o significado

marxista da expressão 'sociedade civil' ao concebê-lo como "momento da elaboração das ideologias e das técnicas do consenso"... , mas não no sentido de ... "contrapor a estrutura à superestrutura, mas para distinguir, melhor do que o haviam feito os marxistas precedentes, no âmbito da superestrutura, o momento da direção cultural do momento do domínio político" (1).

É nesta perspectiva que estão inseridas, no espaço entendido como sociedade civil, o campo social onde atuam as instituições representativas da classe operária ou seja, as suas organizações: "o conselho de fábrica (formação histórica, nascida pela consciência de si, própria de uma parte dos produtores e destinada a dominar o aparelho de produção), o sindicato (associação voluntária, que coordena as forças produtivas e imprime ao aparelho industrial a forma comunista) e o partido (associação voluntária, modelo vivo e dinâmico de uma nova convivência social que une a disciplina à liberdade" (2).

O vínculo orgânico que caracteriza a relação estrutura sócio-econômica / superestrutura político-ideológica está dado pelos intelectuais. São eles os instrumentos internos, os agentes da superestrutura que desempenham um papel de mediação no seio do bloco histórico. Fica evidente, portanto, que nesta concepção está implícita a diferenciação entre a atividade intelectual e a função da categoria profissional dos intelectuais. Isto significa dizer que, em geral, todos os homens são intelectuais, visto que o desempenho de qualquer atividade humana requer a intervenção intelectual - ou seja, "não se pode separar o homo faber do homo sapiens" - mas, nem todos os homens desempenham na

sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 1985, p.7).

Abandonando a concepção metafísica e idealista do intelectual como grupo social independente, Gramsci elabora uma nova interpretação deste grupo social: é o intelectual "orgânico" à classe que representa, cujo vínculo evidencia-se no exercício de sua atividade no seio da superestrutura.

Desta forma :

"cada grupo social que nasce no terreno original de uma função essencial no mundo da produção econômica cria, ao mesmo tempo que a si mesmo, organicamente, uma ou várias camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e a consciência da sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano político e social" (GRAMSCI, 1985 p.3).

É neste sentido que, como "funcionários das superestruturas" ou como "células vivas da sociedade civil e da sociedade política", são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel e a transformam em 'concepção de mundo' que impregna todo o corpo social" (PORTELLI, 1977, p.87).

Com isso, constata-se uma ampliação do conceito de intelectual e uma modificação no critério para sua definição que não será mais a dicotomia intelectual x manual, que emerge do processo da divisão do trabalho, mas o lugar que este grupo social ocupa nas relações sociais, isto é, numa classe. É no centro deste debate que vão surgir, no âmbito da categoria intelectual, além dos tipos mais conhecidos - literato, filósofo, artista - o pesquisador, o técnico, o educador, o administrador, os organizadores da sociedade civil e da sociedade política, aqueles que desenvolvem a consciência de classe.

Nos termos em que é abordada por Gramsci, a temática do

"intelectual orgânico" vem contribuir, de forma decisiva, para a solução de uma antiga polêmica entre seguidores do pensamento de Marx, no tocante à articulação operário e intelectual dentro da classe e a elucidação sobre a consciência de classe. Trata-se aqui do debate, entre Lênin e Rosa Luxemburgo. Lênin, retomando uma idéia desenvolvida por Kautsky, chega a afirmar que a consciência social democrata dos operários só podia ser introduzida de fora. No seu entender, a consciência social democrática só poderia vir de fora, dos intelectuais revolucionários socialistas, exatamente pelo fato de o socialismo científico ter surgido no meio intelectual e constituir uma elaboração teórica a que, naturalmente, os operários, por si sós, não têm acesso(3).

Lênin apresenta como síntese de seus estudos a esse respeito, a obra intitulada "QUE FAZER?", onde privilegia as questões táticas, de ordem política, portanto, e a importância da organização na luta do proletariado.

A análise do movimento grevista anterior a 1890, lhe permite afirmar que a espontaneidade é uma característica inerente às manifestações grevistas, dada a sua natureza "econômica", o que permite alcançar uma consciência sindical, ou seja, produz a convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do Estado essas ou aquelas leis necessárias aos operários.

Malgrado a polêmica existente entre ele e Rosa Luxemburgo, o próprio Lênin virá reconhecer que o elemento espontâneo constitui, por si só, a forma embrionária da consciência, na medida em que suscita a necessidade de

reivindicações precisas, a discussão do momento favorável e a identificação de outras situações semelhantes. Em síntese, desperta para a vida e para a luta consciente. Daí porque, no seu entender, não se pode desprezar nem subestimar a espontaneidade da luta econômica, mas não se deve, por hipótese alguma, "cultuar" o espontâneo, privilegiando a luta sindical, a luta pela situação econômica, em detrimento da luta política que se caracteriza pela conquista da influência sobre o poder do Estado, o que corresponde à luta por direitos políticos, liberdades democráticas, etc.

Por sua vez, Rosa Luxemburgo, julgando tal concepção mecânica e anti-dialética, responde que:

"a social-democracia não está ligada à organização da classe operária, pois ela é o movimento próprio da classe operária inclusive o 'eu coletivo' da classe operária tem o direito de equivocarse e aprender por ele mesmo a dialética da história" (4).

Entendemos que, Gramsci supera a teoria do espontaneísmo de Rosa Luxemburgo, ao defender a necessidade de uma síntese da espontaneidade das massas, através da "direção consciente" e difere de Lênin ao privilegiar a direção cultural e ideológica do partido, tendo em vista o consenso das massas na conquista da direção moral e cultural da sociedade.

Neste sentido, a revolução vem a ser também um processo de construção de uma cultura nova, de uma reforma intelectual e moral, e exige para esse ato de autoconsciência crítica uma organização e dirigentes - os seus intelectuais orgânicos.

Tal elucidação só é possível na teoria gramsciana, graças à utilização da práxis como elemento central de análise, graças à

relação que ele estabelece entre teoria e prática. Há na realidade, uma interação permanente entre uma ação e a reflexão sobre ela, num dinamismo que nos obriga a superar uma visão estática e dualista para não separar, em momento algum, os dois termos que se exigem. Referimos-nos, aqui, ao elemento popular e ao intelectual, pois como nos afirma Gramsci :

"O elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual "sabe", mas nem sempre compreende e, muito menos, "sente"(...) O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como, relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o saber; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1991, p.138-139).

Parece-nos bastante claro que, mais uma vez, Gramsci realmente consegue ampliar a análise marxista ao mostrar a organicidade estrutura-superestrutura, identificando como elemento central deste vínculo orgânico, no interior das classes sociais, o intelectual. Mas sua contribuição vai além quando ressalta a tarefa do intelectual junto aos membros de uma classe, na formação de sua consciência: a relação entre experiência de vida/história; entre senso comum/concepção de mundo científico e correntemente elaborada; sentimento/razão. Com isso, Gramsci considera o homem em sua totalidade, em sua dupla dimensão -particular e histórica que, no entanto, muitas vezes não tem consciência teórica desta condição e necessita da presença do mediador intelectual:

"O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara

consciência teórica desta ação que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer inclusive, que a sua consciência teórica, esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade, e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica" (GRAMSCI, 1991, p.20).

Em relação à consciência de classe do intelectual, Gramsci considera que, havendo identidade entre representante e representado, a possibilidade de uma maior consciência de classe por parte do intelectual é bem mais plausível. Neste sentido, em se tratando das classes subalternas - que na maioria das vezes são obrigadas a importar seus intelectuais, o que justifica sua grande vulnerabilidade - temos que :

"a consciência de classe de seus intelectuais pode ser menos elevada e os dirigentes das classes dominantes tentarão permanentemente integrar esses intelectuais à classe política, particularmente através do recurso ao transformismo" (PORTELLI, 1977, p.85).

Entretanto, o fato de a origem social exercer influência no vínculo que se estabelece entre intelectual e classe social não consegue ser tão determinante quanto à estreiteza de sua relação com a classe. Em outras palavras, a organicidade da relação será definida em função da identidade de interesses, a correspondência de objetivos muito mais que as condições objetivas determinadas pela origem de classe. Com isso, Gramsci amplia a própria concepção de classe na medida em que a "classe em si" não é um pré-requisito único e obrigatório do tornar-se "classe para si". Entretanto, a própria relação orgânica estrutura-superestrutura implica em que a adoção da ideologia, de valores, da cultura de uma classe, requer uma aproximação com as condições materiais objetivas que constituem o "econômico real"

da classe. Voltaremos a essa discussão por ocasião da análise do clero enquanto intelectual orgânico das classes subalternas

Partindo dessas concepções básicas, Gramsci realiza sua análise sobre a Igreja considerando-a poderosa instituição de difusão e universalização da ideologia, inserida, portanto, na estrutura ideológica da sociedade civil. No seu entender, embora proclamando-se autônoma, a categoria dos eclesiásticos esteve sempre ligada a uma classe social. Do ponto de vista histórico, na Europa, no período que antecedeu a ascensão da burguesia industrial com o modo de produção capitalista, o clero esteve organicamente vinculado à aristocracia fundiária. Partindo desse posicionamento, compreende-se que a luta da burguesia pela hegemonia sobre o bloco histórico; vai opor radicalmente seus intelectuais orgânicos ao clero e a sua supremacia, na formação de novo bloco histórico, transforma aqueles em intelectuais tradicionais.

Neste contexto a denominação "intelectuais tradicionais" refere-se aos que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental e que dirigiam a sociedade civil do bloco histórico anterior. Tais intelectuais consideram-se autônomos, fenômeno que pode ser associado ao fato de frequentemente tais grupos perderem a base social à qual estavam organicamente vinculados ou por estarem fortemente organizados, formando uma casta propriamente dita.

No caso da Igreja há um outro elemento a considerar: sua ideologia religiosa reforça essa convicção na medida em que a religião é uma concepção de mundo bastante complexa.

Em síntese temos que a abordagem que permite a identificação dos intelectuais orgânicos e dos tradicionais possibilita igualmente o estudo da formação do sistema hegemônico.

No decorrer da análise ora em curso, abordaremos, com mais detalhe, nossa compreensão sobre o clero, enquanto intelectual orgânico e sua situação, particularmente, no interior da Ação Católica Operária, assim como o desempenho dos leigos e dos teólogos da Igreja, na mesma perspectiva.

A unidade de análise do estudo é o movimento de Ação Católica Operária - ACO na região Nordeste, privilegiando-se o Estado de Pernambuco e, em alguns momentos o da Paraíba, tendo em vista que a sede regional do movimento está localizada em Recife, que a documentação existente refere-se especialmente à atuação nesses dois estados e que o contato com militantes, indispensável para a realização da pesquisa, não foi possível em outros estados. Acrescente-se a isto o fato de o movimento de ACO, em Pernambuco ter assumido expressão de maior destaque na região, aspecto também observável no âmbito do desempenho da Igreja e das organizações de classe nas últimas décadas.

A pesquisa de campo, propriamente dita iniciada em setembro de 1990 e concluída em maio de 1992 coincidiu com mudanças substanciais na conjuntura política e econômica a nível mundial, cujas repercussões atingem de modo significativo concepções até então vigentes de socialismo e transformação social. A ocorrência de tal fenômeno, pela sua recentidade, constitui hoje objeto da mais intensa polemização entre os estudiosos da questão. Ocorrendo em concomitância a esta

efervescência de discussões teóricas e acontecimentos concretos, a pesquisa deparou-se com as incertezas do debate - que permanece ainda inconcluso - seja no depoimento dos entrevistados, seja na literatura que aborda a temática.

Acrescente-se a isto a crise verificada no interior da Igreja, cuja repercussão atingiu diretamente pessoas vinculadas ao movimento de ACO.

Vale salientar ainda, que ocorrências de ordem pessoal/profissional influenciaram o ritmo de andamento da pesquisa visto que requereram a disponibilidade do tempo necessário à participação na seleção e, posteriormente para o exercício profissional inicialmente na FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco), na UFPB (Universidade Federal da Paraíba), e, em seguida na UFPE.

Foram realizadas 35 entrevistas abertas, a maioria delas, com o auxílio de gravador, envolvendo pessoas vinculadas à ACO:

- 04 Assistentes eclesiais;
- 22 militantes;
- 02 ex-Assistentes de JOC;
- 01 ex-Assistente de JUC;
- 01 assessor do Movimento Sindical.

Algumas dessas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez e algumas entrevistas foram realizadas de forma coletiva estando os militantes reunidos em sua equipe de base.

Junto aos Assistentes, procuramos identificar sua motivação para participação no movimento, seu desempenho na formação dos militantes, aspectos significativos dos fundamentos, da origem e da história do movimento da Ação Católica Operária, assim como da Teologia da Libertação e da participação da Igreja

no processo sócio político brasileiro no pós 64

As entrevistas realizadas com os militantes tiveram como núcleo comum os aspectos de sua história de vida, tomando-se como parâmetro para análise :

- sua participação na ACO - época, motivação, desempenho; acontecimentos e lutas que marcaram a história da ACO.
- seu engajamento nas organizações de classe - inserção no mercado de trabalho, organização (sindical, de bairro ou partidária) a que está vinculado, história do desempenho político dessa organização e de sua atuação neste contexto.

Recorremos à observação participante por ocasião da realização de alguns encontros locais, estadual e regionais, tais como os ocorridos em Paulista (04/08/91) ou no Recife em 30 de junho de 1991, de 10 a 11 de fevereiro de 1992 e de 06 a 08 de setembro deste mesmo ano.

A riqueza do material documental existente, sob a forma de publicação ou documentos arquivados na sede do movimento exigiu uma seleção dessa documentação, de acordo com a importância identificada para o tema em estudo. Neste sentido, foram priorizadas as publicações que tratam da problemática da classe operária no Nordeste tais como:

- relatórios de encontros nacionais ou regionais cujas decisões trouxeram implicações mais decisivas para o movimento;
- jornais ou boletins periódicos da ACO que recuperam a atuação dos militantes nas organizações de classe;
- processos judiciais que envolveram Assistentes e/ou militantes e;
- manuscritos originais de Assistentes e militantes. Foram consultados ainda documentos do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro e do Centro de Ação Comunitária - CEDAC, especialmente no que se refere ao Movimento Sindical; jornais da imprensa local como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Comércio e da imprensa alternativa como o Informe Sindical.

A forma escolhida para apresentação dos conteúdos neste trabalho não obedece necessariamente, à mesma ordem com que

foram tratados no decorrer da pesquisa. As categorias aqui consideradas, inicialmente, serão referenciadas no decorrer da dissertação à medida que desenvolvemos a análise anunciada no início deste trabalho.

Tendo em vista a natureza cristã do movimento e sua vinculação à Igreja Católica, a dissertação inicialmente, faz referência às práticas pastorais que caracterizaram a atuação dessa instituição, no Brasil, durante o século XX, a partir da preocupação da Igreja com a questão social. A esse respeito, a abordagem adotada reafirma os postulados gramscianos que consideram a Igreja como poderosa instituição situada no âmbito da produção da ideologia. Neste sentido, a pesquisa ora apresentada reconhece diferentes posturas ideológicas que disputam, no interior da organização, a supremacia de sua influência junto à sociedade civil.

O 2º Capítulo trata dos fundamentos e origem da Ação Católica, entendida como prática pastoral da nova cristandade que, ao favorecer a aproximação leigo-instituição, favorece igualmente, o fortalecimento do segmento que, historicamente, tem se identificado com a causa dos "oprimidos". Posto isto, entende-se que os desdobramentos posteriores da Ação Católica, - a saber, na Ação Católica Especializada, especialmente JOC e JUC - inspirados nos princípios humanistas de Maritain e no discurso social-cristão de Alceu Amoroso Lima, constituirão os alicerces da Teologia da Libertação. Neste contexto, a Ação Católica Operária surge como espaço criado pelos ex-jocistas, e não por orientação da hierarquia, para dar continuidade à orientação engajada de ex-militantes de JOC.

Como a análise estará centrada na região Nordeste, o 3º Capítulo objetiva situar cronológica e espacialmente o objeto em estudo, tecendo considerações do ponto de vista sócio-político-econômico que viabilizem o entendimento da dinâmica assumida pela região, no contexto do capitalismo nacional e transnacional. Partindo da análise do plano de industrialização/modernização implementado pela SUDENE - voltado inicialmente para a indústria têxtil e em seguida para a indústria dinâmica - procuramos identificar algumas implicações dessa política na definição do perfil da classe operária na região. Procuramos ainda situar a existência de forças populares no período pré-64 e o surgimento de novas expressões de organização já na década de 70.

O 4º Capítulo desse trabalho pretende resgatar a práxis desenvolvida pelos militantes de ACO, seja como denúncia das péssimas condições de vida e de trabalho impostas à classe operária na região, seja no fortalecimento das organizações sindicais, de bairro ou do partido político. Os fundamentos dessa postura remontam a uma concepção de homem e de mundo, a uma visão ético-moral elaborada na leitura, de um novo pensamento teológico cujo suporte encontra-se na experiência acumulada dos movimentos de Ação Católica Especializada e na releitura dos ensinamentos bíblicos, com o respaldo do conteúdo das ciências sociais, em especial de orientação marxista. Destaque-se a presença do assistente eclesialístico como intelectual orgânico, intermediário na veiculação desse pensamento e na formação dos militantes do movimento de ACO.

NOTAS EXPLICATIVAS DO CAPÍTULO 1

1. BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. São Paulo : Editora da Unb, 1986, p.1210.
2. SCHERER - WARREN, Ilse. Movimentos sociais : um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1987, p.68. Segundo Gramsci in L'Ordine Nuovo, 1919.
3. A esse respeito, Lênin realiza exaustiva transcrição de palavras de Kautsky. Reproduziremos, a seguir, alguns trechos da transcrição :

"... O socialismo e a luta de classe surgem paralelamente e um não engendra o outro; surgem de premissas diferentes. A consciência socialista de hoje não pode surgir senão à base de um profundo conhecimento científico... Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses: foi do cérebro de certos indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo, e foram eles que o transmitiram aos proletários intelectualmente mais evoluídos, que o introduziram, em seguida, na luta de classe do proletariado onde as condições o permitiram. Assim, pois, a consciência socialista é um elemento importado de fora (...) na luta de classe do proletariado, e não algo que surgiu espontaneamente (...). Também o antigo programa de Heinfeld dizia, muito justamente, que a tarefa da social-democracia é introduzir no proletariado (literalmente: preencher o proletariado com) a consciência da sua situação e a consciência da sua missão. Não seria necessário fazê-lo se essa consciência emanasse naturalmente da luta de classe..." . LENIN, V.I. 1988, p.31

4. SOUZA, Luiz A. Gomes. Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História. Petrópolis : Vozes, 1982, p.65.

CAPÍTULO 2

A AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL :
Origens e Fundamentos

2.1. AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA : Prática Pastoral da Nova Cristandade

Do ponto de vista gramsciano de análise, a Igreja Católica tem se constituído uma verdadeira sociedade civil autônoma e, desta forma, vem elaborando uma ideologia própria que é sustentada pela homogeneidade e estrutura que lhe são características (PORTELLI, 1977 p. 28). Neste sentido, o Cristianismo, inicialmente, representa um movimento ideológico e político dos povos oprimidos e das classes subalternas e, à medida que a Igreja realiza sua aliança com o Império Romano, esta representação assume o lugar de uma estrutura ideológica dominante. A nova condição de aliada do poder se prolonga pela Idade Média no mundo Feudal, em consonância econômico-política com a aristocracia da época. Esse período corresponde, também, ao que podemos chamar de estruturação interna, que consiste, sobretudo, na elaboração de muitos de seus princípios doutrinários e dogmáticos, os quais fundamentaram o pensamento filosófico, a ética e a moral da sociedade de então.

Entretanto, ainda na Idade Média, emerge um complexo fenômeno de movimento religioso de leigos que terá relações decisivas com a gênese das ordens mendicantes. Essa experiência laical, característica ao final do século XII e início do século XIII, adere aos valores do Evangelho, em especial à pobreza. Ao empreender a pregação como uma de suas atividades, a fraternidade transitou do estado laical para o clerical, para não incorrer na excomunhão. Algumas dessas ordens religiosas, sobretudo a franciscana, repercutem ainda hoje como sinônimo de uma

experiência cristã voltada para os oprimidos.

No século XVI surgem outras manifestações de questionamento da postura, de aliada do poder especialmente no que se refere à estrutura hierárquica, dentre elas destacando-se a atuação de Martinho Lutero que promove a Reforma. Já no século XVIII a Revolução Francesa coloca, tanto a Igreja, quanto a Aristocracia Feudal, numa posição subalterna (FOLLMANN, 1985, p.45). O alcance desse marco histórico ultrapassa os limites dos anos 1700 e, segundo alguns autores, a desamortização dos eclesiásticos levada a cabo na França, em novembro de 1789, foi o início do processo que se desenvolveu durante o século XIX, num e noutro lado do Atlântico. Consolida-se, então, a separação entre Igreja e Estado, passando este último a desempenhar atividades antes consideradas atribuições da Igreja: o registro civil, a administração dos cemitérios civis, a instrução pública e, sobretudo, a direção de inumeráveis obras de caridade, como hospícios e hospitais. A consequência imediata disto é o distanciamento que se estabelece gradativamente entre a hierarquia eclesial e os leigos que se encontram tanto na burguesia intelectual, quanto no proletariado.

De forma similar, no Brasil, o período compreendido entre 1890 e 1930, entendido como primeira República, constitui-se para a Igreja, uma fase de exclusão no tratar de questões políticas. A Proclamação da República institucionaliza a separação dos poderes temporal e espiritual, consolidando assim, o rompimento da relação Igreja_Estado.

Na conjuntura brasileira, tal situação vinha-se gestando nos conflitos que culminaram com a questão religiosa, em 1874, e

assume a forma de lei na Constituição de 1891. Sendo assim, fica oficialmente reconhecido o caráter a-religioso do novo regime, a negação dos direitos políticos aos religiosos, a secularização dos cemitérios, a laicização da educação e a extinção da religião como disciplina obrigatória do currículo escolar.

O século XIX, convém salientar, não trouxe modificações apenas no campo religioso; ele é entendido como o século das transformações: a Revolução Industrial, utilizando e aperfeiçoando a máquina como meio de produção, que traz em seu bojo a afirmação do novo modo de produção - o capitalismo - e da nova organização social com o surgimento da classe operária. Ela também abre caminho para a ciência que, aos poucos, vai ocupando o lugar da Teologia (MADURO, 1981).

Sendo assim, no mesmo século, a Igreja se defronta com os questionamentos advindos especialmente da Sociologia, Economia e das Ciências Exatas. No âmbito da Sociologia, na tentativa de compreender os fenômenos sociais, os estudiosos vão elaborando diferentes correntes de pensamento que refletem seu posicionamento frente ao modo de produção já dominante - o Capitalismo(1).

Vale considerar que, a essa época, tanto o pensamento liberal - base de sustentação do Capitalismo - quanto o Socialista - a sua contestação - estão em plena ebulição(2). O Liberalismo tendo como base filosófica o individualismo, enquanto afirmação do direito individual acima do coletivo, expressa-se, do ponto de vista econômico, na livre iniciativa, na auto-regulação do mercado (mão invisível), propondo a supressão do

papel do Estado na economia, a absolutização do direito de propriedade, total autonomia da economia, com relação aos princípios da moral, estabelecendo, assim, a absoluta separação dos poderes temporal e espiritual e, com isso, o caráter oficialmente não secular ou laico da sociedade.

As teorias que embasam o pensamento Socialista, considerando a História como ponto de partida e eixo central de toda a análise, propõem como meta e etapa posterior à superação da luta de classes o modo de produção comunista, que se caracteriza pela "propriedade social dos meios de produção e pelo desenvolvimento planejado em benefício de toda a sociedade" (ILINE; MOTILIOV, 1986. p.294).

Historicamente a Igreja Católica tem se colocado contrária às proposições de "Liberdade" ou de "Rebelião" do homem perante Deus. Tem igualmente manifestado críticas aos problemas inerentes ao caráter explorador/espoliador do Capitalismo, especialmente através de sua doutrina social.

A propósito, a súmula da doutrina social católica, a Encíclica Rerum Novarum, fundamentada na filosofia tomista e divulgada em maio de 1891, é o primeiro documento da Igreja a formular uma construção sistemática de princípios sobre a questão social. Intitulada "Sobre a Condição dos Operários", a encíclica suscita questionamentos que envolvem temas como: utilização de critérios liberais para definição dos salários e que lhes atribui um valor injusto; necessidade de intervenção do Estado na economia; direito de organização dos trabalhadores em associações, por categoria profissional. Acreditamos ser interessante a transcrição de alguns trechos da citada encíclica

para exemplificar o que foi afirmado acima, de acordo com o tema abordado;

Trabalho e Salário :

"Trabalhar é exercer a atividade com o fim de procurar o que requerem as diversas necessidades do homem, mas principalmente o sustento da própria vida (...) Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso da fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo " (Papa Leão XIII, Encíclica Rerum Novarum, p.43).

Papel do Estado:

"... por Estado entendemos aqui, não tal governo estabelecido entre tal povo em particular, mas todo o governo que corresponde aos preceitos da razão natural e dos ensinamentos divinos (...). ... em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum." (Papa Leão XIII, Encíclica Rerum Novarum, p.34-35).

Organização dos Trabalhadores :

"... os cidadãos são livres para se associarem.(...) ... se deve tomar como regra universal e constante o organizar e governar por tal forma as corporações que proporcionem a cada um dos seus membros os meios aptos para lhes fazerem atingir (...) o fim que eles se propõem e que consiste no maior aumento possível dos bens do corpo, do espírito e da fortuna" (Papa Leão XIII, Encíclica Rerum Novarum, p.55).

Propriedade Privada:

"Sobre o uso das riquezas, já a pura filosofia pode delinear alguns ensinamentos (...). O fundamento dessa doutrina está na distribuição entre a justa posse das riquezas e o seu legítimo uso. A propriedade particular é de direito natural para o homem. (...). Quem quer que tenha recebido da divina bondade maior abundância (...) recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento e (...) ao alívio dos outros.(Leão XIII, Encíclica Rerum Novarum, p.27-28)

Todavia na encíclica, a crítica aos princípios liberais é acompanhada por questionamentos ao socialismo em seu princípio fundamental, a saber, a socialização dos meios de produção. A função social da propriedade é abordada mais na perspectiva da caridade que da justiça. E o direito de propriedade, tratado a partir de uma concepção individualista do homem, nos faz

reconhecer a "marca indubitável da contaminação liberal que a doutrina católica sofreu apesar de sua expressa rejeição de tal ideologia" (ORDUNA, 1983, p.110).

A questão básica, entretanto, que orienta a elaboração da encíclica é da competência da Igreja na sociedade moderna, a partir da constatação de que a Igreja Católica perdera a noção do lugar que deveria ocupar na sociedade moderna. E esta é uma questão ainda não resolvida, implicitamente ligada ao desenvolvimento do seu pensamento, sobretudo no que concerne à elaboração de sua doutrina social :

"As condições da Igreja no século XIX são particularmente difíceis... O fosso aberto entre a Igreja e o mundo é tão fundo que parece caminhar por sendas distintas e opostas; a apostasia da burguesia intelectual e do proletariado se consolida. A dificuldade residia; em verdade, na falta de adequação das estruturas e atividades eclesiais ao novo clima Histórico e Sócio-Político..." (ORDUNA, 1983, p.95).

é neste contexto que vamos encontrar as origens da Ação Católica. Nessa perspectiva, ela surge como tentativa de afirmação da Igreja Católica frente à vitória do liberalismo que, como resposta à crise histórico-político-intelectual da época, implica num anticlericalismo de amplas massas (GRAMSCI, 1984, p.282).

A substituição do catolicismo como concepção cosmopolita, a partir da qual cristão e homem eram sinônimos e que assegurava à Igreja a condição de força ideológica mundial, a coloca, agora, na defensiva e a obriga a organizar-se de forma semelhante a um partido, que se situa em oposição a outros partidos numa postura fundamentalmente defensiva, conforme nos sugere o texto a seguir:

"Crispolti reconhece que a Ação Católica é uma inovação e não, como dizem as encíclicas Papais, uma atividade que sempre

existiu desde o tempo dos apóstolos. Ela é uma atividade estreitamente ligada, como reação ao iluminismo francês, ao liberalismo, etc. E à atividade dos estados modernos pela separação da Igreja, isto é, a reforma intelectual e moral leiga bem mais radical (para as classes dirigentes) que a reforma protestante; atividade Católica que começa a se confirmar especialmente depois de 1848, do fim da restauração e da Santa Aliança." (GRAMSCI, 1989, p.283).

Sendo assim, compreende-se que é com a diminuição de sua influência na sociedade que a Igreja sente, cada vez mais, a necessidade de reforçar sua militância e lutar pelo espaço perdido. Para isso, aprimora suas estratégias de organização junto aos leigos, de forma especial, junto à classe operária, ao mesmo tempo que determina melhor seus princípios e diretivas. Entretanto, se sua atuação é o mais evidente sinal de sua fragilidade, nesse período, é também, a porta aberta para a sua expansão.

Na realidade, essa postura não foi uma característica da atuação da Igreja Católica apenas na Europa do século XIX, mas estendeu-se, no tempo e no espaço, ao século XX e ao continente americano.

Assim é que a Ação Católica, entendida por Dussel(1986, p.14), como "Modelo de compromisso secular dos leigos, sob a direção da hierarquia episcopal", ganha novo impulso nas primeiras décadas deste século. Com o Papa Pio XI(3), assume a forma de "ação pastoral prioritária", oficialmente reconhecida em sua encíclica "Quadragesimo Anno" (maio de 1931), como se pode constatar nas palavras do Pe. Costa(4):

"Do sumo pontífice Pio XI pode dizer-se, sem a menor sombra de exagero, que o pensamento dominante, a idéia mais cara, a coisa mais séria do seu divino encargo de pastor universal, é a Ação Católica. Desde que subiu ao trono pontifício, sua palavra luminosa e profunda não se cansa de referir todos os problemas modernos, que exigem uma solução pronta e eficaz da parte da

Igreja, ao outro problema não menos moderno da organização dos leigos na Ação Católica. Na "quadragesimo", a grande encíclica sobre a questão social que completa, em face dos problemas atuais, a admirável palavra de Leão XIII, afirma sem rodeios que é impossível essa tão desejada e indispensável restauração social sem uma completa renovação do espírito cristão através da Ação Católica". (COSTA, 1937, p.41).

As décadas de 20 e 30 assistem, portanto, a uma rápida expansão dos movimentos de Ação Católica, na Itália (onde é reestruturada), em vários países da Europa e da América Latina. Na Europa, a expansão se dá entre 1923 e 1928, atingindo - além da Itália, onde ganha espaço diante do estado fascista - Polônia, Iugoslávia, Checoslováquia e Áustria. Na França, a Ação Católica exerce uma influência diferenciada dos demais países europeus. É mais intelectualizada e voltada para uma atuação politizada. Utiliza como instrumental de discussão as semanas sociais, que abordam problemas internacionais. A exemplo disso podemos mencionar a realização da Semana Católica Internacional, em setembro de 1931, que se constitui uma iniciativa da "Union Catholique d'Etudes Internationales", reunindo personalidades Católicas de todos os países que discutiram sobre problemas internacionais, na perspectiva de criar uma unidade de pensamento concreto entre os católicos de todo o mundo. Já em 1927, a realização da Semana Social de Nancy - dedicando-se à temática da "Mulher na Sociedade" - traz contribuições favoráveis à mais ampla participação da mulher na vida política, conclusões estas aprovadas pelo Cardeal Gaspari em nome do Papa Pio XI. Na Alemanha e nos Estados Unidos a Ação Católica não encontra a mesma aceitação e quase não tem expressão entre os católicos (GRAMSCI, 1989, p.295-299).

O início de sua organização na América latina data de

1928, na Argentina. Dez anos mais tarde, ela havia se expandido por quase toda a América do Sul e América Central: Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, México, Guatemala e Cuba (DUSSEL 1986, p.86).

No Brasil, a Ação Católica é fundada no Rio de Janeiro em 1923, tendo seu estatuto aprovado por Roma em 1935 (RICHARD, 1982, P.145), sob o cardinalato de D. Sebastião Leme, personagem de influência marcante e determinante nos rumos assumidos pela Igreja brasileira, no período que se segue aos anos 30, até o final do Estado Novo.

Sobre o seu significado no Brasil e no mundo, nos afirma Carvalheira:

"Este movimento representou no mundo e particularmente no Brasil, um acontecimento eclesial de grande significação. Sua influência foi decisiva na História da Igreja e nos acontecimentos eclesiais de nosso tempo". (CARVALHEIRA, 1983, p.10)(5)

A Ação Católica é definida por Pio XI como "participação dos leigos no apostolado hierárquico" (COSTA, 1937).

Os vários aspectos dessas afirmativas focalizadas, bem como a sua definição merecem ser analisados atentamente. Em primeiro lugar, convém ressaltar que a preocupação em atingir o leigo, além de representar para a Igreja Católica uma forma de reconquistar, sobretudo, o proletariado e a burguesia intelectual, tinha como o objetivo garantir seu poder de influência em meios onde a penetração e atuação do leigo era mais fácil e possível. Consistia, ainda, numa forma de suprir a escassez do clero (6). E neste sentido, a Ação Católica exerce oficialmente um mandato que se realiza como extensão do ministério hierárquico e o seu caráter apostólico mantém certa

semelhança com a condição de sacerdote. Nas palavras de Padre Costa:

"A escassez do clero torna, por dois motivos, muito necessária entre nós a organização do apostolado leigo. O primeiro liga-se à vida paroquial, em que a Ação Católica é bem o que dela afirmou o Exmo. Cardeal Gaspari: 'são os braços dados por Deus à mente e ao coração do pároco'. O segundo está ligado ao problema das vocações: a Ação Católica será a base para formação de futuras famílias cristãs onde, com mais segurança, desabrocharão vocações" (COSTA, 1937, p.110-111).

Um outro aspecto a considerar é a concepção de "participação" implícita nos pronunciamentos da hierarquia. Longe de ser entendida como processo em que as partes envolvidas têm poder de decisão e capacidade de propor mudanças, quanto aos objetivos propostos, participação aqui é entendida como colaboração permitida, tornada oficial pela hierarquia da Igreja e a ela subordinada.

Sendo assim, a "participação" dos leigos existe enquanto estiver vinculada, subordinada e obediente à hierarquia. Na Ação Católica a hierarquia de jurisdição é composta pelo Papa, Bispos e, em certo sentido, pelos párocos. Ao apostolado hierárquico, enquanto missão sobrenatural, confiada por Cristo aos seus escolhidos, cabe salvar almas e governar a Igreja. Ao pároco, enquanto assistente eclesiástico, cabe a representação da autoridade eclesiástica. O espaço reservado ao leigo inclui a direção local da Ação Católica, para atuação e execução dos programas da hierarquia com criatividade, mas sem fugir a seus princípios.

Para uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento da Ação Católica e suas implicações, passemos à análise do caso brasileiro. O gráfico nº1 a seguir demonstra

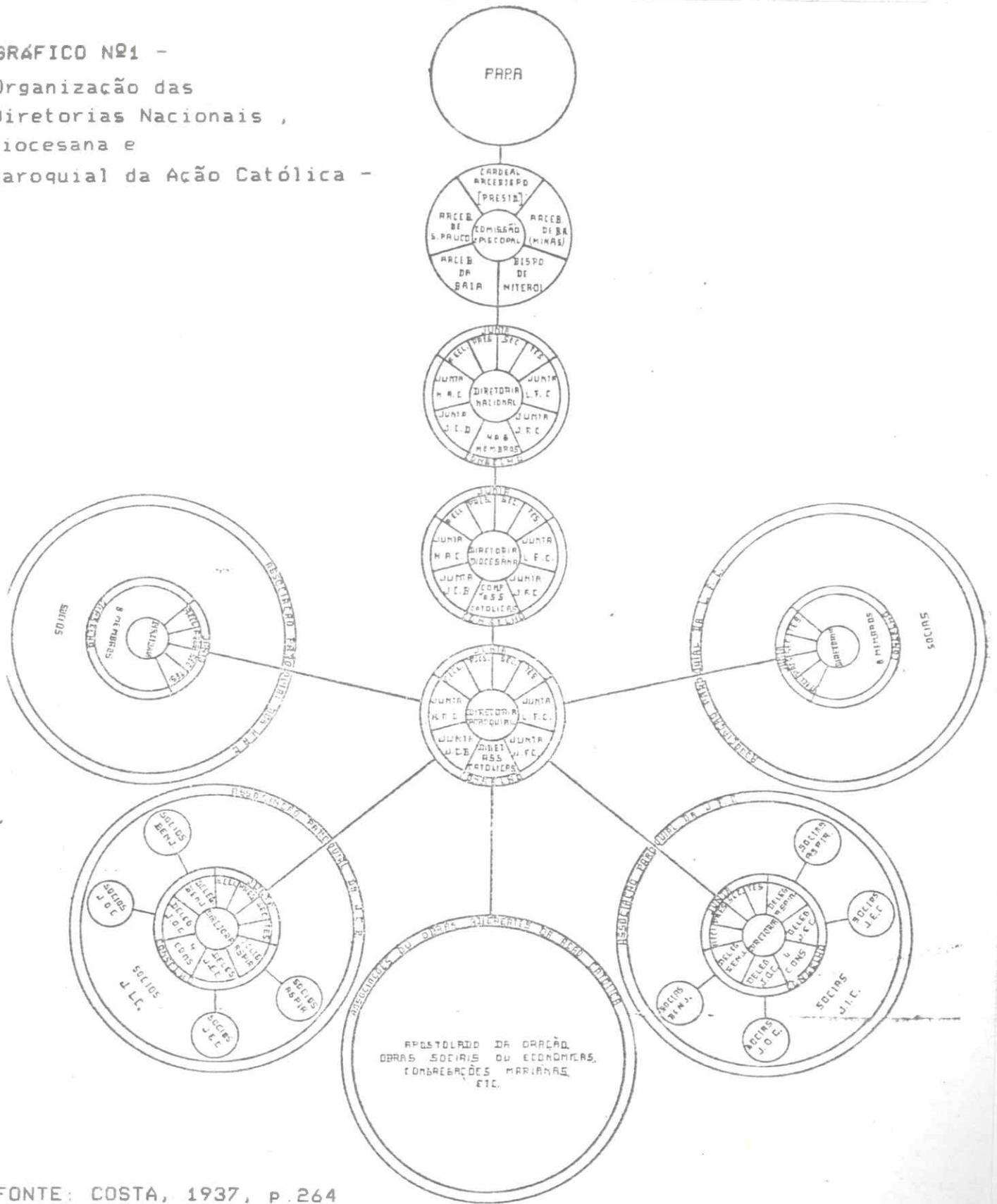
claramente a subordinação hierárquica dos leigos e o caráter centralizador assumido pela Ação Católica Brasileira, inspirada no modelo italiano.

Para fraseando Bruneau (1974, p.89), o modelo italiano era "centralizado, unido e autoritário, baseando-se nas dioceses incluía as paróquias e dividia-se em quatro grupos de acordo com a idade e o sexo". Os grupos referidos aqui são respectivamente:

- HAC - Homens de Ação Católica (para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade);
- LFAC - Liga Feminina de Ação Católica (para maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade);
- JFC - Juventude Feminina Católica (para moças de 14 a 30 anos);
- JCB - Juventude Católica Brasileira (para rapazes de 14 a 30 anos).

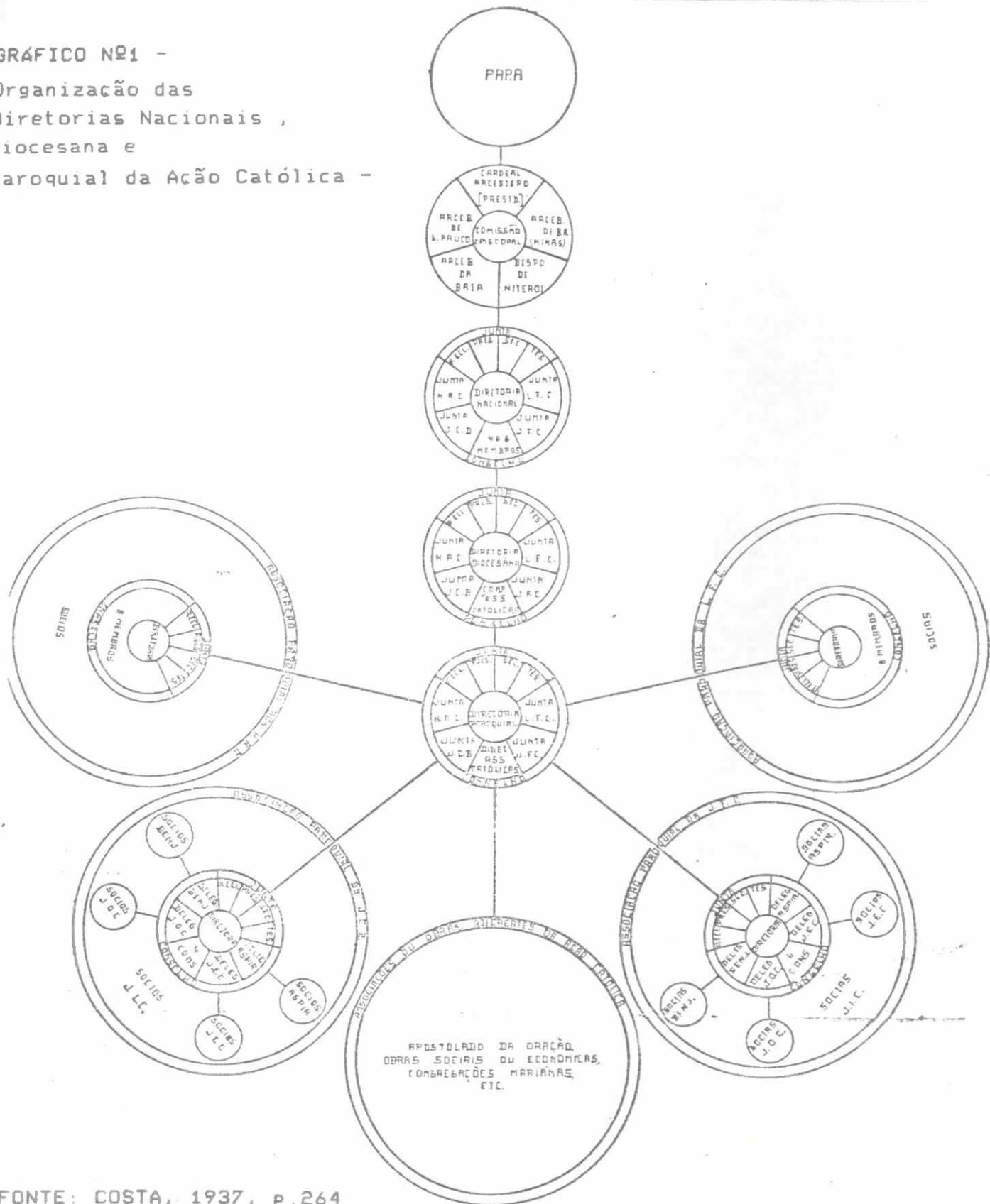
Além desses grupos, o estatuto da Ação Católica Brasileira (ACB) previa a inclusão de secções importantíssimas da Juventude Católica (que mais tarde constituiria a chamada Ação Católica especializada), a saber : Juventude Estudantil Católica

GRÁFICO Nº1 -
 Organização das
 Diretorias Nacionais,
 Diocesana e
 Paroquial da Ação Católica -



FORTE: COSTA, 1937, p. 264

GRÁFICO Nº1 -
Organização das
Diretorias Nacionais ,
Diocesana e
Paroquial da Ação Católica -



FONTE: COSTA, 1937, p. 264

- JEC - para a mocidade do curso secundário; Juventude Operária Católica - JOC - para a mocidade operária; Juventude Universitária Católica - JUC - só para universitários. Em relação a essas últimas anuncia o estatuto : "logo que possível, a JUC e a JOC passarão a funcionar independentemente da Juventude Católica, constituindo, assim, organizações fundamentais da ACB" (COSTA, 1937, p.18-19).

A Igreja no Brasil, no período em que vivenciou um estremeamento de suas relações com o Estado (1890 - 1930), iniciou uma nova organização financiada e orientada por Roma. De certa forma "desnacionalizou-se", passando a assumir as preocupações da Igreja européia pós-vaticano I: oposição às ameaças modernas à fé, representadas pelo comunismo, socialismo e secularismo. Este fato contribuiu, igualmente, para uma aproximação das práticas pastorais desenvolvidas na Europa, entre elas, a Ação Católica.

Para alguns religiosos, a exemplo do Pe. Júlio Maria, este era o momento oportuno de exercitar uma maneira nova de exercer influência na sociedade - pela evangelização. Era preciso aproveitar esse período de "liberdade" (em relação ao Estado) e construir algo diferente do modelo de cristandade (7) dominante até então e caracterizado pelo regime de padroado, de tutela do Estado sobre a Igreja. O Pe. Júlio Maria propunha uma linha de abordagem inversa à de D.Leme: tornar o Brasil católico e unir a Igreja ao povo, ou seja, utilizar como estratégia a evangelização ativa, ao invés do poder do Estado. Entretanto, a estratégia defendida por D.Leme sai vitoriosa e, em 1930, a Igreja volta à vinculação mais estreita com a esfera oficial, retornando ao

modelo antigo, desenvolvendo a forma de neo-cristandade, após ter realizado, com sucesso, o acordo com o regime Vargas.

É neste sentido que o surgimento da Ação Católica no Brasil vem responder a uma exigência de Roma e da própria hierarquia da Igreja brasileira, mesmo que, por circunstâncias diferentes. A participação do laicato organizado no apostolado da Igreja, segundo o papa Pio XI, deveria se dar numa atuação acima e para além dos partidos políticos, para o estabelecimento do reino universal de Jesus Cristo. E, nessa perspectiva exerce pressão sobre D.Leme para implantar e implementar a expansão da Ação Católica em todo o território brasileiro. Em pouco tempo essa prática é adotada pelos setenta bispos brasileiros. Em 1937 já havia superado todos os movimentos leigos existentes (BRUNEAU, 1974, p.88).

A exemplo disto, transcrevemos aqui alguns pronunciamentos do Pe. Costa, que versam sobre as origens da Ação Católica em Pernambuco:

"... Na tarde de 21 de junho de 1933, no Colégio de S. José, foram lançadas as bases da Juventude Feminina Católica (JFC), com a autorização e as bênçãos do Sr. arcebispo metropolitano ... A organização tomou por modelo a sua congênere italiana e, sob os mesmos moldes, adaptando ao nosso meio os estatutos daquela modelar associação (COSTA, 1973, p.10).

Cinco anos mais tarde, funcionavam, na cidade do Recife e em outras paróquias do interior, cerca de 80 círculos de estudos e as associações paroquiais reuniam em torno de si mil e poucas sócias.

De acordo com pronunciamentos de algumas sócias fundadoras do movimento de Ação Católica no Recife - a

sa er, Sra. Maria de Lourdes Almeida de Moraes e Maria José Baltar - em entrevista realizada para os fins desta pesquisa, a atuação do Pe. João Batista Portocarrero Costa, posteriormente arcebispo coadjutor da arquidiocese do Recife, foi tão decisiva para o surgimento da Ação Católica quanto a de D. Sebastião Leme. De formação italiana, o Pe. Costa trouxe daí inspiração para desenvolvimento do seu trabalho, especialmente entre as jovens das camadas médias/altas e intelectuais da região. Entre elas destacam-se as entrevistadas acima referidas, os nomes de Maria Rocha, Carmita Mendonça, Maria Jesus Barreto Campelo, Anita Paes Barreto, que, inspiradas nos valores cristãos, desenvolveram sensibilidade para os problemas sociais e morais de nossa sociedade e um engajamento comprometido no meio em que desempenhavam suas atividades profissionais, especialmente na universidade.

À essa época o movimento não estava ainda voltado para a classe operária. Os poucos grupos que existiam junto aos operários (Torre e Camaragibe) adotavam uma orientação de caráter religioso, cujas atividades consistiam na comemoração do calendário litúrgico, como a festa da páscoa, etc. Mesmo assim, o próprio fato de existirem grupos de operários era uma grande novidade.

É uma pena, portanto, como nos afirma Carvalheira (1983, p.12) que a historiografia sobre a Igreja do Brasil, após a república, se omite, inexplicavelmente, com relação ao Pe. Costa que deu apoio e impulsos decisivos à Ação Católica e Ação Católica Especializada, no Nordeste, desde seu nascimento até os últimos anos da década de 50, quando veio a falecer em 1959.

As informações que obtivemos a respeito da atuação de D. Leme no tocante à organização da Ação Católica no Brasil, nos mostram que ela foi parte de uma estratégia para solução dos problemas de influência da Igreja. Em última instância, a resolução deste problema dar-se-ia pela reconquista do espaço pela via estatal. É neste sentido que, a partir de 1922, sua atuação volta-se, de um lado, para os movimentos leigos existentes e para a intelectualidade do país. No primeiro caso, a tentativa é de unificação, centralização dos movimentos em torno das associações católicas do Rio de Janeiro, que foram utilizadas como recurso político de potencial humano a ser mobilizado quando necessário (por exemplo para pressionar os parlamentares para aprovação de uma legislação que salvaguardasse os interesses da Igreja Católica na educação). Em relação à intelectualidade foi criado o Centro Dom Vital que reuniu figuras como Jackson de Figueredo, Sobral Pinto, Hamilton Nogueira, Alceu Amoroso Lima (8) entre outros, os quais forneceram à Igreja muito prestígio e influência entre a elite intelectual do país.

Ao ser oficialmente implantada em 1935, a Ação Católica Brasileira realiza a aglutinação, a nível nacional, das iniciativas católicas de mobilização leiga existentes. Entre estas organizações existia a LEC - Liga Eleitoral Católica, que se constituiu um grupo de pressão política por excelência, junto ao governo populista de Getúlio Vargas, atuando como instrutora e condutora do eleitorado católico na defesa dos interesses da Igreja, "para que o ideal católico fosse a força motora da nova ordem" (BALDISSERA, 1987, P.39). Pode-se mesmo dizer que a LEC é

resultante de uma série de atividades empreendidas por D. Leme, no sentido de tornar, aos olhos dos novos governantes, o apoio da Igreja algo desejável e necessário. As manifestações de massa, promovidas em torno da comemoração da padroeira do país - N. Sra. Aparecida, e em seguida, da inauguração do Cristo do Corcovado (12/10/1931) - "quando o Cardeal Sebastião Leme, cercado de grande número de bispos (e arcebispos) e imensa multidão, pronunciou a célebre frase desafiadora: 'ou o Estado reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado'" (FOLLMANN, 1985, p.70) são demonstrações evidentes do que acabamos de colocar.

A partir de então, uma estreita amizade aproxima os representantes da Igreja e do Estado no Brasil, unindo-os, igualmente aos temores e interesses das classes dominantes, quais sejam: manutenção da ordem social ao lado do progresso que estava sendo desencadeado.

O progresso aqui, refere-se ao desenvolvimento industrial emergente na década de 30 que provocou a ascensão da burguesia industrial no Brasil, em detrimento da queda da oligarquia agrária do café, cujo declínio havia sido anunciado pela crise de 1929. Ao mesmo tempo, vai se configurando a classe operária brasileira. Vargas, enquanto representante da burguesia, (industrial) impulsiona o processo de industrialização e o caráter populista/nacionalista do Estado, considerando a necessidade do apoio dos setores sociais emergentes - as camadas médias e os setores operários das cidades. E, para sua legitimação abre o espaço institucional do Estado para a Igreja, cujas principais reivindicações são contempladas na Constituição

de 1934, especialmente no que se refere ao seu papel na educação. Neste momento, de acordo com Camargo: "A Igreja passou a ser considerada instituição que trabalha no campo social, para objetivos idênticos aos do Estado, isto é, para o bem comum da nacionalidade" (Bruneuau, 1974, p.85).

Em sua análise sobre a atuação da Igreja Católica nesse período, Richard (1982, p.146) nos afirma: "se é verdade que há uma continuidade estrutural entre a Neo Cristandade conservadora (1890 a 1930) e a Neo Cristandade Popular (1930 a 1955), há também uma diferença fundamental: na etapa populista, a Igreja entra em contato com os problemas políticos e sociais das camadas médias e populares e vice-versa, e esses setores fazem valer seu peso no interior da Igreja".

Como veremos a seguir, nesse processo, a Ação Católica desempenha papel preponderante.

2.2. A AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA : Indícios de uma Nova Fase

Entre 1945 e 1960, a Ação Católica Brasileira experimenta muitas modificações - inspirada, no Pensamento Social Cristão(9) desenvolvido no Brasil, sobretudo graças à contribuição de Alceu Amoroso Lima o qual, por sua vez, recebeu forte influência do filósofo francês Jacques Maritain - começando a modificar suas estruturas.

A contribuição de Maritain na filosofia, teologia e pedagogia reporta-se a uma nova dimensão do conceito de Homem e de Humanismo. Ao negar a visão platônica do homem abstrato, Maritain aborda o "homem histórico", pertencendo a uma determinada nação, a um meio social e vivendo em momentos históricos dados. A idéia de humanismo consiste, na unidade do ser, em sua dimensão natural e sobrenatural:

"O homem é uma pessoa que se conhece e se afirma pela inteligência e pela vontade. Não existe apenas como ser físico. Possui uma existência mais rica, mais nobre, a supra-existência espiritual própria ao conhecimento e ao amor. Ele é assim, de certo modo, um todo e não somente uma parte; é um universo em si mesmo, um microcosmo no qual o macrocosmo pode ser envolvido pelo conhecimento" (MARITAIN, 1968, p.33-34).

A força de suas idéias fez-se presente no meio intelectual católico, no laicato e, de forma especial, na Ação Católica, sobretudo através da JUC. O fato de considerar a dimensão temporal da existência foi a porta aberta para penetração no terreno concreto das realidades humanas e, em decorrência disso, nas questões de ordem social e política. Em outra palavras, "sua concepção sobre a 'ação temporal do cristão' dentro da esfera do profano, com sua relativa autonomia, seu pensamento sobre o 'ideal histórico concreto', enquanto essência

realizável dentro de um determinado clima histórico, marcaram a linha de comportamento e a reflexão teórica dos militantes da Ação Católica da época, especialmente no meio universitário do Brasil" (CARVALHEIRA, 1983, P.17).

Alceu Amoroso Lima difunde entre os católicos brasileiros uma solução cristã, intermediária entre os abusos do capitalismo pela supremacia do lucro e o ateísmo socialista, na luta pela exaltação do trabalho. Baseado no humanismo maritainiano, este intelectual brasileiro preconiza a associação matéria-espírito como fundamento de sua análise. O tema trabalho, por exemplo, é tratado como realidade concreta do homem, mas do ponto de vista da ética e da moral, ele não é um fim, é um meio, um aspecto da vida, pois o homem trabalha para viver e não o contrário. Dentro desse raciocínio a crítica feita ao pensamento materialista recai no fato de Marx, no seu entender, apresentar o conceito de trabalho como um mito de caráter religioso, colocando a cultura e a religião como mera consequência da técnica.

Para justificar sua postura alternativa, Amoroso Lima faz alusão à "traição ao trabalho", implementada pelo capitalismo, e à "exaltação apaixonada e total do trabalho", anunciada pelo socialismo. Em contrapartida ele propõe a "dignificação do trabalho", através de uma democracia política e econômica. Isto significa que o modelo de sociedade proposto comunga dos ideais socialistas de ascensão da classe trabalhadora ao poder político sem abrir mão das teses da liberdade de ação, da democracia sindical, da pequena propriedade agrícola e industrial, do respeito à consciência religiosa nas escolas públicas, da

santidade da família, enfim, dos valores supremos da vida que a Igreja representa: Deus e a liberdade humana (Lima :1956).

E para chegar até lá seria preciso mudar simultaneamente as instituições e o espírito; seria preciso iniciar pelas reformas necessárias e elementares.

Do ponto de vista teológico, Bruneau enfatiza o contato que os padres dirigentes do movimento de Ação Católica no Brasil tiveram com as linhas avançadas da teologia européia, principalmente francesa, associada aos nomes de Lebreton, Mounier, Chenu, Lubac, cuja preocupação fundamental era o questionamento sobre a missão da Igreja no mundo contemporâneo. Sua concepção de mundo tinha como base social as camadas médias.

A propósito dessas considerações, a análise realizada por Congar sobre a teologia, depois de 1939, classifica os anos de 1944 a 1946 como de intensa fermentação na França (CONGAR, 1969). De forma similar ao que ocorria no pensamento filosófico da época, o movimento de reflexão teológica marcou a transferência de atenção das realidades sobrenaturais para a relação que elas têm com os homens, com o mundo e com problemas "mundanos". Daí procede uma exigência da renovação das fontes nas quais se alimenta o pensamento teológico e uma nova compreensão da revelação, que passa a considerar a estrutura econômica ou histórica. Na nova concepção a "revelação" tem como objetivo primordial a "aliança", isto é, uma relação interpessoal entre Deus e seu povo. Uma outra implicação nesse campo é o questionamento que os teólogos passam a fazer sobre o seu próprio papel frente ao estado real do mundo. Por fim, a eleição de três grandes temas para a reflexão teológica. A base desses temas versa

sobre a experiência existencial do homem, com forte vinculação de pensamento ao método fenomenológico e à filosofia da existência. Os temas são: a especificidade da pessoa humana, o isolamento do que se chama ontologia intersubjetiva ou interpessoal e a nova visão sobre a historicidade da condição humana do ser no mundo.

Essa corrente de pensamento teológico teve grande influência nas práticas pastorais da época e no Concílio Vaticano II que "começou falando longamente sobre a vida de oração na Igreja e acabou falando dos problemas da vida terrestre do homem e da relação entre este homem e Deus, entre sua obra terrestre e o reino de Deus" (CONGAR, 1969, P.24).

Retrocedemos no tempo para uma referência fundamental. A influência do Cônego José Cardijn que partindo da visão fundamental do apostolado do leigo dentro do seu meio social, funda a Juventude Operária Católica - JOC -, na Bélgica, em 1925 (10), utilizando a "revisão de vida e da ação" com o método "Ver, Julgar e Agir", imprimindo assim um caráter revolucionário à pedagogia da Igreja, rapidamente difundida e adotada pelos movimentos de Ação Católica.

As influências ideológicas eram, portanto, favoráveis a uma transformação na Ação Católica Brasileira e alguns fatos vieram acelerar o processo de institucionalização da Ação Católica Especializada: em 1946, a realização da II Semana de Ação Católica Brasileira, preparada pelo então Pe. Hélder Câmara (Assessor Nacional da Ação Católica, a partir de 1947) faz surgir a necessidade de um secretariado que viesse coordenar os vários ramos da Ação Católica em nível nacional(11). Embora permanecesse

ainda a organização original, com os quatros ramos fundamentais, a ACB permitia experiências autônomas para grupos especializados, por meio social.

Assim, a partir de 1948, a ACB passa a adotar o modelo franco-belga, organizado por setores ou classes sociais. O primeiro ramo fundado em nível nacional é a Juventude Operária Católica - JOC. Em 1950, organiza-se a Juventude Agrícola Católica - JAC - a Juventude Universitária Católica - JUC - e a Juventude Independente Católica - JIC .

As modificações implementadas não se restringem apenas ao aspecto formal da organização, mas são responsáveis pela introdução de uma nova reflexão cristã na Igreja, a partir de um engajamento e de uma consciência social de classe. Essa influência se faz sentir especialmente nos setores universitários e operários, em função da atuação cada vez mais politizada que vão assumindo a JUC, a JEC e a JOC. Modificam-se, portanto, as bases de influência e os métodos de ação da Igreja no Brasil.

"A Igreja não muda seus esquemas de neocrisandade, mas enquanto que antes ela defende seus interesses apoiando-se essencialmente no Estado, agora ela o faz apoiando-se nos seus militantes cristãos de base, o que leva a Igreja a uma participação mais profunda e mais ativa na vida nacional" (RICHARD, 1982, p.147).

O envolvimento direto no meio, a orientação de padres "progressistas" e o contato com a teologia européia, constituem para Bruneau os principais elementos que levam os membros da JUC, JEC e JOC a questionar a sociedade e o seu papel como cristãos, dentro dela. Conduzem também a um envolvimento direto na "Revolução Brasileira" e à condição de vanguarda da Igreja Católica na busca da promoção da mudança sócio-política nos anos 60.

A categoria "ideal histórico", máxima do pensamento maritainiano, analisado anteriormente, abria para os cristãos a possibilidade de atuar politicamente em organizações civís e partidos não cristãos. Isto significa que a participação do leigo agora ia além da democracia ou do sindicalismo cristão para uma atuação em qualquer partido ou organização. Um outro aspecto a ser destacado é a constatação que se faz, a partir daí, da necessidade de uma transformação radical da sociedade brasileira e a insuficiência da doutrina social da Igreja como instrumento adequado para implementar essa transformação.

Vemos portanto, que o amadurecimento do engajamento e da compreensão teórica da realidade brasileira, nas décadas de 50 e 60 levaram a uma formulação ideológica que ultrapassou os ensinamentos da evangelização e culminou na participação em movimentos de caráter eminentemente político. Essa radicalização política é analisada por Richard (1982, p.153) como sinal evidente da crise da nova cristandade, mas não significa necessariamente uma ruptura com a Igreja. Na sua opinião, em toda a América Latina a radicalização da pequena burguesia e das camadas médias, em geral, precedeu a mobilização das classes populares. Neste sentido, o conflito da JUC com a Igreja inicia-se antes do golpe de 64 - momento de esgotamento e crise do modelo desenvolvimentista - ao passo que a crise JUC / Igreja realiza-se após o golpe, quando o sistema capitalista entra em uma crise geral de natureza econômica, política e ideológica.

Em 1960, o Congresso de dez anos da JUC discute a relação cristianismo e socialismo, marcando assim a mudança do

engajamento do "campo social" para o "campo político", caracterizado, em alguns momentos, pela união com outros dirigentes e militantes da esquerda marxista. A esse respeito, vale considerar pronunciamentos de Herbert de Souza:

"Foi no encontro de dez anos da JUC, realizado em 1960, na Guanabara, que ficou marcada para os universitários uma nova posição diante do social, com exigência fundamental da própria fidelidade ao evangelho : não inovando nada. Repetimos, com todos os Papas a condenação do capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e humana ... nossas teses expostas com a maior honestidade foram objeto de uma série de intrigas e de apelidos de infiltração Marxista ... do que era para nós a descoberta de nossa vocação no plano social ... decorreu também a reação contra a JUC, a imensa onda de intrigas, levadas à hierarquia pelos mais variados meios"(12).

Em 1961, um mililante da JUC foi eleito Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE.

Tal posicionamento político foi gerando tensões e conflitos entre os participantes da JUC e a hierarquia da Igreja Católica no Brasil. Frente a tais conflitos, muitos Jucistas fundaram, em 1962, a Ação Popular - AP - que, na concepção de Bruneau, "constituía-se um movimento de vanguarda composto de trabalhadores, camponeses e estudantes que procuravam se preparar para a revolução através de um processo de mobilização geral" (13).

Na realidade, era a tentativa de construir uma identidade própria e fugir ao mandato da hierarquia, visto que, para muitos bispos, a evangelização da ACB ainda era principalmente espiritual.

Os primeiros anos da década de 60 constituíram, pois, anos de acirramento de posicionamentos ideológicos dentro da própria Igreja e, o pós 64, momento de grande repressão política por parte do Estado autoritário.

Os setores mais tradicionais da hierarquia da Igreja, frente à impotencialidade de "controlar" as atividades político-sociais dos leigos a ela vinculados, através dos movimentos de Ação Católica - especialmente JEC e JUC, (inicialmente), preferiram retirar-lhes seu apoio em momento decisivo, como o pós-64.

Esta postura não se restringiu apenas aos militantes que ingressaram na AP, mas também aos que permaneceram ligados à sua estrutura, como os membros da JOC, padres e assistentes eclesiásticos, como veremos a seguir.

Críticas severas surgiram ao setor progressista da CNBB e D. Hélder foi removido de sua posição de Assistente Nacional da Ação Católica e substituído por D. Cândido Padim - que depois veio a entender e comungar do pensamento do movimento. Posteriormente foi indicado D. Vicente Scherer como Secretário Nacional do setor do laicato da CNBB e, dada sua postura "tradicional", a ACB novamente, encontrou-se sob o controle da hierarquia. D. Vicente impede os militantes de assumirem posições em questões temporais, vincula a ACB ao plano diocesano e remove os assistentes nacionais.

Não aceitando tal retrocesso, os militantes da JUC, em seu XIV encontro em julho de 1966, declaram sua independência da hierarquia e o compromisso de se engajar no meio, como indivíduos. Diante disso, D. Vicente respondeu à declaração da JUC, tornando muito claro que a ACB (especificamente JUC e JEC), estava eliminada" (BRUNEAU, 1974, p.222).

As considerações de D. Hélder a esse respeito revelam a

gravidade da situação:

"A juventude não se embarça em prudências, matizes e precauções. É normal que a juventude seja radical ... Quando os bispos, os padres, os assistentes reúnem os jovens e lhes apresentam as grandes encíclicas ... eles pensam que essas conclusões são para ser traduzidas na vida ... então, a um certo momento, uma parte da hierarquia ficou preocupada pelo que lhe parecia uma marxização da juventude estudantil e universitária(14).

As palavras de Dom. Carvalheira a esse respeito, são muitas claras em sua análise da situação:

"Ninguém pode acender um estopim, proteger o pavio aceso, nutrir sua chama e depois, estranhar a explosão da bomba" (CARVALHEIRA, 1983, p.27).

Diante de tudo isso, concluímos que a hierarquia da Igreja não suportou os desdobramentos de sua própria iniciativa, não foi capaz de compreender e assumir os desafios que surgiram no desenrolar de uma atividade pastoral que emanou de suas próprias entranhas. E foram estes desafios, advindos da própria realidade brasileira - trazidos a seu interior pela inserção dos leigos nessa mesma realidade e nos seus engajamentos políticos - que imprimiram uma modificação no caráter de participação do leigo e um desejo de autonomia por parte do movimento.

Mesmo que houvesse tensão na relação hierarquia - movimentos de Ação Católica, a influência destes últimos na preparação e nas conclusões do Concílio Vaticano II foi determinante, especialmente no que se refere à definição do espaço do leigo na Igreja. Podemos ainda atribuir à Ação Católica a responsabilidade de uma renovação Eclesiológica no Continente Latino-Americano, visto que sua mística e o seu espírito estão presentes nos movimentos atuais, quais sejam: movimentos de evangelização, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), mesmo que, para muitos, sejam considerados fenômenos independentes.

Entretanto, a utilização do método cardijniano do Ver/Julgar/Agir não deixa omitir a sua articulação nas fontes.

Por último, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que o engajamento de leigos militantes da ex-Ação Católica organizada suscitou um engajamento nos mais variados setores da sociedade civil, com um comprometimento que se estende até os dias atuais. Muitos dos militantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e organizações não-governamentais, que não amorteeceram na luta por uma sociedade igualitária e democrática, são ex-militantes de Ação Católica.

Sendo assim, a Igreja da América Latina que realizou a opção preferencial pelos pobres e a identificação das causas estruturais da miséria e do subdesenvolvimento do continente não pode relegar a segundo plano a contribuição da Ação Católica e de seus militantes leigos.

2.2.1. A Juventude Operária Católica - JOC - Aproximação de um Movimento de Igreja com a Classe Operária

De todos os ramos da Ação Católica especializada, a Juventude Operária Católica - JOC - foi o que assumiu caráter mais classista, dada a sua inserção na própria problemática da classe operária(15). Como nos afirma Dussel, essa característica é impar também em relação a outras iniciativas da Igreja Católica, na época, junto à classe operária, tais como os círculos operários :

"Em geral, os movimentos eram "paternalistas" : agrupamentos operários sem compromisso classista, anticomunistas, frequentemente "devocionistas". No entanto, na década de 50, pela

atuação da JOC, faz-se presente certo classismo. Os sindicatos reformistas radicalizam-se e começa uma tomada de consciência cristã da classe operária". (DUSSEL, 1989, p.16)

O estudioso americano Scott Mainwaring, em seu excelente trabalho(16), intitulado "A JOC e o Surgimento da Igreja na Base (1958 - 1970)", demonstra claramente a contribuição deste ramo especial da Ação Católica na formação de uma nova visão, dentro da Igreja latino americana:

"A JOC é uma das mais importantes experiências da Igreja Católica do Brasil, na época, principalmente por ter sido uma precursora de grande significação para a pastoral popular que floresceu nos anos 70" (MAINWARING, 1983, p.29).

Interessa-nos, especificamente, analisar neste capítulo a influência da JOC no processo de formação de uma consciência de classe entre seus membros, muitos dos quais, posteriormente, se tornaram militantes de ACO.

Temos atribuído a responsabilidade da mudança na concepção de mundo de leigos cristãos, fatores como o envolvimento direto no meio, o contato com a teologia avançada da Europa e a utilização do método cardijniano. Podemos acrescentar o contato com o pensamento político então reinante na esquerda brasileira e a própria conjuntura pós-64, cujo caráter altamente repressivo levou a uma politização cada vez mais radical, inicialmente dos setores médios da Ação Católica - JUC e JEC - e, posteriormente das camadas proletárias - JOC.

Entretanto, não era bem essa a imagem idealizada por Cardijn, fundador da JOC, em relação ao movimento. Quando em 1925, surgiram os primeiros grupos na Bélgica, a preocupação era de atender aos apelos do papa Pio XI, no sentido de reconquistar o mundo do trabalho para a Igreja. A esse respeito, as palavras

do Papa Pio XII, por ocasião dos encontros preparatórios à comemoração do jubileu de prata da JOC, são bastante significativas :

"Dá-los ou restituí-los a Cristo e à Igreja - começando pelos jovens - tem sido, desde o início, o ideal que vos anima e que soubestes transmitir a milhares de corações retos e generosos. Os resultados, nós os temos diante dos olhos : são essas admiráveis falanges de militantes dos quais a Igreja se sente legitimamente orgulhosa, vendo nos mesmos uma promessa e uma garantia para a recristianização do mundo do trabalho" (CARDIJN, 1949, p.10).

Graças ao carisma de Cardijn, o movimento vai conquistando significação em todo o mundo, especialmente nos países em que a classe operária já se consolidara e o capitalismo constituía o modo de produção dominante. A exemplo disto, o depoimento do Pe. Gildo Gelly, de nacionalidade francesa é bastante oportuno:

"Acho que a JOC revolucionou um pouco a Igreja na França ... sua fundação foi na Bélgica em 1925 com o Pe. Cardijn e depois em 27, na França, na periferia de Paris. E se espalhou muito rapidamente até que houve um congresso em 37 em Paris, que reuniu 50.000 (cinquenta mil) jovens trabalhadores. E aí foi uma mudança radical porque havia essa preocupação na Igreja da França : ver como ajudar o trabalhador que era oprimido, explorado. Houve diversas correntes, mas acho que a intuição de Pe. Cardijn foi realmente extraordinária ao dizer: 'quem vai ser o evangelizador do jovem trabalhador, vai ser o próprio jovem trabalhador. É ele que, no seu meio de trabalho, vai realmente transformar, retomando o evangelho do fermento na massa'" - depoimento do Padre Gildo Gelly em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 22/04/91.

No Brasil, os primeiros grupos de JOC surgem por volta da década de 30, mas só com a reestruturação da Ação Católica especializada é que eles ganham importância (1947 - 1948) : o movimento é estruturado a nível nacional, estabelece vínculos com a JOC internacional e, pela primeira vez, recebe o Monsenhor Cardijn no país.

A década de 50 assiste a uma grande expansão da JOC que, cada vez mais, vai assumindo o caráter de um movimento de maior amplitude: em 1956 a JOC nacional conta com 8.500 membros ativos e em 1961 o número de jovens trabalhadores, militantes aumenta mais de três vezes, chegando a cerca de 26.000 membros (MAINWARING, 1983, p.43).

Na primeira fase até aproximadamente 1957, a JOC tem como característica uma atuação estreitamente ligada à religiosidade e às preocupações juvenis - família, namoro, escola, amizade eram os temas mais discutidos - embora o conteúdo de sua proposta, desde o início, trouxesse uma preocupação com o "jovem trabalhador", enquanto homem, pessoa, cujo valor ultrapassa a concepção capitalista de "força de trabalho".

A preocupação com a dignidade do jovem trabalhador é analisada em dupla dimensão : individual - pela descoberta de seu valor como pessoa, como sujeito, como cristão e coletiva - pela descoberta de sua identidade de classe. Expressões como : "um jovem trabalhador, uma jovem trabalhadora, valem mais que todo ouro do mundo" ou "os jovens trabalhadores não são máquinas, nem escravos, são pessoas humanas, livres e responsáveis, filhos de Deus"(CARDIJN, 1949, p.17) repercutem na juventude trabalhadora como solidariedade à sua situação de classe e alcançam uma adesão muito forte.

Vale aqui considerar algumas peculiaridades do movimento Jocista para que possamos ter uma compreensão do pensamento que o alimentava. Algumas categorias próprias da teoria marxista são utilizadas com frequência nos discursos de Cardijn, entretanto

estão revestidas de significado especial perpassados pelo conteúdo da doutrina social da Igreja.

A categoria "classe operária", por exemplo, é empregada constantemente como base social à qual o movimento é dirigido. A crítica às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores não leva em consideração o conflito inerente à relação capital trabalho, mas tão somente os valores morais :

"É dessa falta de respeito à pessoa do jovem trabalhador, da jovem trabalhadora, que vem a desordem que há hoje no mundo" (CARDIJN, 1949, p.17).

Entretanto, parece-nos que o próprio uso do termo "classe" e a reflexão que se fez em torno dele, possibilitou a compreensão do que seria a "classe em si", ou seja, o reconhecimento do trabalhador como membro de uma classe que tem características semelhantes em todo o mundo capitalista. O contato com outros jovens que vivenciavam a mesma realidade era o elo que estabelecia o vínculo nessa perspectiva de classe. Os encontros realizados nas várias instâncias - local, estadual, regional, nacional e mundial - eram o espaço, por excelência, favorável a esse salto, como pode ser visto no depoimento de um ex militante de JOC e sócio fundador da ACO :

"Fui a um encontro no seminário em Pesqueira, no carnaval de 59. Na época só conhecia os companheiros de Paulista. Neste seminário tinha gente de Paulista, Moreno, Pesqueira e outras cidades. Vi que a realidade dos jovens trabalhadores era uma só. Antes, pensava que em cada cidade o problema era diferente. Mas nesse encontro vi que os problemas eram os mesmos: Não tinha água filtrada, não tinha escola, muitos jovens analfabetos ... descobri isso a partir da discussão nos grupos e plenárias e da visita à fábrica de doce de Pesqueira - lá as goiabas eram descascadas na mão, sem nenhuma proteção - ninguém assumia isto. Dizia-se na JOC: no dia em que a gente assumir essa realidade, isso vai mudar. Foi aí uma descoberta da exploração da classe" - depoimento de João Francisco da Silva em entrevista

realizada no dia 19/09/90.

Faz-se necessário, nesse momento introduzir algumas considerações sobre o método inovador utilizado pelo movimento : Ver/Julgar e Agir. Para alguns, este método permitiu a articulação dialética entre fé e vida. Do ponto de vista epistemológico, podemos afirmar que é uma tentativa de aproximação ao método dialético, visto que parte do real, vai à abstração da realidade concreta, voltando a esse mesmo concreto após um processo de análise que permita uma compreensão de suas determinações, assim como das possibilidades de transformação dessa mesma realidade para a ação. O "Ver" pode ser entendido como momento mais racional, de um debruçar-se sobre a realidade e sobre o conhecimento produzido sobre a mesma; o "Julgar" é, por assim dizer o momento "teológico" e por fim, o " Agir", que compreende a fase operacional da militância. Sabemos que "a doutrina e método de Marx fornecem, enfim, um método, correto para o conhecimento da sociedade e da história"(LUCKÁCS, 1989, p.9). Parece-nos que a aplicação do método V.J.A., pelos Jocistas, realizava-se inicialmente com um corte na História. A análise dos fatos mesmo que considerasse o contexto em que estava inserida a classe operária, não conseguia estabelecer o vínculo com a totalidade e com a História. Essa vinculação foi sendo alcançada posteriormente, contudo com a contribuição significativa da JUC e foi resultante também do próprio enfrentamento político com o regime autoritário pós-64, como podemos observar pelo depoimento a seguir :

"A JOC sempre deu essa visão de que o problema é coletivo e a solução também tem que ser coletiva e, mesmo livremente, levava a gente a uma opção pela promoção

coletiva da classe operária ... na reflexão se chegava às causas, até a questão da situação da classe operária. Em 68, a gente descobriu o peso do sistema na determinação das coisas" - depoimento de Angelina em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 10/06/91.

Dois aspectos parecem-nos de importância capital em nosso estudo. Em primeiro lugar, a atitude de reflexão sobre a realidade constitui, de certa forma, uma atividade intelectual, no sentido de que leva o jovem trabalhador a ter uma postura de questionamento frente a um objeto de estudo - sua própria realidade.

Se considerarmos a clássica divisão social do trabalho, intelectual e manual e suas implicações na dinâmica do modo de produção capitalista, tal como nos afirma André Gorz (1980, p.235), A divisão capitalista do trabalho, com sua separação entre trabalho manual e intelectual, execução e decisão, produção e gestão, é técnica de dominação bem como técnica de produção, e neste sentido, a dominação é necessária para maximizar a exploração. Assim compreendemos a importância de um operário - tradicionalmente entendido como o que trabalha com as mãos, executando os projetos pensados por outros - exercitar a atividade intelectual no sentido da compreensão de sua situação de classe.

Talvez o depoimento do militante, a seguir exposto, nos ajude a compreender a complexidade do processo:

"A regional do Recife me convidou para ser 'permanente' de JOC. Eu tinha dificuldade de falar com os 'permanentes' que tinham uma linguagem diferente ... depois de dois meses comecei a entender a linguagem deles, a me adaptar. Eles liam jornal todo dia ... Como 'permanente' comecei a descobrir que o problema não era só de Escada, mas um problema do Recife, Pernambuco, Brasil e o Mundo. Ampliei minha visão" - entrevista concedida por Vicente, para os fins dessa pesquisa, em

11/02/91.

Um outro aspecto a considerar é a oportunidade da reunião, da vivência em grupo, da organização. A descoberta do coletivo, enquanto constatação de uma realidade e enquanto força motora capaz de realizar, de transformar.

Enfim, estes são elementos que, paulatinamente, foram modificando a natureza da JOC e imprimindo certa consciência de classe em seus membros e, posteriormente, nos militantes de ACO, que será abordado nos capítulos seguintes.

A categoria "revolução" assume um caráter legítimo de ação religiosa :

"Que é uma revolução? é uma mudança total, uma renovação radical... precisamos de verdadeiros revolucionários, de revolucionários cristãos; não dos que excitam o povo e o impelem à revolta, não de demagogos que arrastam unicamente pelos discursos, mas de revolucionários pelo testemunho ... quando em uma fábrica há continuamente acidentes de trabalho por que não há proteção para os operários; quando os salários são insuficientes; quando se iniciam as reformas mais profundas da estrutura como a de instalar comitês de empresa ... em todas as iniciativas, os militantes cristãos, as militantes cristãs devem estar à frente. São eles o fermento, o levedo"(CARDIJN, 1949, p. 63).

Assim, a perspectiva utópica da construção de uma sociedade sem classes, etapa posterior a um processo histórico revolucionário, recebe, na ótica escatológica, a denominação de "Reino de Deus". Os estudos de Burity(17) a esse respeito, nos afirmam que:

"A redescoberta, pela teologia bíblica, da categoria "Reino de Deus", é a tentativa de transformá-la num elemento utópico de caráter político, que fundamentasse a prática das Igrejas no campo da participação política e social, foi uma contribuição introduzida pela conjuntura mundial dos anos 30-40 e a institucionalização do movimento ecumênico no Conselho Mundial de Igrejas (BURITY, 1989, p.275).

Como podemos ver, a categoria "Reino de Deus" ultrapassou os limites da própria Ação Católica e é hoje amplamente utilizada como possibilidade redentora da História pela Igreja Católica, especialmente nos moldes da Teologia da Libertação, e também pela Igreja Protestante que, segundo alguns estudiosos, teria assumido, no início da década de 60, a dianteira do processo de engajamento social cristão através dos seus representantes, tendo sido a "Conferência do Nordeste o momento principal desse processo, em que os Protestantes teriam reivindicado a liderança cristã na Revolução" (BURITY, 1989, p.226).

A JOC constitui, inicialmente, uma tentativa de apresentar-se como alternativa à classe operária. Isto porque a Igreja considerava que os trabalhadores "seduzidos por um falso ideal de redenção humana, pretendem encontrar nas teorias errôneas do materialismo ateu a única solução adequada aos angustiantes problemas do mundo do trabalho" (CARDJIN, 1949, p.10).

Julgamos que o contato com a própria JOC permitiu a muitos jovens trabalhadores tomarem consciência de sua situação de classe e se aproximarem da teoria marxista. Permitiu igualmente uma modificação na interpretação dada pela Igreja ao fenômeno do afastamento da classe operária. Acreditava-se que a classe trabalhadora era religiosamente deficiente e ignorante e que à Igreja cabia implantar uma fé mais madura e um conhecimento mais profundo das coisas sagradas. Essa visão elitista foi abalada quando, em contato com as condições de vida e de trabalho dos membros da JOC, muitos padres e assistentes eclesiais

compreenderam a distância e a imagem de superioridade que a Igreja sempre representou para esta classe. A exemplo disto, examinemos o depoimento de um ex Assistente eclesiástico de JOC :

"Participando de uma reunião no Seminário Menor de Paudalho, com mais 60 padres, discutíamos como usar determinado dinheiro para nossa segurança. Pensava no que se pregava aos militantes da JOC: para arriscar-se. Comecei a questionar os padres "que vou fazer quando amanhã encontrar trabalhadores jovens e adultos que vivem na insegurança e a quem eu prego o arriscar-se ? Foi uma bomba - 4 padres se levantaram... Com a JOC aprendi a entrar na luta sem segurança..." - depoimento de Adrianus em entrevista realizada em 25/06/91 para os fins dessa pesquisa.

Vale aqui a referência a uma afirmação de Gramsci:

"A própria concepção de mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e originais em sua atualidade"(GRAMSCI, 1987, p.13).

A partir do exposto parece-nos possível afirmar que as modificações ocorridas no movimento Jocista na década de 60, refletem as modificações em sua concepção de mundo, motivadas pelo amadurecimento dos militantes devido a seus engajamentos sociais e ao processo cognitivo em que estavam inseridos. Mas há uma determinação da qual não se pode fugir: os condicionamentos históricos, como afirma uma ex-militante de JOC :

"A JOC era muito assim: ver/julgar/agir, a partir dos fatos. Ficava muito no apostólico e no educativo. A partir da repressão no Brasil essa campanha de solidariedade internacional levou a JOC no mundo inteiro a ter uma visão mais global da sociedade e mudou o próprio conteúdo da JOC: politizou a JOC no mundo inteiro" - depoimento de Angelina em entrevista concedida para fins dessa pesquisa em 10/06/91.

Na década de 60, portanto, o movimento prioriza a atuação política e social, a despeito do caráter religioso e juvenil até então colocado em evidência(18). Da posicionamentos assumidos nessa época, mesmo que revelem inicialmente certa ingenuidade e

sejam um pouco contraditórios, despertam para a importância da participação na luta da classe operária, através da atuação nos movimentos sindicais e populares e da participação nas discussões da temática do momento. Nas conclusões do I Congresso Nacional da Juventude Trabalhadora (1961) encontra-se a opção pelas reformas de base e o questionamento ao capitalismo e ao desenvolvimentismo.

Mais uma vez nos parece oportuna uma referência às idéias dominantes no período. A análise cepalina, fundamento do discurso da "Revolução Brasileira" identifica o conflito nação x imperialismo como uma tradição principal nos países dependentes e não a relação capital x trabalho. Do mesmo ponto de vista, a dualidade agrarismo x industrialismo faz parte da análise que subsidia o discurso social e político que tematiza a questão da revolução. Neste sentido a "modernidade", enquanto processo de industrialização e politização e o "nacionalismo" constituem as bases de sustentação para condução do país rumo à libertação nacional e ao centro da economia mundial. Em outras palavras, a modernização e o desenvolvimentismo colocariam o Brasil entre os países do 1º mundo.

Esta estratégia teria como atores, fundamentalmente na cena política, o Estado e a burguesia industrial, cujo discurso afirmava estar na mira do interesse de toda a sociedade. Neste sentido, o discurso nacional desenvolvimentista é hegemônico de um grupo que se apropria de elementos do discurso de outros grupos e assume uma representação de coalisão de forças, o que significa, na realidade, a utilização de um mecanismo de

dominação para alcançar o consentimento passivo dos demais setores sociais.

Em relação à classe operária, por exemplo, a argumentação era a de que esta classe estaria "integrada à sociedade Brasileira". Esta leitura objetiva é apresentada como concordância da classe operária com os mesmos objetivos do projeto industrializante do qual o Estado se fazia protagonista, em nome do "interesse nacional". A classe operária faria parte de uma ampla aliança de classes que, na verdade, era mais um ítem do referido projeto, que algo efetivamente em curso. Confunde-se a existência de uma legislação trabalhista, que visava a subordinação do trabalho urbano à ordem industrial, com participação política.

É significativa a influência dessa corrente de pensamento junto aos movimentos populares, estudantes e intelectuais, em especial. Afirmamos anteriormente que a JUC e a JEC mostraram-se mais rapidamente sensíveis às novas influências, dada sua proximidade aos meios intelectuais de onde emanaram tais propostas.

Sendo assim, a articulação existente entre os diferentes ramos da Ação Católica especializada, contribuiu para o avanço dos posicionamentos a serem assumidos pela JOC; assim como a articulação com militantes de outros países :

"Havia uma articulação entre JAC, JEC, JIC, JOC e JUC e nessa articulação a JOC foi questionada porque a JEC e a JUC avançaram mais rápido ... A JUC deu uma grande contribuição teórica para a JOC... O pessoal do México também questionou a JOC que estava com uma postura muito mais apostólica e educativa do que operária. Outro fator foi a Revolução Cubana ... Que abriu os olhos dos operários do mundo, mostrando que era possível encontrar uma saída do Capitalismo. Também se levantava a hipótese

de que Fidel fora ajudado por Jesuítas Cristãos e assim Fidel era quase Cristão também" - depoimento de Angelina em entrevista realizada em 10/06/91.

Imbuída da ideologia desenvolvimentista, num primeiro momento, a JOC acreditava na atuação do Estado e da burguesia industrial, no sentido de resolver o problema da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, configurava-se um comportamento de denúncia, frente às injustiças sociais, visto que a intervenção cabia às autoridades competentes que deveriam mudar sua forma de pensar e agir.

O golpe militar de 64 rompe com as esperanças dos que acreditam na "Revolução Brasileira". A chamada "Revolução" que veio deu-se não a favor da classe operária, mas para assegurar o domínio do capital externo, em sintonia com o interno, e se instalou em todo o país, arruinando qualquer iniciativa que viesse a contradizer a ordem estabelecida.

Reconhece-se, então, a associação da burguesia industrial com o imperialismo e com a fração agrária e sua incapacidade de assumir a direção de um processo revolucionário nos moldes clássicos. E uma nova análise vai se configurando: a vez da classe operária junto aos trabalhadores rurais como força motriz, capaz de representar o interesse geral da nação. A AP acrescenta a esta proposta a aliança com os estudantes para conquista da hegemonia.

Em face às novas condições conjunturais, acelera-se o processo de politização/conscientização dos militantes de JOC (19) e a repressão faz-se sentir junto a muitos de seus membros, especialmente por sua vinculação aos movimentos populares. Muitas lideranças Jocistas são presas - entre elas, leigos e

assistentes, e os Conselhos Nacionais de 64 e 65 são cancelados. Muitos jovens começam a afastar-se da JOC, que vai perdendo seu caráter de massa, transformando-se em um movimento de quadros(20). Mais tarde, isso se traduz num certo elitismo : a JOC passa a ser um movimento para líderes que, de certa forma, se distanciam da base, pelo refinamento teórico que alcançam em face aos desafios do momento político. Temas cada vez mais polêmicos, para a conjuntura da época, são introduzidos em sua pauta de reuniões a partir de 66 : socialismo, funcionamento do Capitalismo, História da classe operária.

À essa época, a ACO também estava em plena atividade e, de acordo com Mainwaring (1983, p.64), os conflitos mais sérios entre Igreja e Estado no período 66-70, envolveram JOC e ACO. Dois incidentes, abrangendo Jocistas e participantes da ACO, pela arbitrariedade com que aconteceram, suscitam o pronunciamento até de representantes da Igreja, relativamente conservadores : o primeiro conflito acontece em julho de 66, quando os bispos do Nordeste lançaram uma declaração de solidariedade a um documento da ACO de severa crítica ao regime. Como resposta, o autoritarismo militar proibiu a divulgação da declaração e atacou D.Helder Câmara, o que implicou em maior coesão dentro da instituição eclesial. O segundo incidente se deu em novembro de 68 - duas semanas antes do AI 5 -, em Belo Horizonte, com a prisão e tortura de três padres e um Diácono da JOC, acusados de estimular as greves em Contagem. O caso provou nos círculos eclesiásticos maior consciência da natureza do regime, ajudou a certa coesão dentro da Igreja, numa época em que a instituição

estava ainda profundamente dividida em sua atitude diante do regime. Em 70, nova onda de repressão recai sobre a JOC: assistentes e jovens trabalhadores são presos no Recife, Porto Alegre, São Paulo, Novo Hamburgo, Belo Horizonte e outros locais. A equipe nacional foi presa e torturada. Os grupos do Rio, São Paulo e Belo Horizonte foram desarticulados. Na caça aos Jocistas, o regime atinge membros da hierarquia da Igreja, provocando um dos mais sérios conflitos entre a Igreja e Estado, com repercussão internacional. Ao invadir o IBRADE - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - a polícia detém o secretário geral da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, o provincial dos Jesuítas e o Reitor da PUC, que se encontravam no Instituto no momento da invasão. Diante disso a CNBB publica um documento de protesto no qual afirma: "o terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão". (MAINWARING, 1983, p.67).

Mas tudo não era apoio e solidariedade na relação JOC-Igreja. Ao contrário, as tensões existiam e eram muito fortes como podemos observar através do que aconteceu no Congresso de JOC 68. Realizado no Recife, antes da publicação do AI 5, o Congresso assinou o rompimento teórico do JOC com o capitalismo, sua abertura para opções e análises políticas mais radicais, o que significou o acirramento da repressão contra militantes da JOC agora, não mais pelo fato de estarem vinculados aos movimentos populares, mas de serem militantes de JOC. Quase representou, também o rompimento com a Igreja... O aguçamento das tensões, explica-se pelo fato da JOC ter publicado, em anexo às conclusões do Congresso, uma análise de conjuntura realizada pela AP, com teor essencialmente revolucionário nos moldes da

teoria Marxista-Leninista. Tal incidente repercutiu junto à hierarquia da Igreja, estremecendo as relações entre esta e a JOC. As forças reacionárias assumiram a manutenção da divulgação do documento aos Bispos "conservadores", na esperança de uma represália semelhante à da JUC e JEC. Diante disso, a JOC procura apoio em sua instância internacional e solicita a presença do Pe. Brian Burke - Assistente Mundial -, para intervir como mediador junto à CNBB. A forma como se processou a intervenção deu margem a interpretações errôneas sobre o posicionamento da JOC, que parecia estar admitindo ter cometido um erro. Na realidade, aconteceu que houve uma falha no momento da tradução para o português de um documento que o Assitente Mundial preparara para a CNBB, conforme nos afirma a representante do Brasil na equipe internacional da JOC na época:

"Ele fez um documento em Francês - dominava o inglês e estava aprendendo a redigir em Francês - e eu fiz uma tradução que não correspondia exatamente ao que ele que ria dizer ... E a impresa divulgou o documento ... Que de fato era um pouco conciliatório, para ajudar a diminuir o conflito entre Igreja e JOC e ver se conseguia um apoio oficial da CNBB à JOC. Porque a JOC estava sendo perseguida, o pessoal preso, torturado, perseguido em toda parte, a JOC se acabando, diminuindo os quadros ... e o documento de fato era um pouco conciliatório, no sentido de diminuir aquela tensão, mas não ao ponto de dizer eu pequei, eu errei, reconheço que exagerei ...".
- depoimento de Angelina em entrevista realizada em 10/06/91.

A recusa da JOC em desentender-se com a Igreja sempre foi uma constante no movimento que procurava sempre não ter desavenças sérias com os Bispos; não era este o seu campo de ataque; sua luta era com outra frente, tendo em vista a melhoria de condições da classe operária -.

Em contrapartida, o apoio vindo da CNBB era restrito aos Bispos "progressistas", tais como, D. Aloísio, D. Ivo, D. Tomas Balduino, D. Hélder Câmara, D. Fragso, D. Cândido Padim e D. Waldir Calheiros que "puseram em risco a própria segurança para defender a JOC, mas de modo geral a hierarquia pouco fez para proteger os participantes leigos da JOC" (MAINWARING, 1983, p.66).

O depoimento a seguir parece de citação oportuna, pois condiz com o que acabamos de afirmar :

"Sinto que na Igreja de hoje quem pensa não tem lugar. Os Cristãos que têm visão política não cabem mais na Igreja - ela não aceita. É como se ela fosse uma camisa pequena demais. Para fazer surgir elementos ela é espetacular, mas para os elementos que começam a crescer o ninho fica estreito demais e os passarinhos voam ... "

- depoimento de Adrianus em entrevista realizada em 25/06/91.

Em face a tanta turbulência, a solidariedade internacional atua como força capaz de exercer certa pressão ao regime autoritário no sentido de libertar alguns prisioneiros Jocistas, através das embaixadas de alguns países onde a JOC era expressiva :

"Com as prisões do pessoal do Brasil, a gente da equipe internacional comunicou à imprensa dos principais jornais da Europa que espalharam informações para o mundo inteiro - a JOC existia em mais de 100 países em todos os continentes ... cada país organizava uma campanha de solidariedade : mandava correspondência para as Embaixadas, fazia manifestações, exigia do Embaixador uma posição frente à perseguição à JOC ... havia também uma campanha financeira de apoio ..." - depoimento de Angelina em entrevista realizada em 10/06/91.

A "Solidariedade Internacional" foi muito importante para os Jocistas Brasileiros e para os demais países pois unificou e politizou os militantes jovens trabalhadores, apresentando-lhes uma visão mais global da classe e a importância da dimensão política da ação. Mas não foi suficiente para impedir o declínio

do movimento no Brasil, especialmente devido à repressão violenta do regime militar - agravada ainda mais no governo Médici - e a ausência de apoio da Igreja institucional.

Para sobreviver, o movimento adota táticas de reuniões cuja motivação aparente seriam "comemorações sociais", como festas de aniversário, batizado, etc. pois qualquer tentativa de organização popular entre 69 e 74 era suicida.

As atividades de militância na fábrica, no bairro, são retomadas paulatinamente, na segunda metade da década de 70, ainda de forma bastante reduzida: o vendaval da repressão aniquilou o movimento, quase que totalmente, enquanto organização, mas não conseguiu destruir o sentimento de militância nos jovens que participaram da JOC e de outros movimentos da Ação Católica especializada. Nas mais variadas formas de atuação de segmentos distintos da sociedade civil hoje, que levantam a bandeira da democracia, da justiça social, da defesa dos direitos humanos e trabalhistas, e que ainda sonham com uma sociedade socialista, encontram-se comumente ex-militantes da JAC, JEC, JIC, JOC e JUC.

Como veremos no capítulo seguinte a JOC e a ACO deram uma contribuição para o surgimento da oposição sindical, e do novo sindicalismo, das associações de moradores, dos movimentos de bairro, assim como para a organização e afirmação do partido dos trabalhadores - PT, no Brasil.

"Em todo lugar que eu vou, nos sindicatos por exemplo, há pessoas que participaram da JOC, que foram aos encontros. Para mim isso é o maior depoimento, e pouca gente se perdeu... Existe bastante gente que, depois de 10, 15 anos, ainda está na linha certa, numa associação de bairro, no PT, etc. Alguns foram com Krause, mesmo

assim estão trabalhando no social. Eu acho que
acertamos ... " - depoimento de Adrianus em entrevista
realizada em 25/06/91.

2.3. A AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA - ACO

2.3.1. Evidências de um Novo Modelo de Ser Igreja

O período a que ora nos referiremos, inserido no contexto do final dos anos 50 e primeira metade da década de 60, corresponde, na história da Igreja no Brasil, à derrocada da crise do modelo de "nova cristandade". Essa época é marcada pela liderança carismática da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - , cuja atuação, inicial, do ponto de vista quantitativo, é bastante representativa pois são fundadas quarenta e três dioceses, onze arquidioceses e dezesseis prelazias. Aliás, no que se refere à estruturação de novas organizações, a década de cinquenta é muito significativa. Destacamos em 1955, a fundação do CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano -, por ocasião da I Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada entre 25 de julho e 04 de agosto, no Rio de Janeiro.

Nos estudos que realizou sobre a Igreja e a política no Brasil, Márcio Moreira Alves (1979) ressalta o pioneirismo da CNBB, pelo fato de ter sido uma das primeiras, entre as oitenta e quatro conferências episcopais que existem atualmente no mundo e sublinha a importância de D. Hélder Câmara em sua concretização:

"... é difícil pensar na organização sem pensar no seu líder. Uma personalidade carismática como a sua (...). A evolução de D. Hélder é única e não pode ser considerada como representativa das opções da maioria dos que estão na origem da CNBB. É fruto de alguns traços de uma personalidade que só existe em Hélder Câmara: a sua excepcional abertura aos problemas políticos e sociais, a sua disponibilidade permanente para se adaptar às

mudanças" (ALVES, 1979, p.65)

Neste sentido, o autor salienta a inexistência de unidade ideológica entre o grupo dos fundadores da CNBB, fato que trará implicações futuras na relação Igreja-Estado e Hierarquia-Movimentos de leigos especificamente JUC, JOC e ACO.

Dentre suas primeiras diretrizes, a CNBB colocou a necessidade de "estudar os problemas do interesse da Igreja, no Brasil, em particular; apresentar as normas, aprovar e coordenar as medidas que facilitem e promovam a unidade de orientação e a necessária atualização da pastoral" (21) (ALVES, 1979, p.67). Em outras palavras, tornava-se urgente apresentar uma nova opção pastoral, em resposta à crise do modelo em vigor no período populista.

A mensagem de João XXIII aos bispos do continente impulsiona as igrejas locais à elaboração de um plano de pastoral que levasse em consideração os seguintes objetivos:

"iluminar as inteligências, revigorar a vida sacramental e fortalecer os católicos na fé; que os bispos se esforçassem por mostrar aos governantes e a todos os responsáveis a urgência de uma reforma das estruturas sociais no sentido de uma promoção das massas subdesenvolvidas; que a hierarquia e a Igreja, num papel subsidiário, dessem a sua cooperação a este esforço de participação humana e tomassem no seu seio uma parte ativa" (22)

Em resposta às recomendações de João XXIII, elaborou-se o "Plano de Emergência", em 1962, e sua orientação permanece até 1965, quando a CNBB formula o Plano Pastoral de Conjunto. Esses planos têm uma repercussão, do ponto de vista político, bastante favorável à participação do leigo na Igreja, pois "permitiram aos grupos empenhados na luta política (que então se acelerava extraordinariamente) referirem-se, para justificarem as suas posições favoráveis a uma incorporação das massas nas decisões

relativas ao seu futuro, aos textos da Igreja local" (ALVES, 1979, p.74).

Assim, a CNBB, enquanto inovação na organização do episcopado, vai se afirmando e rapidamente assume o papel político de porta-voz da hierarquia.

Vale considerar, como ressalta Bruneau que a constituição da CNBB foi a um só tempo, fruto da Ação Católica Brasileira e fortalecimento para a mesma. No primeiro caso, temos que "D. Hélder Câmara, Assistente nacional da ACB, desde 1947, usou essa organização para convocar os dois primeiros encontros da hierarquia. Muitos do grupo da CNBB tinham trabalhado com a ACB na qualidade de assistentes, e permaneciam em contato com o movimento, mantendo-se em posições chaves: Por outro lado, "... o fato da CNBB existir foi decisivo para a ACB (...) Dessa forma, a organização leiga não estava submetida às prioridades e diretrizes de cada bispo local. Os seus líderes podiam funcionar no plano nacional e se ocupar dos problemas de interesse geral. Era no plano nacional que se realizavam os encontros, se estabeleciam as diretrizes, se distribuíam os recursos, etc." (BRUNEAU, 1974, p.199).

É importante que compreendamos a relação entre CNBB - ACB, para que possamos entender os desdobramentos desse vínculo na relação CNBB - ACO no período pós 64. Se, no período pré-conciliar a ACB, enquanto movimento de leigos, alcança tal autonomia, as conclusões do Concílio Vaticano II vem institucionalizar a participação do leigo e da mesma forma vem dar envergadura legal à CNBB, ao expandir a jurisdição das

conferências episcopais nacionais. Entretanto, muito além do reconhecimento jurídico, o que mais pesou no significado assumido pela instituição foi a sua existência enquanto entidade viva, dinâmica e atuante; o espírito e o elã que a animava, partindo da carismática figura de D.Hélder e de outros bispos ativos e engajados.

Entendendo o clero como grupo intelectual orgânico da sociedade civil que pode estar vinculado a diferentes classes sociais, conforme veremos posteriormente, vamos encontrar no interior da CNBB a afirmação de duas posturas políticas opostas: um grupo de bispos considerado "progressista" e outro, "conservador".

Nas eleições realizadas em Roma, em 1964, para os cargos da CNBB, foram apontados para os cargos mais importantes os bispos conservadores ou moderados, o que representou a vitória do setor que combatia as idéias renovadoras de D.Hélder e o retrocesso/burocratização da CNBB, refletindo-se isto, no apoio ao movimento militar que assume o poder em abril do mesmo ano.

De uma forma geral, vimos que a década de 50 tem se revelado de grande contribuição no tocante ao surgimento de novas organizações no interior da Igreja, que vieram facilitar a articulação da instituição tanto a nível nacional - CNBB, em 1952 - quanto a nível continental - CELAM, em 1956. Em consequência, a década de 60 desencadeará um processo de intensa articulação do clero que fortalecerá estas organizações e possibilitará o surgimento de outros organismos menores no interior da Igreja.

Dois acontecimentos de importância fundamental para os novos rumos tomados pela Igreja mobilizam a instituição nesse

período: trata-se da convocação/realização do Concílio Vaticano II (1962 - 1965) e da II Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín (1968).

O encontro de Medellín, precedido de onze reuniões preparatórias anuais, é o ponto culminante de toda uma reflexão sobre a temática da Igreja na sociedade latino-americana. A análise dos temas desses encontros consecutivos revela um amadurecimento progressivo, tanto do ponto de vista da compreensão teórica, quanto do engajamento prático/pastoral na conjuntura sócio-política do continente. O clima de debate, o aprofundamento das discussões, a identificação de posturas, os questionamentos foram favorecidos em grande parte pela convocação do Concílio.

2.3.2. Ação Católica Operária - a Busca da Totalidade na Constituição do Movimento

É nesse contexto que a ACO se configura como movimento de leigos trabalhadores no Brasil e, mais especificamente no Nordeste. Neste sentido, a sua origem se dá num momento de grande efervescência política, caracterizada pelo surgimento de movimentos sociais, expressão significativa da sociedade civil, quanto pela abertura política que assinalou o final do período populista.

No tocante à situação conjuntural da Igreja no país, observa-se um esgotamento dos Movimentos da Ação Católica Especializada que, paulatinamente, vão perdendo o apoio dos bispos conservadores, graças à crescente politização de seus

engajamentos. Simultaneamente, a instituição eclesiástica experimenta um certo "vazio" no que diz respeito à prática pastoral propriamente dita, visto que só bem mais tarde serão definidas as ações pastorais.

No nosso entender, esse espaço, em larga medida, será preenchido pela ACO, especialmente nos momentos em que atua como porta-voz do segmento progressista do clero.

Do ponto de vista da estrutura sócio-econômica, vemos que o movimento de ACO vai se afirmar justamente no período em que, devido ao processo de aceleração da industrialização, estão postos os elementos-chave para configuração da classe operária na região e no país como um todo.

Neste sentido, a ACO constitui-se um elo de continuidade entre o passado e o futuro na Igreja do Brasil: suas origens no Movimento de Ação Católica Especializada lhe conferem experiência acumulada na prática por excelência da Igreja no país, desde os anos 30, assim como o conhecimento do seu corpo filosófico-doutrinário. Por outro lado, seu posicionamento frente aos desafios da sociedade brasileira, seja nas modificações apresentadas na estrutura de classes ou nas alterações político-ideológicas no decorrer da década de 60, apontam para uma Igreja do futuro em que o compromisso com os setores oprimidos é o fio condutor na tecitura das novas relações.

Convencionou-se afirmar que a ACO é um JOC. Com efeito, o movimento de JOC constitui-se o exercício da democracia liberal em contínuo e uma boa circulação de

sua própria realidade, ao mesmo tempo que a do Brasil. Abria-se aos problemas mais particulares do Nordeste e das cidades superpovoadas

Os limites impostos pela própria estrutura da JOC - os membros deveriam ser jovens trabalhadores de até 30 anos e solteiros - deixaram nos militantes ex-jocistas a necessidade de criar "o novo", de criar um movimento que atendesse às novas exigências. E, aqui nos reportamos a Lukács:

"entre uma forma mais simples de ser e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente 'deduzida' da forma mais simples" (LUKACS, 1978, p.1).

O processo iniciado na JOC - no sentido do desenvolvimento de uma nova visão de mundo e uma postura ontológica em que o homem não é visto apenas em sua particularidade, mas em sua generalidade, enquanto ser social, que pelo trabalho e, mais precisamente, pela atuação da consciência no processo de trabalho, supera sua condição meramente biológica - vai pouco a pouco oferecendo elementos para compreensão do processo global do trabalho, dos condicionamentos da própria atividade e de suas consequências.

Aqui a consciência da militância atua de forma decisiva, no sentido de que, refletindo a realidade do movimento de JOC, alcança suas limitações e constrói um movimento qualitativamente diferente e superior, em se tratando das possibilidades de intervenção na sociedade e de autonomia nas relações com a Igreja. Isto não significa dizer que a ACD vai negar a JOC, mas ao contrário, vai afirmá-la - especialmente quando dá continuidade à sua proposta metodológica - e, em certa medida,

superá-la.

Se, inicialmente, alguns ex-jocistas vincularam-se ao movimento conhecido como LOC - Liga Operária Católica - de natureza paroquial, logo perceberam que sua orientação não harmonizava muito bem com as suas perspectivas de engajamento e prática política.

Na realidade, a notícia de que na Europa havia já um movimento que sucedera a JOC será responsável pela motivação à articulação entre os antigos militantes de JOC, no continente americano.

No entanto, a forma como se desencadeia o processo de organização da ACO é bastante autônomo e conduz a uma estrutura peculiar no Brasil e na América Latina, embora conserve algumas características similares ao movimento europeu. Sendo assim, a elaboração de estatuto, regimento interno e princípios básicos é feita a partir da discussão nas equipes de base e das decisões tomadas em assembléias nacionais. A estrutura organizativa da ACO comporta uma Coordenação Nacional e Coordenações Regionais, mantendo estas últimas uma certa autonomia em relação à nacional mas, sobretudo, em consonância com a representação das equipes de base na coordenação local.

Na América Latina, o primeiro encontro de antigos jocistas acontece em Córdoba, na Argentina, em fevereiro de 1960. As temáticas selecionadas como pontos da pauta do encontro revelam preocupações com a situação da família operária, com as possibilidades de engajamento (político, sindical e comunitário) e com as características do movimento de adultos emergente. A

comissão responsável pela organização do movimento, eleita neste encontro, reúne-se novamente no ano seguinte em Santiago do Chile para estudar os estatutos do MMTC - Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos - também em gestação, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de militância operária e cristã em todos os países do continente. Revelam ainda uma preocupação com a formação a ser dada aos militantes, através da RVD - Revisão de Vida Operária.

Observa-se aqui o novo, mas também sinais evidentes da herança deixada pela JOC: a comunicação internacional. Isto não significa dizer que a organização da ACO, tal como da Ação Católica Especializada obedeceu uma linha de pastoral definida pela hierarquia da Igreja. Na realidade ela surge como movimento, de caráter internacional, vinculado à estrutura da Igreja, mas não enquanto prática pastoral. Neste sentido, o movimento de Ação Católica Operária responde muito mais a uma inquietação dos leigos do que da hierarquia.

A articulação a nível nacional se deu a partir de pessoas do Rio e São Paulo que, voltando do encontro de Córdoba, resolveram motivar os ex-jocistas para a ACO nascente. No Nordeste, a articulação de antigos jocistas - alguns já vinculados à LOC e outros tentando formar novos grupos para continuidade da experiência jocista - contou com o estímulo e a colaboração do Pe. Bernardo Lindoso, conforme depoimento a seguir:

"... a gente casou em 60 e, como não existia ACO ainda, fomos participar de um movimento como ex-jocistas um movimento da paróquia chamado LOC. E ficamos aí até 62. Em 62, surgiu a ACO, da articulação que foi feita entre Rio e alguns ex-jocistas e logo que começou fui procurado

por Luís Barros e fizemos contato com outras pessoas que foram os primeiros militantes da equipe de base de Paulista. O surgimento da ACO no Brasil tinha como preocupação ajudar os militantes que tinham engajamento, os que vinham da JOC e da LOC" - depoimento de João Francisco, em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 19/09/90.

O grupo articulador São Paulo - Rio promove uma reunião em São Paulo na qual fica estabelecida a convocação de encontros de militantes do norte/nordeste, a realizar-se em julho de 62, no Maranhão e, de militantes do sul/sudeste, em São Paulo, no mês de setembro do mesmo ano. Para ambos os encontros foi proposta uma temática comum, tendo como fio condutor a discussão sobre os princípios básicos para estruturação do movimento e para atuação do militante, tendo em vista o seu compromisso cristão com o movimento operário e com a Igreja.

Ao encontro do Maranhão comparecem representantes de equipes de quatro estados nordestinos - Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão - e de dois estados do Norte - Pará e Macapá. O grupo elabora um diagnóstico da realidade nordestina, analisando as desigualdades regionais, nos seguintes termos:

"O subdesenvolvimento é mais caracterizado nas regiões Norte e Nordeste pois contam com latifúndio improdutivo, economia baseada numa agricultura antiquada e de baixa produtividade, alta natalidade, fuga de capital para o sul agravada pela inflação do país..." (23).

Em consequência disto, o grupo resolve apoiar a luta pelas reformas de base defendidas pelo movimento operário e o movimento democrático em geral, ressaltando a necessidade da organização dos trabalhadores.

No que se refere às reflexões sobre os engajamentos, o movimento emergente decide pelo apoio à militância nas organizações dos trabalhadores, deixando transparecer algumas

restrições ao partido político que, no seu entender, muitas vezes "leva o trabalhador a assumir atitudes extremadas para um lado ou para outro"(ACO, 1962), e identificando alguns riscos nas organizações trabalhistas tais como interferências oficiais e patronais ou partidárias que tentam assumir a direção do movimento.

É curioso notar o roteiro de ação política proposto no encontro e contido no relatório:

- para o eleitor: "votar conscientemente; combater sistematicamente a politica de clientela; exigir de seus candidatos programas concretos que satisfaçam as legítimas aspirações populares; acompanhar e exigir o cumprimento do programa apresentado"

- para o candidato: "informar-se, esclarecer-se e acercar-se dos assessores capazes de ajudar para que a presença do trabalhador cristão seja mais eficiente; lançar-se na ação política, sem temer, desde que sinta vocação para uma atuação mais efetiva"(24).

A discussão sobre a estruturação do Movimento prolonga-se até o encontro de São Paulo. Sob a inspiração da Encíclica Mater et Magistra do Papa João XXIII, que estimula a ação dos leigos na Igreja e dos operários na sociedade, especialmente no movimento sindical e recomenda para todo o movimento da Igreja a utilização do método Ver, Julgar e Agir, o encontro define uma organização mínima para o movimento. Essa organização incipiente comporta uma Direção Nacional, formada por representantes das diversas dioceses com responsabilidades iguais, e equipes diocesanas que coordenam as equipes de base, compostas, em média, por doze membros.

Em Pernambuco, o grupo contou inicialmente com a participação de 13 ex-jocistas, preocupados em discutir o

engajamento nos sindicatos e associações de bairros. Contudo, nesta fase incipiente, tais preocupações são carregadas de um misto de contradições e dificuldades em sua dimensão política e religiosa: a dualidade religião x comunismo conduz a um engajamento, em certa medida, embasado numa concorrência com o comunismo. Essa postura reveladora de traços de uma religiosidade tradicional será superada mais tarde a partir de fatores internos na estrutura da Igreja no Brasil e decorrentes da conjuntura política do país, no pós 64.

Para definição de uma visão política mais ampla e expansão geográfica do movimento na região foi decisiva a contribuição do assistente suíço Pe. Romano, trazido ao Brasil a pedido da ACO nacional no ano de 1962.

Convém salientar que neste mesmo ano, na disputa pelo governo do Estado, quando o então candidato das esquerdas era Miguel Arraes, Pe. Romano já se coloca favorável a sua candidatura e justifica:

"trata-se apenas de colaborar na promoção da justiça com aqueles que estão dispostos a realizá-la. A justiça não é menos justiça quando realizada pela esquerda". (25)

Podemos afirmar que até 1962, o trabalho da ACO estava restrito praticamente à cidade do Recife. A partir do ano seguinte, com a elaboração de um plano de organização e expansão, procura-se atingir toda a região metropolitana - que passa a ser dividida em 07 zonas - e algumas cidades do interior. Sendo assim, em 1964 a ACO em Pernambuco contava com seis equipes no Recife e três nas cidades de Escada, Paulista e Jaboatão, respectivamente. (26)

De acordo com enfoque apresentado em capítulos

anteriores, o setor têxtil, na época, era o mais significativo na indústria local e justamente aí incidiu a atuação da ACO, conforme depoimento a seguir:

"No momento a tecelagem era um peso em Pernambuco. (...) Em Recife, havia 11 fábricas de tecido que empregavam um contingente muito grande de trabalhadores como por exemplo a fábrica da Torre. A preocupação da ACO era estar presente na categoria que tinha peso e necessitava de um acompanhamento". - depoimento de João Francisco em entrevista realizada em 25/04/91.

Eram estas as propostas básica contidas no plano de ação: introduzir-se no mundo do trabalho de Olinda, Recife e Paulista; tomar conhecimento das condições de trabalho e dos problemas vivenciados pelos trabalhadores e estabelecer contatos, tornando a ACO presente nas diversas zonas. O plano de expansão trouxe consigo a abertura para a presença de novos militantes, inclusive aqueles que não tinham tido qualquer vinculação com a JOC. Esse direcionamento foi muito positivo para a afirmação da ACO pernambucana.

Nesse ano de 1963, militantes de ACO participaram de várias mobilizações da classe, tais como: paralização de fábricas e do comércio no Recife, engajamento ativo em greves por reivindicações econômicas ou políticas que marcavam a conjuntura da época, e também nos sindicatos, especialmente no setor têxtil, de acordo com afirmações de militantes da época, vinculados ao sindicato dos tecelões:

"Comecei a participar do sindicato em 63... quando a gente sentiu que podia conseguir muito mais se estivesse nas mãos dos trabalhadores mais combativos... A partir da discussão nas bases elegeram-se um companheiro da gente que estava com a gente na faixa da Igreja. Ele não era da ACO, mas era um cabra que se destacava pelo entusiasmo e apoio nas greves e foi lançado pela turma da ACO... Em novembro desse mesmo ano, houve uma greve dos tecelões e

o grupo de esquerda tomou o sindicato da mão da direita" - depoimento de João Francisco em entrevista realizada para os fins dessa pesquisa em 25/04/91.

Como podemos observar, essa fase inicial é caracterizada por uma aproximação ao processo político que atravessava o país, sem contudo, significar uma participação dos militantes enquanto lideranças que pudessem influir de forma mais incisiva nas decisões mais gerais do processo. Aqui predomina o "apoio a", comportamento natural de quem dava os primeiros passos para um engajamento mais efetivo nas lutas políticas. Para alguns militantes, o período de 62 a 64 correspondeu a um momento de afirmação do movimento em que a leitura da realidade era acompanhada por uma profunda reflexão do evangelho:

"Esses dois anos levou a gente a descobrir os fatos e a exigência da presença na área popular e na área sindical, mas a preocupação maior era de formação cristã, para a gente ter clareza. Lembro de muitos dias de estudo e reuniões na linha de uma reflexão mais profunda porque fazia com que cada militante se comprometesse muito mais com o movimento operário e com a ACO. (...) Nesse tempo, não tinha veículo de formação nenhum, não tinha jornal; só esses encontros em que a gente fazia relatórios e atas com alguns assessores, às vezes da Igreja que vinham nos ajudar a entender a realidade. (...) Mas isso foi bom porque deu subsídio para a gente enfrentar, logo depois de 64, as marcas da ditadura, a repressão. Descobrimos através do Evangelho, que a gente tinha um papel na mudança dessa sociedade e que era o homem que tinha de fazê-lo, como cristão e como trabalhador..." - depoimento de João Francisco em entrevista realizada para os fins dessa pesquisa em 25/04/91.

Nessa época, a ACO de Pernambuco procura fazer um trabalho de persuasão junto aos padres, visando interessá-los na situação da classe operária e na construção do movimento. Entretanto, o próprio bispo, na época D. Carlos Coelho, apresenta-se temeroso no apoio à classe operária e às suas reivindicações, para não ser confundido com os comunistas. Em

outras palavras, a politização chegava para o Movimento de ACO de forma bem mais rápida que para a hierarquia da Igreja.

Ainda em 63, o movimento reúne representantes de seis Estados do Nordeste no I Encontro dos responsáveis pela ACO na região: o plano de expansão estava dando certo...

NOTAS EXPLICATIVAS DO CAPÍTULO 2

1. "Num século de mudanças rápidas e entrechoques cruentos, alguns homens se põem a refletir acerca da sociedade humana, suas transformações e conflitos... Comte, Proudhom, Marx, Engels, Durkheim e outros são burgueses que viram com seus próprios olhos o cataclisma histórico-social que sacudiu a Europa no século XIX. (MADURO, 1981, p.35)
2. A base teórica para expansão do capitalismo industrial sistematizada por Adam Smith em sua principal obra "A Riqueza das Nações" foi publicada em 1776 e o primeiro volume de "O Capital", essência básica da teoria Marxiana, foi lançado quase um século depois, em 1867.
3. Pio XI exerceu seu papado entre 1922 e 1939. Escreveu a encíclica Quadragesimo Anno (15/05/31) retomando a discussão da questão social e outros temas abordados pela Rerum Novarum. Parece avançar em sua apresentação considerando as modificações ocorridas em função do aguçamento das contradições na relação capital - trabalho, a concretização do Socialismo na URSS, com a Revolução de 1917, as consequência da 1ª. Guerra Mundial e as reflexões sobre a Rerum Novarum, aprofunda alguns questionamentos sobre os princípios básicos do capitalismo e do comunismo. Chega a propor uma "3ª. Via", que constitui as bases da democracia cristã e aponta para uma responsabilidade maior dos leigos na sociedade em geral.
4. Pe. João Portocarrero COSTA posteriormente Bispo de Mossoró no Rio Grande do Norte foi um dos precursores da Ação Católica no NE, de forma especial no Recife/PE. Na tentativa de uniformizar os métodos de trabalho e o modo de pensar militantes dos sócios ele edita as Lições de Ação Católica, em 1937, sob o título "Ação Católica : Conceito, Programa, Organização".
5. Dom Marcelo Carvalheira é bispo de Guarabira na Paraíba e atual presidente do Regional NE II da CNBB. Foi assistente de JUC e escreveu sobre Ação Católica (Revista Eclesiástica Brasileira, v.43, n.169, p.10-28).
6. Em 1934 o número de seminaristas no Brasil era de apenas 2.761, o que representava aproximadamente, uma vocação para 10.000 habitantes (COSTA, 1973, p.112).
7. No modelo de cristandade, dominante na Europa desde aproximadamente o século IV até a Reforma (século XVI) a Igreja era a instituição de autoridade sobre os domínios temporal e espiritual. Entrando em crise, na Europa, esse modelo se afirma na América Latina, de forma especial no Brasil Colonial, graças à força que a Igreja mantinha em Portugal.

8. A influência de Alceu Amoroso Lima na formação do pensamento social cristão e nas modificações ocorridas na Ação Católica Brasileira será analisada posteriormente.
9. À essa época, duas tendências contraditórias predominam entre os leigos católicos e na Igreja no Brasil: de uma parte, o nacionalismo católico, integrista e reacionário, liderado por Gustavo Corção cuja influência se faz sentir no período pós 64 até a década de 80 e, de outra parte, o social cristianismo, cujo líder será Alceu Amoroso Lima (Tritão de Athayde).
10. O último item deste capítulo ao tratar da JOC oferecerá maiores detalhes sobre Cardijn e o método ver, julgar e agir.
11. Vale salientar que a concretização do Secretariado Nacional de Ação Católica, reunindo bispos de lugares distantes, constituiu-se o suporte para a fundação em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.
12. Herbert José de Souza, sociólogo e cientista político fundador do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, foi militante de JUC. Seu depoimento foi retirado de CARVALHEIRA, 1983, P.21.
13. "A AP compunha-se não só de ex-jucistas, mas incluía também profissionais liberais e muitos não católicos. O movimento aparentemente cresceu até 300 ou 500 membros entre junho de 1962 e abril de 1964, contudo todos os observadores notam que sua influência ultrapassava o seu número, em programas tais como o MEB, a Educação de Base de Paulo Freire, os Círculos de Cultura Popular, os de Goulart e os dos governos Reformistas de Pernambuco e Goiás" (BRUNEAU, 1974, P.187).
14. CARVALHEIRA, 1983, p.21, citando CÂMARA, Hélder - "Les conversions d'un évêque, entretien avec Joseph de Broucker, ed. Seuil, Paris 1977, p.109-110.
15. O Capítulo 3 abordará mais de perto o processo de formação da classe operária no Brasil, em relação ao Nordeste.
16. O artigo publicado na Revista Eclesiástica Brasileira - REB faz parte de um estudo mais amplo sobre "The Catholic Church and Politics in Brazil, 1958 - 1980".
17. BURITY, Joanildo, "Os protestantes e a revolução brasileira, 1961 - 1964 : a conferência do nordeste" dissertação de mestrado em ciência política na UFPE, 1989.
18. Não se pode dizer que a JOC abandonou a dimensão

religiosa, ao contrário, houve sempre por parte dos Jocistas a preocupação em assegurar a dimensão cristã do movimento, mesmo nos momentos de tensão e conflito com a hierarquia da Igreja, especialmente após o rompimento desta com a JUC.

19. Em setembro de 64 a JOC publica um documento mostrando a postura anti-popular.
20. Em 1968 o movimento conta apenas com 654 membros.
21. CNBB. Plano Pastoral de Conjunto. In ALVES, M. M. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.67.
22. ALVES, M.M. A Igreja e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.67.
23. ACO, Relatório do Encontro do Maranhão, 1962.
24. ACO, Relatório do Encontro do Maranhão, 1962.
25. MANUSCRITOS, Pe. Romano Zufferey, Recife, 1962(Documentos da ACO), Maiores detalhes sobre o papel de Pe. Romano e demais assistentes eclesiais da ACO serão fornecidos no Capítulo 4.
26. Além da equipe formada no centro do Recife, constituíram-se novas equipes nos bairros da Torre, Macaxeira, Vasco da Gama, Salgadinho e Aogados. (ACO, Boletim Presença. n.1, p. 6, 1964).



CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZAÇÃO DA CLASSE
OPERÁRIA NO NORDESTE E A ACO

3.1. ELEMENTOS SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICOS na CONFIGURAÇÃO da CLASSE OPERÁRIA DA REGIÃO

A forma como se desencadeou o processo de industrialização/capitalização na região Nordeste reflete, sobretudo, as relações centro-periferia, que se estabelecem entre as nações sob o comando do capitalismo mundial, e as imposições internas da divisão regional do trabalho, decorrentes da acumulação possível no Sudeste.

Evidentemente não é um fenômeno recente, o caráter de dependência e complementaridade da indústria nordestina em relação ao Sudeste :

"...com a divisão internacional do trabalho, no século XIX, opera-se no Brasil uma divisão regional do trabalho em que o Nordeste, agora e mais uma vez, desempenha um papel de complementaridade frente à acumulação do Sudeste, promovida especialmente pelo café e pela industrialização. E é justamente por isso que, nem durante a Colônia, nem no Brasil Estado-Nação, foi possível um processo de acumulação ampliada no Nordeste..." (PERRUCCI, 1984 p.17).

Não se pode, portanto, falar de Nordeste sem considerar a história, e o processo da economia brasileira e a sua inserção no modo de produção capitalista mundial. A esse respeito, vale considerar que a internacionalização do modo de produção capitalista estabelece relações desiguais entre os países, de acordo com sua posição na divisão internacional do trabalho. Neste sentido, historicamente tem sido reservado aos países periféricos, entre eles o Brasil, o papel de produtor de matéria prima e de mercado consumidor.

Sendo assim, a dominação que se exerce a partir dos países centrais sobre os países periféricos, em última instância,

- salvo, é claro, as especificidades e os condicionamentos locais -, determina o que se vai produzir e como. A exemplo disto, Perruci lembra:

"A cultura do algodão que se estrutura em função da própria evolução industrial, especialmente a inglesa... e a produção açucareira... tendo como determinação a política mercantilista europeia" (PERRUCI, 1984, p.18).

Nesta perspectiva, não nos surpreendemos ao constatar que a relação mantida inicialmente entre a colônia e a metrópole perdure e atravesse os séculos, adaptando-se às novas exigências da produção. Antes, a colônia - produtora de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais, atendendo aos interesses da burguesia mercantil metropolitana e sujeita ao monopólio do comércio metropolitano e, depois, o Estado-Nação - produzindo alimentos e matérias primas para os países industriais. Em suma, economia atenta e obediente aos tempos e contratempos da demanda externa. E esta tendência continua, mesmo com a criação incipiente de uma economia nacional, na década de 30, graças à montagem da economia cafeeira que será a base de sustentação do financiamento do setor industrial, que se torna o setor chave para dinâmica do sistema:

"a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial" (OLIVEIRA, 1976, p.9).

À mesma época, estavam também lançadas as bases para um aprofundamento das desigualdades regionais, sobretudo entre Nordeste-Sudeste, visto que a acumulação primitiva de capital, ocorrida na economia cafeeira, favorecia a industrialização na região Sudeste. Associe-se a isto o fato de existir nesta região

um mercado consumidor constituído por uma grande massa de trabalhadores do café, que oportunizavam ainda mais a instalação da indústria nesta parte do país.

Mas no pós anos 30 não mudaram as relações básicas, do sistema do ponto de vista de proprietários e não proprietários dos meios de produção. Internamente, verifica-se uma ascensão ao poder das novas classes burguesas empresariais industriais, em detrimento das classes proprietárias rurais. As classes trabalhadoras ficam excluídas do processo.

Dadas as características ditatoriais do regime do Estado Novo, verifica-se, então, uma ruptura entre a economia nacional e o capitalismo internacional o que explica porque, inicialmente, a expansão capitalista no Brasil se dá na dinâmica interna das forças sociais. Na administração Vargas, portanto, o padrão de acumulação define-se pela prévia expansão do setor produtor de bens de produção, isto é, do Departamento I da economia e, para sua materialização são formulados vários projetos de empreendimentos estatais. Entre as empresas estatais que constituíram o setor básico e estratégico da economia brasileira, podemos citar a PETROBRÁS, a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, a COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS, a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE e a ELETROBRÁS.

Graças ao pacto populista que o Estado realiza com as classes dominantes e os assalariados, este padrão de acumulação oportuniza uma concentração nas mãos do setor privado, às custas da contenção do salário do trabalhador e da transferência da produtividade estatal.

É neste sentido que a intervenção do Estado, na regulamentação da legislação trabalhista desde a década de 40, torna possível institucionalizar o processo de exploração que vai fornecendo os excedentes internos necessários à acumulação. É neste contexto que se determina o valor do salário mínimo, de forma tal a não incorporar qualquer ganho de produtividade do trabalho.

A orientação inicial dada ao processo de industrialização poderia ter garantido uma expansão industrial mais equilibrada, caso o processo de acumulação verificada não tivesse produzido modificações no perfil da demanda ou ainda, se a redefinição da divisão internacional do trabalho - com a recuperação europeia pós-guerra - não apresentasse uma nova determinação para as economias periféricas dependentes. No tocante ao primeiro, aspecto vemos que a produção interna não oferecia bens de consumo duráveis que pudessem atender às necessidades da camada que realizara a acumulação de capital. No que se refere às relações no mercado mundial, observamos que já não são mais entre países produtores de matéria prima versus países produtores de manufaturas; a relação que agora se estabelece é entre países produtores de manufaturas de consumo versus produtores de bens de produção.

O novo padrão de relações é ditado, então, pela expansão do capitalismo em escala internacional, que se evidencia pelo crescimento dos países do Mercado Comum Europeu e do Japão, principalmente. Este fator terá a repercussão direta no processo

de abertura do Brasil para o capital estrangeiro, como veremos a seguir, assim como na incorporação pela economia brasileira de estilos de competição oligopolista. Aqui cabe uma remissão a Marx, quando trata do movimento de competição oligopolista e diz o mesmo representar, por si só, um movimento de "concentração de capitais, é a concentração da concentração, ou mais simplesmente a centralização do capital" (OLIVEIRA, 1987, p.100).

Essa perspectiva tem como objetivo a realização plena do sistema como produtor de mais valia e a redefinição do papel do capital financeiro.

Em outras palavras, o movimento de centralização opera transformação plena do modo de produção de mercadorias em modo de produção de mais valia, realizando uma lucratividade, sem necessidade de "poupanças", através da elevação ímpar da taxa de exploração. Esse processo produz uma modificação do papel do Estado, que perde as características de Estado populista e passa a ser também produtor de mais valia, isto é, um elemento da própria centralização de capital.

As consequências adivindas desse processo se fazem sentir no âmbito das classes dominadas, especialmente o operariado urbano que, a partir daí, irá reconhecer a face "capitalista" do Estado, ou seja, seu caráter explorador, opressor e repressor. Tal revelação será mais clara pela transformação na oferta de bens e serviços antes realizada prioritariamente pelo Estado e agora aberta também à iniciativa privada.

Por outro lado, as classes dominantes passam a conviver com um novo competidor, o Estado, competidor singular como indica

Oliveira:

"a contradição que agora aparece entre esse Estado produtor e as formas privadas da riqueza nacional é uma contradição do capital, mas não uma forma mortalmente antagônica de oposição de interesses" (OLIVEIRA, 1976, p.103).

Sendo assim, antes de concluída a concretização do setor para a industrialização no país, a política econômica toma novos rumos no sentido da produção de bens de consumo duráveis, voltada para uma camada privilegiada da população. O Brasil ingressa na era desenvolvimentista dos "50 anos em 5", da proposta juscelenista, na tentativa de otimizar seu crescimento econômico e atingir a modernização.

A política desenvolvimentista - espinha dorsal do governo Juscelino Kubitschek (1955 a 1960) - tem suas diretrizes traçadas a partir do diagnóstico apresentado pelo Grupo - Misto Banco Nacional do Desenvolvimento - BND - e Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, em resposta ao Presidente, na época, 1953, ainda candidato.

A concepção deste Grupo era que:

"somente uma ação coordenadora e persistente sobre o conjunto do sistema poderia tornar exequível a simultaneidade de uma série de fatores favoráveis ao desenvolvimento" (CARDOSO, 1978, p.399).

Vislumbra-se aqui o ponto de vista fundamental que orientaria o Plano de Metas, a ser elaborado pelo mesmo Grupo, em 1956, a saber, exigência do desenvolvimento a partir de uma ação técnica, que é o planejamento, de amplitude nacional.

Algumas considerações sobre o pensamento da CEPAL são oportunas, tendo em vista sua influência nas definições ideológica, técnico-científica e política na programação governamental tanto no Brasil, como em toda a América Latina. A

CEPAL era constituída, especialmente, por economistas - entre eles Celso Furtado - e tinha como objeto de estudo o "desenvolvimento", entendido como "objetivo de política econômica de aceitação praticamente universal" (CARDOSO, 1978, p.384). Esta concepção implicaria numa análise das condições objetivas de cada país que pretendia o desenvolvimento. Assim os cientistas ligados a esse órgão das Nações Unidas voltaram-se para uma análise minuciosa das sociedades latino-americanas, do ponto de vista estrutural e histórico, atentos às relações político-comerciais entre os países chamados "em desenvolvimento" e as potências mundiais, insistindo numa estratégia global de planejamento, como alternativa prática para tais países.

Fica bastante evidente que a concepção dual "atrasado versus moderno" estende-se aos setores "agrário versus industrial" e a industrialização passa a ser vista como única saída para a modernização. A crítica de Oliveira a esse respeito recai sobre a fundamentação teórica da análise, visto que a concepção de subdesenvolvimento considerada situa-se no âmbito da reação de oposição "atrasado" versus "moderno", quando, na verdade, o que existe é uma organicidade, uma unidade de contrários em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado". Em outras palavras: o subdesenvolvimento é uma produção da expansão do capitalismo. E, segundo o mesmo autor, a teoria do subdesenvolvimento cumpriu importante função ideológica, no sentido de que fornecia os alicerces para o "desenvolvimento" o que;

"desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da

economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravariam" (OLIVEIRA, 1978, p.9).

Por outro lado, a visão dualista é também responsável pela proposta do recurso à suplementação do capital estrangeiro, entendido como expediente transitório, ou seja, necessário até que o país alcançasse o desenvolvimento. Com isso, não se estabeleceu nenhuma discussão sobre o significado da entrada de capital estrangeiro no país nem sobre as implicações deste tipo de capital para o crescimento.

Segundo Cardoso, o recurso ao capital estrangeiro torna-se então a mola do novo padrão de acumulação, ou seja:

"através da concessão de incentivos ao estabelecimento de certas indústrias a automobilística, por exemplo", ou de "entidades oficiais de crédito, internacionais ou nacionais... mediante a abertura de créditos bancários a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento, ou por ele garantidos" (CARDOSO, 1978, p.202).

Em suma, a condição básica de financiamento externo, na forma de contribuição quantitativa ou tecnológica, justifica-se, ainda, pelas limitações encontradas na base capitalista nacional: o país não dispunha de bens de capital exigidos pelo novo padrão adotado.

Sendo assim, paulatinamente, vão se rompendo os laços de dependência entre o setor industrial brasileiro e o setor agrário exportador e se configurando uma aliança, cada vez mais forte, entre a burguesia industrial nacional e o capital estrangeiro, o que coloca em evidência a fragilidade da ideologia nacionalista que a burguesia dizia defender e do seu projeto de industrialização nacional. Daí porque a partir de 1956, a entrada e ação do capital estrangeiro no Brasil se dão com mais ampla

liberdade até 1961, quando novos problemas econômicos, sociais e políticos geram uma situação de crise.

Durante este período, consolida-se a posição de "centro" da economia nacional da região Sudeste, frente ao processo de industrialização. Significa dizer que, a nível interno, reafirma-se a reprodução da relação centro-periféria que se estabelece no âmbito internacional. Ao Nordeste, enquanto região marcadamente agrícola - visto que, historicamente o setor exportador do açúcar tem sido o determinante fundamental de seu crescimento econômico - cabe a exportação de matéria prima e produtos agrícolas de subsistência, destinados ao mercado consumidor do Sudeste, assim como o fornecimento de mão de obra.

Vale considerar que a relação entre o setor agrícola e o industrial nas sociedades capitalistas periféricas assume características especiais. E, pelo modo como se deu o processo de industrialização no Brasil, a agricultura é remetida a um "sub-setor": sub-setor dos produtos de exportação para suprir as necessidades de bens de capital e sub-setor de produção para o consumo interno que venha atender às necessidades das massas urbanas. E - para não encarecer, em última instância, os custos da reprodução da força de trabalho na indústria - o setor agrícola não pode elevar o custo da alimentação e da matéria prima. Destaque-se como mais grave, em tudo isto, a não contemplação do proletariado rural pela legislação trabalhista, o que constitui uma estratégia adotada pelo sistema para não tocar nas bases agrárias de produção, contornando, assim, os gravíssimos problemas de distribuição da propriedade. Segundo

Moreira, do ponto de vista legal :

"os trabalhadores do Nordeste não tinham nenhum amparo e seu nível de vida evoluía de forma muito desfavorável, inclusive naquelas conjunturas em que as condições de mercado externo se apresentam amplamente favoráveis para os produtos locais, como foi o caso do açúcar no começo da década de 60" (MOREIRA, 1979, p.48).

Se o país definia como base de seu projeto político a industrialização, definia, igualmente, de per si, a necessidade de uma política concentrada na região onde se desencadeava a industrialização. Deste modo, o tratamento dispensado à região sudeste obedecia a uma política de inversões que não prescindia o planejamento e a colaboração das demais regiões do país, seja através da política cambial, ou através da transferência de renda por meio das compras que as regiões periféricas internas eram obrigadas a fazer, em função do avanço industrial e das medidas impostas de proteção aduaneira.

De forma completamente oposta, até meados da década de 50, assistia-se no Nordeste a uma política assistencialista, baseada em iniciativas imediatistas e paliativas, em resposta aos problemas emergentes no período das secas. Tais políticas sempre foram administradas de forma tal que só atendiam os interesses de grupos latifundiários.

A redefinição dessa política regional por parte do governo federal acontece nos finais da década de 50, ora focalizada, e início dos anos 60. Por um lado, há um esgotamento da política de combate às secas, frente aos questionamentos feitos à sua (in)eficácia por diversos setores de classe até pela Igreja Católica, a nível regional e nacional, especialmente devido à grande seca de 58.

Por outro lado, o pensamento técnico científico dominante, depositava sua crença no papel do planejamento, vendo-o como instrumento capaz de mudar, intrinsecamente, a situação de subdesenvolvimento e de 'desequilíbrios regionais, como nos demonstram, muito bem, os estudos de Amélia Cohn(1).

O pensamento de Oliveira(2) a esse respeito, aponta para questões de fundo político-ideológico. No seu entender, a "intervenção planejada" do Estado no Nordeste se deu no sentido de conter o avanço das forças populares cuja hegemonia cultural ameaçava a "integridade nacional"(OLIVEIRA, 1987, p.99-137).

Em primeiro lugar, no que se refere aos setores que pressionaram uma modificação nas políticas regionais, encontramos setores "progressistas" da Igreja Católica que, à essa época - identificados com a proposta desenvolvimentista, de Juscelino - e fundamentados na "teologia do desenvolvimento", tendo como figura de maior expressão D. Hélder Câmara - alertavam a opinião pública a respeito da dramática pobreza da população do Nordeste do Brasil.

Neste sentido, a história registra dois acontecimentos que se tornam marcantes, pelos posicionamentos assumidos por tais setores, em prol da Reforma Agrária e da intervenção do Estado para o desenvolvimento do Nordeste. Trata-se da Reunião dos Bispos do Nordeste, realizada em Campina Grande, Paraíba, em 1956, momento em que "a Igreja engaja-se oficialmente na 'Operação Nordeste' do Governo, de onde sairá a SUDENE" (RICHARD, 1982, p.149) e do Encontro de Natal, ocorrido em 1959, organizado pelo Governo para, com os bispos, exercer pressão junto ao Parlamento para que votasse a lei que criava oficialmente a

SUDENE.

Assim é que, já em 1956, como nos afirma Cohn(1978), começa a se esboçar uma série de medidas capazes de viabilizar, do ponto de vista técnico, um planejamento para a região. Surge aí uma nova caracterização à concepção de Nordeste, que passa ser visto em termos de suas potencialidades de desenvolvimento e não como região condenada ao subdesenvolvimento, em função de suas condições climáticas. E, nesta perspectiva, o então Presidente da República - Juscelino Kubitschek, ainda em 1956, cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tem como finalidade elaborar um diagnóstico da região.

O GTDN, sob a orientação e coordenação de Celso Furtado - fato este que assegura sua inspiração cepalina - a mesma contida no Plano de Metas do Governo JK - apresentou como documento final "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", fundamento das diretrizes da Sudene. Identificando o setor agrícola como ponto de estrangulamento interno mais grave, o Grupo propõe a industrialização como única forma de superar o atraso relativo da região.

A SUDENE, idealizada em fevereiro de 59, é implementada apenas em dezembro de mesmo ano. A demora para a sua aprovação justifica-se pelo fato de ela ter suscitado divergências políticas e reações da oligarquia agrária local, baseadas numa visão tradicional do problema nordestino: a seca. A oligarquia agrária, na verdade, temia as possíveis mudanças na estrutura política regional, vislumbradas nas diretrizes da SUDENE e que ameaçavam sua clássica hegemonia na região.

Parece claro, portanto, que o problema nordestino se configura como problema político, não só do ponto de vista das relações a nível nacional e inter - regional, mas também do ponto de vista local, em função dos interesses da oligarquia agrária. Entretanto, o Plano de Ação proposto consegue o apoio de amplos setores do governo local e nacional e, sobretudo, do empresariado do sul do país que acena para a possibilidade de um novo mercado de investimentos que despontaria através da SUDENE.

Convém salientar o sentido da análise desenvolvida por Oliveira quando relaciona a intervenção planejada do Estado no Nordeste - que resultou em face da implantação da SUDENE - ao avanço que as forças populares conquistavam em face do controle político e da hegemonia cultural da oligarquia agrária na região. Em última instância, o processo que se verificava ao nível da superestrutura representava uma ameaça para a "integração nacional", entendida aqui como processo de centralização e acumulação do capital a partir do Centro-Sul.

O antagonismo entre a coligação de forças populares do Nordeste e a burguesia industrial do Centro-Sul define-se também pelo papel assumido pelo Estado nacional diferentemente de como se expressa o Estado na região. A nível nacional, o Estado caminhava para dissolução da ambiguidade característica do pacto populista, à medida que assumia uma nova face no estágio monopolista do capitalismo: a de Estado produtor. De forma inversa, o Estado no Nordeste, pressionado pelas reivindicações populares, centra sua atenção na tentativa de aplicação rigorosa das leis de propriedade e regulamentação trabalhista. Esse

posicionamento vai chocar-se em essência, com o processo de crescimento oligopolístico a partir do Centr-Sul, na medida em que questiona a própria acumulação.

Nesta concepção a SUDENE é vista como um mecanismo de aceleração da integração e, precisamente por isso é que para Oliveira, a intervenção do Estado é planejada:

"trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o planejamento é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul" (OLIVEIRA, 1976, p.113).

A designação de "forças populares" apresentada por Oliveira refere-se, sobretudo, ao seu caráter de forças socialmente subordinadas, mesmo que constituídas por agentes políticos diferenciados. Entre estes, destaque-se, de um lado, o Campesinato (semi-camponeses, pequenos sítiantes, meeiros, arrendatários) cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas, mas que também estavam representados em sindicatos, de diversa filiação e orientação, inclusive da Igreja Católica.

Por outro lado, encontramos o proletariado urbano e rural cuja

"oposição à burguesia é já a tradição na história política do Nordeste, principalmente em Pernambuco" e que "no quadro dos anos 50... vai modificando sua relação de força com as outras classes sociais dominantes e também dominadas (OLIVEIRA, 1976, p.107).

Todos esses aspectos revelam que o avanço no nível da superestrutura representava um risco à unidade nacional ou, em outras palavras, um risco a unidade nacional da burguesia; de forma tal que documentos anteriores à criação da SUDENE

justificam a necessidade de sua implantação a partir da referência explícita aos "problemas sociais e políticos da região" entre eles: "clima geral de insatisfação, criação de ressentimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema da terra"(OLIVEIRA, 1976, p.114).

Não podemos afirmar, entretanto, que a implantação da SUDENE seguiu uma trajetória retilínea. Na realidade, essa trajetória conheceu desdobramentos, cuja lógica explica-se pela articulação / desarticulação entre as forças que a apoiavam e as que a ela se opunham. Em alguns momentos, por exemplo, são as próprias forças populares que chegam a reivindicar, em praça pública, a aprovação do I Plano Diretor, por entenderem que a burguesia industrial local a ele se opunha na defesa de seus interesses de classe.

De um outro ponto de vista, porém, encontramos a intervenção dos Estados Unidos - via programa Aliança para o Progresso a ser consubstanciada através da SUDENE, tendo como principal objetivo o esvaziamento político das Ligas Camponesas. Cheio de compreensível pavor para com o sucesso da Revolução Cubana, o governo norte-americano, sob a gestão Kennedy, via no Nordeste um possível foco de ameaça ao capitalismo. Tal diagnóstico é minuciosamente analisado por grupos de estudo que, vindo em "missão" ao Nordeste brasileiro, elaboram documentos sobre a realidade e, com isso, obtêm subsídios que fundamentam propostas de neutralização desses movimentos na região.

O programa "Aliança para o Progresso", ao qual nos referimos anteriormente, fundamenta-se em dois eixos norteadores: a curto prazo, uma série de atividades, que previam a cooperação

com programas e projetos de desenvolvimento econômico, visando à redução das pressões agrárias e urbanas, a partir do esvaziamento demográfico do Nordeste.

As atividades da SUDENE que vislumbrassem uma investida real no desenvolvimento econômico, eram combatidas e até boicotadas pelo governo norte-americano - como no caso em que se "recomendou" a não ampliação da capacidade geradora da CHESF - visto que não interessava o fortalecimento do Estado que estava sob controle político de forças consideradas adversas.

A presença de norte-americanos da CIA no Nordeste, torna-se uma constante, seja disfarçados em seu Consulado no Recife, ou como agentes infiltrados nos sindicatos. Assim, a intervenção do governo dos Estados Unidos consolida a implantação da hegemonia burguesa em escala nacional, hegemonia esta já completamente permeada pela presença do capital internacional, sobretudo norte-americano.

À medida que a SUDENE adere à conjunção das forças imperialistas e da burguesia internacional associada ao Centro-sul - sobretudo a partir da aprovação da segunda etapa do 34/18, que será analisado a seguir, perde o apoio das forças populares e envereda pelo caminho do patrocínio de atividades demagógicas.

Raimundo Moreira (1979) nos oferece uma análise detalhada sobre o significado da política de incentivos para a região nordeste sob a forma popularmente conhecida como "34/18" (3). No seu entender, tal política vem revestida de um caráter nitidamente concentrador, reforçando a natureza complementar da indústria nordestina, em relação à do Sudeste.

3.1.1. Implicações do Plano Desenvolventista da SUDENE na Configuração do Perfil da Indústria da Região

Afirmamos, anteriormente, que o setor exportador do açúcar, historicamente, tem sido o determinante fundamental do crescimento econômico da região Nordeste. Ampliando a reflexão, podemos afirmar que a atividade agrícola - que corresponde ao setor primário da economia, tem sido o eixo em torno do qual sempre girou a economia nordestina. Em 1947, a participação deste setor no PIB da região era em torno de 40%, índice que se manteve até 1967, ao passo que a indústria apresentava um índice de apenas 10%, no mesmo período. Nessa época, a indústria da região constituía-se de empresas voltadas para o processamento de produtos agrícolas e de óleos vegetais, de produtos industriais de consumo mas restrito, usinas de açúcar, fabricação de tecidos de algodão.

Só na década de 70 - quando um volume maior das inversões realizadas alcançam certo grau de maturação, verifica-se a tendência acentuada de maior participação do setor industrial, sobretudo o da indústria dinâmica - especialmente a metalurgia e a de material de transporte - cujo percentual aumenta para 30,2% nos anos 80, como nos demonstra o Quadro Nº1, a seguir:

QUADRO Nº1: PARTICIPAÇÃO (%) DOS SETORES ECONÔMICOS, NO PIB DO NORDESTE

ANO	1947	1967	1980
ATIVIDADE ECONÔMICA			
AGRÍCOLA	40,0%	40,0%	16,9%
INDUSTRIAL	10,6%	9,6%	30,2%
SERVIÇOS	49,0%	51,0%	52,9%

A redução da participação do setor industrial nos anos de 1947/1967 é explicada por Moreira (1979), pela deterioração que sofre este setor a partir da maior expansão industrial do Centro-Sul e a conseqüente integração do mercado nacional, registrada em fins da década de 50, quando os ramos manufatureiros tradicionais do Nordeste - os de maior peso - por não se terem modernizado, sofrem a concorrência das empresas daquela região.

Além disto, como ressalta Andrade, "a implantação da política de incentivos de 34/18 (...) foi lenta; iniciada a aprovação de projetos industriais em 1960, os financiamentos só começaram a ser feitos em 1963, havendo, Estados que só os receberam em 1964" (ANDRADE, 1981, p.60). Na opinião deste autor, a aplicação do 34/18 criou grandes desvantagens para os grupos econômicos nordestinos de vez que, dispondo de menos capital, pagavam menos impostos e, conseqüentemente, eram limitados os recursos de capital para aplicação. Alegava-se contra esse fato que, dispondo de bons projetos, poderiam esses grupos atrair capital do Sudeste ou do estrangeiro e tornarem-se associados de grandes empreendimentos.

Neste sentido, a burguesia industrial da região encontrava-se de braços atados para participar e comandar, no que deveria ser seu espaço, a expansão capitalista.

Além disso, ressalte-se o fato de que, em geral as pequenas e médias empresas não preenchiam os critérios exigidos para a aplicação do 34/18 e, mesmo que os recursos viessem do setor público, a decisão sobre a aplicação cabia ao setor privado. Nesta "seleção", um outro critério adotado pela SUDENE

era de não utilização de maquinaria de segunda mão, o que, por si só, constituía uma forma de ativar a indústria de bens de capital localizada no Sudeste.

A natureza das indústrias a serem beneficiadas através deste mecanismo inclui os ramos tradicionais, tendo em vista a sua modernização - como no caso da indústria têxtil - e especialmente as indústrias novas do setor dinâmico, em sua grande maioria, filiais de grandes empresas consolidadas no mercado nacional. A Tabela nº1, a seguir, ilustra o que acabamos de afirmar. Com efeito, dentre as indústrias tradicionais as que são mais beneficiadas são as de produtos alimentares, com 181 projetos aprovados e a têxtil, com 149. No âmbito da indústria dinâmica ressalte-se a química, beneficiada com 136 projetos, a de minerais não metálicos - 127 projetos e a metalúrgica com 116 projetos aprovados.

No ponto de vista da distribuição espacial dos recursos, temos que, há uma concentração nos Estados de Pernambuco - que apresenta maior número de projetos aprovados - 342, Bahia, com 264 e Ceará, com 185.

A seletividade na aplicação dos recursos continua acontecendo nos próprios Estados e, assim, surgem os grandes pólos industriais: Recife, Salvador e Fortaleza. Em Pernambuco, a Região Metropolitana do Recife recebeu 69,7% dos investimentos do Estado. Com isso, para Andrade:

"Pernambuco foi o primeiro estado do Nordeste a implantar, nos fins da década de 1950, um distrito industrial no município do Cabo, que constitui, ainda hoje, a sua principal área de concentração industrial" (ANDRADE, 1981, p.94).

Para alguns estudiosos, Recife apresenta uma tendência a

especializar-se na produção de bens de consumo final, por tratar-se da área mais industrializada do nordeste e estar um pouco protegida da concorrência com São Paulo, pela distância que as separa; ao passo que Salvador aponta para uma especialização em indústrias intermediárias, consideradas como de base.

TABELA Nº1 : NATUREZA DAS INDÚSTRIAS BENEFICIADAS PELO 34/18 DE 1960 A 1977, NO NORDESTE

Classe de Indústria	Número por Estado										Total
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	
01. Extrativa mineral	1	-	2	9	-	3	-	-	4	-	19
02. Minerais não-metálicos	1	1	14	4	15	36	3	4	43	6	127
03. Metalúrgica	-	2	16	4	15	40	2	1	22	14	116
04. Mecânica	-	-	7	-	2	19	1	-	13	3	45
05. Mat. elét. e de comunicação	-	-	3	-	4	15	-	-	7	2	31
06. Mat. de transporte	-	-	1	-	7	8	-	1	6	2	25
07. Madeira	1	-	2	2	2	2	-	-	9	1	19
08. Mobiliário	-	-	4	1	2	10	1	-	2	1	21
09. Papel e papelão	1	-	5	2	6	14	2	2	7	1	40
10. Borracha	-	-	3	-	2	3	-	-	5	-	13
11. Couros e peles	1	-	5	3	6	9	1	1	3	1	30
12. Química	9	6	15	4	11	28	7	3	49	4	136
13. P-od. farmacêuticos	1	3	1	1	1	2	1	-	1	-	11
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15. Prod. de matérias plásticas	-	-	6	2	7	20	-	-	6	1	42
16. Têxtil	3	2	30	12	21	38	7	11	21	4	149
17. Vest., calçados e artef. de tecidos	1	1	20	10	8	12	1	2	4	3	62
18. Prod. alimentares	4	6	38	15	16	48	11	5	27	11	181
19. Bebidas	-	-	2	-	-	4	-	-	6	1	13
20. Fumo	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	4
21. Editorial e gráfica	-	-	-	1	2	7	-	3	2	1	16
22. Diversos	-	-	2	3	3	10	2	2	6	1	29
Hotéis de turismo	-	-	2	2	3	8	2	3	14	3	37
- Telecomunicações	1	2	2	1	1	2	1	1	3	2	16
- Energia elétrica	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
- Pesca	-	-	5	10	2	4	-	-	1	-	22
Total	24	24	185	86	136	342	43	39	264	62	1.205

FONTE: ANDRADE, M.C., 1981, p.56.

3.1.2. A TRADICIONAL INDÚSTRIA TÊXTIL

Para se analisar o impacto da política de modernização da indústria tradicional no Nordeste, não podemos esquecer que o direcionamento dado a tal política deve-se ao fato dos diversos segmentos da indústria regional, sobretudo a têxtil, constituírem peso significativo nas oportunidades de trabalho. Considere-se ainda;

"sua vinculação com a matéria prima de melhor qualidade aqui produzida e as vantagens locacionais existentes na região, derivadas da oferta abundante de energia e do salário mais reduzido pago no Nordeste à mão de obra urbana" (GUIMARÃES NETO, 1982, p. 68).

Além do significado junto à oferta de empregos diretos, a indústria têxtil sempre teve uma repercussão indireta na utilização da força de trabalho na agricultura regional vinculada a esta atividade.

Já na década de 40, no Estado de Pernambuco, este setor emprega 40% da mão de obra da indústria e tem um índice de 30% do valor de sua produção. (4)

Em convergência com os traços da história econômica de Pernambuco registra-se que no parque têxtil na Região Metropolitana do Recife, na década de 60, também localizam-se várias das primeiras equipes da ACO, especialmente onde já existia uma equipe de JOC, ou onde já se encontravam trabalhadores abertos a um trabalho de evangelização engajada. (5)

Na realidade, como poderemos analisar em seguida, sente-se desde já, certa sensibilidade, por parte da ACO, de trabalhar setores estratégicos da economia da região, no sentido de poder contribuir de forma mais decisiva para o processo de

conscientização da classe operária local. Sua atuação, no decorrer das décadas 60/70, será marcada por um questionamento, sem tréguas, aos efeitos negativos provenientes da política de modernização adotada pela SUDENE, especialmente no que se refere à desconsideração da dimensão social da problemática e, mais precisamente, do desemprego.

O processo iniciado na década de 60 pode ser visto em duas fases. Os anos que correspondem à primeira metade desta década - anteriores aos financiamentos do 34/18 - são caracterizados por um esforço de reequipamento das empresas existentes, em resposta ao que foi inicialmente apresentado como questão central no diagnóstico do I Plano Diretor da SUDENE: o obsolescência do equipamento.

Na realidade, constata-se que o equipamento existente estava em uso há mais de 30 anos, o que incidia em altos custos para operação e manutenção das máquinas, entraves na competitividade com indústrias mais modernas e de mais alta produtividade em funcionamento no restante do país e, por último, utilizava uma mão de obra em quantidade excessiva. Associado a esses fatores estava o problema do mercado, visto que a produção regional concentrada em tecidos grossos, de mercado mais disperso e de menor elasticidade / renda, vinculava-se a um segmento menos dinâmico do mercado de tecidos.

Neste sentido, apesar da impropriedade que assumia na região, a participação da indústria têxtil do Nordeste, no contexto geral da indústria têxtil do país vinha declinando, desde a década de 40, como podemos observar a partir dos dados do Quadro Nº2 abaixo:

QUADRO Nº2: PARTICIPAÇÃO(X) DA INDÚSTRIA TÊXTIL REGIONAL NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO PAÍS

DISCRIMINAÇÃO	ANOS		
	1939	1948	1959
Pessoal Ocupado	26,6	23,9	17,9
Salários	16,4	14,9	11,2
Valor Bruto da Produção	17,4	17,2	16,3
Valor Agregado Bruto	17,7	16,4	13,9

Fonte: GUILMARÃES NETO, 1982, p.73.

Nesta primeira fase da política de modernização, apenas 33 empresas apresentaram projetos, dos quais 27 foram aprovados; isto proque, inicialmente, os empresários temiam os riscos derivados das variações cambiais em relação aos empréstimos feitos.

Num segundo momento, de 1965 em diante, há um redirecionamento da política, no sentido da implantação de novas indústrias e da diversificação da produção no interior do referido gênero. Observa-se neste período, com base nos financiamentos do 34/18, um salto qualitativo maior do ponto de vista tecnológico, assim como a transferência de capitais extra-regionais, nacionais e internacionais na produção têxtil nordestina. Neste período, a indústria têxtil da região vai dispor de um conjunto de alternativas tecnológicas que são inovações até para outras regiões brasileiras: é o advento das fibras sintéticas, disponíveis para o uso na indústria do vestuário; é a simplificação do processo de produção de fios e automatização das operações subsequentes; é a elevação da

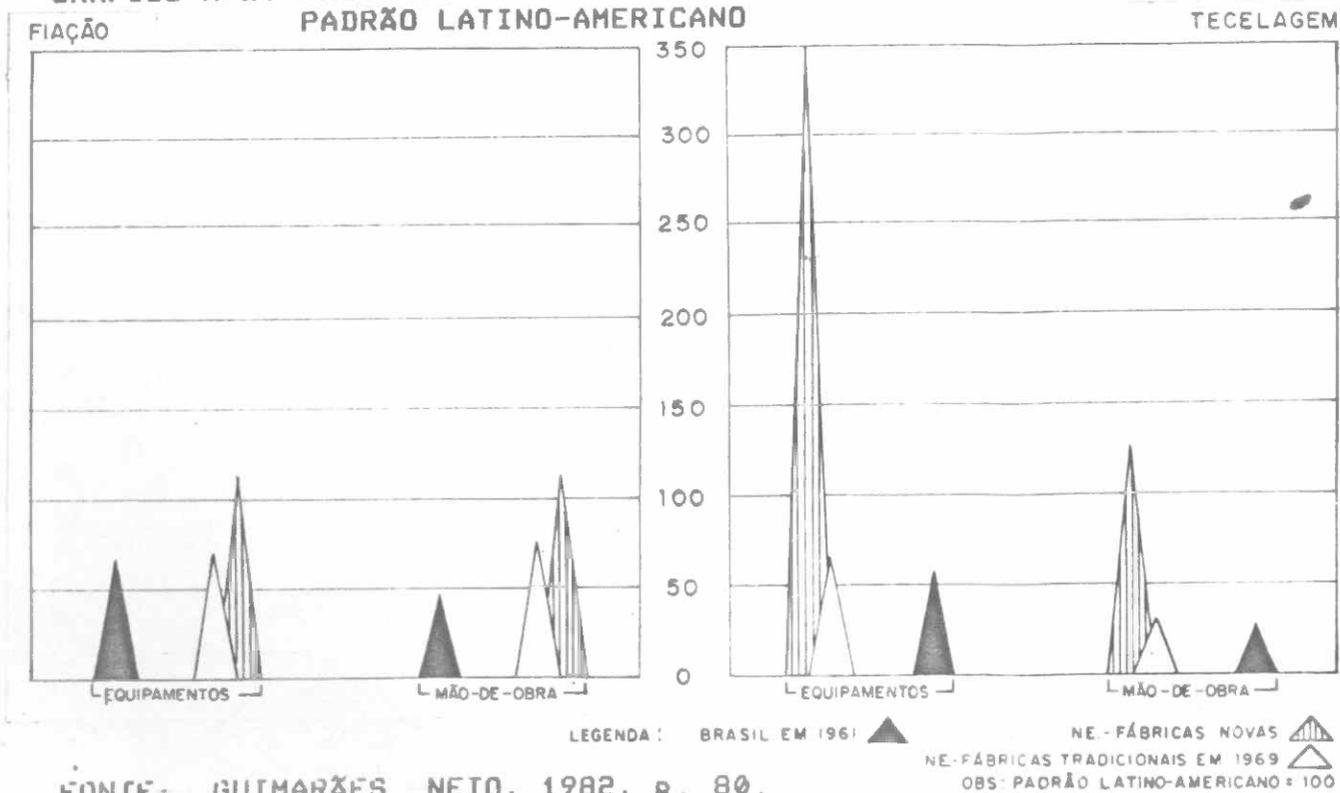
velocidade da operação, a ponto de triplicar ou quadruplicar a produção.

Em síntese, como nos afirma Guimarães Neto:

"as alterações e transformações ocorridas no período, na indústria têxtil tradicional do nordeste são perceptíveis não somente a partir da diversificação da produção, da melhoria do padrão de qualidade dos produtos, como também de aperfeiçoamento dos padrões administrativos, hoje adotados (...) Por conta de tudo isto, pouco resta do que era a tradicional indústria têxtil nordestina antes de 1950" (NETO, GUIMARÃES 1982, p. 83).

O GRÁFICO Nº2, a seguir, ilustra como, do ponto de vista da produtividade, as indústrias novas chegam a superar o padrão latino-americano, seja em fiação ou em tecelagem, quer no que se refere aos equipamentos quer à mão de obra. É surpreendente o avanço obtido com os equipamentos de tecelagem que, no início dos anos sessenta, correspondiam a 66% do padrão latino-americano e, em 1969, superam em 3,5 vezes o referido padrão.

GRÁFICO Nº2: PRODUTIVIDADE NO BRASIL E NO NORDESTE EM RELAÇÃO AO PADRÃO LATINO-AMERICANO



As implicações do progresso técnico sobre a ocupação na indústria têxtil, entretanto, configuram um quadro alarmante. Em primeiro lugar, resultam na redução de tarefas e de produtos na ordem de 30% e 33%, respectivamente, no período entre 1950 e 1980. Em consequência disto e, pela inexistência de preocupação com a repercussão desta política para a mão de obra disponível, sobrevém, ao lado da sua redistribuição, sua redução, em pelo menos 50%, se tomamos como referência o período acima mencionado. A nova configuração do quadro de pessoal virá fortalecer os setores vinculados à administração e manutenção, em detrimento das atividades de fiação e tecelagem, o que vai ocasionar a desvalorização da força de trabalho do fiandeiro e do tecelão, tendo em vista a simplificação de suas tarefas.

De acordo com informações extraídas do texto de Guimarães Neto (1982), fica evidenciada uma redução direta de 36.000 trabalhadores no gênero, que se traduz numa taxa anual negativa de 2,2% sendo a empresa de grande porte a que apresenta maior declínio na absorção de mão de obra.

Analisando a TABELA Nº2, encontramos variações nessa evolução da taxa de emprego que, num primeiro momento (1950 a 1960), apresenta um índice negativo de 3,1% a.a., o que pode ser atribuído mais ao impacto da integração da economia nacional no pós-guerra do que ao processo de modernização ou reequipamento. Já na década 1960 - 1970, o decréscimo que alcança o índice de -3,8% deve-se à primeira fase de modernização, caracterizada pela substituição do equipamento. E, por fim, entre 1970 - 1975, a ampliação da capacidade produtiva na região implica num crescimento positivo da taxa de emprego na ordem de 3,1% ao ano.

Tais dados não são uniformes para toda a região, visto que os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte apresentam crescimento positivo em praticamente todo o período, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA Nº2: NORDESTE E BRASIL EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA TÊXTIL 1950-75

ESTADO, REGIÃO, PAÍS	PESSOAL OCUPADO				TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			
	1950 Jan. 1950	1960 Jan. 1959	1970 31.12.1970	1975 31.12.1975	1950/60	1960/70	1970/75	1950/75
Maranhão.....	4.487	2.777	257	152	4,7	- 19,5	- 10,0	- 12,2
Piauí.....	286	774	220	206	10,5	- 10,8	- 1,3	- 1,3
Ceará.....	5.326	5.227	5.485	8.593	- 0,2	0,4	9,4	1,9
Rio Grande do Norte.....	1.157	1.384	1.187	2.661	1,8	- 1,4	17,5	3,3
Paraíba.....	10.458	8.065	4.788	6.700	- 2,5	- 4,6	7,0	- 1,7
Pernambuco.....	33.442	21.404	14.679	15.747	- 4,4	- 3,3	1,4	- 2,9
Alagoas.....	10.998	8.714	4.227	3.386	- 2,3	- 6,4	- 4,3	- 4,4
Sergipe.....	8.189	5.873	3.652	3.104	- 3,1	- 4,4	- 3,2	- 3,7
Bahia.....	6.385	4.311	3.884	4.146	- 3,9	- 0,9	1,3	- 1,6
NORDESTE.....	80.728	58.629	38.379	44.695	- 3,1	- 3,8	3,1	- 2,2
BRASIL.....	338.035	328.297	342.839	333.869	- 0,3	0,4	- 0,5	- 0,1

FONTE: GUIMARÃES NETO, 1982, P.92.

No que se refere ao poder aquisitivo da categoria têxtil, temos que a massa de salários pagos pela atividade não acompanha o mesmo ritmo da produtividade; de uma participação de cerca de 48% no total do valor da transformação industrial em 1949, decrescem para 17%, aproximadamente, em 1975. Neste sentido citaremos, para concluir, Neto ao afirmar que:

"as condições vigentes no período das transformações, de uma provável oferta excedente de trabalhadores especializados ou semi-especializados, a ameaça permanente de dispensa, a ausência de qualquer programa compensatório associado ao programa de

reequipamento e modernização e seus efeitos, deram ao empregador condições de negociação dos salários que evitaram a transferência dos ganhos de produtividade para o trabalhador. Ademais disso, o regime autoritário certamente contribuiu para reduzir o poder dos sindicatos e sua reação aos efeitos negativos das mudanças que se processaram nesse período" (GUIMARAES NETO, 1982, p.98).

Com efeito, como assinala Cignolli (1985), a industrialização tardia permite o uso de "trabalho cristalizado" e, neste sentido, a reprodução do capital nos países periféricos poupa várias etapas, especialmente aquelas que tornariam necessário esperar que o preço da força de trabalho fosse suficientemente alto para que se pudessem aplicar as transformações tecnológicas que a economizam. No caso brasileiro, portanto:

"a política de salários e de distribuição de renda aplicada, a partir de 64, não fazia senão acentuar tendências existentes no país desde alguns decênios. O 'novo' neste período foi a combinação da expansão econômica e uma vasta repressão, única maneira de aprofundar a exploração da força de trabalho" (CIGNOLLI, 1985, p.27).

É, como elemento indispensável e facilitador do processo está a intervenção do Estado que, isentando as empresas do custo de reprodução da força de trabalho, possibilita a concentração de toda a potencialidade da produção em favor da acumulação, utilizando para isso como instrumento "legal" a legislação trabalhista.

É nessa perspectiva que, em 1966, cria-se o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - que vem consolidar, no Estado autoritário pós - 64, a vinculação da política social, sentido estrito, à política de acumulação. No entender de Wanderley G. dos Santos,

"politicamente o FGTS foi apresentado como alternativa ao problema da estabilidade no emprego, o qual funcionava, a rigor, como contrafação de um seguro-desemprego inexistente no país"...

e ... "produziu considerável reorientação no modo pelo qual o Estado articulava a política social admitindo, talvez, por um lado, o estágio em que já se encontrava o esforço de acumulação da economia nacional, porém desprezando demasiadamente as compensações necessárias devidas à política de equidade" (SANTOS, 1979, p.35).

Na realidade, de acordo com as leis trabalhistas anteriores a 1966(6), aos trabalhadores com menos de dez anos de permanência na mesma empresa, em caso de demissão sem justa causa, cabia uma indenização - cujo valor correspondia a um mês de salário multiplicado por cada ano de trabalho. Os trabalhadores empregados há mais de dez anos na mesma empresa adquiriam estabilidade e sua demissão dar-se-ia apenas mediante apresentação na Justiça, por parte do empregador, de falta grave, que houvesse cometido e, caso a avaliação do Tribunal fosse favorável ao empregado, ele deveria ser readmitido e receber os salários atrasados.

Como se vê, a legislação existente era incompatível com a política de modernização adotada e, assim em setembro de 1966, o governo impôs aos trabalhadores trocar a estabilidade pelo FGTS, cuja dinâmica consistia na abertura de uma conta a ser alimentada mensalmente com 8% do valor do salário do empregado, disponível a este último no momento de sua demissão, em substituição à indenização e à estabilidade.

Com isso, o Estado institucionaliza o mecanismo facilitador das demissões em massa, sem qualquer ônus para o capital. No entanto, essa situação de agravamento das condições de reprodução da força de trabalho não foi vivenciada passivamente pela classe operária. No tocante à categoria dos têxteis, várias manifestações de resistência acompanharam o

processo e conseguiram vitórias parciais. O depoimento de militante da ACO, João Francisco por exemplo, ilustra um caso de resistência, no Recife, tornado célebre na história de lutas da categoria e conhecido como "o museu da Macaxeira":

"Foi entre 1965 e 1966 que teve o movimento de resistência dos estabilizados da fábrica de Macaxeira (Cotonifício Othon Bezerra de Mello). Em 1964, se espalhou um boato de que a Companhia não conseguiu vender a fábrica a um grupo estrangeiro por causa do grande número de operários estabilizados. Começaram a chamar os estabilizados para fazer um acordo, um por um, em troca da sua estabilidade. Esses acordos, além de serem miseráveis, seriam pagos a prestação. Para fazer pressão, no dia 12 de abril de 1965, criaram o tal "salão de reserva" que os operários chamaram de "museu". O museu começou numa casa de propriedade da Companhia, do lado de fora da fábrica. De primeiro eram 39 operários. Depois de 3 meses, passamos para um galpão dentro da fábrica. Era um lugar úmido, sujo e muito quente, porque ficava em cima do salão da engomadeira. No "museu" os patrões diziam pros operários: 'Vocês estão sendo afastados do trabalho porque a empresa está com uma nova norma produtiva e tem necessidade de alta produção. Vocês já estão cansados, vão para o salão de reserva com o salário integral e não serão prejudicados em nada, nem no tempo de serviço. Depois voltam normalmente à seção de trabalho...' Os trabalhadores foram se organizando dentro daquele 'campo de concentração'. Os mais esclarecidos iam dizendo aos outros pra não aceitar o acordo, pra nenhum profissional - tecelão ou fiandeiro - aceitar e trabalhar em outra seção que não fosse a sua, ou num serviço que não fosse seu, como o de servente. O tempo foi passando e a resistência aumentando. A maioria continuava firme e não aceitava o acordo. Aumentava quantidade de trabalhadores no "museu", nas duas turmas. Houve um tempo que tinha mais de 90. Criamos jogos para nos distrair. Lia-se jornal, fazia-se um café e tomava-se lanche a qualquer hora. Às vezes tinha companheiros que ficavam desesperados, se sentindo desmoralizados. Mas desde o início fizemos reuniões para discutir nossos assuntos. Os companheiros ganhavam ânimo e perdiam o medo porque a gente estava junto e unido. No dia 12 de abril de 1966, os trabalhadores da fábrica comemoraram o aniversário do movimento da resistência dentro do "museu". Foi uma festa mesmo, com mesa enfeitada, bolo com velas, discurso e tudo. Nesse dia os operários lançaram o boletim RESISTÊNCIA. Durante o tempo de existência do "museu", a gente assistiu à demissão em massa de 720 trabalhadores novos, com menos de 10 anos de fábrica. Foi tirar operários de maior botar operários de menor para fazer o mesmo trabalho... O "museu" de Macaxeira durou exatamente 22 meses e 18 dias. Quase dois anos de resistência". (ACO, 1990, p.27-28).

À essa mesma época, a palavra de ordem da ACO era "resistir". Resistir à tentação de optar pelo FGTS e assim perder

o emprego; resistir às humilhações da desvalorização de sua atividade e até à inatividade imposta como pressão a trabalhadores com mais de dez anos na empresa. Resistir na justiça, em caso de demissão, na tentativa de reconquistar o direito ao trabalho.

Ao lado disso, passa a desenvolver-se uma campanha de solidariedade e de sustentação da resistência, que incluía desde visitas aos trabalhadores nas fábricas, ameaçadas de fechamento e reuniões com os ameaçados de demissão, até coleta para fornecimento de alimentos como apoio, daqueles que esperavam a decisão da justiça. Em arquivos da ACO estão registradas visitas a várias cidades do interior de Pernambuco, como a outros Estado do Nordeste, com esta finalidade. Em 1969, por exemplo a ACO promove a "campanha do feijão", em apoio aos operários de Caruaru, cuja fábrica ameaçava fechar. Em 1970, realiza-se uma campanha através de visitas de encorajamento aos trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de Santa Rita na Paraíba. (7)

Mas a manifestação de maior impacto, nesse período, por parte da ACO foi a que se realizou através da elaboração e divulgação de documentos - denúncia, os quais receberão atenção especial, ainda, no decorrer desse trabalho.

O mais notável desses documentos, sem dúvida, foi o intitulado: "Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça", lançado em 30/04/67, o qual alcança repercussão nacional e se constituiu o chamado "grito profético" da ACO no interior da Igreja, animando o setor vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Como sugere o próprio título da obra, trata-se de um questionamento à

política de desenvolvimento adotada para a região. Vale considerar que a ACU não se posiciona contrária à modernização e ao desenvolvimento, pois entende que só ele criará as condições estruturais que possibilitem o bem estar de todos. Entretanto, interroga as autoridades da região e da Nação, os empresários, o clero e os próprios trabalhadores sobre o lugar destinado ao "homem", em especial, ao "homem operário", nesse processo:

"que sabe o operário sobre as perspectivas do desenvolvimento industrial da região? Quem já lhe explicou o significado da modernização dos processos de produção? Que entende ele sobre a importância da especialização profissional no processo de desenvolvimento?"(ACU, 1967, p.11).

Em 1968, surgem da parte de outros setores da sociedade civil mais questionamentos quanto aos resultados da política de investimentos adotada para o Nordeste. Tais críticas utilizam como principal argumento a reduzida capacidade de absorção de mão de obra da indústria nesta região e apresentam como alternativa a política de integração nacional, que representa o deslocamento de populações para projetos de colonização em outras regiões mais férteis, como a Amazônia. A partir de então, os financiamentos do 34/18 são canalizados para outras áreas, graças ao Programa de Integração Nacional - PIN - que tem como meta principal a construção da Estrada Transamazônica e atividades agrícolas a serem desenvolvidas através do PROTERRA. Em outras palavras, o 34/18 passa a ser usado para propiciar a expansão monopolista em outras regiões e setores da atividade econômica em escala nacional.

Em 1975, cria-se o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR - em substituição ao 34/18. Quanto aos interesses do trabalhador, em nada se modifica a política, no que se refere às

implicações sociais, especificamente no tocante ao desemprego e à perda salarial.

3.1.3. O Setor Dinâmico : A Moderna Indústria

Em síntese, a análise desenvolvida até o momento vem demonstrando, que o processo de industrialização, no Nordeste, não tinha a característica de substituição de importações: como ilustra muito bem a própria origem dos recursos do 34/18 e a forma como eles eram manejados e utilizados. Tratava-se, antes, da modernização de ramos tradicionais, como o da indústria têxtil ou de uma diversificação da produção a nível nacional, em alguns ramos, como o da química, petroquímica e metalurgia. E, na realidade,

"foram os ramos dinâmicos os que mais proliferaram no Nordeste, por sua maior importância quanto à inversão, valor agregado, etc. e, são justamente estes os que revelam maior dependência das fontes de abastecimento extra-regionais de insumos. Isto significa que mantém muito poucas ligações dentro da região com a estrutura industrial aí localizada, provocando limitados efeitos para trás a nível do Nordeste, pelo menos num médio prazo" (MOREIRA, 1979, p.146).

O Quadro Nº3, a seguir, nos permite visualizar a estrutura industrial resultante da política implementada, em termos percentuais, onde se verifica que, no período de duas décadas, as indústrias do setor dinâmico apresentam elevado índice na oferta de empregos, ultrapassando o setor tradicional.

De acordo com dados da FIEPE, em fins da década de 80, Pernambuco dispõe de onze distritos industriais que, a partir das modificações apresentadas nos anos 70, vão configurando um quadro em que a indústria dinâmica, especialmente a química e a metalurgia, vão assumindo maior destaque.

QUADRO Nº3: ÍNDICES DO VALOR AGREGADO BRUTO E DA INVERSÃO INDUSTRIAL PARA O NORDESTE

RAMOS	1959		1970	
	V.A.B.	EMPREGO	INVERSÃO	EMPREGO
TRADICIONAIS	69,9	77,6	29,85	45,6
Têxtil	24,1	28,9	13,5	12,8
Produtos Alimentícios	29,6	30,1	4,3	11,0
Bebidas	3,0	2,6	1,2	1,7
Vestuário/Calçados	2,2	4,1	6,2	13,3
DINÂMICOS	30,1	22,4	70,15	54,4
Química	16,7	5,8	24,85	11,5
Metalúrgica	2,1	1,9	18,4	12,8
Prod. Min.n/Metálicos	8,1	12,5	10,3	11,0

FONTE: MOREIRA, 1982, p.129.

Isto, naturalmente, traz modificações também no perfil da classe operária da região. Além dos têxteis, outras categorias começam a ter expressão, do ponto de vista da composição de sua base. Como se pode ver no Quadro Nº4 abaixo, o Distrito Industrial do Cabo é o que concentra maior número de empresas e com uma produção bastante diversificada.

É justamente neste período que há uma intensificação do trabalho da ACO na zona sul da Região Metropolitana do Recife, a saber, Escada, Pontezinha, Ponte dos Carvalhos e Cabo. E é nesta região do Estado de Pernambuco que está concentrado o maior índice de militantes de ACO - 31,18% - relação ao interior ao interior e a outros setores da Região Metropolitana do Recife e João Pessoa, conforme está demonstrado no Gráfico Nº3. Além do fortalecimento das equipes mais antigas - como é o caso de Escada - observa-se o surgimento de novos grupos que vão

QUADRO Nº4: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS E DOS SEUS RAMOS DE ATIVIDADE, 1989.

DISTRITOS INDUSTRIAIS	LOCALIZAÇÃO	NATUREZA DAS EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS
REGIÃO METROPOLITANA			
CABO	Cabo	Química/metalúrgica	80
S.J. HENRIQUE DIAS	Prazeres	Bebidas	22
CURADO VÁRZEA	Curado Várzea	Cerâmica, Química	} 50
C. A. LUNDIGREN	Paulista e Abreu e Lima	Vestuário, Têxtil	
		Metalúrgico	
		Prod. Alimentícios	
		Minerais n Metálicos	26
S.J. ERMÍRIO MORAIS	Igarassu	Cimento	
	Itapissuma		11
C.I.M. JABOATÃO	Jaboatão	Em implantação	
INTERIOR DO ESTADO			
ARCOVERDE	Arcoverde	Agro-industria, Sucos	} 5
		Doces	
ARARIPINA	Araripina	Gipsita, Têxtil	
GARANHUS	Garanhus	Prod. Alimentícios e	} 12
		Limpeza, Fumo, Móveis	
		Mármore, Granito	
PETROLINA	Petrolina	Agro-industria, Prod.	} 12
		Alimentícios	

aproximar-se de outras iniciativas de atividade pastoral, junto aos trabalhadores, seja do Movimento de Evangelização, através do - Setor Operário do Movimento de Evangelização - SOME ou da Pastoral Operária.

O distrito industrial de Paulista e Abreu e Lima - cujo nº de empresas, 50, o situa na 2ª colocação, no Estado - sendo o mais antigo, é composto, em sua maioria, por indústrias tradicionais - e desde cedo é alvo das preocupações da ACO, contando atualmente com 19,35% de seus militantes nesta área.

No que se refere aos distritos industriais do interior do Estado, vemos que cidades como Petrolina já possuem alguma

importância como centro industrial, seja para atendimento do consumo local ou beneficiamento e extração de óleos vegetais. Nos últimos dez anos, a cidade de Petrolina tem recebido atenção especial da ACO, especialmente no que se refere à orientação na constituição de alguns sindicatos e na discussão da problemática urbana junto aos movimentos populares. O número total de militantes no interior alcança o índice de 20,43%.

As experiências de ACO nessa área terão desdobramento concreto no estímulo à formação das oposições sindicais, na retomada de espaço na direção do sindicato e na constituição de um novo sindicalismo. Em documentos produzidos pelo Centro Josué de Castro, sobre a História do Movimento Sindical, (ATÉ CHEGAR ..., 1988) encontramos:

"Nos anos 70, os partidos políticos de esquerda continuavam na clandestinidade. Grande parte das oposições sindicais, como Metalúrgicos, Comerciários, Gráficos, Construção Civil, Têxteis, formou-se principalmente a partir de movimentos ligados à Igreja Católica. Era comum encontrar militantes de ACO, do SOME, do Movimento de Jovens Trabalhadores tentando de alguma maneira, criar núcleos de trabalhadores para refletir sobre os problemas do dia a dia das várias categorias" (ATÉ CHEGAR, 1988, p.39).

A primeira oposição sindical a organizar-se e conseguir vitória nas eleições sindicais foi a metalúrgica e, dadas as dificuldades do momento, esta fase ficou conhecida pelos militantes como "período de desbravamento sindical", conforme as palavras de João Paulo - ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o qual cumpriu mandato de Vereador na Câmara Municipal do Recife, é hoje Deputado Estadual em Pernambuco, pelo Partido dos Trabalhadores, e militante de ACO:

"Começamos a fazer as primeiras greves, dentro da empresa, por melhores salários e melhores condições... Conseguimos organizar também uma biblioteca porque no

GRÁFICO Nº3 : DISTRIBUIÇÃO(X) DOS MILITANTES DE ACO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E PARAIBA.



LEGENDA	
	20,43 %
	19,35 %
	31,18 %
	22,58 %
	6,45 %

movimento de JOC e ACO - nessa época eu já estava na ACO - a gente refletia muito sobre a necessidade da formação e de criar novos militantes...

- Conseguimos ampliar o processo em outras empresas e começamos a fazer a percepção da descoberta da realidade sindical, começamos a eleger delegados sindicais, a participar do sindicato, a participar das campanhas salariais e fazer um processo de denúncia das irregularidades nos sindicatos. A perspectiva nossa era tomar a direção do sindicato e coloca-lá na mão da oposição sindical... Na grande campanha salarial de 79... nós colocamos a comissão de negociação... para acompanhar a diretoria do sindicato que não gozava de nossa confiança - era uma forma de fiscalizar atuação da diretoria do sindicato" - entrevista com João Paulo, para os fins dessa pesquisa, realizada em 01/04/92.

Em 1979, a oposição sindical metalúrgica cria o personagem "Zé Ferrugem", e com ele, assume a diretoria do sindicato em meados de 1981. Desde então, a categoria tem assegurado certa continuidade à linha política na direção do sindicato que, por sua vez é fortalecido por outras instâncias de organização de base. Entre elas destaque-se as incentivadas pela ACO - a Comissão de fábrica e, como instância de articulação, o INTERFÁBRICA. Essa articulação se dá entre trabalhadores da zona sul da RMR e constitui uma iniciativa conjunta da Pastoral Operária e da ACO, com o objetivo de assegurar uma formação mais sistemática a seus militantes. Os encontros acontecem uma vez por mês e reúnem trabalhadores de diversas empresas - BRAHMA, COSINOR, COPERBO, RHODIA, SARABO, etc.

É interessante notar que o INTERFÁBRICA tem exercido influência significativa na discussão de novas alternativas para o movimento sindical. Conforme depoimentos do assistente do grupo, nos últimos meses tem sido frequente a discussão sobre a situação da COSINOR(B):

"Lá há, pelo menos uns três militantes de grande atuação:

dois do Sindicato e um terceiro que já foi do sindicato, mas que atualmente não está mais na Diretoria, mas ele é muito ouvido. Nesse sentido, a COSINOR é privilegiada, contando com esses três militantes. A discussão é muito interessante porque o pessoal leva a problemática para as equipes: a privatização, a participação dos operários nesse processo. Também eles vão tomar parte na Siderúrgica. É um processo muito complicado e melindroso porque é uma empresa deficitária com uma série de problemas e o governo federal em cima de grupos privados interessados nela. Os trabalhadores se reuniram e formaram até uma entidade para serem acionistas da COSINOR. Não conseguiram até agora e o processo continua" - depoimentos de Pe. Ramos, assistente de ACO, em entrevista realizada em 19/09/91.

Esses depoimentos foram colhidos em entrevista realizada, em setembro de 1991. Dois meses após, a COSINOR foi privatizada e o Grupo Gerdau obteve o monopólio da produção na região, visto que já detinha 10% da produção de aço no país.

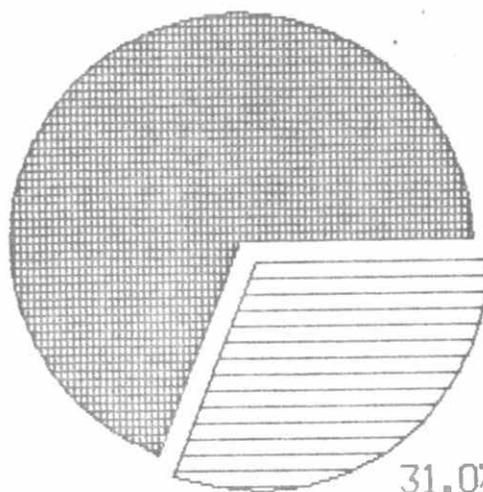
Até aqui temos observado um esforço contínuo da ACO em estar presente e atuante nos setores em que haja maior concentração de operários levando em consideração a natureza de suas atividades e a posição do setor no contexto geral da economia como elementos norteadores da sua intervenção.

É cada vez mais evidente a inserção dos trabalhadores em atividades relacionadas ao setor de serviços. Como considera Cignolli, tal fenômeno pode ser entendido como,

"outra característica da industrialização tardia", ou seja, "a participação relativamente limitada do setor secundário no produto e na estrutura de emprego". No seu entender, "razões históricas e estruturais acentuam esse desequilíbrio no Brasil, como uma especificidade da expansão capitalista neste país. Esse desequilíbrio se traduz em uma hipertrofia do 'terciário'" (CIGNOLLI, 1985, p.22).

GRÁFICO Nº4: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES EM PE NOS SETORES DA ECONOMIA.

Servicos 69.0%

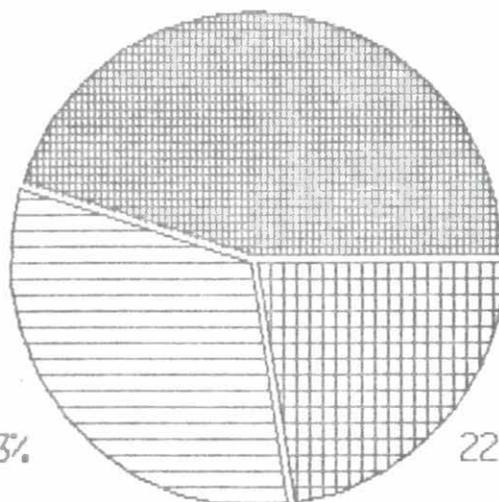


31.0% Industria

FONTE: CEAS/FUNDAJ, 1989, p.8.

GRÁFICO Nº5: PARTICIPAÇÃO DA ACO NOS DIFERENTES SETORES DA ECONOMIA.

45.1% Servicos



I. Trad. 32.3%

22.6% I. Moderna

I. = Industria
Trad. = Tradicional

Com efeito, pesquisa recente realizada pelo CEAS/FUNDAJ (1989), sobre "Traços do Sindicalismo em Pernambuco" tem revelado que apenas 31% dos trabalhadores compõem o setor industrial, ao passo que 69% estão no setor serviços, como pode ser observado no Gráfico Nº 4.

Uma análise quantitativa sobre a natureza das atividades no setor econômico e dos engajamentos dos militantes de ACO no Movimento Sindical revela que a inserção na atividade industrial ainda é predominante: 54,9% e que o setor tradicional apresenta maior peso - 32,3%. Ver Gráfico Nº5. Entretanto, a militância no setor serviços verifica-se em ordem crescente a profissionais ligados à área de ensino(SINDESPE) e saúde(SINDSPREV), que corresponde a 45,1%, especialmente a partir do final da década de 70.

Diante disso, surgem novos desafios que remetem à discussão teórica sobre a própria concepção de classe operária, temática esta que, no entanto, foge aos objetivos desse estudo. Consideramos oportuno indicar tais elementos de análise por entendermos que o perfil assumido pela classe operária no Nordeste e, particularmente no Estado de Pernambuco, é resultante do processo de industrialização aqui instaurado pela SUDENE e, por sua vez, inserido no contexto mais amplo de industrialização tardia, a nível nacional.

Interessa-nos, mais de perto, a seguir, penetrar na dinâmica assumida pela ACO, nesse cenário político/econômico que acabamos de situar e tentar aprofundar a discussão sobre as modificações que a sua presença e atuação possam ter conferido no contexto em estudo.

3.2. AS FORÇAS POPULARES EM PERNAMBUCO NO PERÍODO PRÉ 64

O processo de afirmação crescente das forças populares vai se verificando tanto a nível do campesinato quanto do operariado urbano e se intensificando no final da década de 50, em grande medida como resultante do trabalho realizado pelo Partido Comunista, cuja expressão política marcante já se fazia sentir em meados da década de 40. (9)

Paulatinamente, muitos outros segmentos da sociedade como - o Estado, a Igreja, a Universidade, grupos de estudantes e intelectuais - vão demonstrando interesse pelas camadas populares.

O surgimento do campesinato como agente político autônomo pela primeira vez no Nordeste, através das Ligas Camponesas, constitui um fato novo na história do Brasil. Ao assumir a luta pela legalidade, pelo cumprimento às leis trabalhistas no campo - como por exemplo o pagamento do salário mínimo - as Ligas Camponesas trazem à tona temas vinculados a questões de maior amplitude, que tocam nos suportes do sistema, como a questão da propriedade da terra.

Em 1955, realiza-se no Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, cuja temática gira em torno das disparidades regionais e da Reforma Agrária. Neste mesmo ano a "Frente do Recife" - nome dado à aliança que se realiza entre comunistas, socialistas, trabalhistas e outros setores da esquerda - conquista a Prefeitura da cidade do Recife, na figura de Pelópidas da Silveira.

Tradicionalmente tem sido a oligarquia agrária a grande

detentora do poder local, entretanto as modificações da conjuntura a nível nacional repercutem no âmbito regional e produzem alternâncias no palco do poder entre esse grupo político, a burguesia industrial e as forças populares emergentes.

Após sua cassação, o Partido Comunista adota uma política ora sectária, ora oportunista e, com isso, constitui-se o grande mentor das alianças que os setores da esquerda realizam ora com a oligarquia agrária, ora com a burguesia industrial.

Assim é que as eleições de 1958, em Pernambuco, registram uma aliança com a burguesia industrial que ficou conhecida como "Oposições Unidas". Cid Sampaio é o candidato da nova articulação e representa a proposta desenvolvimentista aplicada à realidade nordestina, defendida, naquele momento pelos setores de esquerda. Em linhas gerais, essa proposta das "Oposições Unidas" consistia em:

"luta contra as desigualdades regionais, pelo incremento da indústria, defesa de um Planejamento regional, desenvolvimento econômico com critérios nacionalistas, a luta pela recuperação econômica e política da região e o combate a todas as formas retrógradas de utilização do poder político"(SOARES, 1986, p.120).

Entretanto, o apoio à candidatura de um usineiro, legítimo representante das classes empresariais, não era ponto pacífico para todos os setores que compunham a Aliança, nem para o eleitorado popular. O próprio Gregório Bezerra líder comunista pernambucano, chegou a afirmar que:

"em determinados setores da população foi necessário um paciente trabalho de bairro em bairro para explicar a validade de participação no processo eleitoral e, principalmente, a necessidade de apoiar um representante das classes produtoras" (SOARES, 1986, p.119).

As lideranças sindicais vinculadas ao PTB/PC também são mobilizadas e lançam um manifesto de apoio ao programa da chapa das oposições.

Nesse contexto pode se entender as razões de, junto à classe operária ser necessário todo um trabalho de "convencimento" para aceitação do candidato usineiro. Entretanto, a alta hierarquia da Igreja Católica repudia a candidatura de Cid Sampaio, exatamente por sua vinculação aos comunistas.

Com a vitória de Cid Sampaio, tanto na capital, como no interior, as forças populares alimentam esperanças de avançar no sentido de conseguir reformas que atendessem à problemática da região. Inicialmente, sob forte pressão dos seus aliados de esquerda o governo do Estado de Pernambuco realiza, com sucesso para a classe operária, negociações na área urbana e rural. A exemplo disso temos a greve dos portuários e a desapropriação do Engenho Galiléia. Mas não demora muito e seus interesses se voltam para o grande capital privado, traindo assim as propostas de desenvolvimento para a região: Cid se pronuncia contrário ao I Plano Diretor da SUDENE e, por fim, em 1962, se oficializa o rompimento da aliança.

Apesar de tudo, o bloco popular sai fortalecido e realiza novos acordos políticos nas eleições de 62, desta vez com a oligarquia agrária, agora subordinada à hegemonia dos setores progressistas, seja na definição do programa ou na composição da chapa. Miguel Arraes(10) é o candidato popular e direciona seu discurso no sentido da defesa das "Reformas de Base"(11), especialmente da Reforma Agrária, da limitação da remessa de

lucros para o exterior, do combate às disparidades regionais e da necessidade de uma maior participação do povo nos assuntos políticos e administrativos do Estado.

Nesse período, a ideologização da campanha põe em questão as idéias da Revolução Brasileira mas a vitória de Arraes revela a sua inviabilidade. A tentativa de sensibilização das elites, para o projeto de transformação social e política como a única saída para a crise de identidade da nação brasileira, não encontra eco em nenhum setor significativo das classes dominantes no país. A radicalização leva ao confronto a nível regional e nacional.

Com efeito, a renúncia de Jânio - 25/08/61 - abriu espaço para as forças populares na medida em que elas participaram do movimento que deu sustentação política à ascensão de Goulart à presidência da República, especificamente na condução do plebiscito popular em favor do presidencialismo(12).

Entretanto, a avaliação dos setores de esquerda superestima o peso de suas próprias forças. Considerando a crescente polarização política obtida com as eleições de outubro de 1962, em que o PTB duplica sua bancada federal e o PCB elege dezessete parlamentares, através de diversos partidos e com a ocorrência de aproximadamente duzentas greves no período 62-63, as forças progressistas passam a centrar fogo na política de conciliação do governo Goulart, então implementada pelo Plano Trienal.

Por sua vez, o CGT, que acreditava poder melhor influenciar o governo estando ligado ao Estado, descuidou da organização dos trabalhadores na base, do fortalecimento das

comissões de fábrica e assim, na realidade, eram poucos os trabalhadores sindicalizados e poucos foram os que aderiram à chamada à greve geral em defesa de Jango, quando os militares tomaram o poder em 1964.

Nesse momento consideramos oportuna uma breve referência retrospectiva sobre aspectos significativos da história do movimento sindical no Brasil.

Na realidade, o movimento sindical alcança reconhecimento legal no momento em que o Estado assume um papel decisivo na intervenção da economia e assim aborta a autonomia sindical.

A criação do Ministério do Trabalho, em 1931, vem inaugurar, através de legislação específica a concluir-se em 1943 com a CLT, sob a hegemonia do Estado, uma estrutura sindical vertical, atrelada, controlada e excludente, pautada em princípios que Wanderley Santos (1979) costuma denominar de "cidadania regulada". De acordo com o sistema de estratificação ocupacional criado são considerados cidadãos apenas aqueles que se encontram localizados em uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. De forma análoga, as entidades sindicais para serem reconhecidas deveriam vincular-se diretamente ao Ministério do Trabalho, a quem caberia a nomeação dos interventores.

Essa legislação vincula ainda o gozo de direitos trabalhistas como a Previdência Social, à filiação aos sindicatos legais:

"A distribuição dos postos de mando do sistema previdenciário à liderança sindical requeria, em contrapartida, a submissão política dessa liderança à orientação de quem controlasse o Ministério do Trabalho" (SANTOS, 1979, p.78).

Como reação imediata, alguns sindicatos combativos

optaram pela duplicidade, tal como nos afirma o coordenador do Centro Josué de Castro:

"A pessoa era de um sindicato autônomo e era também de um sindicato legal, mas o Estado reprimia os sindicatos que não aceitavam a legalidade... tirando a legitimidade ou através de repressão policial mesmo..."- depoimento de Vandevaldo(Vando) em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 28/04/92.

Em 1940, com a instituição do imposto sindical, o Estado dá o golpe mortal na direção do controle das organizações que, a partir de então poderiam existir independentemente da participação nas bases. Por outro lado, a utilização de 60% do total de recursos arrecadados na prestação de assistência jurídica, hospitalar ou serviços de cooperativas de crédito e consumo, além de significar um tratamento corporativo da questão social, revela uma profunda modificação no papel do sindicato. Longe de ser o órgão de representação aos interesses dos trabalhadores, o sindicato passa a ser entendido como órgão de colaboração de classe. Afinal, como interpreta Cerqueira Filho (1982), o discurso populista da época assegura que a legislação social no Brasil anula e previne os conflitos sociais e se a Justiça do Trabalho, criada em 1937, existe exatamente para dirimir os conflitos na relação entre empregador/empregado, não há razão, por exemplo, para se defender o direito de greve.

Sendo assim, especialmente nos momentos de maior autoritarismo, os sindicatos eram obrigados por lei a "colaborar". Entretanto, a mesma estrutura foi também extremamente funcional no momento em que os sindicalistas combativos acreditavam ter aliados dentro da representação governamental. Nos últimos anos da década de 50 e início dos anos 60, quando os

comunistas exerciam enorme influência no movimento sindical, sua visão estatista fazia-os acreditar que ter aliados no Estado potencializava, multiplicava sua possibilidade de ação sindical, já que o sindicato fazia parte da estrutura do Estado.

Vale considerar que, desde 1956, com João Goulart no Ministério do Trabalho, o movimento sindical ganha espaço como expressão organizacional, a nível nacional, fortalecendo, assim, sua articulação, através de congressos e de entidades paralelas à estrutura sindical verticalizada. Fora da estrutura sindical surge o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) que em 1957 reúne sindicatos, federações operárias, federações de mulheres, associações de bairros, entidades estudantis e políticas, fundindo-se no ano seguinte no CST (Conselho Sindical dos Trabalhadores), que funcionou como frente única. As greves por melhoria salarial vão acontecendo com frequência e dimensões cada vez maiores no país, alcançando a paralisação de um número sempre crescente de trabalhadores, especificamente as greves gerais que assumem um caráter e um peso político cada vez mais significativos.

De acordo com alguns estudiosos, o não privilegiamento da luta pela autonomia constituiu um erro histórico, mesmo que compreensível para a conjuntura da época, pois, como veremos a seguir, o fato de a estrutura sindical e a legislação trabalhista terem permanecido intactas favoreceu em muito a estratégia intervencionista do governo pós-64.

"Um governo do tipo Arraes, por exemplo, que teve toda uma ligação com os trabalhadores, que colocava a polícia em determinado momento para defender os trabalhadores, isso gerava uma certa conivência pela ausência de uma discussão de autonomia... Nos períodos de maior

democracia, sobretudo depois de 45, havia uma maior flexibilização da autonomia do sindicato e as lideranças mais combativas... em alguns momentos conseguiram fazer organização no local de trabalho e, em outros, conseguiram ter a Central Geral dos Trabalhadores. Ocorria paralelamente, mas nunca tentaram desenvolver uma mudança na estrutura sindical e na legislação sindical no Brasil. Isso aconteceu de forma muito recente. Essa estrutura ficou desde os anos 30, até o período da constituição em 88" (Entrevista com Vandevaldo de Miranda Noqueira(Wando), coordenador do C. Josué de Castro, em maio de 1992).

No entender do José Arlindo Soares (1985), o movimento sindical de Pernambuco, antes de 1964, era considerado um dos mais organizados do país, pois já na década de 50 conseguira articular os segmentos trabalhistas tradicionais como os têxteis, portuários, ferroviários e bancários, através da Central Sindical Estadual - Conselho Inter-sindical de Pernambuco.

O depoimento de um dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos no período 61-63, explicita a importância do movimento no contexto nacional e afirma que:

"...foi justamente em 63, quando os trabalhadores começaram a se organizar de forma mais efetiva, mais impulsiva até, e começou a haver alguns movimentos grevistas no país inteiro e Pernambuco era um dos estados em que a movimentação operária era muito grande: "Então, nós fomos a uma greve, que foi realmente uma greve histórica - a maior mobilização da categoria em 50 anos de existência (...). Os metalúrgicos só assinaram o acordo salarial quando conseguiram que os funcionários dos escritórios das indústrias também fossem beneficiados com as conquistas". (ATÉ CHEGAR ..., 1988, p.34).

Sob forte influência dos partidos de esquerda, especialmente o PC e o PTB, o movimento sindical na cidade:

"teve o seu contraponto na emergência das massas rurais que, primeiramente nas ligas e depois nos sindicatos, imprimiram uma nova dinâmica nas lutas sociais da região, com repercussões decisivas sobre os acontecimentos políticos nacionais da época" (SOARES, 1985, p.184).

No Nordeste, a questão da propriedade da terra, colocada em evidência, acelerara a consolidação do confronto e conduziu à

associação da oligarquia agrária e da frágil burguesia industrial nacional que realizaram uma conspiração orquestrada pelo grande capital, no sentido da redefinição do poder político do país através do golpe de 64.

Vale considerar que, em Pernambuco, a proposta do Governo Arraes preconizava a compatibilização da legalidade vigente com a modernização das relações de trabalho, através do simples cumprimento das obrigações trabalhistas. Entretanto, aos olhos do latifúndio, tal iniciativa se constituía uma ameaça. E uma ameaça muito mais ao seu tradicional domínio político do que à acumulação ou reprodução do capital, visto que os aumentos salariais eram compensados pelo governo federal na definição de preços e subsídios ao açúcar. Na realidade, o latifúndio temia:

"o avanço da consciência social pois compreendia que, nas condições da estrutura agrária do Nordeste, os limites entre as reivindicações econômicas e o questionamento à propriedade privada da terra são sempre muito tênues" (SOARES, 1986.p.130).

Não iremos aqui fazer previsões, de cunho retroativo, sobre o rumo que as forças populares teriam dado ao Nordeste, caso sua atuação não tivesse sido bruscamente interrompida pelo golpe militar de 64. O fato é que havia uma grande efervescência rumo à construção de uma hegemonia cultural popular, ao nível das instituições da superestrutura.

Como nos afirma João Francisco de Souza (1987), em seus estudos sobre a "Pedagogia da Revolução", em Pernambuco, no período 58-64, pode ser identificado, o surgimento de várias iniciativas de educação junto às camadas populares, mesmo com interesses nem sempre idênticos, tais como:

"... o MCP - Movimento de Cultura Popular, ligado à Prefeitura do Recife e, depois, ao governo estadual nas gestões Miguel Arraes; a FPS - Fundação da Promoção Social, do governo Cid Sampaio (...), o SEC - Serviço de Extensão Cultural, da Universidade do Recife, (...) o Movimento de Sindicalização Rural da Igreja Católica, atuando através do SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (...), em oposição às ligas camponesas (...), o MEB - Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB, em convênio com a presidência da República"(SOUZA, 1987, p.15-16).

O processo de educação com base na conscientização tem sua proposta sistematizada por Paulo Freire e objetiva a tomada de consciência, pela população, das situações sociais. Esta "Pedagogia do Oprimido" é abraçada no âmbito governamental, na gestão Arraes, através do MCP, que inicia um processo de valorização dos elementos da cultura popular para, a partir deles, desmitificar os processos de dominação e exploração.

Podemos dizer que a tendência denominada "esquerda católica" (Lowy) estava já se gestando e o MEB continha sementes de sua proliferação, na medida em que insistia no abandono dos conceitos tradicionais de educação formal, por considerar a escola uma instituição de reprodução das estruturas formais de dominação.

Convém destacar que foram os movimentos advindos da atuação dos setores progressistas da Igreja Católica - JUC, JOC, ACO, que, a partir do início dos anos 60, assumiram "o lugar social de um engajamento ativo de cristãos nas lutas populares, de uma reinterpretação do Evangelho à luz dessa prática e, em certos casos de uma atração irresistível pelo marxismo"(LOWY, 1991, p.35).

NOTAS EXPLICATIVAS DO CAPÍTULO 3

1. A abordagem de Cohn realiza uma análise sobre o nordeste a partir de um novo enfoque - o planejamento. Tais estudos encontram-se em: COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: O processo de criação da SUDENE*. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
2. A análise desenvolvida por Francisco de Oliveira relaciona a intervenção planejada do Estado no Nordeste à "necessidade de contenção do avanço das forças populares na região diante da perspectiva de "integração nacional. A esse respeito ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Religião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*, 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
3. O artigo 34 da Lei nº. 3.995 autorizava às pessoas jurídicas nacionais a deduzirem até 50% do imposto de renda devido à União, com a finalidade de aplicá-lo em indústrias a serem implantadas no Nordeste. Esse direito seria estendido às empresas estrangeiras pelo artigo 18 da Lei no. 4.239 de 1963, em face do poder de pressão das transnacionais, desejosas de controlar a exploração dos recursos minerais e agrícolas da região. (ANDRADE, 1981, p.53)
4. FILHO, Gilvandro. Setor têxtil vive atraso de 15 anos. *Jornal do Comércio*, Recife, 16/04/92, p.12.
5. As primeiras equipes foram constituídas em Paulista, Recife-bairro da Torre - e Escada.
6. Já em 1923, a lei Eloy Chaves impedia a demissão do empregado após dez anos de serviços efetivos, senão por falta constatada em inquérito administrativo, com o objetivo de garantir um patamar mínimo de fluxo de recursos para a Caixa de Aposentadoria. Em 1933, o dispositivo é transformado em garantia do direito ao emprego, a ser reafirmado na CLT, em 1943, quando recebe a denominação "da estabilidade".
7. Em 08/01/71, o Presidente do Sindicato Têxtil de Sta. Rita na Paraíba, envia carta a Pe. Romano (assistente da ACO), agradecendo a "inestimável ajuda... que muito amenizou a situação aflitiva, motivada pela paralisação das atividades da CIA. Tecidos Paraíba". (MANUSCRITOS, 19??).
8. COSINOR - Companhia Siderúrgica do Nordeste, existente há 52 anos, conta com recursos do BNDES para sua ampliação no Distrito Industrial do Cabo. É responsável por 20% do mercado de aço no Nordeste. Entra em crise na década de 80, quando o faturamento caiu, em cerca de 40% e o BNDES resolve fechar a Companhia, o que não acontece devido às várias tentativas que são feitas pelos trabalhadores - como a

criação da Comissão de Fábrica, no sentido de torná-la viável, evitando assim a privatização. Os recursos do BNDES tornam-se cada vez mais escassos. Os trabalhadores, através da Comissão de Fábrica dos Metalúrgicos, faziam a seguinte proposta: "se for para entregar a COSINOR, passem a administração para os trabalhadores que souberam reanimá-la". Antes de se materializar a privatização, a Comissão de Fábrica foi quase totalmente demitida - ACO. Querem privatizar a COSINOR. Jornal Construir, Recife, jun./jul., 1989, p.6.

9. As eleições presidenciais, após o término do Estado Novo indicam um grande potencial de votos para o Partido Comunista: 40% na Região Metropolitana do Recife. Durante a década de 50, e início da de 60, o PC desenvolve influência expressiva no Movimento Sindical e nas Associações de Bairro.
10. Miguel Arraes já atuava no cenário político do Nordeste desde o início da década de 50, defendendo uma proposta nacionalista. Foi presidente da Liga de Emancipação Nacional (1950), participou da organização do Congresso de Salvação do Nordeste (1955), foi eleito Prefeito da cidade do Recife em cuja administração ganhou muita popularidade, por estar voltado ao atendimento das necessidades da população.
11. As reformas de base constituíram a proposta política defendida pelo grupo conhecido como nacionalistas da esquerda radical e que aglutinava as forças da Frente Parlamentar Nacionalista, Comando Geral dos Trabalhadores, UNE e Frente de Mobilização Popular. As reformas de base consistiam em:
 - reforma agrária, com distribuição da terra aos camponeses;
 - reforma dos bancos, canalizando os lucros para projetos de interesse social;
 - reforma da lei de minas, cancelando as concessões de minérios a companhias estrangeiras;
 - reforma administrativa, no sentido da revisão do Estado como empregador.
12. No IV Congresso Nacional dos Sindicatos, o CGC - Comando Geral de Greve - transforma-se em CGT - Comando Geral dos Trabalhadores e passa a ser o organismo de coordenação dos sindicatos. O CGT reúne o PUA - Pacto de Unidade e Ação (do Rio de Janeiro), a CPOS - Comissão Permanente das Organizações Sindicais (São Paulo), e quatro confederações nacionais: CNTI, CNTT, CNTB e CONTAG. "O CGT lança de imediato uma campanha pelo plebiscito 'Sim ou Não ao Parlamentarismo', apoiada por Goulart. Na primeira votação, o Congresso manifestou-se contra o plebiscito ao que se sucedeu uma greve de 3 dias, comandada pelo CGT. Pressionado, o Congresso votou o plebiscito, marcando-o para janeiro. Apesar da campanha feita pelos EUA, em favor da confirmação do parlamentarismo, o povo preferiu outorgar ao

presidente os poderes que lhe faltavam para executar as reformas de base que tanto prometera. Isto fortaleceu o CGT que passa a liderar várias greves gerais, como a dos 700.000 operários da indústria de São Paulo (outubro de 63), que contou com a participação de 78 sindicatos". ATÉ CHEGAR no Zé: Contribuição à história dos metalúrgicos. Recife, 1988, p.33)

CAPÍTULO 4

A AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA NO
NORDESTE : Rebatimentos de sua
Práxis no Processo de Formação
da Consciência de Classe

No desenvolvimento deste trabalho, estamos procurando evidenciar o caráter tridimensional do papel histórico desempenhado pela Ação Católica Operária - ACO. Mais que um "Movimento", a ACO durante trinta anos de existência atuou como "Espaço" de resistência, organização e formação de trabalhadores. Forneceu, portanto, condições favoráveis que contribuíram para a gestação de um processo de rompimento da marginalização e repressão, característicos do pós-64. Podemos inserí-la, portanto, no conjunto de instituições da sociedade civil, as quais permitiram aos trabalhadores apresentar

"uma resposta coletiva à situação global, renegando ao mesmo tempo a ditadura, a burguesia associada e o terrorismo de Estado como veículo de 'defesa da ordem', (...) a libertar-se da condição convencional de 'cauda política da burguesia' (...), buscando organizar-se em sindicatos, em centrais operárias independentes, em partidos centrípetos, que gravitam em torno dos interesses e das aspirações do proletariado e dos oprimidos"(FERNANDES, 1989, p.19).

Podemos afirmar que os três aspectos acima referidos são características inerentes à razão de ser e de existir da ACO. No entanto, em determinado período, uma dimensão pode se sobrepor às demais, tendo em vista as demandas emergentes da dinâmica social. Sendo assim, no primeiro decênio de atuação pós-64, (1964 a 1974), a palavra de ordem é 'resistir', resistir para sobreviver enquanto movimento, enquanto espaço dentro da Igreja e da sociedade civil. Durante este primeiro período, resistência é o seu recado e o seu significado para a classe operária.

É o tempo das denúncias, dos encontros ampliados, dias de estudo, noites de atualização, abertas para militantes de qualquer partido ou organização, mas prudentemente articuladas para evitar a surpresa da "deduração" ou do boicote. No período

considerado negro da história do Brasil, em que a coerção do Estado tentou silenciar toda e qualquer manifestação contrária ao seu projeto político, uma voz insistia junto à classe operária, convocando para 'resistir'.

E como resposta à expectativa, há indícios de que parece ter valido a pena, pois no período seguinte, 1974 a 1982, já com maior abertura política, a necessidade expressa pela classe é de organização, de recuperação de suas entidades de representação - é o tempo da formação das Oposições Sindicais, do surgimento do Novo Sindicalismo e das Organizações do Movimento Popular.

Mais uma vez a ACO pretende colocar-se a serviço da exigência do momento histórico na sociedade brasileira e se insere no processo de fortalecimento das organizações operárias.

Consolidado o processo democrático, senão totalmente, mas na medida suficiente para que a sociedade civil pudesse novamente se expressar através dos partidos políticos, das associações de classe, de movimentos sociais os mais diversos, a ACO entende que o seu papel é assegurar o trabalho de formação nas equipes de base. É o terceiro decênio, (1982-1992), e, embora a 'formação' tenha sido uma preocupação que perpassa a ACO em toda sua existência, parece ganhar prioridade nesse últimos dez anos.

Esses três períodos serão analisados separadamente nos capítulos seguintes. Tentaremos explicitar em cada um deles o que nos parece ser a manifestação da essência do pensamento, das atitudes e da atuação concreta do movimento de ACO em cada momento histórico, na região.

Sendo assim, a particularidade de cada fase, expressa

numa idéia-síntese, será analisada à luz das categorias teóricas apresentadas no início desse trabalho, numa tentativa de aproximação da temática mais ampla em discussão - a consciência de classe.

O momento imediatamente posterior ao movimento militar de 1964 merecerá destaque de nossa parte, por ser determinante na condução de todo o processo de engajamento político da ACO. A reação dos militantes assume, inicialmente, a forma de denúncia, o que fará incidir sobre eles e sobre o movimento o peso da repressão, conduzindo-os a uma atitude de semi-clandestinidade e resistência.

Partindo desses elementos podemos avaliar o impacto crescente da atuação dos militantes na Igreja e na classe operária ao mesmo tempo que identificamos o seu entendimento e sua inserção na totalidade histórica, considerada aqui do ponto de vista nacional.

Posteriormente a esta análise, porém, tecemos algumas considerações sobre o significado do golpe militar para a classe operária no Brasil e a evolução do compromisso social da Igreja com a causa dos trabalhadores, principalmente no Nordeste. Mesmo que tenhamos priorizado esta região, vale salientar que não podemos fugir de algumas referências a nível nacional ou internacional, dada a interrelação dos acontecimentos.

4.1. 1964/1974 - INSERÇÃO NA PERSPECTIVA DA TOTALIDADE HISTÓRICA - Denúncia e Resistência

4.1.1. Vigência do Regime Militar e sua Repercussão na Classe Operária

À análise histórica do movimento de ACO não escapam os reflexos do impacto impresso à sociedade brasileira com o golpe de abril de 64.

O entendimento do seu significado está muito bem expresso nas palavras de Paulo Netto, quando afirma que :

"sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (...) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contra-revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)" (NETTO, 1991, p.16).

Tal investida fez-se acompanhar de intenso processo de dominação ideológico-cultural, tendo como mediação a organização burocrático-militar, através da Doutrina de Segurança Nacional. Com efeito, após a II Guerra Mundial, o processo de burocratização dos exércitos nos países subdesenvolvidos recebeu um imenso impulso, transformando-os na organização burocrática mais desenvolvida e moderna destes países, com um preparo técnico - administrativo que os fez acreditar na possibilidade de, assumindo autoritariamente o poder, imprimir à economia e à política do país, maior organização, maior segurança e maior eficiência (PEREIRA, 1972, p.72).

A doutrina de Segurança Nacional foi formulada pela Escola Superior de Guerra (1), em colaboração com o IPES -

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Fundamentada numa análise geopolítica, a ESG, através de um de seus maiores teóricos - o General Golbery do Couto e Silva - defende a tese de que o destino de uma Nação é, em grande parte determinado pelas condições geográficas.

A guerra permanente entre as super potências condiciona os demais países a optarem por uma ou por outra, o que, em parte já é determinado por sua condição geográfica. Sendo assim, o continente latino-americano estaria já comprometido com os Estados Unidos, permanecendo inevitavelmente em sua esfera de controle e influência. Nesta visão, dadas as suas condições geográficas, o Brasil é o país mais importante da América Latina, o que lhe asseguraria a posição de barganha de um aliado privilegiado e até de uma postura subimperialista frente aos demais países do continente (ALVES, 1989, p.44).

A partir daí são definidas estratégias no campo político, econômico, militar e psicossocial que vão fortalecendo cada vez mais as estruturas defensivas de um Estado centralizador do poder, cuja força recai sobre a população, sobrepondo-se até aos direitos humanos.

A estratégia econômica, reportando-se aos princípios da economia Keynesiana, defendia a necessidade de um Estado forte capaz de atuar no planejamento e regulamentação do setor. Com isso, a participação do Estado atingiu níveis inéditos de centralização, inclusive na produção direta e na exploração de recursos minerais, através de empresas estatais.

A estratégia política opta, inicialmente, pela cassação de mandatos dos parlamentares vinculados aos partidos que defendiam as reformas políticas e sociais, funcionando junto ao Congresso como efeito demonstrativo do que poderia acontecer aos que se rebelassem com a nova ordem vigente.

A "operação limpeza" consistiu elemento chave da estratégia psicossocial, cujo alvo eram os movimentos sociais. "Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos e ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes"(ALVES, 1989, p.66).

Tendo em vista que o movimento sindical anterior a 64, não priorizara a luta pela autonomia da estrutura sindical, o governo militar encontra um espaço legalmente instituído para exercer o seu controle sobre os sindicatos. Desta forma, utilizando-se de decreto-lei, intervém nos sindicatos e afasta seus dirigentes eleitos, substituindo-os por outros nomeados diretamente pelo Ministério do Trabalho.(2)

As medidas adotadas foram fundamentais para a efetivação das diretrizes de controle salarial - suporte do novo modelo econômico - viabilizadas graças à promulgação da lei de greve (01/06/64) e de leis referentes aos reajustes salariais, inclusive para o setor privado, fato inusitado para um Estado capitalista.(3)

A partir de então, assiste-se a uma queda vertiginosa, em termos reais, dos níveis de salário, concomitante a um aumento significativo da produtividade, particularmente entre 1969 e 1973, durante o período do "Milagre Brasileiro", considerado como

o mais repressivo do regime autoritário.

Com efeito, a implantação do Ato Institucional n.5 concedeu a centralização de poderes no Executivo e criou condições para que fossem cometidos abusos pelo emprego de prisões arbitrárias e práticas de torturas. Por sua vez, o projeto de desenvolvimento econômico, ao criar expectativas de crescimento, faz surgir, igualmente, razões para futuras cobranças pelos trabalhadores que começam a perceber a desigualdade do processo de crescimento. Conforme expressa Abramo:

"al compararse los indicadores salariales con los indicadores de crecimiento industrial y de la productividad en el periodo: de 1968 a 1974, el crecimiento promedio del PIB ha sido superior al 10% anual, el del conjunto de la producción industrial cercano a los 13% y el de la industria automotriz superior al 18% al año (...). Por otro lado, considerando los años 1970 e 1975, según Durand (1987), el salario medio de los metalúrgicos de S. Bernardo en su conjunto habría crecido en un 4,4%, mientras la productividad de su trabajo habría aumentado en un 20%" (ABRAMO, 1989, p.20).

Se no período populista o sindicato era considerado como "órgão colaborador de classe", agora, o controle estatal sobre o mesmo irá contribuir para a deslegitimação do sindicalismo oficial. Associando-se a isto o acúmulo de insatisfações no mundo do trabalho, vemos que estão dadas as condições para gestação de um "novo sindicalismo".

Temendo uma crise política, o projeto de distensão "lenta e gradual" do governo Geisel - 1974 a 1978 - propõe a reorientação da economia, passando por uma reformulação do Estado e de suas relações com a sociedade civil, principalmente com as elites. Inicia-se o processo de transição democrática que vai posteriormente culminar com a proclamação da nova Constituição em

outubro de 1988 e as eleições presidenciais em 1989.

4.1.2. A Igreja no Nordeste e o Acirramento das Contradições

Muitos estudos têm sido feitos focalizando a relação Igreja-Estado, especificamente a partir da década de 60, pós movimento de 64, quando vai se configurando cada vez mais nitidamente, um conflito entre as duas instituições ou, mais precisamente, entre o Estado autoritário e o setor da Igreja Católica, chamado "progressista".

É certo que essa relação conflituosa pouco a pouco foi envolvendo membros da hierarquia considerados "moderados" e que, tendo em vista a arbitrariedade característica às atitudes do governo militar na perseguição ao clero, foram se solidarizando e formando uma unidade junto àquele bloco mais comprometido com a questão social.

Isso vem corroborar a afirmativa de Luiz Alberto Gomez de Souza(4) de que a Igreja não é um bloco unânime, mas que em seu interior há posicionamentos político-ideológicos diferenciados e, neste sentido, historicamente ela tem modificado sua posição junto às classes sociais, de acordo com a organicidade do vínculo que estabelece com esta ou aquela classe.

No nosso entender, a conjuntura brasileira pós-64 reclamou a consolidação de uma postura da Igreja de defesa dos interesses da classe operária, manifestando-se, inicialmente através de frequentes pronunciamentos e, posteriormente, de um engajamento de cunho mais organizativo. Por outro lado, o bloco mais conservador também vai se definindo e o acirramento das

contradições no interior da Igreja tem reflexos até os dias atuais. Com tudo isso queremos dizer que existe um processo em que as diferentes posturas vão se forjando, contribuindo, para isso, fatores internos e externos à instituição.

Num primeiro momento iremos abordar a importância dos fatores inerentes às determinações internas para, em seguida, situar os fatores externos, tais como os conflitos Igreja-Estado e, em ambos os aspectos, o papel de vanguarda atribuído à ACO neste contexto de crescimento de uma "opção pelos pobres".

É sabido por todos que a Comissão Central da CNBB, eleita em 1964, em Roma, compunha-se em sua grande maioria, de bispos "conservadores" ou "moderados", cuja avaliação do movimento militar foi expressa numa declaração de apoio, onde se admitia que o Brasil fora salvo do comunismo.

Identificando a Igreja como aliada na luta contra o comunismo, o governo que se auto-elegera no país tratou imediatamente de expandir e fortalecer essa imagem de cumplicidade nos meios eclesiais, inclusive no exterior, junto ao Vaticano, ou entre seminaristas brasileiros que lá se encontravam em período de formação.

A esse respeito e, como autoridade no assunto, afirma Bruneau:

"... as elites se colocaram, desde 1964, decididamente ao lado da civilização Cristã Ocidental, (...). Os Presidentes têm reafirmado sua fé no Catolicismo, Costa e Silva visitou o Papa antes de tomar posse do cargo, sua esposa levantou fundos para completar a Catedral de Brasília; Médici é, aparentemente, um fiel devoto, assim como outros à sua volta. (...) Os líderes militares, desde 1964, têm procurado o apoio da Igreja para a construção de um Brasil maior e melhor, e para manter subjugados os comunistas" (BRUNEAU, 1974, p.321).

Sendo assim, muitos padres, leigos e bispos construíram uma representação da "revolução" como um movimento realmente libertador do comunismo e promissor para o país, conforme podemos observar no depoimento de Pe. Reginaldo Veloso(5) que, a essa época, encontrava-se estudando em Roma:

"Eu fiquei em Roma até fevereiro de 66 (...). Quando eu vim para o Brasil tinha a mesma idéia que havia levado daqui para lá, porque do ponto de vista político, Carlos Lacerda, para mim, ainda continuava sendo o ídolo da minha infância (...) como criança, eu e meu pai... a gente escutava Carlos Lacerda -. Mas ele teve um papel importante no golpe. Foi lá pela Europa, passou pelo Pio Brasileiro, fez uma conferência de 2:45 hs para a gente - brilhantíssima. Era um sujeito... Não conheci nenhum orador mais brilhante do que Carlos Lacerda. Era um sujeito impressionante, de uma capacidade de argumentação, de uma retórica, de uma capacidade de desenvolver um pensamento, com uma lógica, que se você aceitasse a 1ª frase, você ia com ele até o fim. Ele passou lá defendendo o golpe; eu fiquei completamente convencido da justiça do golpe. Voltei para cá com esta idéia na cabeça. E aqui, para completar, cheguei em um Seminário onde todos os padres eram de direita e vinham me contar as histórias... das listas dos padres que estavam marcados para serem mortos pelos comunistas, etc." - Depoimento de Pe. Reginaldo Veloso em entrevista concedida para o Projeto Memória da Federação de Casa Amarela em 12/11/88.

Diante de tal contexto, como explicar as mudanças ocorridas no interior do clero? Como se deu a passagem de uma atitude anticomunista para a de abertura a outras posturas políticas na defesa dos direitos humanos e dos interesses dos trabalhadores?

Não podemos esquecer nesse momento o significado das mudanças que estavam ocorrendo no interior da Igreja, a nível mundial, tendo como foco luminoso o Concílio Vaticano II. Algumas palavras sobre o seu principal protagonista, o Papa João XXIII, podem ilustrar a dimensão das modificações pretendidas. No dizer de Pe. Reginaldo Veloso, a morte de Pio XII pode ser entendida

também como a morte de um tipo de Igreja e a inauguração de uma nova fase de abertura com João XXIII:

"O fato é que esse cara que veio para tapar buraco, já com 70 e tantos anos foi eleito Papa. Ele era um diplomata do Vaticano. Conheceu muito o mundo, sobretudo o mundo oriental. Esse homem começou a manifestar preocupações que a Igreja normalmente nunca vinha desenvolvendo. Começou a receber o genro de Kruchev, o Adjubei, no Vaticano. Pela 1ª vez uma autoridade da Rússia era recebida no Vaticano. Foi um escândalo! Então João XXIII convoca o Concílio Ecumênico Vaticano II. E eu estive lá durante todo esse tempo. (...) E me encantava com as palestras que os conferencistas iam fazer em Roma, por ocasião do Concílio, os assessores dos Bispos e os próprios Bispos mais ilustres do Concílio. Então, a gente tinha muitas oportunidades de escutar esse pessoal que era a nova reflexão, a reflexão da nova Igreja que estava surgindo. Gente de todo canto do mundo, peritos em todo tipo de coisa. E foi isso que me deu condição de me abrir para um bocado de coisa..." - Depoimento de Pe. Reginaldo Veloso em entrevista concedida para o Projeto Memória da Federação de Casa Amarela em 12/11/88.

Neste sentido, a repercussão do Concílio não era privilégio apenas para os que estavam em Roma, mas chegava aos demais países, especialmente da América Latina, através dos teólogos, dos bispos e dos movimentos de Ação Católica. Não é de se surpreender, portanto, que muitas pessoas como, o Pe. Reginaldo, encontrassem no próprio Brasil, situações que as fizessem redescobrir a realidade social e política de sua terra e o novo compromisso da Igreja com a problemática social. Referiremos, a seguir, o ponto de vista expresso, a partir de um encontro com um dos maiores pensadores dos Movimentos de Ação Católica Especializada no Brasil - Alceu do Amoroso Lima, cuja atuação já foi por nós referida anteriormente.

"... em 66, participei de um Curso de Liturgia, no Rio de Janeiro que foi a grande oportunidade de redescobrir o Brasil nas suas verdadeiras dimensões. Esse curso de liturgia foi um banho cultural e, ao mesmo tempo, político. Por incrível que pareça um curso de liturgia me

fez entrar em contato com pessoas como Alceu Amoroso Lima e outras expressões da teologia pós conciliar - a renovação teológica - o Pe. Caramuru, Hugo Assmann... Esse pessoal realmente me fez mudar a cabeça, me fez raciocinar de outra maneira. Eu voltei desse curso bem arejado, bem mais sintonizado com a realidade nacional nos termos objetivos em que ela se dava..." - Depoimento de Pe. Reginaldo Veloso, em entrevista concedida para o fins dessa pesquisa em 07/01/92.

Vale considerar portanto, que o novo modelo não caiu do céu. Nos anos 60 existiam já algumas experiências isoladas de CEBs, particularmente em torno da Teologia da Enxada e do Pe. Comblin mas, é só em 1983, que as CEBs são assumidas como prioridade pastoral no Regional Nordeste II.

Há quem estabeleça a diferença entre os movimentos de Ação Católica e as CEBs, tomando como parâmetro sua capacidade/incapacidade de influir na estrutura do modelo eclesial.

Sabemos que "os movimentos transcendem as fronteiras territoriais das paróquias e dioceses através da sua articulação própria e transcendem até a pastoral de conjunto, paroquial ou diocesana através de sua programação de atividades e espiritualidade própria" (PLOEG, 1991, p.63). Acreditamos que essa amplitude lhe confere mais autonomia, uma melhor visão da totalidade e uma aproximação com instâncias mais amplas no interior da Igreja e, portanto, com maior poder de decisão na definição de novos modelos eclesiais, como é o caso da CNBB.

A partir de agora tentaremos analisar acontecimentos que iriam marcar, com dor e sangue, os caminhos a serem percorridos pela Igreja no Brasil e no Nordeste, em particular, no pós 64, situando a participação do movimento de ACO.

4.1.2.1. Conflitos Igreja-Estado e a presença da ACO

Antes mesmo de se iniciarem quaisquer conflitos entre os bispos mais avançados e o governo militar, a ACO e setores da Ação Católica Especializada já teriam dado enorme contribuição no sentido de alertar a instituição religiosa para o real significado do golpe de 1964.

Em resposta à declaração da Comissão Central da CNBB, a "Coordenação Nacional da ACO, apoiada pelas Coordenações Regionais, reuniu-se e encaminhou aos prelados da CNBB um documento em que mostrava que a situação dos trabalhadores tornara-se muito pior depois do golpe. Uma realidade de sofrimento e humilhação havia sido imposta à classe operária pelos militares" (ACO, 1987, p.59).

Com efeito, a repressão à classe operária fazia-se sentir também entre os membros da ACO, com maior ou menor intensidade, em correspondência direta ao seu nível de participação política, com a posição da Igreja local na mobilização pelas reformas de base e com o grau de radicalização da direita em relação aos movimentos(6).

Em Pernambuco, no dia 10. de abril, a sede da ACO foi invadida no momento em que se imprimia o 10. exemplar do boletim "Presença", contendo um artigo intitulado "O Brasil e Nós". Nesse artigo, os trabalhadores, mesmo admitindo não ter ainda condições de analisar as mudanças pelas quais passava o país, reafirmavam o seu compromisso de uma presença consciente, construtiva e cristã no meio operário. Parte do documento foi apreendida, mas o boletim passou a circular no dia 04 de abril. No dia seguinte, os representantes das equipes de base reuniram-se para discutir a "Reação dos Operários ante a situação nacional" e concluíram

que :

"a classe operária não aceitou o golpe dado pelas Forças Armadas, pelos seguintes motivos: porque os militares feriram a Constituição, derrubando governos eleitos livremente pelo povo; porque houve torturas, especialmente de operários e seus líderes; porque a liberdade foi sufocada; porque houve intervenção nos sindicatos; porque houve abuso do poder e foram proibidas as manifestações" (ACO, 1987, p.55).

Na realidade, a Igreja no nordeste atuou como ponta de lança no impulso profético do período em análise. D.Hélder Câmara, que tomara posse na Arquidiocese de Olinda e Recife, em 1964, por indicação do Papa Paulo VI, desde cedo anuncia sua fidelidade à linha do Concílio Vaticano II e à sua perspectiva de totalidade, como podemos observar na mensagem proferida por ocasião de sua chegada ao Recife:

"... um nordestino falando a nordestinos com os olhos postos no Brasil, na América Latina e no mundo. Um cristão dirigindo-se a cristãos, mas de coração aberto, ecumenicamente, para os homens de todos os credos e de todas as ideologias. Um bispo da Igreja Católica que, à imitação de Cristo, não vem ser servido, mas servir"(7).

Em pouco tempo, D.Hélder torna-se o bispo progressista mais famoso e principal alvo da política repressiva do governo militar, na hierarquia eclesiástica. Aliás, tendo em vista sua postura e a de bispos como D.Antônio Fragoso, da diocese de Crateús no Ceará, e D.José Maria Pires, de João Pessoa, o clero da região é acusado de estar praticando política em vez da religião e provocando uma onda de inquietação, através de interpretações distorcidas das Encíclicas. Muitas tentativas foram feitas pelos militares no intuito de isolar essas autoridades eclesiásticas e, assim, diminuir seu poder de influência na CNBB.

Entretanto, o fato de o regime militar atingir, outros

setores do clero, em outras regiões do país, foi suficiente para neutralizar os esforços para denegrir a imagem dos bispos da região.

Thomas Bruneau, em seus estudos, identifica quatorze incidentes conflituosos entre Igreja e Estado no Brasil, antes da instauração do Ato Institucional nº 5. Dentre estes, oito envolvem bispos, padres ou militantes leigos da região Nordeste, como podemos observar no Quadro Nº5 a seguir. Não corresponde aos nossos objetivos no momento, realizar análise exaustiva destes conflitos, mas tão somente, situa-los no contexto conjuntural da época, identificando a participação até mesmo na importância assumida, pela ACO nestes acontecimentos.

Na perspectiva historiográfica de Bruneau, o 1o. conflito importante ocorreu no Nordeste e girou em torno dos bispos da CNBB da região NE II, que compreende os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A motivação do confronto reside no fato de tais bispos manifestarem apoio aos relatórios-denúncia produzidos pela ACO, ACR e JAC sobre a situação dos trabalhadores na região. Devido à importância do conflito e sua repercussão nacional, nos deteremos um pouco em sua descrição.

O processo de industrialização na região, a partir da proposta de desenvolvimento implementada pela SUDENE e os problemas sociais que se verificavam concomitantemente, constituíam-se objeto de estudo permanente nos encontros e seminários da ACO. Sua abordagem priorizava a questão da estabilidade no emprego, assunto em pauta também na instância ministerial, sobretudo a partir de ministros que, como Roberto Campos defendiam sua extinção. Vivenciava-se, na verdade, o clima

QUADRO Nº 5 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS ENTRE IGREJA E ESTADO ANTES DO AI 5

DATA	LOCAL	PESSOAS ENVOLVIDAS	MOTIVO DO CONFLITO	REAÇÃO DO ESTADO	APOIOS	DESEFECHO
Jul/Ago de 1966	Nordeste (Recife-PE)	Bispos CNBB NE II Destaque: D.Helder	Declaração de apoio a documentos da ACO ACR e JAC	Suspensão da publicação da declaração Ataque na Imprensa	Bispos da CNBB Leigos Políticos/oposição	Reestabelecimento do diálogo após conversa entre 2 partes
06/09/67	Nordeste S. Luís-MA	Bispos São Luís-MA	Pronunciamento s/ a (in)dependência do Brasil na rádio	Fechamento da rádio p/ 8 dias e Censura p/ os programas	Bispo Auxiliar Arcebispo S. Luís Arcebispo Fortaleza e censura	Término da ordem militar de fechamento e censura
Out/1967	Nordeste Crateús-CE	Bispo de Cratús D. Antônio Fragoso	Entrevista apresentada D. Fragoso como amigo de Fidel	Divulgação da entrevista por todo o país	Vários Bispos	Após polêmica, setores da Igreja reafirmam missão profética
25/09/67	Nordeste Recife-PE	Arcebispo Olinda e Recife - D. Helder	Discurso pela Reforma Agrária na festa título Cidadão-PE	Protesto contra o discurso: D. Helder, agitador da massa		
1967	Nordeste	Bispos do NE: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte	Políticos acusam os bispos de distorcer mensagem/Encíclicas		Declaração de solidariedade/unidade demais bispos	Agravamento das tensões Igreja-Estado
05/11/67	Sudeste Rio de Janeiro	Bispo de Volta Redonda: D. Waldir e 04 jovens	Prisão de 04 jovens Invasão da casa de D. Waldir	Ataque à "esquerda católica", novas prisões	Pronunciamentos da Comissão Central da CNBB	Discussão s/ Encíclica P. Progressivo Jovens soltos em 71
08/05/68	Nordeste S. Luís-MA	Bispo de S. Luís	Pronunciamento s/ Li-berdade na missa p/ ex-combatentes	Declaração: "a revolução de 64 foi injuriada"	Clero e leigos de S. Luís, Arcebispo D. João	Visita de Oficiais ao bispo, permanência da tensão
Jul/68	Nordeste Recife-PE	Pe. José Comblin D. Helder Câmara	Expulsão do Pe. Comblin q/ redigiu documento s/ Igreja e Política na América Latina, p/ Medelliin	Divulgação do documento inacabado s/ autorização do autor. Acusação a D. Helder	Intelectuais Setores da Igreja	Em 1972 Pe. Comblin é impedido de desembarcar no Brasil. Ruptura c/ modelo de Igreja tradicional
Jul/Ago de 1968	Sudeste Osasco-SP	Pe. Wauthier D. Agnelo Rossi	Prisão de Pe. Wauthier em greve em Osasco. Invasão casa de D. Agnelo.	Deportação do Pe. Wauthier s/ nenhum pronunciamento	Todos os setores da Igreja. D. Agnelo não celebra em festa p/ Presidente	Maior adesão dos setores conservadores à nova postura da Igreja
Nov/68	Nordeste Crateús-CE	D. Fragoso	Imprensa envolve D. Fragoso c/ C. Marighela		40 Bispos do NE se solidarizam	
08/11/68	Sudeste	Assistentes JOC/PO	Prisão e tortura	"Igreja é subversiva	Setores da Igreja	Padres soltos em 70

que antecedeu a implantação do FGTS.

Nas conclusões do Encontro de ACO estava a decisão de se partir para uma ação coletiva de protesto e denúncia através de publicações endereçadas às autoridades, às instituições civís, à hierarquia eclesiástica, aos trabalhadores e à opinião pública em geral, nos seguintes termos:

"O encontro revelou que a situação da classe operária, no Nordeste, é marcada sobretudo pelo desprezo ao Homem. Esse desprezo, de que são vítimas os trabalhadores, se traduz num clima de perseguição de todo tipo... Há como que todo um plano em execução para destruir pessoas, pela destruição de sua dignidade e de seus direitos... A classe operária no Nordeste é menos uma classe e mais um agrupamento de pessoas destruídas"(ACO, 1990, p.42).

Meses mais tarde, a ACR e a JAC, reunidas em congresso, emitiram uma declaração com o mesmo teor. Tais documentos mereceram por parte dos bispos da região, reunidos em julho do mesmo ano, o seguinte pronunciamento:

"Se, por imperativo de consciência, condenamos a injustiça, não queremos acentuar as divergências entre os homens ou entre grupos sociais: queremos sim, unir cada vez mais os membros do Povo de Deus. Entretanto, a solicitude maternal da Igreja ha de voltar-se de preferência para os que sofrem..."(8)

Como nos revela um dos militantes da ACO da época, as denúncias emitidas pela ACO almejavam questionar a condição de conivência com a situação de opressão em que a Igreja se encontrava:

"Quando havia fechamento de indústrias, demissões, ou qualquer coisa que atingisse a classe trabalhadora, a ACO fazia denúncias, através da imprensa e também junto à Igreja, porque ela era um movimento de Igreja, então tinha que fazer denúncias dentro da Igreja para que ela assumisse." - depoimento de Luís Barros em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 15/05/92.

E, assim, os quinze bispos que participaram do encontro assinaram a declaração de apoio, o que lhes valeu intensa

polêmica e gestos intimidativos por parte de alguns generais - que inclusive proibiram a circulação da declaração -, de alguns intelectuais e de membros reacionários no interior da própria Igreja.

Todos os ataques pareciam estar voltados mais diretamente para D.Hélder, na tentativa de vinculá-lo aos comunistas. Entretanto, as declarações favoráveis aos bispos superaram em muito as controvérsias, podendo-se enumerar entre elas "declarações de quatorze bispos, de três grupos diferentes do clero, dois importantes representantes do laicato, dois grupos protestantes, membros do partido da oposição (MDB) e uma petição assinada por vinte mil leigos numa semana" (BRUNEAU, 1974, p.329).

Note-se que, tanto as manifestações de repúdio quanto as de solidariedade, não fazem referência direta aos autores do documento-denúncia, elaborado pela ACO, ACR e JAC e que desencadeara todo o conflito. O que inquietava, realmente, era a atitude dos bispos. Vale considerar, por um lado, o peso significativo da hierarquia, tanto dentro, quanto fora da Igreja, pois quando ameaçados, havia muito mais unidade ao seu redor do que se poderia prever.

Por outro lado, a Ação Católica Operária ia ganhando expressividade paulatinamente mesmo que fosse não reconhecida ainda em toda a sua potencialidade, a nível regional ou nacional. No entanto, o movimento dá prosseguimento aos seus estudos sobre a região e no ano seguinte faz uma sistematização do conhecimento acumulado sobre as condições de vida e de trabalho do operário nordestino, transformando o 10. de maio de 1967, num dia de luto

e de luta, pelas páginas da publicação "Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça", que será melhor analisado a seguir.

O desfecho dado ao conflito pelo Presidente Castelo Branco que veio conversar pessoalmente com D. Helder, no Recife, e fez alterações nos comandos militares, mostra que a cooperação da Igreja se fazia muito necessária ao governo. Entretanto, na medida em que os conflitos foram se tornando mais frequentes e pioravam as relações entre Igreja e Estado, o clero passou a ser visto como um inimigo civil qualquer, sujeito à prisão, tortura e até à morte, como no caso do Pe. Henrique, após a publicação do AI-5. (2)

Um outro conflito que merece destaque aqui pelo envolvimento de militantes e assistentes da ACO é o que se refere à greve de Osasco - São Paulo. Sua importância advém do fato de sua ocorrência extrapolar os limites geográficos da região Nordeste o que contribuía para alertar a Igreja e a opinião pública em geral, sobre a real dimensão do regime repressivo e, assim quebrar o isolamento em que queriam confinar os bispos do Nordeste.

Em 16 de julho de 1968 é deflagrada a greve dos metalúrgicos de Osasco, em protesto contra o arrocho salarial, com tal força e organização que consegue paralisar cinco das maiores indústrias da cidade.

A polícia realmente ficou surpresa com tamanha mobilização, mas sua reação se fez em violência, na mesma proporção. Ficaram presos cerca de cem trabalhadores, entre os quais vários militantes de ACO, o Pe. Soares, assistente

arquidiocesano da JOC de São Paulo e o Pe. Pierre Wauthier, assistente de ACO, que trabalhava como operário numa das fábricas em greve.

Nesse período, os bispos encontravam-se reunidos na IX Assembléia Geral da CNBB - 12 a 19/07/68 - no Rio de Janeiro, em preparação ao Encontro de Medellín. Eles enviam D.Romeu Alberti para se informar melhor sobre os últimos acontecimentos em Osasco o qual, impressionado com o que viu e ouviu, fez um relatório pormenorizado no plenário da Assembléia Episcopal. No interior da CNBB, as posições se acirravam. De um lado, trinta e dois bispos se colocaram solidários aos trabalhadores e articularam-se no movimento "Ação, Justiça e Paz", como forma de exercer pressão moral libertadora. Por outro lado, "doze bispos, tendo à frente D.Sigaud, enviam carta ao general Costa e Silva, afirmando que a maioria do clero e laicato está em desacordo com a corrente católica esquerdizante." (ACO,1987.p.75)

Posto em liberdade condicional o Pe. Wauthier é acolhido pelo Cardeal Agnelo Rossi, mas no dia 27 de agosto do mesmo ano, a polícia invadiu sua casa em São Paulo, retirou o Pe. Wauthier que foi imediatamente deportado.

Esse foi mais um dos incidentes que contribuiu para a aproximação entre Igreja e classe operária.

4.1.3.-Os-Docmentos-Benúcia-Produzidos-pela-AGB/NORDESTE

4.1.3.1. Repercussão no Interior da Igreja e na Sociedade Civil

Desde os primeiros Congressos Nacionais da ACO observa-se a opção por uma temática de estudo que prioriza a classe operária

como objeto de conhecimento de si mesma. A mesma preocupação está presente nos encontros regionais e até mesmo nas reuniões de equipe de base, tomando sempre como orientação metodológica o Ver-Julgar-Agir. Sendo assim, parte da análise do concreto real, do fato vivido e passa a uma interpretação teórica que possa explicar tais fatos. Nesse contexto o recurso sempre utilizado pela ACO é a pesquisa: todos os Congressos são precedidos por investigações elaboradas com antecedência, para que possam trazer subsídio para a temática em estudo.

Na realidade, tal estratégia tem como preocupação básica a inserção do objeto de análise no contexto histórico. A consciência da importância da perspectiva da totalidade está sempre presente no movimento de ACO. Daí porque, partindo de uma abordagem sobre a política desenvolvimentista adotada para a região, a ACO entende que não pode omitir-se em compartilhar sua compreensão do momento histórico. É nesse contexto que o movimento atua como setor profético no interior da Igreja ou como vanguarda para os movimentos sociais. E isto, não só por sistematizar o entendimento dessa realidade em manifestos ou documentos-denúncia, mas também e, principalmente, por procurar articular as forças políticas e sociais sensíveis aos interesses dos trabalhadores capazes de atuar concretamente na modificação das relações existentes, fazendo de cada lançamento um acontecimento político de crítica e repúdio à ordem vigente.

Os documentos que a seguir serão focalizados não fogem a essa orientação. Ao contrário, foram eles, talvez, que melhor contribuíram para a consolidação desse ponto de vista assumido. As publicações do Nordeste constituem a sistematização de um

diagnóstico da realidade da classe operária na região, cujos dados foram coletados em estudos e observações durante a década de 60.

Em janeiro de 1965, durante o I Congresso Nacional da ACO, o problema desemprego é apontado como um dos que mais afligem a classe operária. Ele é abordado a partir de suas manifestações nos vários setores econômicos, especialmente na indústria têxtil, e de suas implicações de ordem pessoal ou social, principalmente no que diz respeito à organização:

"a onda de desemprego enfraquece o movimento operário justamente numa época em que as organizações de classe encontram-se desorganizadas ou em reestruturação, com seus líderes e responsáveis atingidos (ACO, 1965).

No mês de julho do mesmo ano, o Boletim Presença dedica todo o seu espaço, ao problema do desemprego. O II Encontro Regional, realizado em fevereiro de 1968, retoma a mesma questão, avançando, porém, na profundidade de sua abordagem. A análise recai sobre a proposta desenvolvimentista adotada para o Nordeste, inserida num contexto mais amplo de desnacionalização da economia. (10)

Passaremos agora a centrar nossa atenção na análise dos documentos "Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça" (1967) e "Nordeste: o Homem Proibido" (1970), por parecer-nos que tanto o seu conteúdo, quanto a forma estratégica com que foram lançados ao público contribuem para revelar o nível de compreensão que o movimento tinha de si, da classe e do momento histórico.

O enfoque de tais documentos objetiva ainda, procurar identificar o significado de sua repercussão no interior da Igreja e o impacto produzido na sociedade civil, manifestado,

sobretudo, pela imprensa local e nacional.

Comemorar o 1º de maio - Dia do Trabalho - é uma tradição entre os membros da ACO, seja na forma festiva ou de protesto. O documento "Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça" foi cuidadosamente preparado para ser lançado no 1º de maio de 1967. Os jornais da época noticiavam:

"Ação Católica já redigiu manifesto que lançará no dia do trabalho. O documento relata uma análise da situação em que vivem os trabalhadores nordestinos, resultado de pesquisas e levantamentos feitos com base em fatos concretos, e que se destina à mais intensa repercussão". (11)

O lançamento do documento foi a 1ª grande manifestação operária do Recife, depois do golpe de 64 e continha, basicamente, uma crítica à política desenvolvimentista adotada para a região e voltada para a acumulação, sem considerar os custos sociais altíssimos em que se pautava.

Com efeito, como nos afirma Wanderley Santos, "a preocupação com o bem-estar chegou tarde ao Brasil, não somente em relação aos países mais adiantados da Europa, mas também em comparação com a maioria dos países latino americanos ou, o que é mais preciso, em comparação com países de similar nível de renda..." (SANTOS, 1979, p.100).

Alertando, desde cedo, para a ausência da dimensão social no planejamento econômico e os efeitos negativos nas condições de vida e de trabalho do homem nordestino, a ACO dirige-se às autoridades que considera responsáveis pela condução do processo. Neste sentido são enviadas cópias do documento ao então Presidente da República, o general Costa e Silva, alguns Ministros de Estado e, inclusive, aos comandantes das Forças

Armadas. Além disso, o documento foi, conforme informam:

"largamente distribuído aos técnicos da SUDENE e oficialmente entregue a todos os governadores da região. Chegou aos sindicatos, aos patrões e às lideranças operárias remanescentes... Durante alguns dias, chegou a ser o principal assunto da imprensa brasileira, merecendo transcrições (algumas na íntegra), comentários, editoriais (contra e a favor). Conquistou espaço em várias publicações e foi até traduzido na França" (ACO,1987.p.67).

Na realidade, a repercussão na imprensa antecedeu o lançamento do livro que se realizou na Faculdade de Filosofia do Recife, com a presença de um público de mais de mil pessoas. Acreditamos que este documento foi o elemento aglutinador de um sentimento coletivo de insatisfação e de desejo de mudança, até então, ainda não expresso, mas que sensibilizado pela iniciativa da ACO, respondeu prontamente com uma presença massiva e expressiva:

"... a encenação do manifesto era apoiada num jogral que motivou a participação espontânea de toda a platéia que repetia as frases-chave do texto" (ACO,1987, p.67).

O então Arcebispo de Olinda e Recife, D.Hélder Câmara mostrou-se tão identificado com os argumentos do manifesto que ele próprio encarregou-se de fazer sua divulgação, tal como nos afirma uma das fundadoras do movimento de ACO:

"Demos uma cópia do documento a D.Hélder para que ele pudesse apreciar e ele nos disse: 'gaaranto a vocês que vou ler nas minhas madrugadas'. Ele leu e falou sobre o documento num programa que ele tinha na TV. Fez isso antes do lançamento, com tanto entusiasmo que despertou o interesse da imprensa". - depoimento de Lorena em entrevista realizada em 23/04/92.

A partir de então, fortalecem-se ainda mais os laços entre D.Hélder e a ACO, entre Igreja e classe operária no Nordeste. Vários bispos e arcebispos da Região manifestaram seu apoio ao documento, entre eles, o arcebispo de Fortaleza, D.José Delgado e D.Manuel Pereira, bispo de Campina Grande, Paraíba. De,

de acordo com o ponto de vista da própria ACO,

"a repercussão mais importante aconteceu no dia 06 de maio, em Aparecida do Norte, onde a CNBB fazia uma reunião geral. O discurso de D.Helder Câmara, inspirado no manifesto e na Encíclica 'Populorum Progressio', foi aplaudido de pé por todos os bispos. E nessa reunião, 36 bispos do Nordeste subscreveram uma declaração de apoio ao documento da ACO" (ACO, 1987, p.70).

A repercussão dada ao documento pela imprensa, a nível nacional, é indício de que a ACO tratara de uma questão bastante polêmica e atual para o país - a questão regional - o que provocou pronunciamentos de apoio do Jornal do Brasil, Correio da Manhã, última Hora e Folha de São Paulo. Por sua vez o Estado de São Paulo realizou contundente crítica ao arcebispo de Olinda e Recife, a quem atribuiu maior responsabilidade pela atuação dos militantes da ACO. O economista Alberto Tamer considera o manifesto um pronunciamento impensado e apaixonado, por não reconhecer a necessidade da modernização da indústria têxtil na região, como forma de evitar piores consequências futuras. (ACO, 1987, p.68-69).

Os militantes da ACO dão continuidade ao debate público e respondem a este analista econômico, em carta assinada por Luiz Barros e Lorena Araújo, publicada no mesmo jornal, afirmando que :

"Traduzindo mal o que está escrito no documento, o Sr. Alberto Tamer provoca, ostensivamente, a confusão de idéias e de princípios..." (ACO, 1987, p.69).

Na realidade, eles queriam dizer que o posicionamento da ACO não era contrário à modernização, como está explicitado no documento:

"Não é lícito ser contra a reforma da indústria têxtil, porque se trata de uma imposição do progresso e das condições modernas da

produção e do mercado de tecidos. Mas não se pode aceitar que a atitude da SUDENE se limite a observar os fatores de ordem econômica, desprezando as repercussões sociais da reforma." (ACO, 1967, p.44)

Assim, o documento exige que a SUDENE reoriente a sua política:

"... seria legítimo esperar que a SUDENE já tivesse criado políticas e instrumentos para corrigir estas tendências do desenvolvimento regional, de forma a evitar que o HOMEM fique marginalizado nesse processo" (ACO, 1967, p.13).

O segundo documento-denúncia ao qual nos referimos foi lançado no Natal do ano de 1970, sob o título "Nordeste: o Homem proibido" e constitui a continuidade do pensamento expresso no manifesto de 1º de maio de 1967. Alcança, assim, um maior poder de síntese e de abstração sobre as condições de vida e de trabalho do operário nordestino, as quais classifica de "tortura permanente".

Ademais, a denúncia agora também recai sobre a omissão da própria classe operária e da Igreja, na medida em que aponta algumas saídas, especificamente para, a solidariedade de classe.

Essa nova concepção representa um salto qualitativo no nível de consciência dos militantes, visto que sua análise não coloca a classe apenas detida numa atitude 'defensiva', mas avança quando propõe um despertar para sua capacidade de organização e de mudança.

Entendendo a ACO como termômetro que capta o sentimento coletivo, podemos vislumbrar aqui os sinais de um novo período, em que a classe operária estará voltada para a reconquista de seu espaço nas organizações sindicais.

Por outro lado, o documento revela uma situação um tanto

diferenciada, no que se refere à Igreja, que se encontra também perseguida e combatida. Daí a solidariedade a D.Hélder e aos membros da equipe nacional da JOC - estes últimos presos no Rio de Janeiro - expressa no mesmo documento:

"Nesse sentido, não podemos estranhar a campanha de difamação e de perseguição sistemática movida contra D.Helder Câmara, na tentativa inglória de fazer calar uma das poucas vozes, que ainda se levantam para proclamar e defender os valores e os direitos dos humildes. Nesse sentido, também, não é de admirar a prisão, no Rio de Janeiro da equipe nacional da JOC e dos padres ligados ao movimento... O mais grave não é a prisão dos militantes de JOC, mas a negação dos direitos de todos e a nossa omissão diante disso." (ACO, 1970, p.14)

Passaremos a seguir, a uma análise sobre a concepção de homem presente nos documentos e fundamento da postura ética característica aos militantes de ACO.

4.1.3.2. A Dimensão Ética do Engajamento

Os documentos em análise, e os demais produzidos pela ACO, partem de uma concepção de homem enquanto ser histórico. Trata-se do homem concreto, situado no tempo e no espaço. A ACO focaliza o homem do nordeste que, no interior da sociedade capitalista, encontra-se na classe operária. Sua análise, portanto, não se refere ao homem, apenas enquanto ser genérico, mas busca revelar a identidade de um determinado homem - o operário nordestino.

Em sua abordagem, a particularidade "homem-operário" não reduz em nada a condição de homem genérico, ao contrário, edifica-a, por concebê-lo como sujeito da criação material e da história. Nessa concepção está a idéia de trabalho como atividade essencial na produção da vida:

"Ser homem quer dizer trabalhar e, a partir do trabalho assumir as próprias responsabilidades junto à família e às diversas comunidades" (ACO,1970, p.1).

Nessa perspectiva, ser homem seria superar o caráter alienante e reificado do processo de trabalho, "ter personalidade e vê-la reconhecida e, deste modo sair da marginalização, participando da construção da comunidade nordestina e brasileira" (ACO,1970, p.2).

Há aqui, uma intensa aproximação com a visão ontológica de Marx, para quem o homem é, antes de tudo, práxis, um ser produtor, transformador, criador e que, a partir de seu trabalho, modifica a natureza e cria um mundo adequado à sua natureza humana.

Em que pesem algumas controvérsias quanto à conciliação de princípios básicos da ontologia marxista com os de um movimento cristão, note-se que nas intenções dessas publicações encerra-se a preocupação de que a Igreja venha a ser "verdadeiramente integrada no mundo e identificada com os homens" e que assim, "não merecerá a acusação de ópio do povo, porque se transforma em Esperança e Fonte de Vida, como continuadora do Cristo, que assim a pregou e criou" (ACO,1967, p.88).

De um ponto de vista mais amplo, as publicações cumprem a incumbência de ajudar na crítica e na proposta de modificação da moral capitalista pela adoção de novos valores que solidifiquem uma atitude permanente com a justiça e o respeito à dignidade do homem.

Na realidade, a concepção de homem assumida constitui o fundamento a partir do qual se questiona a lógica do capital e

sua moral individualista e egoísta.

Mas como entender que a revolução burguesa, defensora inabalável dos valores de liberdade, igualdade e fraternidade, em menos de meio século tenha modificado totalmente o seu caráter e gerado uma estrutura social que sobrevive da dominação e da exploração?

Para Vásquez, quando a burguesia se encontrava em sua fase ascensional, tinha interesse em mostrar sua superioridade moral, sobrepondo suas virtudes - laboriosidade, honradez, amor à pátria, liberdade - aos vícios da aristocracia. "Mas estas virtudes (...) foram cedendo, com o tempo, a novos vícios: parasitismo social, dissimulação, cinismo" (VASQUEZ, 1986, p.37). Essa nova moral burguesa está fundamentada na lei do máximo lucro onde "o culto ao dinheiro e a tendência a acumular maiores lucros constituem o terreno propício para que nas relações entre os indivíduos floresçam o espírito de posse, o egoísmo, a hipocrisia, o cinismo e o individualismo exacerbado" (VÁSQUEZ, 1986, p.36).

Nas sociedades capitalistas mais avançadas - onde o desenvolvimento das forças produtivas tem alcançado um alto nível de racionalização do trabalho há, neste processo, o fortalecimento de seu caráter desumanizante ou alienante, já referido na parte inicial deste trabalho.

Nos países de capitalismo tardio, tal fenômeno se repete, mas com um agravante: ao caráter desumanizante, inerente ao processo de trabalho, acrescenta-se a desumanização também ocasionada pela privação do trabalho, pela impossibilidade que se coloca para muitos homens de exercerem sua atividade criadora,

pelo desemprego.

É dentro dessa visão ontológica que se analisa a problemática do desemprego, como negação da condição de homem:

“‘É o trabalho que faz o homem’, dizia, com muita razão, um velho trabalhador. Estamos autorizados a completar-lhe o pensamento continuando: ‘É o desemprego que destrói o homem’”
(ACO, 1970, p.3)(12)

Neste sentido, se o Nordeste, região situada na periferia, no contexto nacional do modo de produção capitalista - e não esqueçamos que, do ponto de vista mundial, o Brasil também se encontra na região chamada periférica - apresenta como um de seus mais graves problemas o desemprego, então, “no Nordeste, é proibido ser homem”. Esse é o fio condutor do documento “Nordeste: o Homem proibido”, lançado em 1970.

Se falta trabalho para uns, as condições em que se plasman o trabalho de outros constitui, igualmente, motivo para negação de sua “humanidade”. Distanciado cada vez mais, das decisões no processo de trabalho, o operário é visto e tratado como “coisa”, como uma peça a mais na engrenagem. Alienado do processo, o operário não consegue reconhecer-se como classe, sente-se impotente diante de um processo cuja força e cujo poder encontram-se fora dele e independentes de sua vontade:

“Germina na desesperança e na descrença, um ódio inconsciente ao trabalho e à própria condição de operário. É a aceitação da desvalorização pessoal, da convicção de que o pobre nada vale. É a anulação de todos os valores do sentimento e da alma, de toda a capacidade de ambicionar e acreditar. Isso se manifesta no desejo de libertar-se da classe ou, pelo menos, de não desejar que seus filhos sejam operários. O maior desgosto da minha vida - dizia um operário pernambucano - é ter mostrado ao meu filho as

máquinas em que trabalho" (ACO, 1967, p.55-56).

De forma especial, "Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça preocupa-se em exemplificar as mais variadas situações de desrespeito às leis trabalhistas, seja pela sonegação do salário, não aceitação da carteira profissional, inacessibilidade aos benefícios da Previdência Social, ou ainda, situações de pressão psicológica quando se trata de substituição, transferência ou afastamento de operários de suas funções, sem qualquer consulta prévia.

Todas as denúncias revelam, em essência, a contradição existente entre a socialização do trabalho e a apropriação individual dos resultados:

"operários especializados e até chefes de seção e mestres de setores são transferidos para tarefas braçais e sem qualificação, como por exemplo, trabalhos de limpeza (S.Luiz, Fortaleza, Recife, Paulista, Aracaju, sobretudo na indústria têxtil):

ou ainda:

"...um operário do município de Paulista (Pernambuco), que, havendo perdido os dedos no trabalho, ao ser demitido, ouviu do patrão que poderia voltar 'quando os dedos crescessem'" (ACO, 1967, p.34-35).

Diante de tudo isto, a ACO conclui que, no plano ético, desenvolvimento e injustiça são incompatíveis, pois é inútil o desenvolvimento que não se coloca a serviço do bem-estar coletivo. Nessa perspectiva, o movimento propõe "ninguém desista de ser homem, porque somos a força viva do progresso, os criadores do desenvolvimento" (ACO, 1970, p.14).

Com isso, o movimento procura resgatar os valores e a dignidade esmagados pelo modo de produção capitalista, recuperando a importância do "ser trabalhador", da sua valorização pessoal e profissional, não apenas a partir do

pensamento da JOC - "um trabalhador vale mais que todo ouro do mundo" - mas fazendo emergir uma solidariedade de classe, capaz de superar o individualismo. A saída apresentada é a crença na força da própria classe e na sua união, através da organização :

"É preciso acreditar: acreditar em nós mesmo, na nossa dignidade, na nossa capacidade, no nosso valor. Há um esforço de valorização profissional e humano que cada um de nós tem de fazer. Isso implica, também, num esforço de afirmação, que deve ser traduzido, especialmente, pela participação na vida operária. É preciso superar os limites do individualismo para que cada um adquira uma visão de classe, sem a qual não será possível fortalecer o sindicato, a ponto de defendê-lo dos pelegos, dos oportunistas e dos políticos(...) a esperança vem, penetra e se fixa, na medida em que cada trabalhador, do mais classificado profissionalmente ao mais humilde e indefeso, participe verdadeiramente da causa, da vida e da classe operária"(ACO, 1967, p.87 e 89).
É esse comportamento solidário, essa fidelidade à causa

operária que se coloca como característica da militância dos que participam da ACO. Essa postura ética, desenvolvida nas lideranças, busca assegurar a confiança, o respeito e a coerência especialmente quando os militantes se encontram no exercício de algum mandato ou de cargo de representação da classe.

De forma análoga, a luta constante para que o operário encontre a sua própria identidade, perceba-se como classe e rompa com a alienação, tem possibilitado pronunciamentos como estes:

"Comecei a viver no dia em que comecei a participar e a entender as coisas. Antes eu era uma pessoa como outra qualquer que, se comesse estava bem, se calçasse estava bem; se havia problemas, não olhava as causas. Achava que Deus queria que eu vivesse assim. Sinto que o que mais me ajudou foram os encontros de formação e o material de leitura tais como livros produzidos pela ACO, revistas, relatórios, etc." - depoimento de Santinha, em entrevista fornecida para os fins dessa pesquisa, em 01/09/91.

"É através da ACO que me sinto realizado, que me sinto gente. Talvez se não tivesse conhecido a ACO seria um revoltado..." - depoimento de Vicente em entrevista realizada em 11/02/92.

A possibilidade de entender a dinâmica das relações sociais tem como perspectiva um processo de rompimento com o círculo alienante criado pela divisão do trabalho porque resgata, no operário, a atitude de sujeito, com viabilidade de intervir no processo, ou, no dizer dos próprios trabalhadores, "de viver...".

4.1.4. Resistência e Continuidade do Movimento

Diante da postura assumida pela ACO anteriormente focalizada e do agravamento da situação repressiva da política do país com a instauração do AI 5 em 1968, a ameaça de prisão torna-se uma constante, junto aos militantes, o que motivou atuação, por eles denominada de "semi-clandestinidade" que caracterizou o período 69-74.

Nesse espaço de tempo, realizaram-se dois Congressos Nacionais, que tiveram como principal objetivo manter acesa a chama de fé que animava a militância e a confiança na sua articulação, visto que o medo se apossava das lideranças do movimento operário, frente à, quase, impossibilidade de organização e ausência de liberdade. Tendo em vista a infiltração da polícia nas próprias organizações operárias e o controle total da vida sindical, a repressão deixava espaço apenas para as cúpulas sindicais coniventes com a situação.

Já no Encontro Regional de ACO no Nordeste, realizado em 1968, o movimento avaliara que os sindicatos mais pareciam departamentos oficiais do governo, limitados a obras de assistência, sem liberdade de reflexão e ação. Daí surgiram duas correntes de opinião: a primeira insistia na continuidade da luta

junto aos sindicatos, apesar dessas dificuldades e a segunda corrente defendia uma atuação da militância fora do sindicato, pois estes não apresentavam condição de ser autênticos..

O Congresso de Vassouras, realizado em 1969, no Estado do Rio de Janeiro, decidiu que o movimento deveria atuar dentro de uma estratégia de "semi-clandestinidade". Os militantes ocupariam os espaços de mais difícil acesso ao controle policial, em especial nas organizações populares, nos bairros operários: "era a perspectiva das pequenas ações, praticadas na convicção de que toda ação social tem uma dimensão política" (ACO, 1987, p.88).

Em síntese, o Congresso de Vassouras relembra ao movimento que "o papel da classe operária é tomar consciência da sua existência, da situação global, da necessidade de organização e de conscientização dos companheiros" (ACO, 1987, p.86).

O Comitê Executivo Nacional foi dissolvido, dando lugar a uma articulação nacional, formada por dois articuladores e um assistente, confiada à equipe do Recife, que contava com o apoio do Arcebispo D. Hélder Câmara.

Esse período foi caracterizado por uma ação discreta, mas firme, especialmente nos locais de trabalho, o que irá resultar, anos depois, na formação das oposições sindicais. Em alguns momentos, o movimento de ACO assume uma postura mais pública, como na ocasião do lançamento do manifesto "Nordeste: o Homem proibido", em 1970, já referido neste trabalho.

Dentro desse mesmo espírito, realiza-se o III Congresso Nacional da ACO, em 1971, em São Paulo. O ponto culminante desse evento foi a constatação de que a classe operária encontrava-se alienada, com baixíssimo nível de consciência de classe, sem

condições de compreender a sua própria realidade e muito menos de intervir nela. Essas conclusões foram extraídas da análise de dados colhidos na pesquisa intitulada "Para saber o que o povo, o trabalhador de base pensa de sua realidade", realizada em todo o país, sob a assessoria do Pe. Humberto Plumm. A pesquisa identifica como principais fatores concretos de opressão: o desemprego, o arrocho salarial, o analfabetismo, a falta de união e a alienação.

Em relação ao analfabetismo constata :

"A grande massa dos trabalhadores não sabe ler nem escrever. Foi doloroso e deprimente para os militantes de nossos bairros operários constatar, quando tentaram divulgar o livro '100 anos de suor e sangue', que, naqueles bairros, quase ninguém sabia ler..." (ACO, 1971).

Com efeito, a importância da leitura, da cultura na formação de uma consciência de classe, na apreensão da totalidade é considerada com destaque nos estudos de Thompson (1988), sobre a formação da classe operária inglesa, quando ressalta a tradição cultural protestante, o hábito de leitura entre os operários ingleses como fatores determinantes nas primeiras organizações de classe.

No que se refere à falta de união, a pesquisa afirma:

"As organizações existentes, especialmente os sindicatos se revelam incapazes de unir a classe e de defender seus interesses, por falta de autenticidade e liberdade"(ACO, 1971).

As conclusões tiradas no III Congresso Nacional da ACO refletem o sentimento dos militantes diante do resultado da pesquisa. Eles entendem que a ignorância do povo está relacionada à falta de condições de estudar, refletir, encontrar com os companheiros, para participar das suas organizações. Está

associada, ainda, ao paternalismo do governo, do empresariado e da Igreja que, desde a década de 30 criaram uma estrutura comportamental para os trabalhadores que os colocou sempre na atitude de quem pede e nunca na de quem exige.

Partindo do princípio de que a massa não tem o mesmo nível de consciência que os militantes do movimento, a ACO decide que "cabe ao movimento conhecer e respeitar o seu nível, descobrir o que ela quer e descobrir também os valores que estão dominando nela, para acordá-los". Enfim, "os membros da ACO devem conhecer profundamente sua classe: seus problemas, seus valores, suas lutas. Para isso devem atualizar-se sempre mais nos diversos planos da vida operária local, regional, nacional e internacional. Assim, poderão melhor adquirir uma forte consciência da missão histórica da classe e descobrir o papel de cada um dentro do contexto do movimento operário mundial" (ACO, 1971).

Sendo assim, o movimento estabelece como ações prioritárias para os militantes :

- manter contatos regulares com as diversas organizações operárias;
- manter uma ligação permanente com a base e a sua realidade;
- trazer elementos dessa realidade para serem refletidos na RVO (Revisão de Vida Operária).

Rearticula-se o Comitê Executivo que passa a ser composto por militantes e assistentes da ACO/NE: Luiz Barros Silva (presidente), Ma. Lorena Araújo (secretária), José Rodrigues Costa (tesoureiro), Pe. Romano e Pe. Ernani Pinheiro (assistentes), sendo Recife a sede. Afirmam os informantes do

processo que a estratégia adotada conseguiu recuperar o ânimo dos militantes e, a partir daí, muitas equipes foram rearticuladas, especialmente para as visitas e os contatos estabelecidos em todo o país por Pe. Romano e Angelina. Esse trabalho foi muito importante para assegurar a militância ainda existente, que se encontrava isolada e por isso, insegura quanto ao que poderia ou não fazer, sem visão de conjunto. Foi isso que permitiu a continuidade do movimento de ACO, em dimensão nacional, e contribuiu para a continuidade da militância operária.

A repressão, entretanto ainda era uma realidade bastante concreta. No ano de 1972, estava prevista a realização do Encontro do MMTC - Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos - na Arquidiocese de Olinda e Recife. Temendo possíveis represálias para os militantes do Nordeste, o representante do MOAC - Movimento de Ação Católica para a América Latina - sugere que o encontro seja transferido para Lima - Peru, sem consultar os membros da ACO/Nordeste a respeito de sua decisão. A sugestão é acatada pelo MMTC, mesmo sob forte protesto dos militantes do Nordeste que achavam de fundamental importância a realização do encontro nesta região, assim como solicitavam do MOAC e do MMTC uma atitude de maior respeito às decisões tomadas pelas bases do movimento.

Vale salientar que a articulação a nível continental, através do MOAC, ou mundial, através do MMTC, muito contribuíram para a ampliação da visão da classe operária como realidade mundial e histórica. Considera Marx :

"a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza

de suas relações reais. É apenas dessa forma que os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (inclusive a espiritual), do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de desfrute desta multiforme produção do mundo inteiro (as criações dos homens)" (MARX; ENGELS, 1987, p.54).

As conversações de caráter internacional em 1970, têm como objetivo a tomada de conhecimento da realidade operária e da realidade da igreja, a nível mundial.

O tema escolhido para o encontro de 1972 versava sobre a "Opressão, libertação e apostolado operário", através do qual se analisou o sentido da liberdade, como objetivo universal da classe operária, a ser conquistado a partir da luta permanente dos militantes.

A troca de informações sobre a situação de cada país revela a dimensão da opressão do ponto de vista político e econômico. Nesse encontro, os militantes da América Latina mostram as marcas dos regimes ditatoriais:

- "Argentina - os membros do MOAC encontram-se dispersos, o movimento está desorganizado;
- Uruguai - a repressão é grande, a situação dos trabalhadores é crítica e os sindicatos multiplicam seus protestos. A Igreja esta a distanciada da luta dos operários.
- Paraguai - aí a situação é pior. Os que não aceitam a situação são presos ou mandados para fora do país. A ação operária é quase nula. A situação dos trabalhadores é péssima.
- Brasil - clima de medo gerado pela grande repressão aos que lutam por alguma causa... A Igreja está preocupada com a organização da classe operária... Em Recife, os militantes têm maior campo de ação graças ao respaldo de D. Hélder..." (13).

Nos países do 1o. mundo, a natureza das lutas emerge de forma diferenciada, conforme os depoimentos colhidos no jornal do

MMTC :

"No Japão, por exemplo, os militantes narram a luta pela melhoria de condições de trabalho numa mina de cobre, no sul do país. Na Alemanha cita-se a ação dos militantes na conscientização dos imigrantes de vários países para que tenham direito ao voto. Os militantes franceses identificam fortes organizações de bairro, como reflexo de sua atuação e os do Canadá referem-se à luta numa clínica popular, construída pelos operários e contra a publicidade de certos medicamentos"(MMTC, 1973).

O intercâmbio de informações passa a estabelecer vínculos reais de solidariedade e de unidade da classe do ponto de vista universal. A realização de tais eventos constituem, pois momentos de mergulho na totalidade que fortalecem a consciência individual e coletiva, especialmente nos momentos mais difíceis em que o movimento optava por uma estratégia de resistência para assegurar sua sobrevivência.

Passaremos agora ao exame da fase de ressurgimento das organizações operárias e do movimento de ACO, quando o Brasil inicia um processo de distensão política e, posteriormente, de democratização.

4.2. 1974/1982 - A RECUPERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE

Alguns estudos no Brasil tentam oferecer elementos que situem, em determinados contextos históricos, a atuação concreta da classe operária na superação da imediatidade, na busca do entendimento da realidade em sua totalidade, enfim, a sua inserção no processo de avanço qualitativo da consciência de classe. Em perseguição a este objetivo de estudo, alguns estudiosos do assunto afirmam, como Antunes:

"A realização da verdadeira consciência de classe, do seu máximo de consciência possível, está intrinsecamente ligada à existência de um organismo que, partindo dos interesses imediatos e cotidianos, encontrados na espontaneidade das massas, e tendo somente aí sua fonte, forja uma teoria da transformação revolucionária inspirada na razão dialética, que permita à classe operária saltar do 'em si' ao 'para si'. (ANTUNES, 1988, p. 137)

Trata-se, aqui, da Vanguarda operária cuja principal atribuição consiste na elaboração de um projeto globalizante, de um projeto comum, que una os membros de uma classe na perspectiva da transformação, da abolição do conteúdo classista da sociedade e da concretização da "possibilidade objetiva". Ao se falar em "Vanguarda operária", no âmbito da abordagem leninista, pensa-se imediatamente em partido político.

Com efeito, no decorrer da história, sobretudo a partir da segunda metade do século passado, os partidos têm se formado em função da consciência de classe. Mesmo assim, tal como nos assinala Leôncio Basbaum (1982), podemos encontrar, particularmente nos Partidos Comunistas, alguns "desvios políticos" em que o partido perde de vista os interesses de classe e deixa de ser um meio para tornar-se um fim em si mesmo.

A contribuição de Antunes (1988), no que se refere à

análise da atuação da vanguarda operária no Brasil, nos anos 30, revela que, dada a fragilidade das organizações políticas da classe operária, neste período, só o Partido Comunista encontrava-se com o mínimo de condições para colocar-se como direção política e ideológica da classe operária. Entretanto, a incapacidade de apreender a particularidade brasileira - imbuído que estava pela visão generalizante das "Teses sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semicolônias" do VI Congresso da Internacional Comunista - e a incapacidade de perceber a totalidade da realidade nacional em sua plenitude, limitaram a atuação do PCB, enquanto condutor político e impediram o avanço qualitativo para uma verdadeira consciência de classe do proletariado.

A história recente da sociedade brasileira - referimo-nos aqui ao Século XX, a partir dos anos 30 - aponta vários períodos em que o(s) Partido(s) comunista(s) tem sido impedidos de se expressar e de atuar como vanguarda da classe operária.

Para alguns estudiosos, quando não há partidos legais, o proletariado pode tomar deliberações e agir clandestinamente ou nos sindicatos e, "quando estes são dominados pelos 'pelegos' - interferindo nas suas decisões, ou pela polícia, podem fazê-lo, em seus comitês de fábrica. É na fábrica, nos locais de trabalho, que os operários se sentem mais operários". (BASBAUM, 1982, p. 226)

Em outras palavras, o autor identifica a existência de outras instâncias de organização que podem funcionar como vanguarda, quando a situação é peculiar.

Como é do conhecimento de todos e como já foi abordado anteriormente, no Brasil, os anos que sucederam ao golpe militar de 64, foram marcados por intensa repressão aos organismos que poderiam representar os interesses da classe operária: se o Ato Institucional nº 2 extinguiu todos os partidos políticos existentes e criou, sob o controle do poder executivo, a ARENA e o MDB, o Ato Institucional nº 5 aniquilou as duas representações políticas. Os sindicatos sofreram intervenção e qualquer associação ou reunião para fins políticos era considerada suspeita aos olhos da Segurança Nacional.

Neste contexto, que organismos poderiam surgir como vanguarda da classe operária?

No nosso entender, foram alguns setores da Igreja, identificados com os interesses dessa classe que assumiram, por algum tempo, o papel de direção política. Dentre estes setores, destaque-se a Ação Católica Operária. Até o momento, tentamos demonstrar como foi se processando esta postura, as modificações, no interior da própria Igreja, especialmente no que se refere à dimensão supra - estrutural. Tentamos ainda situar a ACO como movimento que, desde o início, assume publicamente a identidade de interesses com a classe operária e coloca como objetivo de sua atuação a formação da consciência de classe. Isto não significa dizer que sua proposta política consistia na substituição do partido político, mas tão somente na criação de condições para que a classe operária pudesse elaborar seu projeto político de classe, tal como o expressa um de seus militantes:

"...a ACO ficou conhecida como movimento de vanguarda do movimento operário, o que não deveria ser. Movimento de vanguarda são os partidos políticos, são movimentos

operários, nunca movimento de Igreja. Mas a ACO ficou assim conhecida porque no período da ditadura, pós-64, os sindicatos ficaram abafados, ficaram na mão dos interventores... A ACO aproveitava a oportunidade e fazia as denúncias. Por exemplo, quando Gregório Bezerra foi arrastado com corda no pescoço, pelas ruas do Recife, foi a ACO que denunciou. Não somente ao público, mas também à Igreja, porque a Igreja sempre foi conivente com essas coisas. Quando um sindicato era submetido à intervenção do governo, era a ACO que denunciava, porque os outros sindicatos tinham medo de fazê-lo... Quando havia fechamento de indústria, demissões, quando havia qualquer coisa que atingisse a classe trabalhadora, a ACO fazia denúncias, através da imprensa e também junto à Igreja... - depoimento de Luiz Barros, concedido em entrevista realizada para os fins dessa pesquisa em 15/05/92.

Neste sentido, interessa-nos agora identificar a contribuição oferecida pela ACO na formação da consciência de classe, seja no que se refere à apreensão da realidade, enquanto totalidade, seja no processo de fortalecimento das organizações da classe operária.

O recurso utilizado para uma atuação nas organizações da classe operária é o engajamento - considerado um dos critérios fundamentais para vinculação de um operário ao movimento da ACO. Em sua Declaração de Princípios, a ACO define como engajamento, "a ação consciente do militante visando a transformação da sociedade em que vivemos" e entende que essa "transformação se realiza solidariamente com todo o movimento operário, popular e social, nas suas várias instituições e instâncias de organização" (ACO, 1986, p.17).

Neste sentido, são estabelecidos três campos, distintos e complementares, para o exercício da militância : as organizações de bairro - associações de moradores, clubes de mães, equipes de saúde, etc. e o partido político.

É preciso ressaltar que ao falar em "organização" a ACO refere-se ao elemento que é "ponto de unidade, que reúne, aproxima e deve ser capaz de canalizar as energias em vista de

uma meta comum" é a transformação da sociedade.

A análise sobre a atuação da militância e seus engajamentos no decurso de nossos estudos revela que, na prática, as concepções iniciais do movimento vem sofrendo algumas alterações. Como se pode observar no Gráfico nº 6, há maior concentração de militantes nas organizações de bairro - 64,5% . Ao mesmo tempo, identificamos uma crescente participação no partido político - 56,9 %, ao passo que o engajamento sindical, considerado como prioridade na luta operária, apresenta hoje o menor índice - 33,3% .

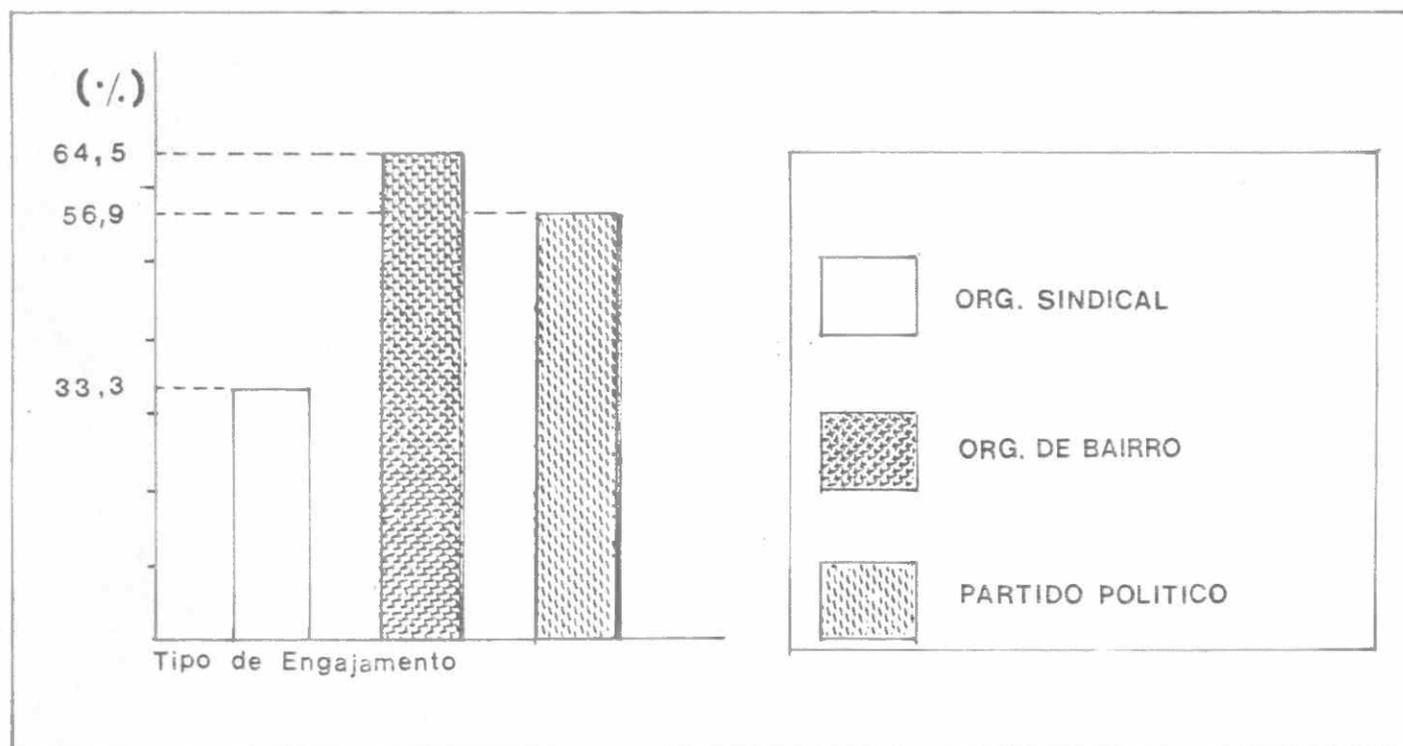
Vale considerar que a grande maioria de militantes engajados no partido político participam, respectivamente, ou de organizações de bairro, ou de organizações do movimento sindical. Neste sentido, podemos atribuir a opção pela atuação político - partidária como resultante da dimensão política, característica à atuação na organização sindical ou de bairro, fato este que aponta para a superação da imediatidade e da luta meramente econômica. Nessa mesma perspectiva, vemos que há um amadurecimento da militância da ACD e da classe operária no Brasil, nos últimos vinte anos, ao perceber a necessidade e a importância do partido político, a partir de sua práxis na luta de classe.

O crescimento do engajamento nas organizações de bairro, deve-se principalmente ao acirramento das contradições emergentes do processo de industrialização/urbanização e que se manifestam numa crescente dilapidação da força de trabalho, tema exaustivamente estudado em amplitude e profundidade. Lúcio

Kowarick (1979), por exemplo, recorre ao termo "espoliação urbana" para explicitar como este fenômeno se expressa nas péssimas condições de vida dos trabalhadores nas grandes metrópoles, seja pelo desgaste físico ou mental a que estão submetidos na área urbana. A esse respeito, faremos algumas considerações ainda no decorrer deste trabalho.

Privilegiamos, nesse momento, a atuação de militantes na formação das oposições sindicais dos têxteis e dos metalúrgicos, tendo em vista a importância dos respectivos setores na economia da região.

GRÁFICO Nº6: Participação (%) dos Militantes de ACO nas Organizações de Classe



4.2.1. A-ACD-As-Oposições-Sindicais-e-o-Novo-Sindicalismo

4.2.1.1. A ACD e o sindicato de Tecelões de Paulista em Dois Momentos Diferentes

Com o advento de novas perspectivas na década de 70 o sindicalismo brasileiro inaugura um outro período em sua história, dirigido à construção de um sindicalismo autêntico. Busca modificar a estrutura sindical vigente, superar a mentalidade corporativa predominante no sindicalismo populista, visando atingir o conjunto da política trabalhista do governo, contribuindo, assim, para o surgimento da consciência de classe entre os trabalhadores.

Essas são as características do novo sindicalismo que emerge, inicialmente, em São Paulo - particularmente na região do ABC paulista - no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, espalhando-se depois para Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Tal como observa M^ã Hermínia Tavares (14), o "novo sindicalismo" traz em seu cerne a luta pela autonomia e abolição da ingerência estatal na medida em que se opõe à política salarial do governo, defende a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação do Estado, e exige a volta ao direito irrestrito de greve.

Tendo como epicentro o ABC paulista, na moderna indústria automobilística - polo de ponta da economia nacional - a proposta da nova expressão do movimento sindical visava à mobilização massiva dos trabalhadores e privilegiava a greve como principal instrumento da luta sindical.

A eclosão da nova roupagem do movimento sindical foi

resultado de um trabalho miúdo, de um trabalho de base:

"Nos primeiros momentos, não se tratava de ações de massa, mas de propaganda restrita aos grupos de base, no interior das fábricas e nos bairros, com o objetivo de acumular experiência de luta no interior do sindicato e, ao mesmo tempo, promover a implantação de novos grupos de trabalhadores nas unidades de produção" (CEDAC, 1981, p.37).

Na nossa análise da ação da ACO acreditamos estar aqui, inicialmente, no trabalho de base, no interior das fábricas a sua grande contribuição no processo de reorganização do movimento sindical urbano pós-64, considerando-se que a atuação direta nos sindicatos era inviável, dadas as circunstâncias anteriormente apresentadas.

Com efeito, em sua declaração de princípios, a ACO estabelece o sindicato como engajamento prioritário, por entender que "as relações de trabalho e remuneração (salário) afetam e condicionam toda existência do trabalhador e sua família" e que "a luta sindical, que começa pela organização no local de trabalho e que tem seu centro articulador e organizativo no sindicato, é o espaço privilegiado dos trabalhadores para enfrentar o miolo da questão operária. É o instrumento através do qual os trabalhadores ferem diretamente o sistema opressor". (ACO, 1986, p.21).

No nordeste, onde a densidade da mão de obra empregada na indústria e seu peso na economia nacional são bem inferiores aos do Centro-Sul, a categoria dos metalúrgicos é a que ganha maior expressividade e identificação com as posições do novo sindicalismo.

Entretanto, partindo do princípio que "o movimento sindical de Pernambuco até 1964 era considerado como um dos mais

organizados do país" e que estava "apoiado em segmentos trabalhistas tradicionais, como os têxteis, portuários, ferroviários e bancários..." (SOARES, 1985, p. 184), partiremos inicialmente para análise da influência dos militantes de ACO na categoria têxtil.

No decorrer deste trabalho já foram apresentadas as razões que levaram a um engajamento, mais efetivo num primeiro momento no setor têxtil e a sua expansão, através da formação de equipes de base.

Diferentemente do sindicato que prescindia de trabalhadores para funcionar, dadas as implicações da aplicação do imposto sindical (15), que assegurava a sobrevivência da organização, independente da participação dos trabalhadores a nova proposta de organização sindical encontra sua razão de ser na mobilização de suas bases, pela discussão de seus interesses e de suas condições de vida.

Neste sentido, o trabalho de organização que se iniciou no interior das fábricas visava sempre uma ação a partir de problemas vivenciados pelos trabalhadores. Sabendo que a estrutura sindical vertical proibia a organização dentro do local de trabalho e a articulação horizontal entre diferentes categorias e entre as várias confederações, a estratégia utilizada pelos trabalhadores era provocar reuniões para discutir questões aparentemente sem fins políticos, conforme declaração de um dos mais antigos militantes de ACO, engajado no setor têxtil:

"...a gente criou a 'caixinha de luta' ou a 'caixinha de benefícios'. As pessoas davam uma taxa (mil réis ou 50 centavos) para manter passagem, remédio, etc. Mas a

intenção na verdade, era juntar o pessoal para discutir e começar a ver a questão do sindicato e também do partido político..." - depoimento de João Francisco em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 25/04/91.

Alguns momentos, como a hora do almoço no refeitório ou a hora da largada, quando todos iam para casa, eram estratégicos para conversas informais e pequenas articulações. A militância da ACO teve atuação destacada no setor têxtil de Paulista, Caruaru, Escada e Recife, de tal forma que a mobilidade de uma fábrica para outra passou a ser uma constante, motivada pelas frequentes demissões, em função de seus engajamentos.

Um dos militantes da equipe de Paulista, por exemplo, trabalhou durante nove anos na Cia. Tecidos Paulista. Foi demitido para não alcançar o período que lhe assegurasse a estabilidade. Em seguida, trabalhou no Cotonifício Othon Bezerra de Mello - Fábrica da Macaxeira, onde foi demitido, após 04 anos, por reclamar diferença salarial na Justiça do Trabalho. Conseguiu emprego no Cotonifício da Torre - Fábrica da Torre - sendo novamente demitido graças a sua militância, fato que se repetiu na Fábrica Iolanda e em algumas outras onde trabalhou. Sua inserção no mercado de trabalho foi se tornando cada vez mais difícil, mas sua influência na categoria crescia amplamente. Daí a facilidade de penetração nos órgãos representativos da categoria, de modo particular na rearticulação da oposição sindical em Paulista.

Na Fábrica da Torre, no Recife, por exemplo, o grupo que se reunia em torno da caixa única, avançou em discussões como a da descoberta do valor do tecido, ou seja, o valor da produção em relação ao salário pago pelo trabalho realizado; o significado de

algumas benesses oferecidas pela empresa, como a doação de 2 Kg de tecido para os trabalhadores de 6 em 6 meses, ou a festa de Natal, para a qual abatia-se de 2 a 3 bois e da qual comumente participavam cerca de 2 a 3 mil trabalhadores.

O trabalho de reflexão levou à conclusão de que tais benesses eram retiradas do próprio salário e que este deveria ser bem maior, assim como deveriam ser reconhecidos certos direitos, como o da licença médica, por exemplo.

No ano de 1971, a militância conseguiu esvaziar a festa e alcançou o pagamento da licença médica. Entretanto, os desdobramentos dessa atuação implicaram na prisão de vários militantes da ACO (16), como podemos observar no depoimento de um deles:

"... em 1970, voltei a trabalhar numa outra fábrica de tecidos: Cotonifício da Torre... A fábrica, conforme a lei, deveria pagar os primeiros 15 dias de licença médica, ela só pagava a metade e o restante ficava por conta dos operários. Nas reuniões com militantes da ACO e outros, vimos que quem reclamasse junto à firma seria logo despedido. Alguém, um tal de Cabra Velha, conseguiu ganhar a causa na justiça. Animados por essa vitória, outros 19 companheiros entraram também na justiça e ganharam. Todos contentes diziam: unidos venceremos o patrão. E partimos para a discussão de outros problemas, como o da caixinha em benefício comum nos casos de emergência, emprestando sem juros. Passamos também a discutir o problema da produção. A gente ganhava por tarefa, isto é pela produção de um metro de pano. E descobrimos que a firma nos pagava apenas 25% do lucro total. O restante era lucro para a firma. Além do mais, em 1971, começamos a questionar o PIS que estava sendo implantado. Foi organizada a Comissão para discutir com o gerente. Algumas de nossas reclamações foram aceitas por ele. Isto deu coragem para a organização de novos grupos que discutiam (...). Com a prisão de uma integrante recente do grupo, novamente fui preso. (...) fui muito questionado a respeito dela. E a cada resposta que eu dava, dizendo que não sabia de onde vinha, apanhava terrivelmente. através de choques elétricos, de pau-de-arara, do jogo de telefone, etc. Foi um 'Deus nos acuda'. Parecia que o mundo descia contra mim. Durante 9 dias de prisão, 3 passei apanhando. Lembrando da família e dos

outros companheiros da ACO comigo na prisão: Angelina, Damião, José Rodrigues e principalmente da presença de Jesus Cristo na gente..." - Angelina trabalhava na fábrica de biscoitos PILAR, foi presa no dia 25 de abril de 1972. Não recebeu torturas, mas perdeu o emprego. Ficou na prisão até o dia 03 de maio e libertaram-na devido à repercussão nacional e internacional da JOC, visto que ela acabava de cumprir missões importantes na América Latina." (ACO, 1987, p. 82 a 84).

Um outro exemplo de que os primeiros sinais das Oposições Sindicais começaram na mobilização no interior da fábrica está no Sindicato de Fiação e Tecelagem de Escada, conforme depoimento de um militante da ACO:

"Em 1968, criamos um grupo de oposição sindical. Durante este período de lutas, nasceu a 'Sociedade dos Mecânicos', que aglomerava todo o pessoal que trabalhava nas oficinas e alguns tecelões. Esta sociedade era única e exclusivamente de caráter assistencialista, mas servia para ajudar a criar entre os trabalhadores, um maior círculo de solidariedade. Só não ganhamos as eleições seguintes porque a turma da oposição se dividiu e não conseguiu apresentar uma chapa unitária. A pelegada subiu e com isso aumentaram as injustiças nas fábricas. O grupo de oposição decidiu então ir à Federação, que nos aconselhou a conseguir um local e a convidar um advogado trabalhista para nos assessorar nas questões. Nosso escritório foi instalado na casa de uma senhora velhinha, onde já funcionava uma escola noturna. De uma só vez, encaminhamos 240 processos à Justiça do Trabalho. Destes, ganhamos 236, inclusive reintegrando estabilizados. A partir daí a direção da fábrica passou a se preocupar mais com o grupo de oposição. A direção do sindicato forneceu aos patrões uma lista dos trabalhadores que devim ser demitidos para a tranquilidade das empresas..." (ACO, 1990, p. 37-38).

Posto que a importância do trabalho da militância no interior das fábricas era fundamental para pequenas conquistas nas condições de trabalho, não podemos esquecer a sua contribuição para a organização sindical, que, malgrado as vicissitudes e os impedimentos do regime autoritário, em alguns momentos pôde contar com uma direção autêntica.

Abordaremos, a seguir, alguns aspectos da história do

sindicato dos tecelões de Paulista - espaço privilegiado na atuação militante da ACO.

Já antes de 64, os militantes perceberam que o sindicato poderia conseguir muito mais se estivesse nas mãos dos trabalhadores mais combativos. É assim que, em 1963, trabalham para a eleição de uma pessoa de sua confiança e, em 1966, colocam na própria chapa um militante de ACO, membro da equipe de Paulista - José Rodrigues, que era coordenador da equipe de ACO de Paulista - O qual foi eleito presidente do sindicato.

Nos primeiros anos de mandato, junto com sua equipe de base, ele conseguiu desenvolver um trabalho bastante participativo e reivindicativo, de tal forma que o empresariado começou a pressionar o sindicato de diferentes formas. A primeira investida foi o corte das suas finanças - não aplicando o costumeiro desconto na folha de pagamento sobre o imposto sindical; o sindicato ficou sem verbas. A diretoria tomou a iniciativa de cobrar diretamente aos trabalhadores que, acostumados ao desconto automático, não responderam de imediato com a contribuição. Faltaram recursos para manutenção da assistência médica prestada pelo sindicato. Diante disto, a diretoria do sindicato optou pelas seguintes alternativas: estabelecer convênios com o INPS e, assim, assegurar o pagamento dos médicos e alugar salas do prédio do sindicato para conseguir verbas para a sua sobrevivência.

Observe-se que, neste período, aconteceu uma onda de demissões em massa no setor têxtil, motivadas pelo desencadeamento do processo de modernização e o recurso ao FGTS, em detrimento da estabilidade. Muitos militantes foram demitidos e procuraram a

Justiça do Trabalho, no sentido de recuperar o posto de trabalho e, num espaço de dois ou três anos, muitos deles foram reintegrados à fábrica por decisão da Justiça. Na maioria dos casos, a Empresa recorria e o processo tornava-se muito lento. Neste ínterim, muitos militantes foram mantidos pela colaboração dos amigos e, alguns deles ficaram desempregados, tendo em vista não terem alcançado ainda a estabilidade - pessoas com menos de dez anos na empresa.

A tônica de atuação correspondia ao desencadeamento de uma luta de resistência, pela defesa do posto de trabalho, ou seja, defesa do emprego e da própria continuidade de algumas empresas ameaçadas pela competitividade no setor têxtil, em função de sua expansão para outras regiões e da modernização nas indústrias locais ou do centro-sul. Voltaremos, ainda, a este assunto. No momento mencionamos uma prática de luta desenvolvida pela categoria nesse período, adotada no chamado "Museu da Macacheira", e já referida anteriormente. Caracterizaram-se esta e outras práticas, respectivamente, pelo desenvolvimento da capacidade de resistência e de denúncia entre os trabalhadores.

Em meio aos problemas financeiros do sindicato e à possibilidade da perda do emprego estavam dadas as condições para uma tentativa de cooptação da diretoria pelo patronato. Por intermédio da Federação, pouco a pouco, o sindicato dos tecelões vai se aproximando dos patrões, apelando para um e para outro no intuito de obter ajuda financeira. O Presidente do Sindicato passou a evitar as reuniões da ACO, a chegar atrasado nos dias de reflexão, enfim, começou a "tomar cuidados para não se

prejudicar". O fato decisivo em sua mudança de postura se deu por ocasião da prisão dos militantes - a que nos referimos anteriormente - entre os quais ele se encontrava, e às conversas mantidas nos interrogatórios, quando foi aconselhado a abandonar o trabalho da ACO.

A partir de então, o sindicato dos tecelões de Paulista passou a ser dirigido por um ex-militante de ACO, transformado em pessoa da inteira confiança dos patrões. Em outras palavras, José Rodrigues "apelegou-se". Passou-se então para uma luta no sentido de afastá-lo da diretoria, o que só foi possível na década de 80, com a chapa de oposição intitulada "Papa-pelo".

Durante 23 anos, o cargo de presidência do sindicato permaneceu inalterado. Vale considerar que a experiência apreendida na militância de ACO assegurara, de certa forma, sua liderança, além do que as demissões que sempre afetaram o setor têxtil atingiram de modo particular os militantes autênticos que, por sua vez, deslocando-se para outras fábricas no Recife, procuraram esenvolver sua atuação nesta cidade.

Sendo assim, a permanência de José Rodrigues no poder parecia ter-se perpetuado, aliada a uma prática de descaso com as questões trabalhistas da categoria, conforme denúncia realizada pelo SOS Corpo:

"O gerenciamento da natalidade pelos empresários... consiste na distribuição aleatória de anticoncepcionais entre as trabalhadoras, desassistidas de orientação e acompanhamento médico, para evitar licenças de gravidez e não afetar a produção. (...) As trabalhadoras são controladas no tempo gasto no banheiro; algumas têm marcas no corpo devido à intensidade de trabalho; e têm entre 14 e 18 anos. Trabalham também à noite e, devido ao emprego de matérias tóxicas na aplicação de estampania, passam mal e ainda são censuradas por isto. Mesmo assim, não recebem adicional de periculosidade e não têm cobertura sindical, já que o sindicato dos tecelões de Paulista tem como presidente o

vice-prefeito da cidade que é conivente com esta situação". (18)

Alguns depoimentos também foram dados por membros da chapa de oposição, que constituiu posteriormente a diretoria do sindicato, em maio de 1989:

"...um dissídio coletivo com José Rodrigues era decidido em 2 horas, com patrões (...). Nas assembleias, havia um pequeno grupo de trabalhadores e ficava-se como em um leilão - o presidente perguntava qual era a proposta financeira dos trabalhadores, mas não levava nenhum dado sobre perda salarial, nenhuma antecipação. E cada um dava sua proposta, aquele que tinha coragem de falar dizia, por exemplo, 150% ou 100% - tudo aleatoriamente..." - depoimento de Ivanildo em entrevista de 10/07/91.

A oposição passa a se organizar a partir de 1983, reunindo-se sigilosamente para evitar qualquer surpresa como de missão de um de seus membros. Contou com a participação de militantes de ACO, na própria composição da chapa - é o caso de Ivanildo - e na assessoria - como João Francisco e Terezinha e pessoas do CTC, Centro de Trabalho e Cultura e da Corrente Sindical.

Inicialmente, o grupo atuou fazendo denúncias de irregularidades dentro das fábricas e do próprio sindicato, através de panfletos. Quando registrada, a chapa "Papa-pelo desenvolveu um trabalho nas portas das fábricas e nas assembleias, conquistando a confiança dos trabalhadores que não mais acreditavam no seu órgão de representação" (18).

O mandato da diretoria terminaria em 10 de fevereiro de 1989 e três chapas estavam concorrendo às eleições que, por falta de quorum - graças à desmobilização da diretoria em exercício - só viriam a acontecer no dia 30 de abril. Nesse período, uma Junta Governativa, formada por representantes das três chapas, assumiu o mandato, provisoriamente.

Tendo se destacado, nesse intervalo, no apoio e na organização de uma greve - decretada em assembléia pelos trabalhadores da Tecanor e da Santista, sob o acompanhamento da Junta Governativa, na luta pela recuperação da defasagem salarial - a chapa Papa-pelo consegue liderança, representatividade e ampla maioria no resultado das eleições: 455 votos contra 27 e 22 das chapas 1 e 3, respectivamente.

Desde a sua posse, em 10 de maio de 1989, a nova diretoria vem desenvolvendo um trabalho no sentido de ampliar a participação dos trabalhadores nas assembléias, melhorar qualitativamente o nível das discussões, possibilitando à categoria o acesso a informações, como por exemplo o índice das perdas salariais, através da assessoria do DIEESE.

As lutas econômicas se intensificam, especialmente no que se refere à defasagem salarial e à utilização de um recurso há muito esquecido pelos trabalhadores - a greve. Em setembro de 1989, os trabalhadores da Etiqueta Guerry, em Abreu e Lima, juntamente com a diretoria, realizaram uma greve tartaruga, por duas semanas, que culminou com uma redução de 60% na produção e um reajuste salarial de 60% dividido em três parcelas de 20%.

Entretanto, a dificuldade de articulação e de implementação de uma luta com um caráter político são resíduos de 23 anos de impossibilidade de participação, conforme declaração a seguir:

"A direção do Papa-pelo vem promovendo diversos encontros e debates, onde participam até 50 trabalhadores, com o objetivo de fortalecer a nossa organização. O maior problema para o sindicato realizar esse trabalho é a pouca frequência da categoria nas reuniões. Até o momento, a maior participação é dos companheiros da

Tecnor, da Guerry... e ... das 'quatro empresas têxteis existentes em Igarassu" (20).

Já vimos assinalando em capítulos anteriores, as considerações de Lênin no tocante à necessidade de conhecimentos e educação política e à importância da vinculação de reivindicações ou denúncias nos ambientes das fábricas que caracterizam a luta econômica - às lutas mais gerais e políticas.

É certo que a categoria têxtil no Nordeste, tem-se expressado de forma muito mais defensiva, na tentativa de assegurar os postos de trabalho e o reajuste salarial. De certo modo, podemos afirmar que a categoria não considerou a macro realidade, no sentido de que a lógica do capital, embasada na competitividade, exige que a modernização dite as regras para sobrevivência do setor na economia. E modernização implica em aumento de produtividade, em detrimento da redução do número de trabalhadores, implica também em modificação da mentalidade empresarial, associada a alterações no processo de organização do trabalho. Neste sentido, a resistência à adoção das novas tecnologias não se encontra apenas entre os trabalhadores, mas também entre grande parte dos empresários, seja do ponto de vista de sua mentalidade tradicional, ou das condições financeiras.

No decorrer de nosso trabalho, em capítulo referente à situação da indústria têxtil na região, tivemos oportunidade de contextualizar a queda significativa do setor na economia regional, fato que se torna evidente quando se constata a quase extinção das indústrias tradicionais e a redução assustadora de sua capacidade de competir com os novos polos emergentes, a nível nacional e internacional.

De acordo com alguns estudiosos do Movimento Sindical, em Pernambuco e no Nordeste cabe a este movimento:

"trabalhar com políticas de mais longo prazo e assim identificar que alguns setores ou se modernizam, ou perdem competitividade (...). Quando o sindicato trabalha uma linha mais estratégica ele pode identificar a crise de determinados setores que pode ser resolvida pela via da modernização e ampliação do setor, do segmento e aí pode absorver mão-de-obra, mas tem que ter, sobretudo uma requalificação, uma reciclagem da mão-de-obra, que poderia não ser absorvida pelo setor têxtil. Teria que haver negociações a nível de governo, a nível das classes empresariais para contribuir na reciclagem desses trabalhadores para outro setor que desponta." - Entrevista com Vandivaldo Miranda Nogueira do Centro Josué de Castro, em 04/05/92.

Partindo dessas considerações, acreditamos que a intransigência na defesa do posto de trabalho revela uma priorização da luta imediata, econômica e esteve presente de forma marcante no desempenho da categoria têxtil, sobretudo no final da década de 60 e início dos anos 70. Admitimos também que houve uma despreocupação com a estratégia de qualificação do trabalhador para novos postos de trabalho como proposta política a ser implementada a nível governamental.

Entretanto, não podemos esquecer dois aspectos de fundamental importância: em primeiro lugar, a conjuntura sócio-política do país pós-64, excluía qualquer iniciativa de participação emitida pelos órgãos representativos autênticos da Classe trabalhadora ou, como diria M^ã Hermínia T. Almeida, nesse período "não existiu 'movimento sindical', mas tão somente sindicatos cerceados, controlados, enfraquecidos, forçados ao silêncio por sucessivos governos autoritários" (ALMEIDA, 1984, p. 198).

Impedidos de opinar restava aos trabalhadores defenderem-

se e tentar recuperar o espaço perdido nos próprios órgãos de representação da classe - e foi o que fizeram, com a organização das oposições sindicais.

Em segundo lugar, a priorização da luta econômica não pode ser entendida como um desconsiderar de sua dimensão política. Vale salientar que a discussão presente nos grupos formados no interior das fábricas trazia como elemento de reflexão a conjuntura nacional e, em última instância, também os seus desdobramentos, como as prisões, que vieram ampliar a consciência política dos militantes. De forma similar, as publicações realizadas pela ACO, no período, teciam considerações sobre a política de desenvolvimento adotada para a Região, enfatizando a repercussão negativa no nível de emprego, exatamente por falta de um planejamento mais globalizante. Mesmo que questionasse seus efeitos sociais, a ACO não se posicionou contrária à modernização, mas reclamou a ausência da participação da classe operária no processo.

4.2.1.2. OS Militantes da ACO no Sindicato dos Metalúrgicos

Já nos referimos que, no início da década de 70, quando estava em plena ascensão o "Milagre Brasileiro", a categoria dos metalúrgicos vai tomando consciência da importância do seu trabalho no modelo econômico vigente. Sendo assim, entra no cenário político nacional, assumindo a condição de vanguarda na luta pelo reconhecimento dos trabalhadores, como sujeitos políticos que têm direito à participação nas decisões do país, assim como nos resultados de sua própria produção.

Essa nova postura, forjada no polo mais dinâmico da

economia nacional - ABC paulista - questionava "a humilhante insignificância que os sindicatos representavam para o governo "... pela perda de funções enquanto organismo de representação das reivindicações operárias" e construía um novo tipo de organização sindical em que:

"ou a mobilização fabril foi a base de oposições sindicais acomodadas (como entre os metalúrgicos da capital), ou as direções sindicais absorveram a inquietação das bases e operaram uma 'transformação de dentro' na prática sindical (como em São Bernardo)" (SADER, 1988, p. 179-180).

Durante o V Encontro Nacional da ACO, realizado em 1974, os militantes fazem uma auto-análise do movimento, em que privilegiam a temática do Engajamento frente à nova realidade da classe operária e do movimento operário. No ano seguinte, dando continuidade às discussões ocorridas no Encontro Nacional, os militantes do Nordeste, constatam que seu engajamento no sindicato consiste na participação em assembléias, busca de adesão de novos companheiros, levantamento de problemas e participação ativa nas eleições. No interior das fábricas, os militantes "multiplicam os contatos com os companheiros, levantam com eles os problemas concretos da fábrica, criam um clima de solidariedade, resolvem problemas de água, de sanitário, aceitam comparecer como testemunhas na justiça, fazem tartarugas junto com os companheiros, recusam a comida da empresa para conseguir melhorar as refeições..." - Relatório do Encontro da ACO do Nordeste, 1974.

A partir daí, no mesmo encontro regional, os militantes se perguntam:

"Será que o movimento não tem a tendência de se limitar às fábricas velhas? Não deveria fazer um esforço mais sério para

atingir as outras categorias, especialmente as mais modernas e dinâmicas, como a metalúrgica, por exemplo? Não deveria haver uma preocupação maior para descobrir e atingir todas as lideranças?" (20).

Vale considerar, também, que a essa época vários militantes de JOC, que estavam iniciando sua participação na ACO, trabalhavam no setor metalúrgico. É o caso de Raimundo Barreto, que participou na articulação da Oposição Sindical Metalúrgica, foi coordenador regional da ACO, liberado nacional (21) e também de João Paulo, liderança de destaque em todo o processo de oposição e direção sindical da categoria, elegendo-se posteriormente, vereador e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

Um outro espaço para discussão sobre os problemas de organização da categoria foi criado a partir das equipes de base de Pontezinha, Ponte dos Carvalhos, Cabo e Escada, com a formação do Inter-fábricas".

Outros setores da Igreja também se mobilizaram, a partir de 1974, como o SOME - Setor Operário do Movimento de Evangelização - cuja proposta consistia na criação de grupos de trabalhadores que viessem unificar e articular seus companheiros no Sindicato e no local de trabalho.

Aliás, como nos lembra José Arlindo Soares:

"fora a Igreja, nenhuma outra organização de oposição manteve entre os trabalhadores qualquer trabalho relevante e sistemático. O trabalho do Partido Comunista esvaziou-se com as prisões, exílio e cassação de seus líderes políticos e sindicais, revelando pouca consistência e frágeis laços orgânicos com as bases" (SOARES, 1985, p. 189).

Todos esses esforços convergiam para um objetivo comum: fortalecer a oposição metalúrgica. Entretanto,

"essa corrente de novos sindicalistas não tinha um programa global de lutas. Ela se estruturou e se fortaleceu a partir das reivindicações isoladas dentro de cada fábrica" (ATÉ chegar no Zé, 1988, p. 41).

Alguns depoimentos de militantes poderão ilustrar a natureza das reivindicações, a importância dessas pequenas lutas no processo e a necessidade de articulação que, pouco a pouco, foi se tornando indispensável:

"... a empresa queria que trabalhássemos no feriado. Discutimos a questão com um grupo de trabalhadores que já vinham se encontrando. Como a situação era ruim, o salário muito baixo, decidimos não ir trabalhar. Articulamos o pessoal e na firma não foi ninguém... Depois o pessoal começou a reagir contra o expediente dobrado para quem trabalhava à noite. Uma vez eu e mais três companheiros deixamos as máquinas funcionando e dissemos que não podíamos dobrar. Depois disso, fui chamado e eles me identificaram como uma pessoa que estava incentivando o pessoal e ameaçaram de me entregar para o IV Exército. - depoimento de Raimundo em entrevista realizada em 10/07/91.

"Minha primeira ação dentro da empresa foi decorar o nome dos companheiros. Eu era novato, não conhecia ninguém e senti que os companheiros se tratavam por apelidos (...) comecei a chamá-los pelo nome. Isso fez com que o pessoal me respeitasse mais e confiasse em mim. A partir daí, comecei a visitar os companheiros, juntá-los na hora do almoço para conversar sobre os problemas. Criamos a caixinha de ajuda mútua, começamos a fazer as primeiras greves dentro da empresa, por melhores salários e melhores condições de trabalho." - depoimento de João Paulo, em entrevista concedida par os fins dessa pesquisa, realizada em 01/04/92.

Simultaneamente às lutas que se desenrolavam no interior das empresas, um grupo se articulava em reuniões, todas as 3ª feiras e no primeiro domingo de cada mês, na sede da ACO ou na Associação das Empregadas Domésticas.

Em 1978, a oposição aparece publicamente para mudar definitivamente, os rumos do Sindicato, inspirada, sobretudo pela onda de greves desencadeadas no ABC paulista. Nas palavras do militante, podemos perceber o sentimento de temor que reinava entre os defensores do capital, diante da possibilidade de uma

articulação a nível nacional. O simples ato de distribuir um panfleto em apoio às greves do ABC era motivo para prisões e ameaças:

"No 1º de maio de 78, a ACD lançou um boletim em apoio às greves em São Paulo. Peguei alguns panfletos e comecei a distribuí-los em Pontezinha... Um comissário da polícia me prendeu (...). Lá me chamaram de comunista... me deram empurrões, murros, fizeram ameaças... Lorena e Romano chamaram um advogado..." - Depoimento de Raimundo Barreto em entrevista em 10/07/91.

O grupo de oposição utilizou-se, como momento privilegiado para sua afirmação, das Campanhas Salariais. Em 1978, o grupo mostrou-se tímido ainda para alcançar propostas como instituição de uma Comissão Salarial e a inclusão da Reposição Salarial", como ponto da pauta nas negociações, conquistas já asseguradas pela categoria, no Centro-sul. Tendo acumulado forças, no ano seguinte, através de intensa mobilização nas portas das fábricas, em reuniões nas empresas e no sindicato, onde se adota uma pauta comum e reivindicações, a nova vanguarda consegue mobilizar mais de dois mil metalúrgicos para a Assembléia Geral que antecedeu as negociações de 1979. Imobilizada pela surpresa, a diretoria assiste à aprovação das propostas do grupo de oposição, dentre elas a constituição de uma comissão salarial - que no futuro se transformará em chapa de oposição - e a garantia de que caberia à Assembléia a decisão final sobre qualquer proposta patronal.

Porquanto avançasse na reconquista de seu espaço na organização sindical, o grupo de oposição enfrentou sérios problemas: demissão e perseguição de militantes combativos, ocasionadas por denúncias da diretoria. Esse fato despertou para a necessidade de adoção de uma nova estratégia:

"na grande Campanha salarial de 79, quando a gente quase chegava à greve, uma das maiores reivindicações foi justamente a incorporação da estabilidade no emprego para a comissão de negociação.

Pois é, como afirma João Paulo, uma das principais lideranças no período, em entrevista já referida,, o grupo de oposição "quase" chegou à greve. Mas a desmobilização promovida pela diretoria, numa campanha de ameaças, vinculada à astuta atitude do patronato que antecipou uma proposta de reajuste (70%), relativamente satisfatória aos trabalhadores, conseguem inviabilizar a greve na defesa do índice reivindicado (90%).

Contudo,

"a obtenção da estabilidade para a Comissão representou ganhos políticos e organizativos decisivos. Permitiu não apenas uma intensificação do trabalho no interior de várias empresas, como deu condições para que este combativo grupo se apresentasse bertamente como Oposição Sindical e, conseqüentemente como direção alternativa para a categoria" SOARES, 1985, p. 191).

Só nas eleições de 1981, o grupo de oposição assume a direção do sindicato. Antes disso, sai vitorioso na campanha salarial de 1980, apesar do boicote da diretoria e da permanente vigilância do patronato. O processo que antecede as eleições é caracterizado pelo recurso a dois instrumentos de mobilização/informação até então inéditos para a categoria e que passaram a ter importância vital. Trata-se "Boletim Zé Ferrugem", transformado em veículo de comunicação oficial da Oposição Metalúrgica e de consulta às bases para indicação de nomes para composição da chapa, através de uma pesquisa. (ATÉ CHEGAR... 1988, p. 42).

Em seu 1º número, lançado em 1979, o "Zé Ferrugem" foi de natureza mais informativa, contendo dados sobre a campanha

salarial. No ano seguinte, assumiu uma dimensão mais política na denúncia das péssimas condições salariais e apresentou-se como porta-voz da oposição, na sensibilização da categoria na solidariedade ao movimento do ABC paulista.

Neste mesmo ano, o grupo de oposição participa do ENTOES - Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição Sindical - no Rio de Janeiro e, a nível local, forma a chapa de oposição, que é composta por representantes de várias fábricas, indicados na pesquisa realizada.

Confirmada a chapa "Zé Ferrugem", inicia-se o processo de elaboração do programa e, mais uma vez, recorre-se à pesquisa para identificar expectativas e sugestões dos trabalhadores para a próxima diretoria.

Parece-nos evidente a influência decisiva da ACO, através de seus militantes nos procedimentos adotados: publicações e pesquisa como instrumento de informação/formação e como forma de fazer emergir entre trabalhadores, canais de participação, tanto para fortalecimento da organização da categoria, como da classe.

Vale considerar que o "Zé Ferrugem" obteve apoio considerável do Movimento Popular, de amplos setores da Igreja e de outras entidades sindicais atuantes, o que somou significativamente para sua vitória, em 1981.

A chapa "Zé Ferrugem" tomou posse numa conjuntura marcada pela recessão, o desemprego e o reflexo do movimento sindical do Centro-sul. No Recife, os primeiros jornais noticiaram as demissões em massa na Microlite, Ciper, Reciferal, Wolnor e outras empresas. A categoria reagiu de várias formas na tentativa de assegurar o emprego: através de denúncias, ocupação de

fábricas, recurso ao DRT, passeata em praça pública, contatos com a Secretaria de Trabalho e Ação Social. Lutou ainda para assegurar a própria sobrevivência dos desempregados, com o auxílio desemprego.

Em março de 1983, o Diário de Pernambuco divulga a seguinte afirmação:

"O sindicato dos metalúrgicos é um dos poucos no Estado que se mantém vigilante e intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores, lutando desesperadamente contra a crise, em busca da reativação da indústria em Pernambuco" (28).

Estamos, mais uma vez, diante da reação de uma categoria sindical ao fenômeno da modernização. Com efeito:

"desde os primeiros meses de mandato, a atividade principal da Diretoria do sindicato tem sido a de correr atrás de fábrica fechada. (...) Entre 81/84, foram fechadas 86 fábricas, levando ao desemprego 30% da categoria em Pernambuco. O sindicato desenvolve um gigantesco esforço para manter essa massa desempregada mobilizada, tanto em função de diretores trabalhistas não pagos por ocasião da dispensa, como na luta principal contra o desemprego. A entidade passa quase a exercer as funções de 'comitê de desempregados' e organiza inúmeras manifestações públicas e marchas sobre o Palácio Governamental" (SOARES, 1985, p.194).

Some-se a essas dificuldades externas, as de ordem interna, originadas especialmente na inexperiência do grupo no exercício do poder. Apesar das divergências, que desmobilizaram a categoria para a greve na campanha salarial de 1981, os novos dirigentes paulatinamente vão ampliando sua visão política no que se refere à compreensão da realidade, em sua totalidade, e às estratégias de intervenção na mesma. Neste mesmo ano, a categoria participa com dez delegados do 1º CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - no mês de agosto, em São Paulo, onde se discutiu a formação de uma central sindical para os trabalhadores brasileiros, a ser finalmente concretizada em

1983, com a CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Mesmo que a forma de enfrentamento do problema do desemprego, em face ao processo de modernização da indústria, não passe pela proposição de políticas de requalificação profissional e absorção de mão de obra por outros setores da economia, inserida num contexto de planejamento global da economia e inistisse na prática já utilizada pela categoria têxtil que é a defesa do posto de trabalho, a luta da categoria metalúrgica traz em seu bojo um componente político novo. Estamos falando aqui da gestação de um projeto político para a classe, materilizado no Partido Político dos Trabalhadores - PT, intermediado pela Central Única e, cujas principais lideranças, inicialmente, despontaram no movimento sindical dos metarlúrgicos, tal como nos afirma João Paulo, deputado estadual do PT e ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos da CUT em Permambuco, em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa no dia 01/04/92.

"Nós já vínhamos no processo de construção do partido 78/79, mas não foi uma coisa que ficou tão caracterizada como no momento em que assumimos a direção do sindicato. Isso teve um papel fundamental porque conseguimos observar a dimensão maior ... e a limitação do próprio movimento sindical: a gente lutava, fazia uma greve, conseguia o aumento, aí vinha a inflação e roubava (...). Então, a gente sentia a necessidade de criar uma central que aglutinasse os trabalhadores do campo e da cidade, no sentido de ter uma organização que pudesse se contrapor ao poder dominante e à classe dominante. Que os trabalhadores tivessem um canal de expressão, de reivindicação e de negociação. (...) Nossa atuação política dentro da categoria levou a que os metarlúrgicos se tornassem uma referência de luta no Estado. Eu fui o primeiro presidente da CUT estadual. Em 1986, até como referência de meu trabalho no movimento sindical, fui candidato a deputado estadual. Em 1988, fui eleito vereador e, em 1990, deputado estadual. (...) Minha atuação no partido, vai no sentido de politizar e

conscientizar as nossas lutas para elevá-las a um patamar maior, para que a gente venha a assumir o poder do nosso país" (23).

Como se vê há uma evolução no engajamento e na participação política da militância que passa do movimento sindical ao partido político, a partir da compreensão da dimensão política da luta.

4.2.1.3. Assessoria da ACO ao Movimento Sindical Urbano no Interior de Pernambuco

A influência da ACO no processo de formação das Oposições Sindicais e de construção de um novo sindicato não se restringe à região metropolitana, nem tampouco às categorias consideradas do setor de ponta da economia. A partir de meados da década de 70 e no decorrer dos anos 80, paralelo ao processo de abertura política, vai se intensificando o trabalho dos militantes responsáveis pela expansão do movimento no Estado.

A partir da identificação de pequenos sinais de tentativas de organização entre as categorias profissionais, os militantes de ACO realizaram um trabalho de assessoramento a esses núcleos incipientes.

Neste processo mais importante que criar núcleos de expansão do movimento de ACO, em seu sentido estrito, é a capacitação de quadros que possam implementar a formação das entidades sindicais ou que possam conquistar a direção da entidade, quando a representação existente não está voltada para a defesa dos interesses da categoria profissional. A vinculação com o movimento de ACO dar-se-á se isto constituir vontade expressa pelos trabalhadores engajados no processo.

Vale considerar que, nos grandes centros urbanos as dificuldades para desenvolvimento de um trabalho de oposição sindical são muitas, nas cidades do interior elas se aprofundam. Isto ocorre pela falta de infra-estrutura, pelo isolamento/distanciamento do centro de articulação do movimento sindical e pela própria mentalidade tanto do patronato, quanto dos próprios trabalhadores o que agrava, em muito, a determinação das condições de trabalho. Tais elementos só confirmam a importância dos contatos estabelecidos a partir dos militantes de ACO.

No Quadro Nº6 a seguir, podemos identificar algumas cidades do interior do Estado de Pernambuco onde se desenvolveu um processo de mobilização sindical, a partir da atuação de militantes da ACO. Em alguns casos, podemos dizer que a iniciativa de expressão do trabalho, em determinada categoria como a do setor têxtil, partiu de militantes já engajados no movimento sindical da respectiva categoria na Região Metropolitana de Recife. Por outro lado, setores como o dos trabalhadores da indústria do gesso ou da carne, situados em Trindade, Ouricuri e Araripina solicitam o acompanhamento da ACO para a criação de uma entidade legal que possa representá-los e defender seus interesses. O sindicato dos trabalhadores na indústria de extração e beneficiamento de gesso de Trindade, Araripina, Ouricuri, Ipubi e Bodocó foi fundado em novembro de 1988.

Dadas as implicações práticas no processo de formação do sindicato e nas lutas por ele desencadeadas, transcreveremos a seguir, artigo publicado no jornal Construir(23) que permite uma

visualização de todo o processo.

"No mês de novembro de 1988, os trabalhadores nas indústrias de extração e beneficiamento de gesso de Trindade, Araripina, Ouricuri, Ipubi e Bodocó no sertão Pernambucano, fundaram o sindicato da categoria. Os municípios da base territorial do sindicato estão situados numa região onde existe o mais rico veio de gipsita(gesso) da América Latina. Distante cerca de 650 Km. do Recife, os trabalhadores das minas de gesso sofrem uma exploração inacreditável para quem conhece os mínimos direitos trabalhistas. Lá pouquíssimos têm carteira assinada, recebem o salário mínimo, férias ou 13o. salário. Nas minas não têm qualquer segurança, os mineiros trabalham descalços ou de sandálias havaianas, sem óculos de proteção, e sem capacetes. A água que bebem fica em tonéis expostos, descoberta, recebendo toda sujeira, inclusive a poeira do gesso. Refletindo sobre essa situação, um grupo de trabalhadores, que vinha se reunindo como grupo da ACO, resolveu fundar um sindicato.

QUADRO Nº6: ATUAÇÃO DOS MILITANTES DE ACO NO INTERIOR DE PERNAMBUCO: CIDADES E CATEGORIAS PROFISSIONAIS

CIDADES	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ATUAÇÃO
Belo Jardim	Trab. da indústria da carne	Fundação da Associação de trabalhadores da ind. da carne de Belo Jardim.
Caruaru	- Trab. da ind. têxtil - Comerciários	- Fundação do sindicato (desarticulado) - Conquista da direção do sindicato
Limoeiro	Comerciários	Fundação do Sindicato dos Comerciários
Petrolândia	- Trab. da Construção civil	Formação da Oposição Sindical, retomada da diretoria
Petrolina	- T.constr.civil - Trab ind.Têx. - Vigilantes	- Fundação do Sindicato - Tentativa de Fundação do Sind. - Formação da Oposição Sindical
Trindade Ouricuri Araripina	- Trab. da ind. gesso	Formação do Sind. dos trab. nas ind. de extração e beneficiamento de gesso da região.

Pediram orientação a militantes da ACO do Recife e em agosto de 1988 criaram uma Associação - transformada em sindicato... Imediatamente após a criação do sindicato, entraram com 15 ações trabalhistas contra as empresas e encaminharam várias denúncias à Delegacia Regional do Trabalho. Isto despertou a ira dos patrões que passaram a reprimir brutalmente a direção do sindicato. Inicialmente ameaçaram os diretores de demissão; não conseguiram amedrontar os trabalhadores, tentaram forçá-los a renunciar aos cargos. O trabalhadores resistiram e passaram a ser perseguidos pela polícia, sob a falsa acusação de agitação, difamação e calúnia. Por último, o dono da empresa São Jorge, de Duricuri, conseguiu que um delegado regional de Petrolina, "arrumasse" um inquérito acusando os trabalhadores de terem roubado explosivos de sua mina. No processo absurdo, trabalhadores que moram em Trindade foram indicados em Petrolina, tiveram a prisão decretada por um juiz substituto de Salgueiro, foram presos em Trindade e recolhidos à cadeia de Duricuri. Foram presos os companheiros José Amaro da Silva (presidente do Sindicato), José Luiz Filho, Moisés dos Santos, José Lauderino da Silva, José Orlando de Andrade, Francisco Otávio do Nascimento e Esmeraldo Salustiano de Souza. Imediatamente após a prisão dos trabalhadores, houve um grande movimento de solidariedade por parte da ACO, sindicatos, CUT, PT, Comissão de Justiça e Paz, várias dioceses e Movimentos Pastorais... Os trabalhadores foram liberados após muita pressão popular e continuam firmes no compromisso com o seu sindicato e com a classe trabalhadora. Atualmente estão lutando na Justiça do Trabalho para serem reintegrados ao emprego e, sem receber salários, precisam muito de ajuda material para garantir a sua sobrevivência até a decisão da Justiça".

No depoimento de militantes responsáveis por essa articulação, podemos perceber o processo educativo que se verifica:

"Em primeiro lugar, a gente discute a realidade local - como eles vivem e como vêem a situação dos trabalhadores, seus problemas mais sérios: não ter carteira assinada, ter os direitos sonegados, etc. Em seguida, a gente passa a discutir a relação disso com a economia da cidade e a realidade econômica do setor em que eles trabalham. (...) Tanto em Caruaru, como em Belo Jardim, Trindade, Araripina, Petrolândia, depois de vários contatos a gente marcou um seminário, quando já próximo à formação do sindicato. Chamava-se para isso uma pessoa do CEDAC (Centro de Ação Comunitária), como por exemplo Raimundo Ananias, que dava as informações necessárias para organização do sindicato. Mesmo depois de formado o sindicato a gente continua indo lá, orientando, fazendo o

pessoal manter contato com a ACO, aqui em Pernambuco, ou com a ACO a nível nacional. Quando eles vêm do interior para resolver algum problema do sindicato aqui a gente da ACO era quem acolhia...." - Depoimento de Luís Barros em entrevista concedida para fins dessa pesquisa, realizada em 15/05/92.

Isso torna claro que a ACO passou a ser um ponto de referência para o movimento sindical urbano no Estado. Note-se ainda que a constituição de novas equipes de ACO não é um pré-requisito para o trabalho de assessoria.

4.2.2. O Engajamento nas Organizações de Bairros e nos Partidos Políticos

A abordagem sobre as organizações de bairro exige a consideração da problemática urbana na sociedade capitalista. A esse respeito, a hipótese defendida por Lojkine (1981) desloca o eixo da questão do domínio do "consumo", do "não-trabalho" ou da "reprodução da força de trabalho" e entende a urbanização como elemento-chave das relações de produção. Em seu ponto de vista, o autor considera que:

"as formas de urbanização são antes de mais nada formas da divisão social (e territorial) do trabalho (...), estão no centro da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico (...) e as leis de acumulação do capital". (LOJKINE, 1981, p. 121).

Sendo assim no seu entender,

"o que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista, de um lado, a crescente concentração dos 'meios de consumo coletivos' que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais (...); de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico."

Sem esta compreensão do processo de urbanização, o tratamento das lutas desenvolvidas nos bairros é feito de forma

isolada das demais lutas da classe operária, pelo fato de o fenômeno não se dar no interior da unidade produtiva, propriamente dita. As contradições daí emergentes encontram seu fundamento na estrutura econômica, mesmo que sua manifestação concreta esteja vinculada à esfera da distribuição, circulação, troca e consumo do processo produtivo e, por isto são contradições classistas. Neste caso, o antagonismo direto não se dá com a burguesia, como tal, mas com o Estado, tendo em vista o seu desempenho na regulamentação das relações entre o capital e o trabalho no processo de industrialização/urbanização. Longe de se constituir como "Estado de bem-estar", historicamente, o Estado brasileiro tem encarado a questão da reprodução da força de trabalho, como elemento possibilitador do capital. Podemos afirmar que este comportamento tem favorecido a criação de condições para o surgimento de novas formas de organização e reivindicação, assim como sustenta Glória Gohn:

"a política de arrocho salarial, o controle político sobre as organizações e movimentos institucionalizados, a perseguição às facções políticas, etc., deslocaram o eixo da luta de classes através das organizações clássicas - partidos e sindicatos - levando à constituição de novas formas de expressão das demandas da sociedade, ou à recriação de mecanismos já existentes, como as associações de moradores, sob nova perspectiva". (GOHN, 1985, p. 90).

Talvez assim possamos entender, também, a grande concentração de militantes da ACO nos engajamentos em organizações de bairro, nos últimos anos.

Com efeito, pesquisa realizada pelo ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (SILVA, 1988) - sobre a origem das associações e conselhos de moradores na Região Metropolitana do Recife, revela que a maioria das associações -

80,04% - foi criada no período 78/86 e que o quadriênio 78/82 supera os demais períodos com um índice de 44,44%.

Este período coincide com a intensificação das lutas sindicais e do processo de abertura política instaurado no país.

A mesma pesquisa demonstra ainda a existência de um índice significativo - 67,7% - de entidades criadas sem interferência dos partidos políticos. Este fato novo configura um quadro diferenciado na relação movimentos sociais e partidos políticos, na medida em que, de certa forma inverte uma situação antiga onde ao partido cabia a iniciativa para o surgimento das entidades de bairro. Agora, parece-nos que das organizações de bairro e do sindicato emergem personagens que articularão a estruturação do partido. Isto torna evidente que as formas de organização e luta não são excludentes mas complementares e que sua unificação se dará pela unidade de objetivos. Para tanto, é preciso assegurar, nas diversas instâncias, a dimensão política da luta.

Retomando ainda, a análise realizada pelo ETAPAS, vemos que,

"a dimensão política desse movimento se afirma, principalmente, em momentos nos quais, em função de interesses ou de lutas específicas, ele mobiliza centenas ou mesmo milhares de pessoas. São passeatas permanentes que se arrastam dos quatro cantos da cidade, por água, luz, aterro, calçamento ... O cenário dos bairros populares é palco do emergir de uma nova ação política. O movimento desatrelado das práticas convencionais dos favores políticos ou dos cartões de gabinetes, arrasta os moradores com faixas e cartazes à Câmara, à Assembleia, à Prefeitura e ao Palácio das Princesas, sede do Governo Estadual." (SILVA, 1988, P. 26).

Para os militantes da ACO, conforme depoimento,

"a ACO sempre deu uma formação para a gente atuar nas

organizações sindicais e de bairro. E eu comecei a observar que os trabalhadores estão na fábrica e estão no bairro também. As donas de casa que não vão para a fábrica e não estão no sindicato, ficam no bairro e a gente precisa ter uma ligação maior com esse pessoal". - depoimento de José Francisco em entrevista realizada para fins dessa pesquisa em 25/07/91.

A discussão política permeia o cotidiano das lutas na medida em que está presente no debate que acompanha os encaminhamentos dados às reivindicações mais imediatas, como assegura um presidente de associação;

"O jeito ou método de a gente trabalhar tinha uma dinâmica diferente: questionava o governo e o sistema para ver se o pessoal mudava a visão política. Não discutia política partidária diretamente, mas discutia política mesmo para o pessoal se politizar." - depoimento de José Francisco em entrevista realizada em 25/07/91.

Estamos nos referindo aqui aos depoimentos de militantes engajados na associação de moradores de Pontezinha. Temos afirmado que a distribuição espacial dos militantes tem atendido a critérios que se aproximam da localização do parque industrial do Estado. Pontezinha está inserida no setor sul do R.M.R., setor este que comporta o maior nº de militantes, atualmente. Neste sentido, parece-nos interessante tecer algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido pela equipe de base de Pontezinha, cujos membros têm envolvimento com o movimento sindical - participando também do Inter-fábricas - e com o partido político, como veremos a seguir. De forma análoga, faremos ainda referências à equipe de base da UR6, atuante no bairro do Ibura - Recife e que apresenta condições semelhantes à Pontezinha.

Ambas as equipes foram constituídas no decorrer da década de setenta: UR6 - 1973 e Pontezinha - 1976, respectivamente. Mantiveram, desde cedo, alguns vínculos com outros movimentos de

natureza pastoral, como o Movimento de Encontro de Irmãos - em Pontezinha ou da dinâmica das Comunidades Eclesiais de Base - no caso da equipe do Ibura.

A luta localizada, em geral, inicia-se pela reivindicação do atendimento a necessidades básicas como a água e a luz. O desencadeamento do processo reivindicativo, que inclui reuniões, visitas domiciliares, formação de comissões e audiências nos órgãos públicos, quase que automaticamente suscita a necessidade da "organização", enquanto instância legítima e legalmente reconhecida como mediação entre a população e o Estado. A história da Associação de moradores de Pontezinha, nas palavras de um dos seus fundadores é a seguinte:

"A gente morava num bairro muito carente, não tinha água, luz ou calçamento (...). A gente começou a se reunir, à base do candeiro (...) e resolveu chamar o Prefeito do Cabo que prometeu fazer alguma coisa. Formamos algumas comissões para cobrar o que ele tinha prometido. Ele calçou algumas ruas. O grupo começou a se organizar para ir à Celpe e à Compesa. O dono do terreno ameaçou despejo, então começou a luta pela terra. Foi aí que o pessoal veio entender um pouco o que era organização.(...) Pensamos em criar um estatuto, formar uma diretoria para ficar legal, porque com as comissões a gente reivindicava, mas juridicamente não tinha poder. Então fizemos a 1ª comissão e depois a 1ª diretoria da qual eu fiz parte, em duas gestões. Com isso nós conseguimos luz para o bairro, calçamento, água encanada e uma ação na justiça sobre a posse do terreno..." - depoimento de José Francisco em entrevista realizada em 25/07/91.

A natureza das reivindicações vai sofrendo alterações de acordo com as necessidades emergentes na comunidade local e o grau de politização dos membros da associação. A forma de encaminhamento adotada pela diretoria também revela a perspicácia das lideranças na escolha das estratégias e táticas de pressão.

Em agosto de 1986 por exemplo, a Associação de Moradores

denúncia ao CPRH - Companhia Pernambucana de Controle da Poluição ambiental e da Administração dos Recursos Hídricos - a existência de poluição atmosférica, causada pela fuligem de pó de ferro, emitida pela COSINOR, atingindo especialmente as crianças através de bronquites e distúrbios alérgicos. Antes da denúncia, a diretoria da Associação havia procurado a direção da COSINOR para uma reunião com a comunidade, quando esta comprometeu-se em instalar os filtros antipoluentes. Apesar da constatação pelo próprio CPRH da gravidade da situação poucas providências foram tomadas a respeito.

Dois anos após, a Associação de moradores inicia um outro processo reivindicatório - desta vez com maior sucesso - junto ao DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. A problemática em questão é a ausência completa de qualquer sinalização ou outro recurso que pudesse evitar ou reduzir o alto índice de acidentes fatais ocorridos na BR 101 SUL, no trecho que corta a comunidade. Desta vez a comissão apresentava-se ao DNER com uma proposta bem definida - instalação de lombadas na BR - e um ultimato: caso o DNER não resolvesse a situação, a própria comunidade estaria disposta a executar esta tarefa. A pressão funcionou e antes do prazo anunciado, as obras foram iniciadas.

Todo esse processo acompanhado de discussões e debates modificou a visão política dos moradores do local, considerado, anteriormente um reduto eleitoral do PDS. No entanto a prática política exercitada fora dos partidos onde se vivencia a participação nas decisões como princípio fundamental na democracia, constrói uma nova representação para os partidos políticos que os antigos partidos não conseguem responder. O que

aconteceu com um militante da ACO, membro da Associação de moradores de Pontezinha, aconteceu de forma semelhante com muitas outras lideranças. Em seu depoimento pode-se constatar o que acabamos de afirmar;

"eu pensei que a gente tinha que ter um engajamento político porque a gente sabe que a maioria das decisões vêm através, da política ... comecei a participar do PMDB. Quando eu via pessoas que não deveriam estar ali naquele meio de um partido de oposição mais séria (...). eu esperava que no partido a gente, lutando como trabalhadores, fazendo campanha política, junto com o pessoal, tivesse um pouco de vez e de voz, pudesse participar das decisões, da prestação de contas, aliás, de todo o programa da própria prefeitura. (...) Mas a gente participa só para ajudar alguns a se elegerem e no final, a gente não participa das coisas mais importantes, das decisões de onde deveriam ser aplicadas as verbas (...). Eu pensava que um partido de oposição como o PMDB tivesse pelo menos essa dinâmica de convidar as lideranças comunitárias, os professores, para fazer uma programação para o 1º ano e se avaliar no 2º, mas isso não aconteceu..." - depoimento de José Francisco, em entrevista realizada em 25/07/91.

Neste sentido, o PT - Partido dos Trabalhadores - aparece como alternativa política a possibilitar um canal de expressão mais aberto à participação dos trabalhadores porque surge do próprio meio da classe operária.

E no nosso entender a idealização de partido político dominante neste segmento da sociedade brasileira parece modificar as concepções do partido consideradas por Lênin em "Que Fazer".

Na realidade, o partido continua sendo a direção política do movimento operário, no entanto, a expectativa hoje colocada para esta "direção" é muito mais aglutinadora das expressões das organizações de base da classe operária e muito menos a manifestação de um centralismo burocrático.

Por outro lado, as lideranças vindas das organizações de bairro ou sindicais e que hoje passam a atuar na sociedade

política em cargos do legislativo ou executivo, enfrentam de um outro ângulo o mesmo desafio: como construir instâncias de participação entre o partido e as demais organizações da classe operária e como criar uma cultura política que redefina o papel do parlamentar.

A esse respeito, as preocupações do deputado João Paulo, ex-presidente da Associação de moradores da UR 6, nos parecem bastante atuais e pertinentes:

"... a dificuldade está justamente no relacionamento do parlamentar com as comunidades, porque as pessoas muitas vezes pensam que um parlamentar é um despachante de luxo, ou seja, com quem se conta quando se vai lá pedir dinheiro; para na hora do sufoco, quando está havendo expulsão de terra; mas nunca para discutir politicamente a realidade (...) Eu acredito que a culpa maior está no partido, por isso venho insistindo para que a gente possa consolidar núcleos de atuação do partido, nos bairros e nas categorias, que extrapolem o papel da associação de moradores (...) para criticar administração local, conhecer a Lei Orgânica, o Plano Diretor, discutir o orçamento, enfim, ter uma atuação política mais efetiva, dentro da política municipal, estadual e nacional". - depoimento de João Paulo em entrevista concedida para os fins dessa pesquisa em 01/04/92.

Acreditamos que, no que se refere a formação dessa nova cultura política, experiências como a da equipe de Rio Doce, em Olinda contribuem qualitativamente, especialmente por sua inserção nas diversas expressões organizativas da comunidade, pelas temáticas abordadas e pelos recursos pedagógicos utilizados. Em entrevista fornecida para os fins dessa pesquisa, os militantes dessa equipe assim se expressam sobre sua atuação:

"inicialmente, tínhamos a preocupação de promover debates que suscitassem a discussão. Trouxemos a TV VIVA várias vezes. Promovemos debates sobre educação popular, reforma agrária, dívida externa, questão indígena, etc. Outro espaço de atuação é a liturgia nas missas, onde oferecemos elementos para reflexão sobre as injustiças, sobre por exemplo, a questão da mulher, do caso Chico

Mendes, etc. O 1º de maio é prioridade para nós. No ano de 1989, convidamos outros grupos - de ecologia, grupo jovem, de mulheres, associação de moradores, núcleo do PT, etc. Em 1990, a iniciativa foi mais homogênea, a preocupação foi quase geral, bem mais ampliada (...) e terminou com um ato público na praça." - depoimento de Geraldo em entrevista concedida para os fins desta pesquisa em 21/02/91.

4.3. OS AGENTES DA FORMAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DA SUA ORGANICIDADE COM A CLASSE OPERÁRIA

Muitos dos estudos implementados sobre a história da Igreja têm-na revelado como uma instituição que - situada no âmbito da sociedade civil, da circulação dos valores e da cultura - vem reproduzindo e exprimindo a organização de poder do estado-governo e os modelos de autoridade nela contidos. Com ponto de vista discordante desta visão unilateral, Luiz Alberto Gomez de Souza assinala o fato de que :

"a realidade popular é também lugar de resistência e de preservação de identidade das classes subalternas e espaço de rebeldia ... A Igreja é importante não apenas por ter poder e influência institucional, mas porque seus membros são atores fundamentais da história social mais profunda" (Souza, 1982 p.148).

Parece-nos que essas concepções de certo modo, se complementam e se aproximam de uma leitura sobre o papel da Igreja, à luz das categorias gramscianas de análise. No nosso entender, a concepção de "intelectual orgânico" pode dar conta da explicação acerca da diversidade/unidade no interior da instituição. Reportando-nos a agentes do clero como "intelectuais orgânicos", devemos concebê-los como "orgânicos" a uma classe social. O vínculo que se estabelece, portanto, com esta ou aquela classe não se dá de forma mecânica, mas vai se fortalecendo ou enfraquecendo, de acordo com a dinâmica assumida pelas relações sociais no interior do bloco histórico.

O fato é que, na construção da hegemonia das classes dominantes, a Igreja tem exercido papel preponderante, seja para fortalecer essa hegemonia, seja, ao contrário, para torná-la. cada vez mais frágil.

Na história recente da Igreja no Brasil, temos observado não a alternância, mas a concomitância dessas duas posturas; o que tem acarretado certo acirramento dos conflitos em seu interior. É sabido que, num passado mais remoto, o vínculo orgânico predominante da Igreja se dava com as classes tradicionais da aristocracia rural. Com a ascensão do mundo burguês capitalista a tendência do vínculo foi mudando de direção, no sentido de uma aproximação com a nova classe hegemônica. O esforço dirigido, e qualificado inicialmente como "avançado" ou "progressista", não passou de uma tentativa de adaptação da instituição ao "mundo moderno". Como assinala Gomez de Souza:

"não fazer esse tipo de análise leva a confundir posições sociais e ideológicas totalmente diferentes; (...) - "na década de 50; houve setores da Igreja do Brasil interessado numa 'pastoral do desenvolvimento', que pareciam estar na vanguarda. Logo depois eles seriam os maiores adversários da "Teologia da Libertação" e da nova pastoral popular" (SOUZA, 1982, p.149).

No Brasil a prática sindical e política da classe operária que se faz presente na sua história, mesmo que de forma tênue, desde o início do século, ganha forças no final dos anos 50. À medida que se fortalecem os vínculos, entre setores da Igreja e a classe operária a divisão dentro da Igreja se faz cada vez mais profunda.

No decorrer da apresentação deste trabalho focalizamos o papel exercido pela Ação Católica no processo de formação do grupo social que se constitui no interior da Igreja como intelectual orgânico da classe operária, assim como da importância assumida - e nem sempre reconhecida - pela Ação Católica Operária como setor de mediação entre a nova concepção

teológica e suas práticas pastorais.

Interessa-nos mais de perto, neste momento, esclarecer, do nosso ponto de vista, como foi se configurando o pensamento deste setor da Igreja, ou seja, como foi se elaborando seu corpo filosófico/teológico, em correspondência a um projeto político-ideológico das classes subalternas. Tal abordagem implica a consideração da hierarquização qualitativa existente no interior da categoria dos intelectuais, tal como é definida por Gramsci.

A esse respeito temos dito que a concepção gramsciana propõe que :

"todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar"(GRAMSCI, 1985, p.8).

Em outras palavras, todo homem é intelectual. No entanto, o aprofundamento da análise da superestrutura vai demonstrar que existe uma hierarquia qualitativa entre os intelectuais e, nessa perspectiva são excluídos aqueles que, na superestrutura, não exercem função intelectual e são considerados agentes subalternos, por não exercerem direção.

Entre os que participam da hegemonia, tal hierarquização se estabelece de acordo com o valor qualitativo da função exercida. E são considerados grandes intelectuais e situados na cúpula, os criadores da nova concepção de mundo (filosofia, arte, ciência) e, no escalão inferior, encontram-se os encarregados de administrar ou divulgar essa ideologia.

Portelli nos alerta para possível erro de interpretação sobre o pensamento de Gramsci:

"não se deve concluir da importância do papel dos grandes intelectuais uma subestimação da parte de Gramsci do papel dos intelectuais subalternos" (PORTELLI, 1977, p.98).

Estabelecendo uma analogia entre a hierarquização intelectual do partido e a organização militar, Gramsci identifica, no nível inferior, a massa dos militares - caracterizada por sua disciplina e fidelidade, mas não pelo espírito de criação e alta organização; no nível intermediário, o elemento que efetua a ligação entre a base e a cúpula e, no nível superior, os dirigentes e grandes intelectuais que formam o elemento principal de coesão.

Atenção especial é dada aos que compõem o nível intermediário, pois são eles que, no seio do partido educam e organizam os militantes; são eles o reservatório de futuros dirigentes.

Acreditamos que tal estrutura não se diferencia muito da encontrada no interior da Igreja. Para os fins desta análise, situaremos no 1º nível, os filósofos e teólogos; no nível intermediário, o clero regular - bispos, padres e religiosos - e, no 3º nível, os leigos. Vale considerar que estes dois últimos tiveram papel preponderante na definição de novos princípios na "Teologia da Libertação" e sua atuação passa a ser expressiva e favorecida pela própria estrutura da Ação Católica, onde os padres atuam como assistentes e os leigos são considerados militantes (24).

É interessante notar que, talvez pela primeira vez na história da Igreja, o setor de resistência vinculado às classes subalternas consegue sistematizar o pensamento teológico

conhecido como "Teologia da Libertação" - daí o grande risco que representa para a hegemonia de parte da própria Igreja e da burguesia industrial latino-americana.

O que nos parece ficar oculto em estudos, até então, realizados sobre a história da Igreja no Brasil e que centram sua análise nas práticas pastorais emergentes - tais como CEBs, pastorais populares - é a contribuição dada pelos movimentos da Ação Católica Especializada e o grande papel desempenhado pela Ação Católica Operária no processo.

Há aí dois aspectos a considerar, a partir destas colocações : em primeiro lugar, a atuação do clero regular, como setor intermediário, na elaboração da nova Teologia, atuação que foi possível dada a sua aproximação com as classes subalternas, no dizer de Gramsci, "a estreiteza do vínculo", assim como com os próprios militantes leigos. Em segundo lugar pode-se ressaltar, desde já, que por ocasião do golpe militar de 1964, houve um verdadeiro esmagamento das expressões representativas /orgaizativas dos setores populares e as novas práticas pastorais, como as CEBs, só ganham organicidade e globalidade nos Planos de Conjunto, a partir do Plano Pastoral 1966/1970 da CNBB (25). Esse período corresponde à extinção dos movimentos da Ação Católica Especializada. Neste sentido, a Igreja fica sem pastoral oficialmente definida. A A.C.O., atua, portanto, muitas vezes, especificamente no Nordeste - como porta-voz de setores da Igreja, dando continuidade ao compromisso assumido com a classe operária, através de denúncia e resistência, permitindo igualmente o fortalecimento do setor do clero vinculado às classes subalternas.

Em síntese, podemos dizer que a Ação Católica, inserida no contexto da Igreja universal, faz parte inicialmente de um projeto da própria Igreja católica, no sentido da recuperação da classe operária, em face aos questionamentos da sociedade moderna - secular. Aos poucos, tal movimento vai assumindo características próprias, em resposta às determinações históricas delineadas na conjuntura nacional e no meio intelectual, vai colaborando na tecitura de, um pensamento novo no interior da Igreja e, simultaneamente sendo nutrido por ele.

4.3.1. A Teologia da Libertação e a ACC

Na análise sobre o surgimento da Teologia da Libertação, no seio da Igreja Latino-Americana, em um momento histórico determinado - início dos anos 60 - os estudiosos têm defendido hipóteses distintas. De acordo com a concepção de Bruneau, por exemplo, a Igreja, enquanto instituição, teria mudado para salvaguardar e ampliar sua influência no continente. Contudo, essa visão não nos oferece maiores explicações sobre a mudança de orientação. De um outro ponto de vista, há os que enfatizam e responsabilizam as camadas populares, por essa mudança, subestimando, assim, as determinações sociais e culturais próprias à Igreja.

A esse respeito, acreditamos que a abordagem de Michael Lowy dá conta, de modo convincente, dessa análise por considerar a articulação ou a convergência entre as mudanças internas e externas à Igreja, ao final dos anos 1950 -, os elementos que mais se aproximam como explicação à mudança de orientação da

Igreja na América Latina - (LOWY, 1991, p.33).

É importante lembrar que se, por um lado, a A.C.O. no Nordeste contribuiu para a formação do pensamento no interior da Igreja que veio a confirmar a Teologia da Libertação, ela mesma também foi se forjando a partir dessa influência e das suas determinações.

Na concepção de Lowy, em concordância ao pensamento de Leonardo Boff :

"a Teologia da Libertação é, ao mesmo tempo, o reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre ela. Mais precisamente, é a expressão/legitimação de um vasto movimento social, que surgiu no início dos anos 1960 - bem antes das novas obras de Teologia. Esse movimento compreendia setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (Pastoral Operária, Pastoral Camponesa, Pastoral Urbana), e as Comunidades Eclesiais de Base. Sem a prática desse movimento social - que se poderia batizar de "cristianismo para a Libertação" - não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes quanto a escalada da revolução na América Central ou a emergência de um novo movimento operário no Brasil (LOWY, 1991, p.25).

No tocante à "mudança interna" o mesmo autor faz referência ao "desenvolvimento, desde a II Guerra Mundial, de novas correntes teológicas, principalmente na Alemanha (Bultmann, Moltmann, Metz, Rahner) e na França (Calvez, Congar, Lubac, Chenu, Duquac) de novas formas do cristianismo social (os padres operários, a economia humanista do padre Lebret), de uma abertura crescente às interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais.

Esse aspecto parece-nos muito importante para a análise ora em curso, especialmente, a referência à "abertura crescente às interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais". Com efeito, tal preocupação fez-se presente a partir do papado de

Leão XIII, que propõe a restauração da filosofia Tomista no sentido de "acolher o progresso científico e de ser do seu tempo no que ele tem de bom"(AGUIAR, 1985, p.40). Dentre os neotomistas, destaca-se a corrente considerada progressista, cujas figuras mais conhecidas são Mercier, Sertillanger e Maritain. As idéias dessa corrente se difundiram especialmente a partir da universidade de Lovaine - onde se juntava o escol do catolicismo Belga(26) e, no que se refere à temática social, foram sistematizadas no Código de Malinas (27).

Julgamos ter sido a direção dada e não a retomada, por si só de princípios básicos da filosofia Tomista-Aristotélica que imprimiram um novo caráter à filosofia cristã. Dentre esses princípios temos a concepção de homem como ser social e político que vive numa sociedade, cujo objetivo - o bem comum - pode ser alcançado "quando seus benefícios são distribuídos a todos" (28).

Ganha ênfase aqui a discussão sobre o binômio "espiritual-temporal" que alcança seu auge nos finais da década de 40, início dos anos 50, especialmente entre teólogos europeus. À essa época Maritain, em seu "humanismo integral", defende a especificidade e complementariedade simultâneas das duas dimensões. No seu entender :

"A ordem da cultura e da civilização aparece pois como a ordem das coisas do tempo, como a ordem temporal. Enquanto que a ordem da fé e dos dons da graça, concernente a uma vida eterna, que é participação na vida íntima de Deus, constitui por oposição, uma ordem à qual convém por excelência, o nome de espiritual e que transcende por si, a ordem temporal". (MARITAIN, 1955, p.14).

Tal distinção, entretanto, não implica em uma dissociação, mas ao contrário, reclama a compreensão de sua indissociabilidade:

"A religião é, então a alma da cidade, como na biologia aristotélica a alma vegetativa é a forma substancial da planta; nesse caso, uma distinção entre o espiritual e o temporal como entre duas ordens especificamente distintas é, propriamente falando, inconcebível" (MARITAIN, 1955, p.15).

Na visão de Gomez de Souza, Maritain fez a distinção e, simultaneamente, a união entre o espiritual e o temporal, descobrindo, na linha de Tomás de Aquino, a consistência própria do mundo e seu valor intrínseco.

Se antes "a teocracia, de fato, destruía o temporal dentro do espiritual, vendo o mundo como simples passagem para a eternidade"(SOUZA, 1982, P.140), a sociedade moderna possibilita a revisão, no interior da instituição, da relação entre a Igreja e a sociedade.

Tal orientação, num primeiro momento, conduz a uma prática que, segundo o autor, cai no dualismo, visto que a discussão sobre espiritual e temporal tem sido feita na ótica do poder e não do que lhe é anterior e está na base, ou seja, a indissociabilidade da pessoa e do mundo. É neste sentido que surge o "apostolado de conquista", característico do período inicial da Ação Católica. Assim, o espiritual vai ao temporal para aí imprimir o sinal cristão, seja no sindicato, no partido ou em outras instituições sociais.

Nessa perspectiva, podemos entender que a inspiração inicial de movimentos como a JOC encontrava-se na possibilidade de oferecer uma alternativa de organização diferente da proposta comunista, tal como podemos perceber no depoimento a seguir :

"Um dos objetivos-meio da JOC era o combate ao comunismo... Na análise da época, eu lembro que uma das coisas que a gente dizia era : 'Olha, tem que ter uma liderança da greve senão os comunistas tomam'. Quer

dizer, entre eles fazerem as coisas e a gente fazer, a gente prefere fazer porque a gente dá cunho cristão e não materialista à coisa... As encíclicas Rerum Novarum e Quadragésimo Ano eram livros de cabeceira. Agora, na parte da atuação, era a JOC que estava realmente na frente do movimento operário... Em todas as greves, no tempo em que a JOC era atuante, ela estava na frente."

Tal declaração sugere que o pensamento evolui, supera o dualismo e redefine a postura da Igreja - ou de setores dela - no interior da sociedade civil, quando passa a conceber o eterno como indissolúvelmente unido ao temporal. Neste sentido,

"o primeiro (o eterno), não é uma evasão para explicar o desconhecido nem apenas o que vem depois e em função do qual o segundo (o temporal), deve alinhar-se. Tampouco é um elemento paralelo. Já vive no coração da matéria e lhe dá consistência. Cristo realizou essa união sendo verdadeiro Deus e verdadeiro homem... O cristão não desce da lua para conquistar a terra, mas está no mundo, onde deve dar testemunho. Por isso os movimentos cristãos passaram a falar sempre mais em presença e não em conquista;" (SOUZA, 1982, p.144).

Cabe aqui uma referência à análise - acerca das diferentes modificações em sua fundamentação teológica e em sua abordagem do conflito na sociedade. Partindo do princípio de que "o discurso eclesiástico quer representar valores e verdades eternas transcendentais, imutáveis, válidos para sempre e em todas as partes", e que tal discurso "aponta para a eternidade de onde haure sua fonte inspiradora, enquanto que, ao mesmo tempo está sendo produzido em situação bem concreta, geo-histórica, sócio-político-cultural" (LIBÂNIO, 1982, p.147), temos que só a apreensão desta dialeticidade, desta visão histórica pelo corpo eclesiástico possibilita o entendimento dos rumos tomados pela Igreja pós Concílio Vaticano II.

Na realidade, a nova orientação já legitimada no pontificado de João XXIII, é sistematizada no Concílio Vaticano II, que se realiza entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, e

conta com a participação de 2.540 bispos. Sua importância é tão marcante que consegue definir o referencial para uma nova época na história da Igreja.

Do ponto de vista teológico, esse Concílio aprofunda o debate escatológico entre a utopia e a meditação, o ser e o dever-ser, entre a realidade da Igreja, enquanto portadora da mensagem e da obra definitiva de Deus - o reino - e o seu caráter de fragilidade, de pecado, de contradição.

O Vaticano II, portanto, reconhecia uma postura intelectual que vinha se afirmando em períodos anteriores e que consubstanciava uma "abertura para o mundo". O significado dessa abertura pode ser sintetizado nas palavras de Lowy:

"Essa abertura, abalando as antigas certezas dogmáticas tornou a cultura católica permeável às novas idéias e às influências "exteriores". Ao se abrir para o mundo moderno, a Igreja, sobretudo na América Latina, não podia escapar aos conflitos sociais que agitavam esse mundo, nem à influência das diferentes correntes filosóficas e políticas, em particular ao marxismo, que nessa época (anos 1960), era a tendência cultural dominante na intelectualidade"(LOWY, 1991, p.40).

De acordo com as palavras de Almeri Bezerra(29) :

"foi preciso um trabalho intelectual muito grande para se tentar conciliar as coisas. Primeiro veio a Teologia da revolução, antes da Teologia da Libertação... Quando se usou a expressão "ideal histórico" foi realmente uma coisa muito importante: saída de uma pregação, de uma doutrina social da Igreja muito vaga que não levava realmente à ação, para se ter como ideal de reino de Deus, um ideal que fosse histórico. Isto significa confrontar com a realidade e pleitear coisas que fossem possíveis, mas com inspiração cristã. E, para se chegar a uma análise, o instrumento que parecia mais correto, mais eficaz, que demonstrava melhor as coisas era o marxismo".

Em outras palavras, a nova orientação filosófico-teológica da Igreja, conduz a uma aproximação com as categorias da teoria marxista. Se, inicialmente, há uma postura de defesa dos valores cristãos que se manifestam, aparentemente em oposição

aos princípios materialistas, a inserção na realidade e o engajamento nos órgãos de classe - vivenciado tanto pela JUC, quanto pela JOC e A.C.O.: vão rompendo certos "medos" e permitindo um melhor entendimento do pensamento materialista dialético-histórico.

Neste sentido, vemos que a apreensão do conteúdo da categoria totalidade e de sua dimensão histórica vai evoluindo, assim como a própria noção de classe e de consciência de classe.

A esse respeito, vale considerar os depoimentos de assessores do movimento de JOC da época:

"A posição contrária ao comunismo era simplesmente na questão do ateísmo, porque a JOC era um movimento religioso: Juventude Operária Católica - não deixava dúvidas... E como a Igreja entendia o comunismo como sendo intrinsecamente mau, intrinsecamente ateu, o combate era a esta posição de ateísmo. E, por outro lado a posição do coletivismo absoluto, isto é, a negação do direito de propriedade. A Igreja tinha como princípio... que o direito de propriedade é um direito natural, como o direito à vida. Então você não pode negar o direito de propriedade, o máximo que se pode fazer é, dentro do direito de propriedade, colocá-la em função do social... Do ponto de vista da análise da implantação do comunismo na União Soviética, China, etc. a preocupação era muito mais com a não permissão da prática da religião... A respeito do uso das palavras, a gente não usava o termo "luta de classe", por exemplo, - dava bandeira demais - a gente usava "luta pela classe". "Nós estamos lutando pela classe operária". No fundo era a mesma coisa, realmente o que caracterizava era a luta de classe porque todo o nosso trabalho era contra realmente os patrões..." - depoimento de Marcelos Santos, ex-Assistente de JOC, em entrevista concedida para os fins desta pesquisa em 06/11/91.

Partindo disto pode-se ver que, antes mesmo da sistematização teórica da "Teologia da Libertação, o emprego das categorias marxistas como instrumento de análise da realidade já era uma constante para alguns movimentos leigos da Igreja - JUC, JOC, ACO.

A ACO afirma-se no Brasil no período que coincide com o início do Concílio Vaticano II e insere-se no contexto do novo modelo da Igreja que vai se formando na América Latina, sem contudo abandonar a experiência acumulada no movimento Jocista. Vale considerar que o grande impacto produzido pelos teólogos da Libertação data do início da década de setenta e suas obras consubstanciam as reflexões em torno da realidade latino americana, temática central do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano), nos anos que antecederam e por excelência, na própria reunião de Medellín (1968), assim como no III Sínodo em 1971. Em 1972, realiza-se na Espanha, um encontro sobre "Fé cristã e transformação social na América Latina", que conta com a participação de 30 teólogos da Libertação, os quais expõem na Europa, a experiência da Igreja Latino Americana neste continente.

Esse fato, na verdade, é o momento síntese de um processo em que o CELAM, enquanto articulação de âmbito continental, constitui elemento fundamental, especialmente pela atuação marcante dos bispos, em face dos regimes autoritários que mancharam a história da América Latina, sobretudo a partir da década de 60.

A Conferência de Medellín, no entender de Dussel : "Não é apenas o acontecimento mais importante da Igreja Latino Americana do século XX, ela alcançará importância mundial ainda maior no futuro" (DUSSEL, 1981, p.63). Ela foi precedida de onze Reuniões Episcopais, ocorridas entre 1956 - ano da organização do CELAM) e 1967, como se pode ver no Quadro nº 7 a seguir. Merece

QUADRO Nº7: SÍNTESE DAS REUNIÕES QUE ANTECEDERAM À CONFERÊNCIA DE MEDELLIN

ANO	IREU	TEMA	LOCAL	IDÉIAS PRINCIPAIS
1956	II	Organização do CELAM	Bogotá	Continuação da idéia
1957	III	Org. Religiosa/apoio UNESCO	Colômbia	da nova Cristandade
1958	IV	Preservação e defesa da fé OSLAM/CLAM/CAL	Roma	Momento de Passagem
1959	V	Planeja/ da Aço Pastoral da Igreja Problemas da influência comunista na A.L	Colômbia	
1960	VI	Questão Pastoral - IPLA ICLA	Argentina	Início de nova orientação (Sociologia e não só Teológica)
1961	VII	Pastoral p/ Família na A. Latina	México	Parte do material sócio-econômico
1962	VIII	Concilio Vaticano II	Roma	Reunião permanente do episcopado em sua totalidade 1ª vez encontro de Bispos
1963	IX	Reorganização do CELAM tendo em vista a	Roma	Influência de interpretação da CEPAL (econômico) e da Democracia
1964	X	experiência e as tarefas do Concílio		Cristã (Política)
1965	XI			
1966	XII	Reflexão teológica sobre a influência do desenvolvimento	Argentina	Etapa desenvolvimentista Coord. D. Hélder Câmara
1967	XIII		Peru	Passagem do "desenvolvimentismo" para a "Libertação"

atenção especial, no nosso entender, a simultaneidade de tais reuniões com o Concílio Vaticano II, no período correspondente aos anos de 1962 a 1965, o que influencia consideravelmente a reorganização do CELAM - tendo em vista a experiência e as tarefas do Concílio.

Por outro lado, note-se que a década de 60 correspondeu a um período marcado pelo engajamento de leigos e bispos na luta contra a autoritarismo e na defesa da justiça.

Se a JOC e a JUC constituíram-se numa época em que o exercício da democracia liberal permitia o debate político contínuo e a circulação das idéias, as especulações dos teólogos e cientistas sociais forneceram elementos para uma releitura da realidade conjuntural peculiar aos anos 60, que impulsionava os militantes cristãos a um engajamento cada vez mais comprometido com a transformação. Ao lado dos movimentos da juventude cristã, a ACO assume a postura de protagonista na denúncia e inserção, na organização e no espírito de luta da classe operária. Assim é que,

"Após o golpe de Estado de 1964 e até que as Comunidades Eclesiais de Base começa a se desenvolver, as organizações operárias da Ação Católica - ACO e JOC - tomaram o lugar da JUC e dos militantes do sindicalismo rural como porta-vozes dos leigos que queriam transformar revolucionariamente o papel político da Igreja"(ALVES, 1979, p.52).

Em sua abordagem, o autor acredita que a inexistência de conflitos entre a hierarquia da Igreja e as organizações operárias da Ação Católica - como os que ocorreram com a JUC - favorecia uma maior aceitação pelos Bispos da ACO. No seu entender, além disso, "as organizações operárias podiam aproveitar o velho complexo de culpabilidade da hierarquia, face

a um mundo operário que se sentia perdido para a Igreja" ... o que ... "predispunha os prelados a apoiar qualquer esforço que pudesse ajudar ao restabelecimento da sua influência sobre o proletariado" (ALVES, 1979, p.152-153).

No que se refere a este último aspecto, consideramos por demais simplista a análise do autor, isto porque há muitas outras variáveis a serem levadas em consideração. Tal como analisamos em capítulos anteriores, o apoio à ACO por parte da hierarquia, não era unânime, mas ao contrário, bem restrito, especialmente na medida em que se dava o acirramento dos conflitos com o Estado autoritário e sua ideologia da Segurança Nacional.

A cumplicidade Bispos-ACO se deu em função de um posicionamento consciente na defesa dos interesses das classes subalternas e, mais precisamente falando, da classe operária. A sua opção e a sua atuação na sociedade civil Brasileira nos faz considerá-los como intelectuais orgânicos vinculados à classe operária nesse período.

Se a estrutura organizativa tradicional da Ação Católica favoreceu essa aproximação - Bispo-ACO - isto é provável. O que queremos enfatizar aqui é que essa relação tem uma repercussão bem mais ampla e significativa do que vários estudiosos no assunto, até agora têm demonstrado. Basta lembrar que a primeira grande crise entre o regime militar e as autoridades eclesiásticas é desencadeada pela solidariedade que Bispos da região, particularmente D. Hélder Câmara, manifestam ao documento sobre a situação dos trabalhadores do NE, em fevereiro de 1966. Posteriormente, com o lançamento do "Nordeste :

Desenvolvimento sem Justiça", a identificação de objetivos comuns na luta da classe operária, é bastante evidente :

"Dom Hélder, que no Rio de Janeiro sempre apoiara a ACO, era um pregador de grandes idéias e grandes temas ... quando se tornou arcebispo de Olinda e Recife, levou para a religião a força de seu discurso de denúncia política e social, mas deu ênfase, também à pregação desenvolvimentista, e em certos momentos, ao longo dos anos 65 e 66, o desenvolvimentismo se sobrepõe à denuncia social nos seus pronunciamentos... Empolgou-se com a mensagem (documento da ACO) e fez questão de manifestar à ACO o desejo de se comprometer, desde o início, com o conteúdo e os objetivos do manifesto, assumindo-o também. Nesse momento, o discurso desenvolvimentista de Dom Hélder mudou de tom e de linha. Então, entre D.Hélder e a ACO passou a haver uma solidariedade profunda e recíproca que enriqueceu a Igreja e a classe operária". (ACO, 1987, p.67-68).

Vale considerar que a importância de Dom Hélder na renovação da Igreja no país e no continente é indiscutível e que sua atuação no CELAM e nos rumos tomados pela Teologia da Libertação também são inquestionáveis. No âmbito da relação Bispo-ACO, vamos encontrar muitos vestígios dos elementos constitutivos da Teologia da Libertação. Acrescente-se ainda que a repressão exercida pelos militares sobre militantes e o clero, aproximaram as duas instâncias e ecoaram nas reuniões de preparação e na própria II Conferência Episcopal Latino Americana, em Medellin, de forma decisiva.

4.3.1.1. O Assistente de ACO

A estrutura organizativa da ACO inclui a figura do Assistente em todas as instâncias : nacional, regional, municipal e até nas equipes de base. O Estatuto do movimento prescreve que no âmbito nacional, a Assembléia Geral, reunida de 04 em 04 anos elege o Assistente Eclesiástico Nacional e seu adjunto, devendo esta indicação ser homologada pela CNBB (ACO, 1982, p.10)

A presença do Assistente no movimento é indício da possibilidade da transcendentalidade : é a garantia necessária para contínua reciclagem no campo do saber doutrinal e exercício da fé. Sendo assim, sua atuação assegura a possibilidade de se "ler" a realidade humana a partir de uma ótica que privilegia valores e princípios contidos no Evangelho e na Bíblia como um todo, assim como significa o fortalecimento dos vínculos que unem o Cristão à imagem de Jesus Cristo.

Isso explica porque a intervenção do Assistente assume maior destaque na etapa do momento metodológico, especificamente conhecida como "JULGAR" dentro do processo de Revisão de Vida Operária.

"O Assistente ajuda o movimento na questão da fé. Para não ser um movimento apenas humano dadas as duas dimensões operária e cristã - ele está presente para assegurar esta parte ... Na hora do julgar, momento de maior atuação ele faz uma reflexão do Evangelho na vida do trabalhador : a liturgia dentro da vida operária".
(30)

É importante ressaltar que o processo de formação da consciência de classe exige a convicção e a compreensão da situação e da vocação histórica da classe. É o "ter certeza" que mobiliza as camadas sociais no interior da sociedade e é no intuito de obter esse "convencimento" que trabalham os grupos hegemônicos que objetivam perpetuar-se no poder, utilizando para isso da ideologia.

Em relação aos grupos cristãos, a fé é a certeza que inspira e define seu atuar no mundo. Quando esta fé traz como revelação, a certeza de que "todos são irmãos" ou seja o princípio da igualdade e de que alguém daria sua vida para que esse princípio se tornasse realidade e ensinasse aos cristãos

imitarem seu exemplo, então a adesão à luta pela abolição da sociedade de classe é perfeitamente possível. E é neste sentido que os militantes, movidos, pela fé, têm demonstrado tanta firmeza em seu compromisso na luta de classe. A esse respeito, alguns depoimentos que descrevem a atuação do movimento no período pós-64, ilustram o que acabamos de afirmar:

"Quem tinha uma certa formação do Evangelho via que aqueles atropelos eram normais. Lembro que a gente fez uma reunião no Giriquiti e a reflexão foi sobre os Atos dos Apóstolos. Um rapaz da Torre disse : 'está bem parecido com a situação de hoje'. Então os grupos de ACD onde havia ex-militante de JOC ou militantes cristãos com um certa posição ideológica, estes sobreviveram, mas os grupos que estavam nascendo foi difícil para uns e impossível para outros continuar". (31)

É compreensível, portanto, o medo expresso por representantes do aparelho repressor do Estado se sentissem ameaçados diante dos militantes que perseveravam em seu engajamento. Por ocasião do processo de expulsão a que foi submetido o Pe. Romano Zufferey (32), por exemplo, a análise da Polícia Federal acerca de publicações realizadas pela ACD durante a segunda metade da década de 60 até a década seguinte, expressa que :

"Fosse apenas uma publicação do Partido Comunista, e não haveria razões para maiores preocupações. Mas é a Igreja, através de movimentos dirigidos por seus sacerdotes que está difundido o comunismo ...".

Nota-se aqui o reconhecimento do peso político da Igreja não apenas do ponto de vista do número de fiéis, mas do poder ideológico na difusão de uma nova concepção do mundo.

São, pois, os Assistentes que - assumindo uma postura intermediária entre a base, os militantes, e a hierarquia da Igreja - atuam como interlocutores do conhecimento produzido e

sistematizado na Doutrina Social da Igreja, por um lado, e a experiência acumulada na vida engajada dos trabalhadores militantes. (33)

Neste sentido, temos ressaltado a importância do desempenho do Assistente em sua tarefa de "formação", tanto no que se refere aos militantes, quanto na influência que exerce junto à camada intelectual do corpo eclesiástico, dada a estreiteza do vínculo com a classe operária e a proximidade com a sua realidade.

Na verdade, a aproximação no mundo do trabalho permite experimentar, mais de perto, suas contradições e constitui até um certo privilégio, no que concerne à fusão do conhecimento adquirido pelo contato direto com as inovações na teologia contemporânea, como "sentimento" de revolta contra a situação expressa pela classe operária.

Em relação a essa organicidade, algumas interpretações têm superestimado a dimensão axiológica/moral inerente à proposta de formação do intelectual orgânico eclesiástico, empenhando-se de certa forma, numa negação da contribuição teórica.

Em sua análise sobre os agentes de pastoral, considerados intelectuais orgânicos nas CEBs, por exemplo, Baldissera, afirma que:

"Os agentes de pastoral, em bom número, opoem-se às interpretações da realidade que lançam mão da abstração que pretendem dar conta de todo social porque são explicações de intelectuais que não passam de elementos de classe média" ... e neste sentido ... "transmitir conhecimento já elaborado, estudado, é visto como instrumento de dominação" (BALDISSERA, 1987, p.129).

Se essa postura valoriza o saber popular e realiza a

transmissão de valores, atitudes e padrões ideológicos na formação de uma nova visão de mundo desconhece por outro lado que a classe operária historicamente tem sido impedida de ter acesso ao conhecimento que sustenta a dominação, do ponto de vista do avanço das forças produtivas e dos próprios mecanismos ideológicos para a manutenção do status quo.

Além do estímulo a uma relação que privilegia a autonomia a auto-confiança e a participação na Igreja e na sociedade civil e política é preciso que se perceba a real condição da classe operária. Ela requer instrumentos, ferramentas intelectuais para que possa compreender e assumir seu papel histórico.

Consciente da importância desta afirmação a ACO, entre suas atividades, dá prioridade à formação e entende que o Assistente é o elemento responsável por "incentivar e acompanhar todas as atividades de formação dentro do movimento, especialmente as publicações, edições, seminários e encontros(ACO, 1982, p.15).

A formação é vista como processo que implica no conhecimento , ou descoberta da realidade, no julgamento dessa realidade à luz dos valores evangélicos e, por fim, na identificação de formas concretas de atuação, no sentido da transformação da sociedade e das pessoas.

O recurso à pesquisa como forma de desvendamento do concreto, sempre foi bastante utilizado. Os documentos de maior peso, como denúncia das condições de vida da classe operária no Nordeste - tais como "Nordeste : Desenvolvimento sem Justiça" e "Nordeste : o Homem Proibido", publicados em 1967 e 1970, respectivamente - constituem relatório analítico de pesquisa

desenvolvida na região, pelos próprios militantes, sob a orientação de Assistentes e que serviram, também, como subsídio para a reflexão e o estudo nos Encontros do movimento.

Passaremos, a seguir, à análise do desempenho do Pe. Romano Zufferey, Assistente eclesiástico da ACO entre 1962 e 1985.

4.3.1.2 Padre Romano Zufferey

Muitos dos Assistentes da ACO foram, ou são, padres estrangeiros, com experiência de atuação em movimentos similares, especialmente na Europa. Dentre os Assistentes franceses, muitos haviam também participado, ou conhecido de perto, a experiência dos padres operários. Aliás, a profunda influência da Igreja e da cultura católica francesa no Brasil, segundo Lowy, pode ser vista "em razão das ligações diretas entre as ordens religiosas francesas e brasileiras ... , do grande número de missionários franceses no Brasil e da influência tradicional dos intelectuais católicos franceses sobre os seus equivalentes brasileiros" (LOWY, 1991, p.59-60). O destaque dado aqui à presença de Assistentes estrangeiros tem por objetivo enfatizar razões que possam explicar a convicção no engajamento assumido junto à classe operária, sua contribuição na difusão da teologia europeia e na formação de uma nova práxis cristã na Ação Católica. Como muito bem considera Lowy:

"Uma explicação é o auto recrutamento seletivo : os padres e religiosos disponíveis para partir em missão em países de A.L. representam provavelmente o setor da Igreja particularmente sensível aos problemas da pobreza e do Terceiro Mundo ... O contraste entre as condições de vida dos seus países de origem e a miséria absoluta que eles encontravam em sua terra de missão

vai provocar em muitos deles uma verdadeira conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres" (LOWY, 1991, p.38)

É nesse contexto, que podemos situar a vinda de Pe. Romano Zufferey para o Brasil, especialmente para o Nordeste, Recife, onde permaneceu durante 23 anos, como Assistente da A.C.O., em Pernambuco. Ele era suíço e ex-Assistente de JOC e de ACO em sua terra. Filho de operário, durante algum tempo trabalhou na construção civil na Suíça e conhecia profundamente a realidade da classe operária em seu país. Alguns depoimentos colhidos durante as entrevistas com militantes e outros Assistentes deixa transparecer essa visão:

"Ele dizia que a Suíça também era uma sociedade capitalista, com contradições, mas, por conta da luta, não tão selvagem quanto aqui. Para que os trabalhadores possam ter voz e vez vão ter que lutar ... - dizia - "numa parte da Suíça, há 50 anos atrás, as condições de pobreza não eram tão diferentes como as do Nordeste ... - Admirava-se como, com tão pouco estudo e condições precárias, o trabalhador brasileiro conseguia se sair. Ele tinha consciência de que na Suíça os trabalhadores estrangeiros tinham menos direito que os suíços, eram marginalizados, apesar de ganharem mais que em seus países de origem e receberem os trabalhos mais difíceis..." - depoimento de Lorena Araújo em entrevista concedida em 20/09/90.

Acreditamos, que à sua formação nas novas teologias européias e à sua experiência anterior com JOC e ACO, somou-se o aprendizado concreto da realidade nordestina.

Pe. Romano veio para o Brasil, especialmente para o Nordeste, em atendimento ao pedido do Movimento de ACO emergente na região, no início da década de 60. Chegou ao Recife, em setembro de 62, recebendo autorização para permanecer aqui cumprindo um prazo de 05 anos renováveis; mas aqui ficou até o final da sua vida.

O Arcebispo de Olinda e Recife, por ocasião de sua chegada, era D. Carlos Coelho e a ele Pe. Romano expressara, em carta, o seu compromisso :

"Eu me consagrarei plenamente a esta tarefa [cette tacher] : a formação de um laicato operário cristão, que possa assegurar a presença da Igreja no meio dos trabalhadores"(34)

Nota-se que a identidade de interesses com a classe operária é definida já pela origem de classe e reafirmada por uma opção consciente de adesão desde a sua ordenação em 1937(35). Desta forma, o vínculo que se estabelece entre Assistente e classe operária é orgânico, por natureza e por convicção, e assume o aspecto de compromisso vital. Talvez, assim, possamos entender o seu empenho e dedicação, total, à causa operária. E, neste sentido, o seu compromisso não é resultado único de atitude racional como reação às condições de exploração em que se encontra a classe operária - sua classe de origem - ou como aceitação de concepção teológica emergente, que questiona a dominação, mas é permeado pela visão mística, pela fé. No seu entender, há uma indissolubilidade na relação Cristo - classe operária e esta característica está presente também na sua vida:

"Jesus Cristo não é uma doutrina, mas uma pessoa. Jesus é trabalhador. Como foi possível criar essa barreira entre Ele e a classe? Não pode ter nada no cristianismo autêntico que impeça ao trabalhador cristão de ser totalmente operário e de se identificar totalmente com a sua classe. Qualquer barreira nessa linha é artificial (vem do Homem e não de Jesus Cristo), não vem da natureza profunda da realidade histórica e da natureza da pessoa de Jesus Cristo."(36).

No seu entender é nesta simbiose cristão/operário; Cristo/classe operária que está todo o fundamento e razão de ser da A.C.O.:

"A ACO tem um duplo compromisso de fidelidade: à classe operária e a Jesus Cristo. Compromete-se com a causa coletiva dos trabalhadores, levando-os a se conscientizarem e a lutarem pelos seus direitos, como pessoa e como classe, na vivência duma fé cristã adulta, segundo as exigências do Evangelho ... Em decorrência desta fidelidade a Jesus Cristo e à Classe Operária, a ACO define sua missão específica e a sua autonomia". (ACO, 1987, p.15).

Como Assistente Eclesiástico Regional, Pe. Romano exerceu enorme influência na consolidação do movimento, a nível do Nordeste e do Brasil, na perspectiva da vivência deste duplo compromisso. Como Assistente, como intelectual, eclesiástico, orgânico à classe operária, sua principal tarefa é a formação. E, ao exercê-la, busca inspiração na doutrina social da Igreja e no conhecimento científico-social acerca da realidade das classes. Em muitos de seus manuscritos, encontramos estudos analíticos sobre as encíclicas papais na busca de legitimidade à dimensão política, histórica e social do movimento e da própria Igreja. Alguns manuscritos contêm transcrições de trechos de Encíclicas Papais, tais como a "Populorum Progressio" ou "Pace in Terris".

O recurso aos documentos da doutrina social da Igreja e ao próprio Evangelho constituíram matéria prima a ser trabalhada nos encontros de formação e amadurecimento da fé. Há registro, por exemplo, de pronunciamentos seus feitos em dias de estudo e recolhimento com os militantes.

"A fé ... é o fundamento. Por isto, no tempo que vivemos, onde a Igreja conta conosco, onde o mundo conta com o Cristianismo, onde nós tomamos consciência de uma grande tarefa a cumprir, precisamos revisar a nossa fé, dar-lhe a amplitude que a situação exige - e que exige também o seu natural desenvolvimento ... Nós queremos que este dia de recolhimento sirva para tomarmos consciência do valor da nossa fé, para aprofundá-la, para desenvolvê-la. Pois a nossa missão na Classe Operária e na Igreja exige de nós uma fé adulta."(37)

A sua fidelidade a Jesus Cristo e à Igreja, no entanto, não obscurecia a visão histórica sobre um passado omisso desta instituição, que perdera sua autenticidade porque desligara-se da vida, insistindo numa prática de doutrinação, ignorando sua missão de ser sinal e testemunho no meio dos homens. Se os milagres eram sinais que revelavam sempre uma preocupação com a condição de vida concreta do povo, um testemunho em favor dos valores do homem; a Igreja tardou em entender isso e os sinais não chegavam ou chegaram tarde demais:

"A encíclica Rerum Novarum saiu em 1891, enquanto o Manifesto de Karl Marx foi publicado em 1848, e o Capital de Karl Marx também em 1867 ... Mas além de ter chegado muito tarde, a sua aceitação pelos bispos, pelos padres, pelos cristãos, demorou a se manifestar.. Ainda hoje, nem todos aceitam ..."(38).

Pe. Romano estende sua crítica à Igreja Brasileira do século passado :

"No Brasil não se tratava ainda de classe operária. Reinava a escravidão. A atitude da Igreja foi também de omissão. Ela não foi o sinal, o testemunho nas obscuridades da escravidão, como a Igreja da Europa, na mesma época, não o foi nas obscuridades da industrialização da segunda parte do Século XIX.(39).

Se, de acordo com a hierarquização intelectual na visão de Gramsci, ao nível intermediário corresponde o encargo de administrar ou divulgar a nova concepção de mundo, não podemos imaginar que isto se verifique de forma mecânica, especialmente em se tratando da nova orientação no interior da Igreja, no tocante à valorização das contribuições da base.

Nessa perspectiva vemos que a ACO tem buscado alargar seu espaço no interior da estrutura hierárquica, resguardando certa autonomia que lhe possa conferir, simultaneamente, livre

acesso à produção eclesial e liberdade de ação na sociedade civil. Para alcançar a maturidade dessa relação, os Assistentes têm atuado não apenas como interlocutores, mas revelam a preocupação em pensar o próprio movimento de A.C.O., - sua natureza, seus princípios, seu papel histórico - enfim, se voltando para o interior do movimento constituem os "pensadores", os "filósofos", os que se debruçam sobre a razão de ser da ACO e levam seus membros a refletir e a defini-la.

Pe. Romano - que vivenciou a experiência de Assistente Regional do Nordeste durante 23 anos, 1962/1985, quando veio a falecer - e de Assistente Nacional da ACO nos anos de 1968 a 1974, considerados os mais duros do período caracterizado pela repressão da ditadura militar - acumulou profundo conhecimento sobre a natureza da ACO. Em manuscritos datados de abril de 1979 ele define o movimento como "agrupamento de trabalhadores que têm fé em Jesus Cristo para se ajudar a viver esta fé numa fidelidade à classe operária"(MANUSCRITO, de Pe. Romano). No documento são identificadas duas linhas de organização existentes no ACO: a primeira, voltada para a "construção da Sociedade Nova", exigindo o engajamento no Sindicato, na Associação de Bairros e no Partido Político; a segunda, preocupando-se com a vivência da fé em Jesus Cristo, e requerendo relação com a Igreja. No seu entender, portanto, a ACO não pode ser considerada:

"uma organização a mais ao lado de outros partidos; - um outro movimento operário ao lado dos que já existem ou, na Igreja, uma organização a mais ao lado das outras, para cumprir uma tarefa em nome da Igreja", mas como "um movimento de trabalhadores, fundado, dirigido e assumido pelos próprios trabalhadores (...) pois o que é da classe operária deve ser assumido por ela mesma, e não pela Igreja oficial ou pelo governo"(MANUSCRITOS de Pe. Romano).

Sendo assim o que se exige do militante é o engajamento, isto é, o compromisso livre e consciente pela liberdade da classe operária.

O documento oferece ainda pontos que fundamentam as implicações e exigências dessa opção:

- uma busca permanente para conhecer a realidade e as pessoas, o que exige uma constante atitude de pesquisa;
- uma ação que permita encaminhar o companheirismo para um processo de mudança das pessoas e das estruturas;
- uma dimensão política, isto é, uma ação capaz de criar condições para que a classe operária se una e se organize para participar e decidir;
- uma dimensão de fé : a consciência de que Cristo está presente em tudo e a convicção de que no engajamento está se vivendo a morte e a ressurreição de Cristo.

Na realidade, essas indicações constituem resposta a questionamentos apresentados à ACO, vindos de autoridades inseridas na máquina estatal, do empresariado e da própria Igreja.

Pe. Romano, desde a sua chegada ao Brasil procurou desenvolver um trabalho de ampliação das equipes de ACO - especialmente nos bairros industriais - e de extensão do movimento a outros Estados do Nordeste: Paraíba e Rio Grande do Norte, por exemplo. A conjuntura pós-64, de um lado, fez desaparecer alguns grupos e enfraquecer a articulação, mas, por outro lado, contribuiu para que se solidificassem os laços entre os que permaneceram vinculados ao movimento. Tal situação foi alimentada sobretudo, pela presença e postura de D.Hélder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife. Quando indicado para Assistente Nacional da ACO em 1968, Pe. Romano ampliou seu raio

de atuação e passou a ter a visão nacional do movimento.

No que se refere ao conflito ou divergências com certos setores da própria Igreja, entendemos que há uma dupla dimensão a ser analisada:

Em primeiro lugar, vale relembrar que, em 1968, realiza-se a II Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín - momento decisivo para afirmação de uma nova prática pastoral oficial para a Igreja do continente. A partir daí vão se configurando as pastorais sociais na medida em que vai se afirmando "um jeito novo de ser Igreja", com o reconhecimento das CEBs. Na ótica, portanto, dos organizadores da nova pastoral, trata-se de afirmar o "novo" e adaptar os movimentos existentes, vinculando-os à estrutura emergente.

Considerando a história, a natureza, as características próprias do movimento, a ACO não poderia aceitar uma subsunção às pastorais. Era preciso assegurar seu espaço na nova estrutura da diocese, sem sacrificar a sua autonomia. Entretanto, conforme pronunciamento de militantes, essa atitude não era unânime:

"alguns queriam que a ACO se ajustasse às normas estruturais da Diocese e como a ACO nunca aceitou, houveram muitas críticas, não só de ouvir dizer, mas também críticas escritas" - depoimento de Lorena Araújo, em entrevista realizada em 20/09/90.

Mesmo assim, D. Hélder Câmara entendeu, aceitou e sempre manteve com o movimento uma relação de respeito e de admiração que era mútua.

Um outro aspecto a considerar nesta relação conflituosa é de natureza teórica. Estava em discussão, no momento, a própria concepção de classe operária. Se movimentos da Ação Católica Especializada - especialmente JOC e JUC e, posteriormente a ACO -

adotaram como referencial teórico a concepção marxista clássica, os idealizadores da Teologia da Libertação e da nova pastoral, partindo do mesmo referencial, ampliam o conceito de classe social, a partir das contribuições mais recentes dos cientistas sociais. A terminologia adotada, então passa a ser "classes subalternas ou populares". Essa postura leva a um questionamento sobre a existência de classe operária, no Brasil e, de forma menos provável ainda, no Nordeste, fato este que implica, por sua vez; no questionamento da atualidade e do significado da ACD na região e no país.

A tensão então gerada, a partir desse questionamento, que se estende de 1972 a 1977, repercute seriamente, inclusive no agravamento das condições de saúde de Pe. Romano, o que coincide também com o desencadeamento de uma perseguição por parte da Polícia Federal que culmina com a instauração do processo para sua expulsão do país, em julho de 1977(40).

A perseguição a bispos e padres conhecidos como "progressistas" tornou-se uma prática institucionalizada pelo governo militar, principalmente após a publicação do AI-5. No que concerne aos padres estrangeiros foi criada uma Legislação especial(41), assim justificando a expulsão de 04 padres - só no Recife - entre 1968 e 1972. Estamos nos referindo aos Padres Oblatos de Maria Imaculada, norte-americanos - Dario Rupier e Peter Grans (26/12/68) - ao Padre belga Joseph Comblin, na Semana Santa de 1972, e ao Pastor Fred B. Movis, em 1975.(42)

Apesar de o encaminhamento do processo materializar-se no governo Geisel - sob orientação do então Ministro da Justiça

Armando Falcão - as investidas contra a pessoa do Pe. Romano e vários militantes da ACO remontam aos primeiros dias que sucederam a instalação do autoritarismo militar, em 1964:

"No Recife, a repressão atingiu primeiro a JOC. A sede do JOC feminina foi invadida (...) Fizeram várias prisões. O Pe. Romano Z. Assistente do ACO, que passava pelo local, aproximou-se para ver o que aconteceu e também foi preso, sendo solto no dia seguinte. Em circunstâncias semelhantes foi igualmente presa a dirigente Lorena Araujo. E no dia seguinte a polícia invadiu a sede da ACO, levando a documentação que encontrou" (ACO, 1987, p.54).

A principal acusação recai sobre a distribuição de um "Panfleto 1º de maio"(43), ocorrido em 30/04/76 que se constitui para a Polícia Federal; a prova número um da utilização de documentos, que "sem sombra de dúvida, é de cunho Maxista e sugere, do começo ao fim, a luta de classe"(44) e que por isso viola a Lei de Segurança Nacional.

Na realidade, a divulgação do "panfleto" serviu apenas como gota d'água que fez transbordar a série de acusações acumuladas na Delegacia da Polícia Federal que enquadravam a ACO e, mais precisamente, seu Assistente na Lei de Segurança Nacional. Na oportunidade, foram acrescentados ao Processo outros documentos produzidos e publicados pela ACO tais como : "Nordeste Desenvolvimento sem Justiça", "Nordeste : O Homem Proibido" e "100 Anos de Suor e Sangue", considerados como material subversivo.

O grande temor dos representantes do regime militar era o poder de influência que a ACO detinha no meio dos trabalhadores pelo fato, inclusive de dispor de um mecanismo de reprodução de suas idéias que era a Livraria Diálogo, para a qual

requeriam a suspensão do funcionamento. Os pronunciamentos da Polícia Federal sobre a ACO consideram-na um entidade,

"organizada e dirigida pelo Pe. Romano, estabelecida com a Livraria Diálogo, juntamente com órgãos de propaganda política da Arquidiocese de Olinda, e Recife, é hoje a organização mais ativa na difusão de livros, publicações, panfletos e idéias amotinadoras defendidas pelos 'progresistas católicos'. Qualquer pessoa pode comprar, a preços módicos, livros, cadernos pastorais, apostilas contendo os discursos e pronunciamentos de D. Hélder Câmara nas suas andanças pelo mundo, publicações da CNBB (...), além do jornal do homem do campo, 'O grito do Nordeste', editado e distribuído sob a responsabilidade do Pe. José Servat, dirigente da ACR". (45)

Quanto ao Pe. Romano, o parecer emitido pela Consultoria Jurídica do Distrito Federal deixa transparecer que:

"O Estado brasileiro é leigo desde a proclamação da República. Sua laicização atende aos motivos da Igreja e do Estado. Malgrado isto, há grande tolerância por parte do Governo, reflexo do caráter religioso do povo, em relação aos eclesiásticos brasileiros e até a suas idéias revolucionárias. No que toca, porém aos estrangeiros está o governo no direito-dever de impedir que eles, sacerdotes ou não, prejudiquem o clima de tranquilidade, necessária à consecução dos objetivos nacionais". (45)

Está bastante explicitado a que tipo de estrangeiros se dirigiam estas prerrogativas: àqueles vinculados aos interesses dos trabalhadores visto tratar-se de uma questão política-ideológica que punha em jogo os interesses de classe e não os interesses da soberania nacional, há muito violada pelo padrão da relação estabelecida Brasil - EUA.

Apesar de todas as publicações da ACO terem recebido autorização da censura para circular livremente no país, elas agora são apontadas como:

"cartilhas da subversão que ensinam e defendem as técnicas comunistas para os movimentos paredistas, panfletos que empanam as conquistas do sindicalismo democrático no Brasil, apenas porque não foram obtidas com o derramamento de sangue e mascaram os sindicatos em clubes de sedição e revoltas contra toda a organização social". (fls. 32-33 do processo)

Na verdade, todas as acusações giravam em torno de um eixo comum - o poder da Igreja como instituição que, no seio da superestrutura, enquanto organização cultural, participa na elaboração/difusão da ideologia. A esse respeito, retomando os estudos de Gramsci, na interpretação de Portelli, temos :

"A Igreja católica representa, realmente todos os aspectos que Gramsci analisa na sociedade civil : por um lado a ideologia disseminada e adaptada a todo o corpo social; por outro lado as organizações e os canais de difusão dessa ideologia"(PORTELLI, 1977, p.30).

A ameaça torna-se mais evidente ao poder constituído se a instituição, através de seus membros do clero e dos movimentos a ela vinculados, resolve colocar, sua força e estrutura em prol da elaboração de uma ideologia dos dominados. Eis a razão do conflito Estado-Igreja e da perseguição aos bispos, padres e leigos, que ousaram posicionar-se contrários aos esforços da ideologização dominante e de seu processo de aculturação. Ainda para ilustrar esses comentários, podemos citar trechos da análise emitida pela Polícia Federal. a respeito do livro : "100 Anos de Suor e Sangue" :

"100 Anos de Suor e Sangue" procura inicialmente dar visão panorâmica e histórica, naturalmente distorcida e tendenciosa do desenvolvimento e nascimento da indústria no Brasil e no NE, a partir de fins do último século (...). Sua narrativa busca transformar Manoel Pedro de Oliveira - Manoel do O', menino criado em Usina de Açúcar, mais tarde operário militante, num misto de líder e herói ... Na tentativa de criarem um mito para o operariado, rechearam-no de romantismo e deram -lhe uma consciência de valor e amor próprio que o transformam em produto artificial, especialmente trabalhado para tocar os mais sugestionáveis..."(fls. 32-33 do processo).

Malgrado os dissabores provocados junto ao movimento da ACO diante da possibilidade de expulsão do Pe. Romano, o processo trouxe como desdobramentos a difusão dos trabalhos realizados

pelo movimento a nível nacional e internacional e suscitou uma cadeia de mobilização de solidariedade dos mais variados setores da sociedade civil e política. São muitos os pronunciamentos de autoridades políticas e representantes do clero local, e nacional e os gestos públicos em apoio ao Pe. Romano na tentativa de impedir sua extradição. Os jornais da época noticiam as manifestações de solidariedade da CNBB, através de seus representantes D. Ivo e D. Aloísio Lorscheider que estabelecem contatos com o Ministério da Justiça, com a Nunciatura Apostólica que, por sua vez comunica-se com a Santa Sé e esta se pronuncia junto ao Itamaraty. Os bispos do NE - D. José M^{re} Pires (J.Pessoa), D. Marcelo Carvalheira (bispo auxiliar) e D. Manuel Costa (Campina Grande), em carta endereçada ao Pe. Romano assim se expressam:

"... a notícia de sua expulsão do Brasil caiu sobre nós como um raio. Bem sabemos que o castigo injusto que lhe foi infligido recai sobre a tão sofrida classe operária sobre cujos ombros está a maior parcela da responsabilidade de produzir as riquezas de que ela tão pouco usufrui. Foi a essa classe que você se dedicou totalmente durante o tempo que passou entre nós. Agora você é bruscamente separado da classe operária do Brasil, não porque você tenha violado as leis do nosso país, mas porque soube ser fiel ao seu compromisso de ficar do lado dos operários. Seu exemplo, Pe. Romano, é estímulo para todos nós..."(47).

De forma semelhante, a CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil, através de telegrama demonstra seu apoio. E assim, há muitas outras expressões, de caráter coletivo e individual. Observamos, portanto que, à essa época, a "opção preferencial pelos pobres" já tinha raízes muito fortes na Igreja brasileira. Todos estes depoimentos além de se constituírem um apoio ao trabalho do Pe. Romano, na ACO, consistiam numa afirmação da

postura e trabalhos deste setor da Igreja como um todo. É nesta perspectiva que entendemos as palavras de D. Hélder:

"... se eles consideram fazer política a preocupação com o bem comum, então, paciência, nós vamos continuar fazendo política, pois nós nos preocupamos com os direitos humanos. Na verdade, eu não gostaria de ter nenhum padre na minha arquidiocese que não se preocupasse com o bem comum de todos..."(JORNAL DO BRASIL, 15/07/77).

Aliás, o comportamento de D. Hélder não se restringe a um apoio mas se caracteriza como um "assumir com", uma aprovação e concordância com o teor dos documentos e com o desempenho de Pe. Romano. E quando, por ocasião da Vigília de Solidariedade que contou com a participação emocionada de cerca de duas mil pessoas, D. Hélder pergunta aos padres quem estaria disposto a dar continuidade ao trabalho de Pe. Romano, caso ele fosse expulso; trinta dos sacerdotes presentes levantam-se e asseguram seu compromisso com a classe operária.

Vale salientar que nesta vigília, convocada pela "Faixa Popular" da Arquidiocese de Olinda e Recife e realizada no dia 20/04/77, no Colégio Marista, compareceram massivamente representantes do meio eclesiástico, da sociedade civil organizada - membros do Diretório Central dos Estudantes e alguns parlamentares, entre eles, o Senador Marcos Freire.

Tantas foram as adesões e expressões de apoio(48) que o processo foi arquivado. Na realidade, como afirma a comissão de Justiça e Paz, o que se pretendia era a expulsão da própria Igreja do meio operário, através da expulsão de seus Assistentes eclesiásticos, ou seja, dos novos intelectuais orgânicos da classe operária.

Entretanto, também aqui, o setor progressista da Igreja

utiliza-se de recursos milenares da instituição e que lhe conferem a condição de instituição ímpar no seio da superestrutura: a unidade de pensamento e a estrutura organizacional de que dispõe para difundir suas idéias. A esse respeito, Gramsci destaca a importância do "material ideológico" formado essencialmente pela literatura e imprensa (até os boletins paroquiais), bem como de outros canais existentes ou criados na organização, de esforços duradouros e pacientes que a Igreja emprega para desenvolver sua própria seção da estrutura material da ideologia.

Graças a esses mecanismos de divulgação, o trabalho desenvolvido por Pe. Romano e pela ACO no Nordeste ganham, neste momento polêmico, maior significação política. Sendo assim, qualquer pronunciamento do movimento a partir de então tem uma repercussão bem mais ampla que antes. Assim, é que, em plena discussão sobre o processo de expulsão, a ACO e seu Assistente envolvem-se no debate sobre o fechamento do Cotonifício Moreno, na defesa do emprego de 1.200 trabalhadores; suscitando o pronunciamento de outras entidades ou pessoas através da imprensa, da Assembleia Legislativa, da Câmara e do Senado, no sentido da reabertura da fábrica, principal atividade econômica da cidade.

Apesar de, no caso Moreno, não se conseguir a viabilização da proposta em prol dos trabalhadores (49), pouco a pouco, a discussão sobre o desemprego, como resultante da perda da estabilidade e da falta de autonomia sindical, vai ocupando espaço na sociedade civil e política. Como personagem de

grande atuação no movimento, em relação a essa temática, Pe. Romano é convidado a conferir palestra, no Congresso Nacional, aos deputados do MDB que, nesta ocasião (maio de 1979) estudavam a reformulação da legislação sindical:

"...Pe. Romano ... chamou a atenção dos deputados para os dois pontos que mais escravizam os operários como pessoas humanas e que mais escravizam a Classe Operária como um todo: (a falta de) estabilidade no emprego e o autoritarismo sindical. Sustentou a sua argumentação em razões históricas, evangélicas e humanistas. E concluiu citando o apóstolo Paulo. Para ele, a terra inteira tem por missão formar homens livres. Estamos convencidos de que a CLT, reconhecendo a estabilidade do trabalhador no emprego e a autonomia do sindicato, contribuirá para atingir essa meta"(ACO, 1987, p.114).

Consciente da importância da organização na formulação do Projeto Político para a classe operária, Pe. Romano estava atento para o fortalecimento do sindicato autônomo e livre da velha estrutura atrelada ao Estado. Neste sentido, sabia reconhecer e confirmar o valor das lideranças, fosse através da presença firme, amiga nos momentos de repressão - prisões, demissões etc. - ou nas ocasiões de festa como a da vinda de Lula a Pernambuco, enquanto Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema, em São Paulo. A ele Pe. Romano referiu-se como "o metalúrgico feito de nobre metal, aquele cada vez mais raro, que se quebra, mas não se curva".

Dentro deste enfoque, desde o início de sua atuação na ACO - Nordeste, Pe. Romano procura desenvolver um trabalho de articulação entre as várias equipes de ACO, formação das novas lideranças, de estímulo ao surgimento de novos grupos. Numa oportunidade de descanso em Itajubi, MG, em junho de 1984, registra em seu caderno de notas :

"Durante minha visita à cidade, amanhã, quero perguntar à freira como seria possível fazer um certo levantamento

sobre a situação operária na cidade : número aproximado, categorias mais fortes, fábricas e empresas mais importantes, com os principais problemas, os sindicatos, etc. e uma pessoa que teria gosto de acompanhar um trabalho com operários (...). Vou pedir a Ir. E... de me facilitar as informações sobre a vida operária da cidade e um contato com um antigo militante da ACO que ela me diz existir. Parece que houve uma ACO no tempo passado. Hoje não tem nada"(MANUSCRITOS de Pe. Romano).

Parece-nos que esta foi a metodologia de trabalho utilizada pelo Assistente suíço durante toda a sua permanência no Brasil. Nisto identificamos um apurado sentimento de responsabilidade com a classe operária e um comportamento bastante racional na adoção de procedimentos de investigação para conhecimento da realidade e da articulação para a organização assim como, a consciência da importância da figura do Assistente no processo de formação como um todo.

Tal característica fica ainda mais evidente quando ressaltada por alguns militantes fundadores da ACO :

"Uma das coisas mais importantes que eu vi e que senti em Romano foi a preocupação dele, logo ao chegar, em descobrir companheiros, em descobrir os trabalhadores para conhecer as suas reações de brasileiros e nordestinos. Eu o acompanhei muitas vezes na casa dos trabalhadores, nos sindicatos, nos clubes de futebol, nos clubes recreativos e nos bares inclusive (...). Todos os trabalhadores que o conheceram, ficaram impressionados com a sua marca de um padre diferente, um padre sem batina, um padre que visitava os trabalhadores nas suas casas, nos seus locais de trabalho ou onde ele se encontrasse", pronunciamento de Luís Barros(ACO, 1985, p.5).

Em fevereiro de 1985 Pe. Romano vem a falecer com infecção pulmonar .

Sobre ele, alguns depoimentos de militantes da ACO, de membros do clero e da sociedade civil em geral, tentam resgatar o significado de sua presença para a classe operária no Nordeste:

"Quem teve oportunidade de acompanhar a trajetória da

Ação Católica Operária a nível nacional, pode verificar que Romano defendeu as posições que a gente poderia chamar as mais avançadas e mais consequentes da classe trabalhadora, no nível da organização e da participação dos trabalhadores" - pronunciamento de João Paulo (ACO, 1985, p.3).

"Ele amava o trabalho porque ele amava a criação humana. Ele amava o trabalho porque sabia que o trabalhador sofrendo era de fato um filho de Deus sofrendo - e era também o próprio Cristo" - pronunciamento de D. Hélder Câmara, ACO, 1985, p.5)

"Romano sofreu por fidelidade a essa proposta. Sofreu não somente por parte do sistema, dos poderes deste mundo. Sofreu dentro da sua própria Igreja. Num primeiro momento, em que ser padre comprometido com o trabalho cheirava a subversão, a política. Num segundo momento, quando a Igreja toda vai se comprometendo mais com a causa dos trabalhadores, Romano sofreu também pelo questionamento que se fazia sobre a atualidade do movimento de ACO diante de outras propostas que começaram a surgir" - pronunciamento de Pe. Reginaldo Veloso, (ACO, 1985, p.4).

4.3.2. ACO e Igreja no Nordeste nos Últimos Dez Anos

4.3.2.1. As Publicações

O ponto central do método Ver - Julgar - Agir, utilizado pela ACO, é a - Revisão de Vida Operária - RVO - que consubstancia o momento, por excelência, de mediação entre o particular e o geral, entre o cotidiano da vida operária e genérico histórico da classe, na sociedade capitalista.

Neste sentido, a ACO entende que:

"A RVO, dentro do método Ver - Julgar - Agir, precisa fazer parte de um programa de formação global a ser elaborado pelos próprios trabalhadores, a partir de suas necessidades. Certos aspectos da R.V.O. necessitam de um conhecimento maior que só pode ser adquirido através de seminários, congressos, aprofundamentos bíblicos, análises mais amplas da realidade sindical, política, econômica, social, eclesial e ideológica ..."(ACO, 1987, p.13).

Tais considerações evidenciam o reconhecimento da carência de informações, assim como de recursos disponíveis que

veiculem essas informações de forma acessível aos militantes.

O Congresso de 1982 priorizou como tema a definição ideológica e organizacional do movimento e nesse "voltar-se para si mesma", a ACO conclui que a formação é o aspecto primordial a ser considerado no Plano de Ação para os próximos 10 anos. Sendo assim, as estratégias adotadas pelo movimento para responder à carência de formação/informação, identificada no VI Congresso Nacional, em 1982, compreendem:

- aprofundamento da metodologia do Ver, Julgar, Agir e da Revisão de Vida Operária;
- intensificação de Seminários Nacionais, regionais ou locais. (50)
- redimensionamento da atividade editorial da ACO.

Já temos assinalado a importância das publicações do movimento da ACO não só como instrumento pedagógico, mas principalmente como elemento de composição de uma nova literatura operária. Trata-se de leitura da realidade do ponto de vista da classe operária, fundamentada em valores que questionam a ordem social vigente e reclamam a sua transformação.

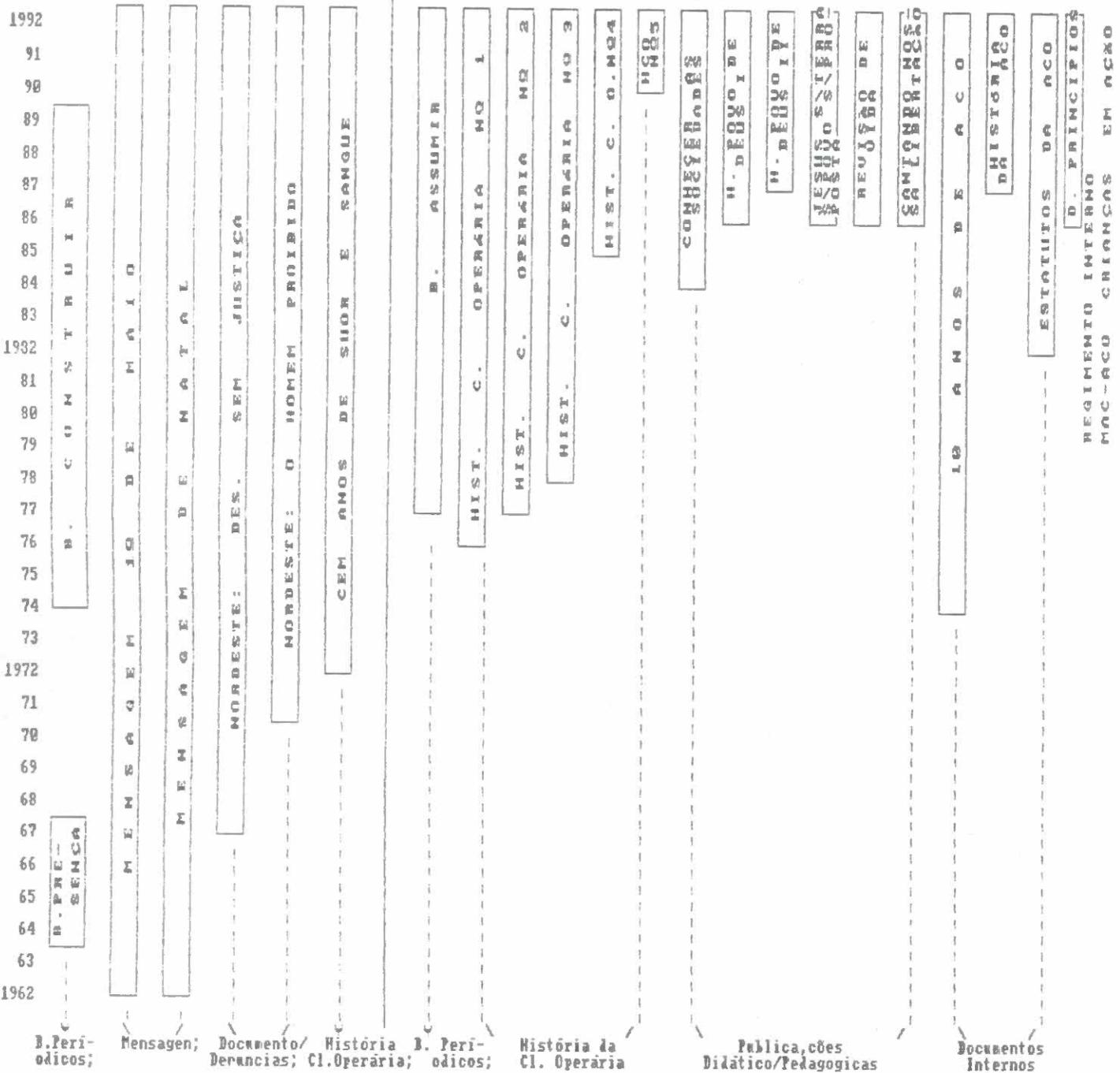
No nosso entender, as publicações têm sido um subsídio para a classe operária no processo de busca do conhecimento de si mesma, do seu reconhecimento enquanto classe, na história da sociedade brasileira.

O Gráfico Nº7, a seguir situa cronológica e espacialmente a produção de publicações do movimento, nas três últimas décadas.

A sua distribuição no tempo irá comprovar o que afirmamos, inicialmente, sobre a caracterização predominante nos

REGIONAIS

NACIONAIS



respectivos momentos históricos. Com efeito, as primeiras publicações inserem-se no período em que o movimento definia como prioridade a denúncia sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Podemos observar que há nessa época, uma concentração da produção na região Nordeste, fato que evidencia o seu pioneirismo também neste aspecto. Já no início da década de setenta, a publicação do livro "100 Anos de Suor e Sangue" aponta para uma nova etapa: a do resgate histórico do movimento a nível nacional. A decisão de escrever cadernos, em linguagem popular, sobre a "História da Classe Operária no Brasil" foi tomada nos Congressos de 1971 e 1974, respectivamente.

A primeira publicação é lançada em 1976. Tal iniciativa foi uma resposta à corrente sociológica, segundo a qual não existe classe operária no Brasil. A ACO sentiu-se na obrigação de mostrar, concretamente, que a classe operária existe e é atuante no país. A melhor forma que encontrou para fazê-lo foi através da recuperação da memória histórica de suas lutas. Inicialmente, a principal fonte de pesquisa foram os arquivos de jornais de cada época. Com a aproximação aos dias atuais, torna-se possível a contribuição de líderes operários que vivenciaram os problemas e participaram das lutas da fase estudada. Este fato justifica as palavras introdutórias em um desses cadernos:

"Estamos escrevendo a história da classe, neste livro, mas estamos, sobretudo, escrevendo-a no concreto da nossa vida e do nosso engajamento. Tínhamos a ambição de fazer a história operária da nossa época. Se este livro contribuir para firmar em nós essa determinação, então valeu a pena o nosso trabalho" (ACO, 1985, p.2).

A coleção compreende 5 volumes. O 1º caderno foi lançado

no dia 1º de maio de 1976 sob o título "Gestação e Nascimento da Classe Operária entre 1500 e 1887" - ano do enforcamento dos líderes operários em Chicago. O 2º Caderno registra a "Infância dura: Resistência de 1888 a 1919", que foi lançado no ano seguinte 1977. Em 1978, conclui-se o 3º volume, que denomina como " Idade Difícil" os anos de 1920 a 1945. Só em 1985 edita-se o 4º caderno intitulado, " Amadurecimento" referindo-se ao período entre 1945 e 1964 e, por fim o último volume, já publicado, registra os acontecimentos entre 1964 e 1978: sob o título: "Resistindo à Ditadura".

A partir de meados da década de 80 observa-se uma concentração de publicações voltadas para atividades pedagógicas que envolvem um aprofundamento sobre a metodologia da Revisão da Vida Operária - RVO - ou sobre temática mais voltada para a dimensão religiosa do movimento. Revela-se aqui uma nova fase de relacionamento com a Igreja, visto que muitas dessas publicações são elaboradas pela ACO em conjunto com a Pastoral Operária - PO. Constata-se também uma contribuição no processo de releitura dos evangelhos na qual a imagem de Jesus Cristo é vista na ótica de um Cristo trabalhador e, como tal, comprometido com a proposta de seu grupo social.

A necessidade de aprofundar o sentido cristão da luta motivara, já no V Congresso Nacional de 1985, a eleição de prioridades nesta direção, tais como:

- "- manter contatos com outros movimentos e comunidades da Igreja no mundo operário e popular;
- contribuir na elaboração dos planos da Pastoral Operária;
- levar ao conhecimento dos diversos setores da Igreja a

realidade operária e os seus problemas" (ACO, 1987, p.109).

Neste sentido, encontramos publicações conjuntas ACO/PO ou ACO/MAC - Movimento de Adolescentes e Crianças -, numa tentativa de articulação de distintos movimentos para maior penetração na sociedade.

A produção literária existente sobre a própria ACO insere-se neste contexto mais amplo e atende a sua proposta primeira de " tornar a Igreja presente no meio operário e tornar a classe operária presente na Igreja". O livro "História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária", cuja 1ª edição data de 1987, foi escrito a partir de depoimentos dos próprios militantes e contou com a colaboração de jornalistas e sociólogos vinculados ao Movimento (51).

Os Boletins periódicos - CONSTRUIR e ASSUMIR - têm como objetivo, respectivamente, a atualização sobre fatos, acontecimentos da classe operária, das organizações sindicais, do movimento popular dentro de um enfoque de análise adotado pelo movimento da ACO.

Em outras palavras, buscam :

"Oferecer aos militantes reflexões e estudos sobre temas sempre atuais, ajudando-os a enfrentar os problemas decorrentes do seu engajamento na família, na profissão, na Igreja, no bairro" (ACO, 1987, p.141).

Em síntese, podemos afirmar que os boletins periódicos constituem um veículo de atualização e registro da própria história da classe operária.

Ocupam, por isso, um espaço importantíssimo entre as publicações destinadas a suprir a necessidade de formação.

Por fim, devemos assinalar como se procurou mostrar que,

para os militantes da ACO, a formação é uma preocupação básica para o crescimento da consciência de classe:

"... é preciso aperfeiçoar e intensificar a formação de militantes, a fim de que os engajamentos tenham cada vez mais consistência e também para que a ACO, através de seus militantes, possa estar sempre presente na classe operária, como movimento missionário e educador" (ACO, 1987, p.147).

4.3.2.2. O Refluxo da Igreja no Nordeste

Se a conjuntura brasileira dos anos 70 presencia o fortalecimento de organizações populares; a nível micro-social, seja como expressão dos movimentos de classe - os sindicatos, ou de movimentos com caráter de classe - associações de moradores, clubes de mães, etc., a década de 80 caracterizar-se-á pela estrutura dessas organizações a nível nacional, como a CUT, a CGT e a USI, no âmbito do movimento sindical e da CONEM e ANAMPOS, no movimento popular(52).

Além disto, um outro fenômeno vai modificar o cenário político nos anos oitenta, tal como nos assinala Glória Gohn:

"enquanto nos anos 70 e início de 80 era a sociedade civil o principal sustentáculo de apoio dos movimentos, destacando-se setores da Igreja Católica, no final dos anos 80 passa a ocorrer uma transferência de apoio para a sociedade política, que deixa de ser, na figura do Estado, o 'inimigo aparente' dos movimentos populares"(GOHN, 1991, p.15).

A referida autora entende como fatores explicativos dessa mudança, entre outros, a ascensão do PT ao poder público, especialmente o municipal e a crise no interior da Igreja Católica.

Com relação a essa último aspecto, observa-se que o acirramento dos conflitos conduz à afirmação de postura bem diferenciadas dentro da instituição e que a supremacia, na

América Latina, do pensamento consubstanciado na Teologia da Libertação vai perdendo espaço frente às investidas da ala conservadora.

A tática do Vaticano tem se manifestado numa represália a alguns teólogos, como é o caso de Leonardo Boff, condenado a um ano de silêncio, após a publicação do livro "Igreja, Carisma e Poder", que constitui uma crítica ao sistema autoritário de poder e ao dogmatismo da instituição, principalmente no terreno do poder episcopal.

A nomeação sistemática de bispos conservadores, em substituição aos que morrem ou se aposentam, insere-se no contexto da política adotada, imprimindo a desestruturação dos setores criados sob a orientação da Teologia da Libertação e provocando intensa instabilidade junto ao clero e aos leigos.

Mais uma vez, a região Nordeste é alvo privilegiado do combate ideológico: em outubro de 1987, em substituição a D. Hélder Câmara, é nomeado o Monsenhor José Cardoso, classificado por Lowy como "um conservador especialista em direito canônico, que viveu em Roma de 1957 a 1979" (LOWY, 1991, p.58).

Dentre suas primeiras medidas como Presidente do Regional Nordeste II, destaque-se a elaboração de "um novo regimento interno do regional que (...) ampliou os poderes da presidência e ofereceu uma cobertura legal ao processo de demissões que daí se instaurou" (PLOEG, 1991, p.64).

O plano adotado consistiu no desmonte ao aparelho institucional que estava a serviço da "Igreja dos Pobres", através da demissão das equipes que compunham a Pastoral Rural, o SEDIPO (Setor de Informação Popular), o Centro dos Direitos

Humanos, a CJP - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife; o CIMI - Conselho Indigenista Missionário e o MAC - Movimento de Adolescentes e Crianças. Muitos desses serviços estão sendo prestados, agora, por pessoas que se identificam com a nova orientação episcopal e participam de movimentos mais espiritualistas como o dos Folclorinos ou a Carismática.

No âmbito da formação, o grande golpe foi o fechamento do ITER - Instituto de Teologia do Recife e do SERENE - Seminário Regional do Nordeste, instituições voltadas para a formação de padres e agentes pastorais, com curso superior de teologia.

Neste contexto, vários padres são acusados de desobediência à autoridade episcopal e expulsos de sua paróquia ou comunidade. Entre eles encontram-se: Pe. Tiago, Pe. Antônio Maria, Frei Aluísio Fragoso e o Pe. Reginaldo Veloso, todos comprometidos com a causa dos oprimidos no pensamento da Igreja pós-conciliar e fiéis aos princípios definidos em Medellín e Puebla.

Dedicaremos maior atenção ao caso do Pe. Reginaldo Veloso, tanto pela repercussão que assumiu o evento, do ponto de vista nacional e internacional, pelo significado do fato para a Igreja na América Latina, quanto pelo fato de ele ser Assistente regional da Ação Católica Operária no Nordeste, em substituição ao Pe. Romano Zufferey e Assistente adjunto a nível nacional. A indicação de seu nome como Assistente está diretamente relacionada ao seu desempenho junto às camadas populares, revelando uma identificação crescente com os interesses dos

trabalhadores em sua prática pastoral. Esse compromisso era evidente já em 1968, quando recusou a residência na casa paroquial, pertencente a fábrica da Macaxeira (do grupo Othon) e decidiu morar numa casa popular, no meio do bairro operário. Foi se intensificando na medida mesma de sua participação decisiva na pastoral dos movimentos e comunidades da arquidiocese de Olinda e Recife e no contexto latino - americano, como compositor de cânticos litúrgicos.

Vítima de processo na justiça militar, motivado pela canção "VITOR VITOR VITORIA" em solidariedade ao Pe. Vito Miracapillo, expulso do país por decreto do Presidente da República, Pe. Reginaldo foi julgado em outubro de 1980, e condenado a dois anos de prisão e, pelo fato de ser réu primário, contemplado com a possibilidade de responder em liberdade(53). Vale salientar que as audiência contaram com um grande fluxo de público, "sobretudo no dia do julgamento havia cerca de duas mil pessoas e um forte aparato militar(...) para impedir a manifestação do povo, mas o pessoal não se intimidou, se manifestou cantando, rezando, dançando ciranda ..." - depoimento de Pe. Reginaldo Veloso em entrevista para o Grupo Memória de Casa Amarela em 12/11/88.

Tendo em vista o trabalho de formação e de organização desenvolvido junto aos moradores do Morro da Conceição e a sua articulação com várias expressões do movimento popular e sindical na Região Metropolitana do Recife, Pe. Reginaldo é convocado por várias vezes a prestar depoimento na Polícia Federal, tornando-se no interior do segmento progressista da Igreja Católica, um referencial de persistência e coragem. Com a instauração do

processo democrático no país, a repressão muda de carácter e de autoria: ela passa a emergir do interior da própria Igreja.

Em dezembro de 1990, o Pe. Reginaldo é destituído da Paróquia do Morro da Conceição e suspenso da função sacerdotal, sob a alegação de incitar nos fiéis aversão ao arcebispo. Sete meses após, o novo pároco o Pe. Constant Danielewics, nomeado por D. José Cardoso ocupa a igreja da comunidade, sob forte aparato policial, resguardado pela liminar da justiça comum, tendo em vista que a população local recusara-se a legitimá-lo como seu vigário.

Tais práticas remontam ao período medieval e recuperam uma época na história da Igreja, num aspecto considerado negro e vergonhoso, quando se aplicavam como pena disciplinar a excomunhão - "scomunica" - e a proibição da Missa e das Funções sacras - "interdetto", como pode ser observado no trecho a seguir:

"Mentre la disciplina penitenziale andava perdendo l'antica severità aumentava invece l'esercizio della potestà della Chiesa. La scomunica cioè dalla comunità della Chiesa, dalle sue funzioni e dai suoi sacramenti, divenne un po' alla volta un'esclusione da ogni rapporto sociale. Già un concilio franco sotto Pipino(755) stabiliva che chi trattava con uno scomunicato cadeva nella scomunica e che chi non si sottometteva alla punizione della Chiesa, doveva essere esiliato dal re. Un castigo ancor più sensibile si aggiunse alla scomunica con l'interdetto, cioè la proibizione della Messa (pubblica) e delle funzioni sacre in un dato paese o territorio. I suoi inizi risalgono ancora al 6o. secolo; però come pena canonica verae propria appare solo, a quanto sembra, nel secolo 9o. Al principio era connesso alla scomunica di persone che s'erano impadronite illegittimamente di una chiesa o di un territorio ecclesiastico, poi, nell'IIo. secolo, venne pronunciato anche separatamente e, dal 12o. secolo, applicato spesso come efficacissimo mezzo di pena e di coercizione non solo a diocesi o province ecclesiastiche ma a regni interi. Il suo contenuto era dapprima diverso: a volte si proibivano tutte le funzioni sacre, a volte si permetteva almeno l'amministrazione del battesimo e dei sacramenti degli infermi come pure la celebrazione di una Messa bassa a porte chiuse.

Quest'ultima procedura divenne presto comune, e nell'epoca successiva subì anche altre mitigazioni"(TUECHELE, 1960, p.142).

Tal prática restabelece um modo de Igreja fundamentado na centralização e dominação despótica dos clérigos, próprios do tempo do Inquisição e traz como conseqüência "o menosprezo ao Povo de Deus, cuja participação vai se reduzindo a dos moleques de recado ou de coroinhas(...), cujas iniciativas e criatividade são castradas; cujos-porta vozes legítimos são reduzidos ao silêncio..."(54).

Muitas vozes se levantam na defesa de Pe. Reginaldo e na tentativa de impedir que o modelo de Igreja inaugurando especialmente a partir da atuação de D. Hélder Câmara, no contexto da Teologia de Libertação viesse a desmoronar. Foram realizadas passeatas, atos públicos, pronunciamentos na imprensa e reuniões no intuito de fazer entender a D. José Cardoso o desrespeito que causava à tradição da Igreja no Nordeste e deslegitimação característica à sua prática.

O próprio D. Hélder chegou a afirmar a respeito do Pe. Reginaldo: "é um homem de Deus, amigo dos pobres, um padre de verdade, que sempre faz tudo com muita fé e convicção. Ama a Cristo, ama a Igreja, ama o povo de Deus".

No entanto, nada parece surtir efeito e alterar a orientação conservadora.

Já mencionamos anteriormente que este não é um fato isolado, mas reflete uma política adotada para impor às Igrejas do Terceiro Mundo o modelo eclesiástico conservador, impedindo assim a caminhada em novas direções. A esse respeito, Sebastião A. G. Soares, teólogo leigo e ex-professor do ITER, alerta para o

fato de que a maioria dos cristãos se encontram no 3º Mundo e que, diante do Oriente(Japão) não visto e da Europa secularizada e anti-clerical, a possibilidade de a Igreja manter sua influência cultural sobre o mundo está nas Igrejas do 3º Mundo.

Daí porque:

"deixar que essas Igrejas encontrem seu próprio caminho é considerado um risco grande demais para o sistema eclesiástico(...). Além do mais, o dinamismo da Igreja do 3º Mundo se constitui em ameaça ao próprio sistema econômico e político mundial, pois as simpatias do 3º Mundo vão na direção do Socialismo"(55).

Na realidade, apesar das modificações ocorridas no interior da Igreja após o Concílio Vaticano II, especialmente no que se refere à participação do leigo na instituição, a estrutura eclesiástica permanece intacta e tão vertical e piramidal, quanto no início do século. A proposta inovadora contida "no novo jeito de ser Igreja" inspirado na Teologia da Libertação ainda não institucionalizada é frágil e totalmente vulnerável à vontade política da autoridade episcopal.

Instaura-se, portanto, a necessidade de assegurar a continuidade deste novo modelo de Igreja, garantindo a sobrevivência dessa postura no interior da instituição. Romper significa perder espaço, por isso é preciso resistir pois, como nos afirma o teólogo:

"A reforma no século XVI deu origem a Igrejas autônomas. Parece não ser esse o caminho a seguir agora, ao menos nas Américas(...) trata-se de criar organizações autônomas na Igreja, organizações autônomas e transconfessionais que sejam inclusive fermento no caminho da unidade das Igrejas"(56).

Nesta perspectiva, estão emergindo no Nordeste novas formas de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo setor progressista da Igreja, sobretudo na área da formação a partir

da criação do CENAP - Centro Nordestino de Animação Popular, do CENDHEC - Centro D. Hélder Câmara de Estudos e Ação Social, e de abertura de novos espaços no Seminário Arquidiocesano da Paraíba - João Pessoa ou na Escola Teológica da Ordem franciscana em Olinda.

Espera-se ainda obter uma organização mais sistemática dos leigos através do Conselho Nacional dos Leigos (CNL), ao mesmo tempo em que busca-se o fortalecimento da articulação de todos estes setores que compõem a chamada "Igreja na base".

A eleição de Dom. Marcelo Cavalheira, bispo de Guarabira - (PB) e ex assistente eclesiástico de JIC, para a presidência do Regional Nordeste II (18/04/91), suscita novas esperanças na ala progressista da Igreja, no Nordeste. Com sua presença começa a esboçar-se um clima de abertura e participação no regional Nordeste II. Apesar deste fato significar uma grande conquista, muitas decisões ainda permanecem inalteradas, visto serem da competência restrita da Arquidiocese de Olinda e Recife. Diante disto, o Pe. Reginaldo decide:

"... gastar o resto dos meus dias numa resistência firme e permanente a toda essa abominação.. É uma questão de fé, de fidelidade a Jesus Cristo, em que pesa minha fé... Vejo cada vez mais claro que a marca divina de sua personalidade reside justamente no seu compromisso com a causa da vida, na sua opção pelos empobrecidos, na sua luta sem tréguas contra todo tipo de dominação, mas sobretudo, contra a dominação religiosa, a mais sofisticada e perniciosa, a mais sutil e nefasta, porque chega justificada teologicamente e com ares de espiritualidade..."(VELOSO, 1991).

Bem, diante deste quadro, podemos nos perguntar como se situa a ACO_NE neste contexto ?

Vale considerar que a ACO tem toda uma tradição de luta

resistência/perseguição, inclusive dentro da própria Igreja. Tais acontecimentos encontraram portanto um movimento amadurecido no enfrentamento dos conflitos dentro e fora do instituição e, portanto, capaz de fazer uma nova leitura da situação e compartilhar com as demais expressões pastorais sua experiência.

Sua grande contribuição reside na forma como conseguiu desenvolver uma autonomia que lhe confere liberdade de ação sem comprometer o vínculo com a instituição eclesiástica. Isto lhe permite comportar em sua sede, entidades como a CPT e o CIMI - desalojadas da sede da Arquidiocese, ou ainda funcionar como ponto de apoio e aglutinação de todos os movimentos que constituem a "Igreja na base".

Um outro aspecto de fundamental importância está no assumir a causa de Pe. Reginaldo - Assistente eclesiástico regional - por reconhecer nele a figura autêntica de um sacerdote comprometido com a classe operária.

Identificamos aqui, mais uma vez a postura profética, - ou de vanguarda - que sempre caracterizou a Ação Católica Operária. Quando tudo parecia desmoronar, pode-se ver um movimento firme em seus princípios e em suas tradições: fidelidade a Jesus Cristo e à classe operária.

Talvez, haja muito o que aprender com a ACO para que se possa construir um novo modelo de Igreja, mais sólido, menos vulnerável às investidas da hierarquia.

NOTAS EXPLICATIVAS DO CAPITULO 4

1. A ESG foi estabelecida no Brasil em agosto de 1949, constituindo-se aparelho ideológico no interior das Forças Armadas. "O conceito de segurança nacional mudou durante a década de 50 (...). No início, uma guerra total entre o Ocidente e o Oriente conduziria a uma aliança entre os países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, visando combater o comunismo. Principalmente com a Guerra da Coréia, nos anos 50, acrescentou-se outra hipótese de guerra: a do 'inimigo interno', na qual o comunismo aparece como manipulador e incentivador dos conflitos sociais presentes na sociedade brasileira" (VIEIRA, 1985, p.17).
2. "Em 1964, existiam 07 confederações, 107 federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. Durante o primeiro ano do Estado de Segurança Nacional, a 'operação limpeza' afastou membros de 452 sindicatos, 43 federações e 03 confederações" (ALVES, 1989.p.69e70).
3. A lei de greve emenda a Constituição de 1946 - que garantia o direito de greve - e define as condições em que a greve pode ser considerada ilegal, a saber: greve dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais e empresas estatais e dos trabalhadores em serviços essenciais e greve de solidariedade, de natureza política, social ou religiosa. Considerando tais exigências, praticamente todas as greves foram consideradas ilegais o que inviabilizava a luta por melhores condições de trabalho e salário.
4. O entendimento de Luís Alberto Gomez de Souza sobre a questão encontra-se melhor explicitado em SOUZA, 1982.
5. Pe. Reginaldo, atual Assistente regional da ACO/NE havia terminado o curso de Teologia em 1962 e iniciado a pós-graduação em História da Igreja e Liturgia. As informações aqui apresentadas foram cedidas em uma entrevista para o Projeto Memória da Federação de Casa Amarela, em novembro de 1988, p.15
6. Em Minas Gerais, a atuação dos militantes de ACO tinha caráter político bem definido, um deles se elegera deputado e liderava um movimento de combate à política repressiva do então governador Magalhães Pinto. Por ocasião do golpe, vários militantes - entre eles o deputado - foram presos e duramente torturados porque iniciavam uma greve política na Mina de Morro Velho, em protesto pela situação nacional. No Rio de Janeiro, foram roubados documentos da ACO e entregues ao DOPS para elaboração de um dossiê sobre a ACO e seus militantes.
7. Dom Hélder: 40 anos de bispado. Jornal do Comércio, Recife,

8. O pronunciamento aqui referido encontra-se nos estudo de Bruneau, 1974, p.326.
9. O Pe. Henrique foi assassinado em maio de 1969. De acordo com depoimentos de Pe. Reginaldo Veloso: "foi justamente depois do lançamento do Movimento "Encontro de Irmãos", depois da Páscoa.. Havia um único trabalho com jovens estudantes que era o Grupão, acompanhado por Henrique, que era professor no Marista, recém ordenado padre. O enterro de Pe. Henrique foi uma grande manifestação. Foi realmente uma explosão, em pleno vigor do AI-5, porque excedeu os limites da repressão, foi além do que se podia imaginar. E então a reação do pessoal também foi por cima de tudo, ninguém temeu nada. (...) Quando a gente chegou na Ponte da Torre barraram o enterro. Os padres seguravam o caixão, D.Hélder foi de frente e negociou com o comando da Policia que determinou que o enterro continuaria com a condição de o pessoal depositar as faixas. Daí a gente foi por toda a avenida Caxangá, no sol quente. De um lado da Caxangá ia o enterro, era muita gente mesmo, e do outro, a Policia Militar, acompanhando o enterro. Na Várzea, a Policia impediu que o pessoal falasse. Não houve discurso..." - depoimento de Pe. Reginaldo Veloso em entrevista concedida para o Projeto Memória da Federação de Casa Amarela em 12/11/1988.
10. Vale salientar que este Encontro Regional acontece depois da publicação do documento "Nordeste : Desenvolvimento sem Justiça", que constitui fato significativo na perspectiva de inserção no processo de crescimento qualitativo do nível de consciência dos militantes e de amplos setores da Igreja, da classe operária e da sociedade civil como um todo.
11. Ação Católica já redigiu manifesto que lançará no dia do trabalho. Diário de Pernambuco, Recife, 23/04/67, p.11.
12. A referência aqui, "um velho trabalhador" quer lembrar as palavras de Manoel do ô, registrada no livro "100 Anos de Suor e Sangue", ACO, 1972, p.132.
13. O Movimento Mundial de Trabalhadores Cristãos utiliza como instrumento de comunicação internacional o Boletim INFOR, publicado em língua castelhana para o continente latino-americano. As informações sobre o encontro realizado em 1972, aqui apresentados estão contidas em: MMTTC, INFOR, 1973.
14. Referimo-nos aqui aos estudos que analisam as modificações vivenciadas pelo sindicalismo brasileiro a partir de 1964. Ver ALMEIDA, 1984.
15. "A questão do imposto sindical é extremamente perversa porque permite um sindicato sem trabalhadores... não precisa ser sindicalizado para pagar uma contribuição de

imposto sindical - até hoje existe. (...) Fizemos um levantamento ... e a proporção em regra geral foi essa: para cada mil trabalhadores, cem eram associados, dez iam para os grandes movimentos da categoria, para as grandes assembleias, ou seja, não eram trabalhadores que tinham um cotidiano no sindicato. O que em outras palavras significa que a luta sindical tem 1% de participação. Isso foi o que a gente descobriu numa pesquisa feita em Minas Gerais, no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, que dava uma proporção muito parecida: o trabalhador ausente da estrutura sindical. Isso numa pesquisa ainda com a legislação antiga: 82, 84" - Depoimento do Coordenador geral do Centro Josué de Castro - Vandevaldo Miranda Noqueira em entrevista concedida em 04/05/92, para fins dessa pesquisa.

16. No grupo da caixa única participavam algumas pessoas ligadas ao Partido Comunista que a essa época, encontrava-se na clandestinidade. O trabalho em conjunto enriqueceu aos militantes de ACO que, no entanto deixam clara sua não vinculação ao Partido. A prisão se deu por serem encontrados alguns nomes de militantes de ACO, em meio às anotações de uma integrante do PC já encarcerada.
17. CORREIA, Sônia. Hering impoe esterilidade. Informe Sindical, Recife, n.71, p.5, fev, 1987.
18. FARIAS, Terezinha, Vitória do Papa-pelo. Construir, Recife, a.10, n.48, p.6, jun/jul, 1989.
19. FARIAS, Terezinha, Fortalecendo nossa organização, Informe Sindical, Recife, a.10, n.104, p.2, nov,1989.
20. ACO, Relatório do Encontro da ACO do Nordeste, realizado nos dias 20 e 21/04/75, em Olinda. Construir, Recife, maio, 1975, p.4 e 8.
21. "Liberado" refere-se ao militante indicado pelo movimento a passar 02 anos responsável pela articulação do movimento a nível local, regional ou nacional e para isso, deixa de exercer suas atividades profissionais, recebendo neste período um salário para sua sobrevivência e ajuda de custos para as viagens que realiza.
22. Diário de Pernambuco, Recife, 14/03/1983.
23. ACO. Exploração nas Minas do Sertão. Construir, Recife, n947, p.6, abr/maio, 1989
24. O estudo detalhado sobre a atuação destas duas categorias será apresentado posteriormente; interessa-nos aqui situar os diversos níveis no interior da Igreja e, por conseguinte, na A.C.O. . Para maiores detalhes históricos ver cap 2.
25. A respeito do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base na Brasil, ver BALDISSERA - CEBS: poder, nova sociedade" São

Paulo: Paulinas, 1987.

26. AGUIAR, 1985, p.41 citando Thonnard, F. J. "Compêndio de História da Filosofia", p.959.
27. A respeito ver AGUIAR, 1985, p.41-45.
28. AGUIAR, A, 1985, p.43.
29. BEZERRA, Almeri foi Assistente de JUC e um dos idealizadores da "Teologia da Revolução", pensamento que não foi amplamente divulgado mas que antecedeu e, de certa forma inspirou a Teologia da Libertação.. Os depoimentos aqui apresentados foram obtidos em entrevista realizada para os fins dessa pesquisa, em 20/11/91.
30. Este depoimento concedido por Josefa Fernandes - (Nena), em entrevista realizada para os fins desta pesquisa em 15/09/90, explicita, com muita precisão, o papel do Assistente.
31. Parece-nos que o pavor que espalhou-se junto à população foi um dos elementos essenciais para paralisação de muitas iniciativas de organização já existentes em vários instâncias do Movimento sindical e partidário. O depoimento aqui apresentado foi concedido por Lorena Araújo, em entrevista realizada para os fins dessa pesquisa em 10/07/91.
32. A esse respeito, maiores detalhes serão fornecidos ainda neste capítulo. Este pronunciamento da Policia Federal consta às fls. 32-33 do processo de expulsão do Pe. Romano.
33. Vale considerar que há uma predominância de assistente eclesiástico, entretanto, alguns leigos que apresentam maturidade na tratar das questões espirituais têm assumido também o papel de Assistente no interior do movimento.
34. Manuscritos de Pe. Romano - Documentos da A.C.O.
35. Em pronunciamentos feitos aos amigos por ocasião da Vigília de Solidariedade quando da ameaça de expulsão em 1977, Pe. Romano afirma : "Este momento que estamos vivendo juntos, lembra-me a celebração da minha 1ª missa, no meio do povo, lá na Suíça, em 1937. Foi o grande dia do compromisso com a classe operária, assumindo com ela na fidelidade. A vigília desta noite me faz viver novamente, com intensidade, o mesmo momento. Estou ciente de viver o mesmo compromisso assumido também por vocês trabalhadores do Nordeste para hoje e para amanhã". em Documentos do ACO.
36. Manuscrito de Pe. Romano Doc-da ACO.

37. Manuscritos de Pe. Romano "Fé Adulta" - Doc. ACO(1964).
38. Manuscrito de Pe. Romano "Evangelho e Testemunha - Doc. ACO (agosto/67). (
39. Manuscritos de Pe. Romano "Evangelho e Testemunha - Doc. ACO (agosto/67).
40. O inquérito foi instaurado em 07/07/77 pela Delegacia de Polícia Federal de Pernambuco, sob Processo de Nº 61033/76, após despacho favorável emitido pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão em 05/04/77.
41. Do Decreto 66.689 de 11/06/70 que regulamenta a expulsão de estrangeiros foram extraídos os Arts. 100 e 146 como suporte de acusação de violação da Lei de Segurança Nacional feita a Pe. Romano.

Art.100 - É passível de expulsão o estrangeiro que, por qualquer forma atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência e aos interesses nacionais.

Art.146 - O estrangeiro admitido no território brasileiro não pode exercer qualquer atividade de natureza política, nem se imiscuir direta ou indiretamente/nos negócios públicos do país, sendo-lhe especialmente vedado :

I - Organizar, criar ou manter entidade de caráter político ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou ação normais de partidos políticos do país de origem.

II - Exercer ação individual, junto a compatriota ou não, no sentido de obter mediante coação, ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas do País de origem ou de outro.

III - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

42. PADRE Romano comparece à Polícia Federal para depor. Diário de Pernambuco Recife, 14/07/77.

43. A comemoração do 1º de maio é uma prática que se repete todos os anos como atividade da ACO. No caso específico, o Boletim tenta associar o amor cristão - exigência do evangelho - com a luta de classes e convida os trabalhadores a uma reflexão sobre as perdas salariais, nos anos 70, tendo em vista o aumento da inflação, conforme dados do DIEESE.
44. Comentários da Polícia Federal, constando no Processo às fls 21.
45. Chefe do S.O./DOPS/SR/PE fl.32-33 do Processo.
46. Parecer emitido em 25/03/77 pelo Consultor Jurídico do P.F., integrando o Processo fl.41.
47. A carta de solidariedade emitida por D. Marcelo Carvalheira, D. José Maria Pires e D. Manuel P. Costa, encontra-se na íntegra, nos arquivos da Ação Católica junto à documentação referente ao processo de Pe. Romano.
48. Destaque-se ainda declaração do então deputado Marcus Cunha (MDB) da Embaixada da Suíça no Brasil, do Cônsul suíço no Recife, dos paroquianos da cidade natal do Pe. Romano e dos próprios militantes da ACO, estes últimos assumindo corresponsabilidade na autoria de todos os documentos.
49. A esse respeito, o boletim "Construir" de maio de 78 informa: "Faz mais de 1 ano que a ACO lançou o 1º protesto contra o fechamento da fábrica de Moreno (...). Várias delegações também fizeram demandas junto às Autoridades do Estado e de Brasília pedindo solução para o problema Moreno. Nada serviu. Tudo continuava na estaca zero. É realmente estranho que as autoridades, quer estaduais, quer federais, não tivessem resolvido um problema social de tamanha importância".
50. A partir de 1982 foram realizados seminários que versaram sobre os seguintes temas:
- Desemprego, Reformulação Partidária, Sindicalismo Democrático e Autônomo;
 - Revisão de Vida Operária e Bíblia, Família Operária, Perspectiva do Movimento Operário e Sindical;
 - Pedagogia e Iniciação de Novos Grupos, Bíblia e Família Operária;
 - Sindicalismo e Política, Movimento Popular e Política;
 - Política Partidária. (ACO, 1987, p.139).
51. A idéia de escrever o livro surgiu de Pe. Romano Zufferey. Manoel Choparro - jornalista e professor da USP, ex militante de JOC colaborou na redação deste e de certos documentos do movimento, assim como o sociólogo Luiz Sérgio da Mota e a professora Iolanda Bittencourt Thomé, participaram da redação de História da classe Operária.

52. CUT - Central Única dos Trabalhadores, CGT - Central Geral dos Trabalhadores, USI - União Sindicalista Independente, CONAM - Conferederação Nacional de Associações de Moradores, ANAMPOS - Associação Nacional de Movimentos Populares.
53. A estrofe aqui reproduzida(*) foi considerada pela Polícia Federal como "versos juriantes e difamantes, com palavras altamente ofensivas à dignidade, decoro e reputação da Suprema Corte do País"(CASTRO, 1987, p.131).
- (*)"Onze Juizes
um tribunal,
onze, o Supremo
Coito venal,
onze, a vergonha
nacional,
pisam o Direito,
celebram o mal".
54. VELOSO, Pe. Reginaldo "Direitos Humanos na Igreja: uma questão de coerência"(texto mimeco) 22/08/91.
55. SOARES, Sebastião A. G. "Perspectivas da Igreja Hoje". 24/11/89.
56. SOARES, Sebastião, "Perspectiva da Igreja Hoje" - 24/11/89, p.9.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Costuma-se dizer que o processo de elaboração da dissertação assemelha-se ao processo de gestação, cuja finalização culmina com o nascimento do filho. Chegando ao final deste trabalho, a impressão que temos é a de que a analogia é bastante oportuna. O sentimento que experimentamos não é o de quem "concluiu", mas o de quem supõe o início de uma nova etapa, mediante os questionamentos que surgem quando se está diante do seu produto (in)acabado.

É por isto que, neste momento, não queremos apresentar conclusões, mas tão somente tecer algumas considerações a serem compartilhadas com aqueles que comungam das mesmas preocupações e que acompanharam nossa reflexão até aqui.

A temática eleita como objeto de estudo, neste trabalho, está revestida de profundidade e amplitude, o que nos faz compreender que a pesquisa realizada permitiu-nos apenas uma primeira aproximação ao conhecimento existente a seu respeito. No entanto, por entendermos que o conhecimento é um processo em construção, ousamos explicitar algumas observações, na tentativa de contribuir para o debate posterior.

Se, partimos do princípio de que a conjuntura política pós-64, caracterizada pelo regime repressivo, aborta o processo revolucionário que parecia instalar-se no país no início da década de 60 e reprime toda iniciativa de organização e expressão da classe operária, temos, que ao final dos anos 80, o país procura reconstruir a democracia e assiste a um processo de "reinvenção" de suas práticas organizativas. Já não temos mais o sindicato e o partido como únicas formas de expressão da classe

operária - surgem as organizações de bairro como força política e com novas estratégias de luta na defesa dos interesses da classe. Por outro lado, as estruturas sindical e partidária emergentes estão plasmadas numa nova representação que privilegia muito mais a participação das bases que o centralismo vertical, modificando assim as características clássicas destas formas de organização e representação da classe.

Consideramos que não houve uma "transformação social" nos moldes postulados pelos estudiosos da consciência de classe. Não materializou-se a "possibilidade objetiva", nem alcançou-se a direção política da classe operária. Contudo é inegável que avanços aconteceram e foram registrados, especialmente no que se refere à conquista da cidadania e recuperação das instituições sociais: o processo está em curso !

Pelo que foi exposto, neste trabalho, podemos perceber a importância assumida por alguns setores da Igreja Católica no processo acima referido. Dentre esses segmentos, particularizamos o desempenho da Ação Católica Operária - ACO na região Nordeste e observamos a sua peculiaridade seja como movimento de Igreja com orientação classista, seja como movimento de operários com orientação cristã. No 1º caso identificamos uma relação de retroalimentação entre a práxis da ACO e o pensamento teológico que daria sustentação ao novo modelo da Igreja no continente latino-americano, entendido como Teologia da Libertação.

Isto não significa dizer que a Teologia da Libertação foi inspirada pela ACO ou que esta última é uma prática pastoral emergente daquela corrente teológica. O que pretendemos expor foi a evolução do pensamento teológico católico, a partir da

implantação da Ação Católica e da abertura para o apostolado do leigo. Entendemos, portanto, que este fato teve como desdobramento a abertura da Igreja para as influências do mundo, através da aproximação com as ciências sociais e com a realidade palpável da classe operária. A ACO surge como movimento, no momento em que tais reflexões vão alcançando certa maturidade para um segmento da Igreja já bastante comprometido com as lutas populares. Mas dadas as circunstâncias históricas impostas pelo golpe de abril de 1964, a ACO vai assumindo papel preponderante como símbolo de resistência e de denúncia, que reúne tanto representantes da sociedade civil e política, - impossibilitados de se expressar através das instituições a que estão vinculados - quanto representantes do clero, desejosos de mudança.

Hoje, após três décadas de existência, podemos nos perguntar se a ACO realmente tem contribuído para a realização do projeto político da classe operária. Antes deveríamos nos perguntar : será que a classe operária brasileira hoje, tem um projeto político ? E como se coloca a questão para o Nordeste ? Não é fácil responder a tais perguntas, especialmente se considerarmos a crise do socialismo até então apontado como referência para os que aderiram a uma perspectiva de transformação social. Por outro lado, a crise no interior da Igreja revela-se também como fortalecimento do segmento conservador e, portanto, contrário à libertação.

Em sua política de reordenamento mundial, o capital sobrepõe-se ao trabalho com tamanho impacto que parece tornar impossível qualquer tentativa de enfrentamento.

No nosso entender, esses elementos estruturais e conjunturais constituem desafio para a classe operária não só da região, mas do mundo inteiro. A atualidade das propostas da classe far-se-á na mesma medida de seu entendimento da verdadeira dimensão das pressões impostas por essa correlação de forças e de sua participação efetiva no processo político.

Por tudo que foi exposto entendemos que a contribuição da ACO, junto à classe operária no Nordeste, ficou consubstanciada em três aspectos presentes em toda a trajetória do movimento e privilegiadas em determinados momentos de sua história. A preocupação com a formação dos militantes, por exemplo, tem sido uma constante. Nos últimos anos esta dimensão tem sido priorizada nos planos da ACO. Neste contexto além do desenvolvimento de atitudes de auto-confiança, auto-determinação e participação, o movimento tem enriquecido o debate, a partir de reflexões sobre a conjuntura, sobre elementos teóricos necessários à compreensão da situação da classe e, a partir também do recurso à pesquisa - o estudo em análise constitui uma contribuição neste campo. Um outro aspecto considerado por nós foi a postura de "Resistência", característica especialmente dos anos imediatamente posteriores ao movimento militar de 1964, transformando a ACO em porta-voz de denúncia das péssimas condições de trabalho e "sobrevida" dos trabalhadores no Nordeste. Por fim, ressaltamos sua contribuição no fortalecimento das organizações de classe, destacando-se a sua atuação no movimento sindical urbano. Para nós a pesquisa não está concluída: há muito mais a dizer sobre a ACO, sobre a classe operária e a Igreja no Nordeste, por isto consideramos esta a 19 etapa de um processo de investigação que apenas se inicia.

RÉSUMÉ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís W. Movimento sindical e transição em Brasil. 1989. 75p. (texto mimeografado).
- AÇÃO Católica já redigiu manifesto que lançará no dia do trabalho. Diário de Pernambuco, Recife, 23/04/67, p.11.
- AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA - ACO. Boletim Essência, Recife, p.1, abri., 1964.
- . 100 anos de suor e sangue : Homens e jornadas da luta operária do nordeste. 3 ed. Petropolis : Vozes, 1984.
- . Declaração de Princípios. Rio de Janeiro, 1986.
- . Estatuto Social. Rio de Janeiro, 1982.
- . Encontro nacional da ACO, 5. Rio de Janeiro, 1974.
- . Fidelidade e comprometimento na classe operária . Rio de Janeiro : Ed. Arte Graphica, 1987.
- . História da Classe Operária no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro, 1985. 1º caderno : Gestão e nascimento da Classe Operária entre 1500 e 1887.
- . ----- . 2 ed. Rio de Janeiro, 1989. 4º caderno : Amadurecimento - 1945 a 1964.
- . ----- . Rio de Janeiro, 1990. 5º caderno : Resistindo à ditadura - 1964 a 1978.
- . Jornal Construir : voz dos trabalhadores, Recife, n.1. maio, 1975.
- . ----- . Recife, s.n., out., 1978.
- . ----- . Recife, Ano VII, n.31, abr. / maio, 1985.
- . ----- . Recife, Ano X, n.47, abr./mai., 1989.
- . ----- . Recife, Ano X, n.48, jun/jul. 1989.
- . ----- . Recife, Ano X, n.49, out/nov. 1989.
- . Nordeste : desenvolvimento sem justiça. Recife, 1967. 90p.

- . Nordeste : o homem proibido, Recife. 1970.
20p.
- . Para saber o que o povo, o trabalhador de base pensa de sua realidade. 1971. (relatório de pesquisa - texto mimeografado).
- . Relatório do Encontro do Maranhão , Recife, 1962(texto mimeografado).
- AGUIAR, ANTONIO G. de. Serviço social e filosofia : das origens à Araxá. 3 ed. São Paulo : Cortez, 1985. 152p.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T..O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. SOY, Bernard. Sociedade e política no Brasil pós 64. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. p.191-214.
- ALVES, Márcio Moreira. A igreja e a política no Brasil São Paulo: Brasiliense, 1979. 268p.
- ALVES, Maria Helena M.. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 5.ed. Petrópolis : Vozes, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, capital e industrialização no nordeste. Rio de Janeiro : Zahar, 1981. 101p.
- ANGLES, Dominique R.M.. Organização do trabalho e saúde : um estudo sobre normas de trabalho e desgaste da força de trabalho numa empresa do nordeste. Recife, 1991. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Recife : UFPE/Centro de Ciência Sociais Aplicadas, 1991. 194 p.
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil : um estudo sobre a consciência de classe - da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2.ed. São Paulo : Cortez; Ensaio; Autores Associados, 1988. 187 p.
- ATÉ Chegar no Zé : Contribuição à história dos metalúrgicos. Recife : Grupo de Trabalho - GT - sindical do Centro Josué de Castro, 1988. 58p.
- BALDISSERA, Adelina. CERS : poder, nova sociedade. São Paulo : Paulinas, 1987. 228 p.
- BASBAUM, Leôncio. História e consciência social. 2.ed. São Paulo: global, 1982.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. São Paulo : Ed. da UNB, 1986.
- BRASIL Decreto nº 66.689 de 11/06/70, que regulamenta a expulsão de estrangeiros, arts. 100 e 146.
- BRUNEAU, Thomas. O catolicismo brasileiro em época de transição.

- São Paulo : Loyola, 1974. 442p.
- BURITY, Joanildo. Os protestantes e a revolução brasileira, 1961-1964 : a conferência do nordeste. Recife, 1989. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Recife : UFPE/Centro de Filosofia e Ciência Humanas, 1989. 396p.
- CARDIJN, Joseph. O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida. Rio de Janeiro : JOC [1949?]
- CARDOSO, Miriam L. Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JO. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- CARVALHEIRA, Marcelo. Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v.43, n.169, p.10-28, mar., 1983.
- CASTRO, Gustavo do Passo. As comunidade do Dom : um estudo de CEBs no Recife. Recife; Ed. Massangana - FUNDAJ, 1987, 200 p.
- CEAS. FUNDAJ. Traços do sindicalismo urbano de Pernambuco. Recife, 1989. Caderno 1 : Principais Conclusões.
----- . ----- . Caderno 2 : Comunicação e dispersividade.
- CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (CEDAC). Perspectivas do novo sindicalismo. 2.ed. São Paulo : Loyola - CEDAC, 1981. 62p.
- CERQUEIRA FILHO, G. A questão social no Brasil : críticas do discurso político. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982. 229p.
- CIGNOLLI, Alberto. Estado e força de trabalho : introdução à política social no Brasil. São Paulo; Brasiliense. 1985. 119p.
- COHN, Amélia. Crise regional e planejamento. São Paulo : Perspectiva. 1978.
- CONGAR, Yves. Situação e tarefas atuais da teologia. São Paulo : Paulinas, 1969. 189p.
- CORREIA, Sônia. Hering impõe esterilidade. Informe Sindical, Recife, n.71, fev., 1987.
- COSTA, João B.P.. Ação Católica : conceito, programa, organização. Rio de Janeiro : ABC, 1937.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 14/03/1983.
- DUSSEL, Enrique. De Medellín a Puebla : uma década de sangue e esperança. México : Edicol, 1979.
----- . História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985). São Paulo : Paulinas, 1989. 102p.

- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo : Perspectiva, 1983. 189p.
- ENCICLICA Rerum Novarum : Papa Leão XIII. São Paulo : Paulinas,
- ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. Primeiro retrato geral do capitalismo no nordeste : passo A - síntese do conteúdo. Recife, 1989. (2º Curso para Dirigentes Sindicais).
- FERNANDES, Florestan. Da aliança à solidariedade. Teoria e Debate. São Paulo, n.8, p.18-21, out/nov/dez/1989.
- FILHO, Gilvandro. Setor têxtil vive atraso de 15 anos. Jornal do Comércio, Recife, 16/04/92, p.12.
- FOLLMANN, José Ivo. Igreja, ideologia e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 1985. 207p.
- GOHN, Maria Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991, 191p.
- GORZ, André. Técnico, técnicas e luta de classe In Crítica da divisão do trabalho. São Paulo : Martins Fontes, 1980 p.211-248.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991. 341p.
- . Maguayel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989. 440p.
- . Obras Escolhidas. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987.
- . Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989. 224p.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. A política de modernização das indústrias tradicionais no nordeste : o caso da indústria têxtil. Revista Pernambucana de desenvolvimento. Recife, v.9, n.1, p.67-99, jan/jun. 1982.
- ILINE, S.; MOTILIOV, A. Que é a economia política. Moscovo : Progresso, 1986. 303p.
- KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 202p.
- LENIN, V.I.. Que fazer ? São Paulo : Hucitec, 1988. 149p.
- LIBÂNIO, J.B. Pastoral numa sociedade de conflitos. Petrópolis : Vozes, 1982. 241p.
- LIMA, Alceu Amoroso. O problema do trabalho - ensaio de filosofia

- econômica. 2.ed. Rio Janeiro : Agir, 1956. 252p.
- LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981. CapII : Da política estatal à política urbana : o papel do estado na urbanização capitalista. p.121-174.
- LOWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. São Paulo : Cortez, 1991. 120p.
- . O método dialético 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 141p.
- LUKACS, George. As bases antológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n.4, p.1-25, 1978.
- . História e consciência de classe : estudos de dialética marxista. 2.ed. Rio de Janeiro : Elfos. 1989. 378p.
- . Antologia do ser social : os princípios antológicos fundamentais de Marx. Temas de Ciências Humanas, São Paulo p. 1979.
- . Sociologia. São Paulo : Ática, 1981.
- MADURO, OTTO. Religião e luta de classe. Petrópolis : Vozes, 1981. 193p.
- MAINWARING, Scott. A JOC e o surgimento da igreja na base 1958-1970. Revista. Eclesiástica. Brasileira, Petrópolis, v.43, n.169, p.29-92, mar.1983.
- MANUSCRITOS Pe. Romano Zufferey. Recife, Documentos de Ação Católica Operária.
- MARITAIN, Jacques. O Cristo e o Mundo. Temporal Espiritual, São Paulo : Ed. Escolas Profissionais Salesianos, p.13-18, 1955.
- . Rumos da Educação. 5.ed. Rio de Janeiro : Agir, 1986. 306p.
- MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política. 3.ed. São Paulo : Nova Cultura, 1988.v.1 : O processo de produção do capital. 283p.
- . ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã : (I- Feuerbach). 6.ed. São Paulo : Hu/citec. 1987.138p.
- MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro : uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- MOVIMENTO MUNDIAL de TRABALHADORES CRISTÃOS - MMTCC -, Infor, n.23, set.73.

- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social : Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo : Cortez, 1991. 34p.
- Lukács - tempo e modo. In : LUKÁCS, George Sociologia. São Paulo : Ática, 1981. p.05-56.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira : crítica à razão dualista, Seleções CEBRAP. São Paulo: Brasiliense, 1976.p.
- . A economia da dependência imerfeita 4.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1984. 159p.
- Elogia para uma religião: Sudene, Nordeste. planejamento e conflitos de classe. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ORDUNA, R. et al. Ecáxis cristã. São Paulo : Paulinas, 1983.
- FADRE Romano comparece à Polícia Federal para depor. Diário de Pernambuco, Recife, 14/07/1977.
- PEREIRA, L.C. Bresser. Tecnoburocracia e constetação Petrópolis: Vozes, 1972. p.
- PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In : MARANHÃO, Sílvio(org). A questão Nordeste : estudo sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos ideológicos. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.p.11-82.
- PLOEG, Roberto Vander. A Igreja dos pobres no nordeste. Cadernos do CEAS, Salvador, n.132,p.61-70, mar./abr., 1991.
- PORTELLI, Hugges. Gramsci e o bloco histórico. 4.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- RICHARD, Pablo. Morte das cristandades e nascimento da igreja. São Paulo : Paulinas, 1982, 243p.
- RUSCONI, Roberto. Dalla fine del XII agli inizi del XV secolo : Tra movimenti religiosi e confraternite in Italia. In : DELUMEAO Jean. Storia vissuta del popolo cristiano. Torino : Società Editrice Internazionale, 1985. Cap. XII, p.331 a347.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo; 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.
- SANTOS, W.G. Cidadania e justiça : a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro : Campus, 1979. 138p.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais : um ensaio de interpretação sociológico.2.ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 1987.

SILVA, Neide Maria da et alii. Movimento de bairro : repetição invenção. Recife; Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social- ETAPAS, 1988.

SOARES, José Arlindo. As eleições de 1958 e 1962 em Pernambuco: o nordeste com os sinais trocados. In : LAVAREDA, Antônio; SÁ, Costança(orgs.). Poder e voto : luta política em Pernambuco. Recife : FUNDAJ : Massangana, 1986.p.113-131.

----- . Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: SILVA, Luiz A. Machado etal. Movimentos Sociais; para além da dicotomia rural/urbano. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.p.182-208.

SOARES, Sebastião A. G. A voz do povo é a voz de Deus ? Recife. 1989.

----- . Persepectivas da igreja hoje. Recife. 1989 (mimeografado).

SOUZA, Luiz A. G.. Classes populares e igreja nos caminhos da história. Petrópolis : Vozes, 1982. 311p.

SOUZA, João Francisco de. Uma pedagogia de revolução: a contribuição do governo Arraes (1960-64) à reinvenção da educação brasileira - São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1987, 198p.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUECHLE, H.; BIHLMEYER, K. Costituzione, Culto, discipline e costumi. In : ----- . Storia della chiesa. Brescia (Italia) : Ferdinand Schoningh, 1960. v2 : Il Medioevo .p.123-143.

VASQUEZ, Adolfo S. Ética. 9.ed. São Paulo ; Civilização Brasileira, 1986.267p.

VELOSO, Pe. Reginaldo. Direito humanos na Igreja: uma questão de coerência. Recife, 1991. (texto mimeografado).

VIEIRA, Evaldo. A República brasileira : 1964-1984. São Paulo : Moderna, 1985.72p.

ZIMMERMANN, Roque. América Latina o não ser : uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Petrópolis : Vozes, 1987.

 Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Biblioteca do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social

13/08/04
Registro: 32104

 444 Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Biblioteca do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social